Este livro
foi composto e impresso
na
Tipografia Rossolillo
à
Rua Asdrubal do Nascimento, 395
São Paulo
A PRINCESA ISABEL

“A REDENTORA”
A princesa-regente em 1876
PEDRO CALMON
DA ACADEMIA BRASILEIRA

PRINCESA ISABEL
"A REDENTORA"

edição ilustrada

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
São Paulo - Rio - Recife - Porto Alegre
1941
<table>
<thead>
<tr>
<th>Título</th>
<th>Editora</th>
<th>Ano</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Pedras d'Armas (Contos)</td>
<td>Monteiro Lobato &amp; Cia., São Paulo</td>
<td>1923</td>
</tr>
<tr>
<td>O Tesouro de Belchior (1.º premio da Academia Brasileira, 1929)</td>
<td>Comp. Melhoramento de S. Paulo</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Anchieta, o Santo do Brasil</td>
<td>Comp. Melhoramentos de São Paulo</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>O Crime de Antonio Vieira</td>
<td>Comp. Melhoramentos de São Paulo</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Males (Novela)</td>
<td>Pro Luce, Petropolis 1933</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>O Marques de Abrantes</td>
<td>Editora Guanabara, Rio 1933</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Gomes Carneiro, O General da Republica</td>
<td>Editora Guanabara, Rio 1933</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>O Rei Cavaleiro</td>
<td>Vida de D. Pedro I — Comp. Editora Nacional, S. Paulo 1933</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>O Rei do Brasil</td>
<td>Vida de D. João VI — José Olimpio Editora, Rio 1935</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>O Rei Filosofo</td>
<td>Vida de D. Pedro II — 2.ª edição, Col. “Brasiliana”, S. Paulo 1939</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Figuras de Azulêjo (Perfis e cenas da História do Brasil)</td>
<td>Editora “A Noite”, Rio 1940</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A Princesa Isabel — a Redentora</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**HISTÓRIA**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Título</th>
<th>Editora</th>
<th>Ano</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>A Conquista, História das Bandeiras Bahianas (Esg.)</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>História da Bahia, 2.ª ed.</td>
<td>Comp. Melhoramentos de S. Paulo</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>História da Independência do Brasil</td>
<td>Imprensa Nacional, 1927</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>História Social do Brasil (Vols. 40, 83 e 130 da “Brasiliana”):</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I — Espírito da Sociedade Colonial — (3.ª edição).</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>II — Espírito da Sociedade Imperial — (2.ª edição).</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>III — Epoca Republicana.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Por Brasil e Portugal — Sermões de Antonio Vieira, comentados — Col. “Brasiliana”, 1938</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>História do Brasil — 1.º volume — As Origens — Col. “Brasiliana”, 1940</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>História da Casa da Torre — José Olimpio Editora, Rio 1940.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**DIREITO**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Título</th>
<th>Editora</th>
<th>Ano</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Direito de Propriedade — Imprensa Nacional 1926</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A Reforma Constitucional da Bahia — Bahia 1929</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A Federação e o Brasil, Rumos Constitucionais — Rio 1933</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Intervenção Federal — Livr. Freitas Bastos, Rio 1936</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Curso de Direito Constitucional Brasileiro — Livr. Freitas Bastos, Rio 1937</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
INDICE

este livro ........................................ IX
I — Nasceu uma princesa ...................................... 1
II — Herdeira do trono ....................................... 9
III — Educação de rainha .................................... 19
IV — Um príncipe romântico .................................. 31
V — Gaston de Orleans .................................... 43
VI — A primeira viagem ...................................... 49
VII — Faltava a glória ....................................... 53
VIII — Razões de Estado ..................................... 67
IX — Um marechal, para o triunfo .......................... 77
X — As desilusões do conde d’Eu ......................... 83
XI — Quasi a rebelião ...................................... 95
XII — No governo uma mulher ............................. 101
XIII — Mães escravas .................................... 107
XIV — A questão dos bispos ............................... 113
XV — Outra vez Regente ................................ 121
XVI — Uma família pacífica ............................... 135
XVII — A grande crise .................................... 145
XVIII — As camélias da liberdade ...................... 153
XIX — Naquela serena Europa ............................ 159
XX — A sucessão antecipada ............................. 163
XXI — A borrasca da Abolição .......................... 169
<table>
<thead>
<tr>
<th>Índice</th>
<th>Título</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>XXII</td>
<td>A política de Isabel</td>
<td>181</td>
</tr>
<tr>
<td>XXIII</td>
<td>“O temporal leva tudo diante de si”</td>
<td>189</td>
</tr>
<tr>
<td>XXIV</td>
<td>Uma batalha de flóres</td>
<td>195</td>
</tr>
<tr>
<td>XXV</td>
<td>Redentôra</td>
<td>203</td>
</tr>
<tr>
<td>XXVI</td>
<td>Depois da festa</td>
<td>213</td>
</tr>
<tr>
<td>XXVII</td>
<td>A rosa de ouro</td>
<td>221</td>
</tr>
<tr>
<td>XXVIII</td>
<td>A guarda negra</td>
<td>227</td>
</tr>
<tr>
<td>XXIX</td>
<td>O último alvitre</td>
<td>235</td>
</tr>
<tr>
<td>XXX</td>
<td>Decadencia</td>
<td>245</td>
</tr>
<tr>
<td>XXXI</td>
<td>15 de Novembro de 89</td>
<td>249</td>
</tr>
<tr>
<td>XXXII</td>
<td>Entre dois navios</td>
<td>263</td>
</tr>
<tr>
<td>XXXIII</td>
<td>Um inverno, no exílio</td>
<td>273</td>
</tr>
<tr>
<td>XXXIV</td>
<td>A morte do Imperador</td>
<td>283</td>
</tr>
<tr>
<td>XXXV</td>
<td>Horizontes de fogo</td>
<td>295</td>
</tr>
<tr>
<td>XXXVI</td>
<td>Onde se fala em Vendéa</td>
<td>307</td>
</tr>
<tr>
<td>XXXVII</td>
<td>Alguns velhos</td>
<td>313</td>
</tr>
<tr>
<td>XXXVIII</td>
<td>A “mocidade temeraria”</td>
<td>319</td>
</tr>
<tr>
<td>XXXIX</td>
<td>Um dever final</td>
<td>331</td>
</tr>
<tr>
<td>XL</td>
<td>Epílogo</td>
<td>337</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Este Livro

Originou-se este livro d'uma advertência amiga e prezada. Agradecendo-me o volume, que lhe mandei, com a ultima das tres biografias dos "reis brasileiros" — a Vida de D. Pedro II — o conde de Afonso Celso lembrou: faltava à galeria um retrato de mulher. Devia completá-la escrevendo a história da Princesa Isabel, tres vezes regente do Império, unica Senhora que, na America, teve um dia, nas mãos tão femininas, o destino de um povo e as rédeas de um governo e cujo nome se ligou para sempre ao do Brasil com a redenção dos escapavos. Era justo. E impelido pela suave persuasão daquele grande homem do passado, a cuja ausencia ainda não nos habituámos, os seus confrades do Instituto Histórico e da Academia — realizei essa dificil tarefa.

Ao contrario do que sucedia em relação aos monarcas de que nos ocupámos nos livros anteriores — D. João VI, D. Pedro I, personagens de dous mundos, e o "Rei Filósofo", fartamente iluminado por um seculo de literatura desconexa — a figura da Princesa Isabel carece de nitidez no recórte dos acontecimentos, dissimula-se numa penumbra simpática, de modestia, e apenas sobresáe, cla-
ra e vivá, na tormentada fase da Abolição. Não havia ainda um estudo sério do “seu caso”, dedicado à sua ação e ao seu drama — destacando-lhe o perfil de Bragança-Bourbon, num horizonte de fáti0s universais. Por isto — inicial — um trabalho largo de indagação, discriminado em notas de pé de página. Quanto possível, a preferência dos documentos inéditos. Um cotêjo de fontes arquivísticas. Esparsa e copiosa bibliografia. Para a compreensão da influência e da psicologia do príncipe-consorte o volume de Alberto Rangel, “Gastão de Orléans”. E, para o período final, os papeis do espolio do conselheiro João Alfredo, da Casa de Ruy Barbosa, do castelo d’Eu. Coube aí um retrospecto dos acontecimentos que se seguram no país à proclamação da República até a guerra européia. Do nascimento à morte, temos assim, pela primeira vez em obra de tomo, a interpretação d’uma longa existência vinculada, desde o berço, à sorte da Pátria. Não estremece, nestes capítulos descritivos, uma intenção qualquer de defesa ou de combate. Longe do panegírico, é, singela, a narrativa — por vezes emocionada, em contacto com as vibrações sentimentais que a esclarecem e informam. Isabel foi muito individual. Não fez uma fria política de equilíbrio, como o pai e o bisavô. Impulsiva e religiosa, autoritária e tenaz, na brandura de suas virtudes consciente do seu poder — teve a felicidade de desempenhar um papel inconfundível na crise nacional que a surpreendeu na direção do Estado. Diz-se que perdeu o trono para precipitar a liberdade dos escravos. O Papa enviou-
lhe a Rosa de Oiro e o povo lhe deu o título, sucedâneo da corôa sacrificada: a Redentora.

Uma brasileira que, tanto tempo, foi expoente e símbolo das qualidades morais distintivas de suas patrícias, bem merece que estas lhe conheçam a história digna e singular.

Ha nesse retabulo de dama antiga — dôr, renúncia, arrogância, humildade, energia, entusiasmo e beleza; e uma luz pálida, própria das igrejas, onde as têlas mistéricas se distanciam numa sombra macia e poética. Mas nada de sobrehumano... Foi intensamente mulher!

P. C.

Julho de 1940.
I.

NASCEU UMA PRINCESA

A família imperial do Brasil aparentava uma grande felicidade em 1846.

O amor não é essencial à vida dos principes. Casára-se D. Pedro II aos dezesete anos com a suave D. Tereza Cristina, posta ao seu lado pelo destino — e por uma diplomacia inahíbil — como um contraste físico do seu jovem e grande marido: pequena, corpulenta, meridional nos cabelos quasi negros e nos olhos castanhos; sensível, musicista, cantando mavisas canções de Napoles, devota, plácida, maternal, enquanto ele era alto como um viking, frio e sério como um Austria... Detestára de começo esse matrimonio desajeitado. Mas fora vencido pela tranquilia compostura da esposa. Sentiu que errara, recebendo-a com tristeza, de face sombria, como um ludibriado — que em logar da beldade dos sonhos acolhe a noiva do interesse e da política, Lia em vez de Raquel... E a vida calma de S. Cristovão, a sua métodica vida da Quinta da Bôa Vista lhe floriu de repente uma alegria nova, ao nascer-lhe, em 23 de Fevereiro de 45 — dezesete meses depois do casamento — um herdeiro varão, o Príncipe Imperial D. Afonso.

A dinastia enraizava-se. O ramo brasileiro da casa de Bragança atirava ao chão tropical a radicula em cuja circulação de sangue azul — o sangue de Luiz XIV e dos Habsburgos — pulsavam as esperanças do

Fôra ás 7 horas da manhã que o Castélo emitira o sinal dos primeiros incômodos de Sua Majestade. Na Camara, o vice-presidente Teóﬁlo Ottoni, aguçan­do o esguio perfil de carbonário desiludido, déra uma inflexão quasi cortezã — ele, que se gabava de jamais ter beijado a mão ao Imperador — á sua declaração de fim do expediente: “No caso de ter logar hoje o bom sucesso de sua majestade a Imperatriz, fica esta ordem do dia para sexta-feira, porque o sr. 1.º secre­tario me informa que então não é possivel haver ca­sas” (1). Na sua alta cadeira aquele rebelde do pas­

sado, que não se curvava ao presente, visivelmente se comovia em face do futuro. O legislativo não funcionou na quinta-feira. Enchera-se o Paço de ministros de casaca, moços fidalgos de calção e vereadores de levita, os familiares, as autoridades, os títulos da corte. O físico-mór Candido Borges Monteiro desempenhou-se dextra e rapidamente. A’s 7 menos 13 da tarde reboou no Castelo a salva esperada. Rastilhou, alegre, a notícia. Os juízes de paz aguardavam-na, com as fanfarras prontas, as girandolas com lume junto, para a sua manifestação de estilo. Bandas de música percorreram as ruas. Improvisaram-se festas populares. O “Jornal do Comercio”, no dia imediato, publicou um aviso oficial. Tinha a sobriedade dos editais da Ilustrissima Camara:

“Havendo a Divina Providencia felicitado a este Imperio com o nascimento, que hontem teve logar, de uma princesa, por ordem de S. M. o Imperador se faz publico que o mesmo Augusto Senhor se digna receber hoje, pela uma hora da tarde, em grande gala, no paço de S. Cristovão, por tão fausto motivo, o cortejo das pessoas que a este ato costumam ser admitidas, na conformidade dos avisos sobre este objeto já expedidos em 6 do corrente. Secretaria de estado dos negocios do Imperio em 30 de Julho de 1846. Antonio José de Paiva Guedes de Andrade.”

As fôlhas noticiaram, com emoção: a Imperatriz e a princezinha passavam bem. Poetas divulgaram ditirambos em louvor da recem-nascida. Antonio José Ferreira Cavalcanti, em versos mediocres, profetizou:

“Conduzida ao seu reino em áurea nuvem…”

Desejavam-lhe longevidade e gloria. — Uma rapariga! — meditava o Imperador um tanto pertur-
bado. Era a terceira geração de princesas que povoaram a Quinta com a sua travessura e os seus laços de fita. Primeiro as tias de Portugal, fiscalizadas molemente pela tolerância pasmada e risonha de D. João VI. Depois as manas, Januaria, Francisca e Paula. Agora, a filha rubicunda, de olhos de agua-marinha...


Isabel de Bourbon só fora fraca na sua viuvez prematura, de forte e viva mulher cuja alegre conversa acendêra na corte das Duas Sicílias — propensa a um “spleen” indefinível — luminárias de espírito. Unira-se, num casamento morganático, que o filho-rei acabára aprovando, com um general de 34 anos, o belo Francisco dei Balzo. (1). A condessa de Boigne viu-a em Paris rotunda, bulhenta e excessiva como uma duquesa da corte de Maria Luiza, dos últimos sereníns de Aranjuez, no tempo de Godoy (2). No seu “jornal”, a rainha Marie Amélie sorriu — em 1802 — quando o “Nasone” — Fernando IV — entrou no palácio com a nora Isabel, “mínima pessoa redonda e gorda como uma bola” (3), sem educação, chorando,

---

(1) Marqués de Villa-Urrutia, Las Mujeres de Fernando VII, Madrid 1925.
(2) Comtesse de Boigne, Mémoires, III, 300, Paris 1909.
(3) La Jeunesse de Marie Amélie, I, 102, Paris 1935.
maldizendo-se, como se o duque de Calabria, seu noivo, fosse o Minotauro. Estalava-lhe no sangue caste-lhano a flama d'uma raça amorosa, mística e imperial — de grandes senhoras, voluntariosas e brilhantes. Envelhecêra, sem dar por isso, cercada da família nume-rosa e desunida. Foi madrinha da pequenina Isabel, sua neta brasileira, como fôra do conde de Chambord, o neto francês. Dois destinos opóstos. Ele, a flôr de liz, condenado a representar, num exílio irremediável, a estirpe de Henrique IV, agarrada á sua bandeira branca e ao seu divino direito; ela, penhôr do futuro clima improprio para a heraldica antiga, fadada a ser herdeira d'uma corôa recente e tres vezes chefe de Estado, num país que nunca a entendeu bem...

Foi a 15 de Novembro o batisado. A pompa ado-tada não se afastou das praxes da côrte desde o batis-sado dos filhos de D. Pedro I.

Quarenta e tres anos depois esse dia seria o mais cruel da vida que então se cobria de brocados e laça-rote suspenssa, como um talisman, das mãos sêcas do bispo conde de Irajá — “a bôca cheia de riso como frei Luiz de Souza refere de S. Bartolomeu dos Mártires, os olhos pequenos, com a pouca luz restante, coados pelos vidros grossos dos oculos de ouro...”

(1) O Brasil politico e nobre, exercito e armada, burguezia e clero, lá resplandecia, no largo do Paço, na tarde estival e azul. Vestia-se grande gala. Tomára a menina das mãos da aia o mordomo da Imperatriz, de opa de veludo carmezim e sendal, Ernesto Frede-rico de Verna Magalhães, filho da bôa “Dadama”. Esta — condessa de Belmonte — e D. Rita Rosa; o velho marquez de Maceió, representante da rainha de Napoles; o estribeiro-mór, marquez de Itanhaen, fa-

(1) Machado de Assis, A Semana, p. 413.
zendo as vezes do padrinho, que era o rei Fernando de Portugal, cunhado do Imperador, acompanhavam a criança. Dous arqueiros, com as túnicas pintalagadas de escudetes, a música dos charameleiros com os instrumentos de prata, seis porteiros de maça, os da cana, o rei d’armas, precediam aos juízes territoriais, os diretores dos institutos literários (as escolas á frente das Camaras!), os veradores. António Henrique de Miranda Rego levava o sal e João José de Almeida Mascarenhas Ramos a concha de ouro. Aureliano, o poderoso Aureliano, arbitro dos partidos nos confusos dias da Maioridade, segurava o cirio. José Maria Velho, substituto de Paulo Barbosa na mordomia-mór, servia de mestre-sala. Um uniforme constelado de medalhas infundia respeito, cintilante e irrepreensível: o conde de Caxias. As varas do pálio viam-se Olinda, com a sua gravidade, um tanto triste, de antigo regente; Monte Alegre, Honório, de fisionomia carregada, uma eterna ruga sévera entre os olhos autôrítários, Lopes Gama, o feroz Teófilo Ottoni... Juntavam-se, debaixo daquele tendal de sêda, as forças que dirigiam a nação: conservadores, transformadores, liberais...

Aos 21 anos D. Pedro II tinha uma fulva e escassa barba de arquiduque, a cintura fina, enxuto de carnes, faces coradas, os cabelos de um tom de bronze novo, e era formoso na sua elevada estatura, nos olhos infantis e na farda de almirante, com o Tosão d’oiro pendurado sobre a faixa multicôr de todas as Ordens. Os diplomatas falavam de sua renovação — mais homem, mais cordial — depois que a esposa lhe déra dous filhos. “Sua Majestade — escrevera em Abril o ministro austriaco Rechberg — cresceu consideravelmente e ganhou um “aplomb” que parece indicar um
carácter firme e decidido” (1). A imperatriz, coxeando ligeiramente, propensa a engordar, um penteado soberbo e, a tiracólo, a banda do Cruzeiro, inspirava simpatia e respeito.

Diante do altar, onde fora batizado e ungido o Imperador, Isabel Cristina Leopoldina, afilhada do rei de Portugal e da rainha-mãe das Duas Sicílias, molhou nas águas lustrais a cabecita empenejada d'uma lanugem côr de oiro.

HERDEIRA DO TRÔNO


O golpe atingiu o Imperador nas fibras mais sensíveis. Não era só um filho, portador de suas melhores esperanças, que se extinguia quasi de repente, sem dar tempo à medicina para um socorro eficaz: era a própria monarquia que se mutilava. Teria subsistido o Império se em vez dele ficassem D. Januária e o conde d'Aquila? Far-se-ia a concordia da Maioridade em torno d'uma rapariga — destinada a um casamento estrangeiro, débil de vontade, educada como as outras meninas, incompreendida dos políticos e impopular, porque rainha, e mulher? A carta, escrita pelo Imperador na manhã seguinte á morte do pequenino príncipe, é uma confissão humilde — de toda a sua dôr.
Destinava-se ao camarista Joaquim Teixeira de Macedo:

"Senhor Macedo. Dê as ordens necessarias para que com toda a comodidade venham para S. Cristovão, esses filhos, que me restam, e estimo mais que a vida.

"Louvo a diligencia, que o Senhor, o Meirelles, e todos desenvolveram, porque estou certo que todos m'estimam, e á minha familia.

"Foi o golpe mais fatal, que poderia receber, e decerto a ele não resistiria, se não me ficassem ainda mulher e duas crianças, que tenho a educar para que possam fazer a felicidade do país que as viu nascer, e é tambem uma de minhas consolações.

"Desejava ainda desafogar, mas cada palavra é interrompida, por minhas lagrimas, e muito incomodado me sinto desde hontem á noite, como se fosse um presentimento do que me haviá de suceder. — D. Pedro 2.". E este post-scriptum: "As princezas hão de descansar no Bangú". (1)

Na mesma ocasião, deplorando aquela calamidade, Macedo avisou á filha:

"O Príncipe padecia de uma inflamação do baço e desde o anterior acesso de convulsões nunca ficou livre de febres intermitentes e foi isto o motivo de aqui procurarem ares; não porem proveitosa a vinda porque tem sempre sofrido; finalmente, hontem, pelas 7 1/2 da tarde, teve o primeiro acometimento de convulsões que, todavia, ao fim de perto de duas horas cedeu ao tratamento do Dr. Meirelles e deu-nos as melhores esperanças, mas pelas 10 h. da noite repetiram-se-lhe com tal violencia que o não deixaram até às 4 h. 20 da madrugada em que morreu. Eu não

(1) Carta publ. "in fac-simile" por Sergio Teixeira de Macedo, Historia, num. 1, Setembro de 1939 (Rio).
preguei olho e tive toda a noite de 2 em 2 horas de expedir boletins. A Princesa, hoje Imperial, está também com febres intermitentes”. (1)

O ministro austriaco escreveu cinco dias depois, que estava “o princípio monárquico enfraquecido, por falta do apoio com que contava de futuro…” (2) Substituíra-o — ao malogrado Pedro III — uma princesa demasiadamente pequena para os prognósticos desencontrados. Como a receberia o nacionalismo irônico e exaltado — quando tivesse por marido um europeu intrigado com as surpresas tropicais? Poderia domá-lo uma adolescente, puxando a mãe nos modos serenos e dignos, ou estudiosa e fria como a avó Habsburgo? Repetir-se-ia em Isabel o caso das grandes mulheres da família Bourbon, energicas junto de esposos mediocres, reacionárias num palácio cheio do seu espírito inquieto e da algazarra de meninos — como o de Napoles, ao tempo de Maria Carolina e das filhas? A irmã de Maria Antonieta olhara ferozmente Napoleão. Maria Amelia, duqueza de Orléans, fora a Egeria do liberalismo — discreta e sagaz. Maria Cristina puzera a coroa espanhola na cabeça de sua filha Isabel II. D. Carlos, como D. Miguel de Portugal, creou a mística tradicionalista sem vencer a gentil inimiga. Apoderou-se do passado, instalou a sua realêza sentimental nos montes de Navarra, e perdeu o futuro. A duqueza de Berry, alma desesperada da “restauração”, símbolo ardente d’uma causa irredutível, mostrará que as netas do Rei Sol valiam os marechais do orléanismo. Essas esplendidas senhoras ofuscavam os reis constitucionais, tímidos e gordos, que antes dos Estados — como naufragos perturbados — tinham

(1) Doc. na revista cit., cm. por Sergio Teixeira de Macedo.
(2) Heitor Lyra, História de Dom Pedro II, p. 326.
lançado pelas bordas do barco a fé e as convicções. Souberam crêr. A mãe de Francisco I das Duas Sicílias não perdoou a Revolução (1), de que se aproveitou a filha duquesa de Orléans, rainha dos românticos de 1830. A bela de Berry não transigiu com os democratas, agarrada ao fantasma branco de sua bandeira de Vendéa. A Idade Média não podia acabar mais cândidamente: com o desafio dessas Minervas de mãos de fada e sobr'ôlho político, que envolveram, com os braços de neve, a roda da civilização, numa luta inutil...

D. Pedro II, porém, não admirava os Bourbons, não compreendia as irmãs e tias da Imperatriz e amava as ideias tolerantes.

O seu tipo de soberana era exatamente Vitória de Inglaterra, que o detestava.

O Imperador também não gostava dos primos Austrias.

Ficára-lhe, da decepção conjugal, um resaibo de indisposição que o tempo não apagou. Os Habsburgos, em 1842, tinham-lhe negado a noiva, que a perplexidade do ministro Bento Lisbôa fôra achar á beira do Vesuvio — fora do quadro ideal de suas preferidas, arquiduquêsas loiras como sua mãe Leopoldina, de olhos da cór do céo e faces de rosa, lembrando, nos parques de Viena, a juventude de Maria Tereza... Despedira por isso secamente, com velada indignação, o bom barão Daiser, ministro d’Austria que ha dez anos o servia no Rio de Janeiro. Deixára-se empolgar pela educação francêsêa. O padre Boiret, seu mestre de primeiras letras, e Felix Taunay, professor de gre-

A PRINCESA ISABEL

go e botânica, desvaneceram-lhe, na imaginação infantil, as tendências germânicas de sua raça. Esse neto de Francisco II fez-se um latino na sua política, na sua leitura e na sua palavra. Continuou alemão nas intimas fibras do temperamento glacial. O homem sem amor e o príncipe sem impaciencias revelavam o intelectual intoxicado de letras clássicas, de ciência dispersa e textos escolares. O cético marquês seu tutor ensinara-lhe a veneração da Enciclopedia. O carmelita seu aio desembrulhara-lhe o espirito das compli-
cações emocionais de sua instrução religiosa, para aí plantar um racionalismo com a sua abstração: o culto do devêr. Diziam-lhe que o papel de rei era executar a Constituição sem comprometer a autoridade irresponsável. Tal o programa da rainha Vitória. Lá e aqui, um parlamentarismo verboso girava em torno do seu monarca adolescente. Tinha ela por si a “opinião” — plurisecular. E ele? Procurando partidos, encontrava os chefes, as pessoas que recebiam a “influência” do trôno e a retransmitiam às províncias; atras das eleições, o governo; em vez do povo, os poderes, que o dirigiam; substituindo os “imponderáveis”, que fazem a atmosfera dos Estados, a ação visível d’uma elite pequena; e esta, atenta á sua precocidade de moço sensato... Isabel teria o exito de Vitória? Toleraria o Brasil uma jovem imperatriz, que tivesse ao alcance da mão de jaspe as mólas da máquina política — e o destino da nação?

D. Pedro II foi um sévero professor das filhas.

Fôra-lhe fácil mergulha-las em literatura antiga, á semelhança dos seus próprios estudos, quando o vigiava o olhar fatigante de frei Pedro de Santa Mariana. Mas não queria somente familiarizar as meninas com os autores helênicos. Preocupava-se em afeiçoar-lhes
o caráter á sua condição, impondo-lhes uma serenidade adequada. Seria naturalmente excessivo, algo desastrado, em ambas as tarefas: na instrução intensa e na educação austéra. O método do velho paço de S. Cristovão reviveu, inexorável, nos seus horários fixos. Cresceram as princesas vexadas por essa justa medida do tempo. Com os minutos contados. Perseguidas por uma aia inalterável, de relógio na mão, como se o palácio fosse um quartel, um imenso quartel para dois pequeninos recrutadas. Não podia extranhar! O Imperador, na sua orfandade, não tivera desvelo materno que lhe amenisasse o método, do trabalho madrugador, do almoço matinal, do passeio de praxe, das lições exaustivas, do vestuário cerimonioso, de sua infância sem as meúdas loucuras que confundem anjos e diabretes... Creára-se insensível às reações subjetivas, contra essa tirania que sofria no seu aprendizado de rei teórico, talhado, pelos mestres, para ser antítese dos tirânos... A pontualidade em pessoa!

Essa regularidade enfadonha — é certo — não repetia o antigo socêgo da Quinta vigiada pelo tutor saltitante e pelo aio taciturno, quando a condessa de Aquila e a princesa de Joinville se aborreciam infinitamente ao lado do mano Imperador.

Tereza Cristina temperava as tradições de tristeza e ordem com a sua benevolência, o gosto da música, as árias cantadas ao piano, a sua tendência para a quiétude, em casa, ao pé do bastidor de bordar, cada vez menos majestosa nesses modestos costumes. Quebrava com isso a aspereza dos “programas” e dava às meninas — que se desenvolviam sadias — uma alegria de brinquedos ao ar livre, uma permanente festa de passeios, teatro e jardinagem no parque, como nunca tivera D. Pedro II no seu ciclo de “órfão da Pátria”.
Debaixo das janelas da Imperatriz um recinto murado foi-lhes concedido, para os pequenos trabalhos agrícolas.

Um banco de conchas e louça, dominava a aléa de saibro entre os talhões das violêtas e das hortaliças. As paredes exteriores do quadrilatéro caíam sobre as ladeiras que, em alcatifas de verdura, acompanham as construções mais novas do palácio, separadas das cavalariças, ao fundo, por um vale balizado de árvores frondosas. Eram acolá as cocheiras de D Pedro I, aqui a esplanada, onde Itanhaen fizera armar o teatrinho de D. Pedro II...

Tres gerações de principes deixavam nessa paizagem idílica — as enormes árvores! — o seu vestígio infantil, a sua saudade...

Antes de Glaziou, vindo em 1863, com a "paizagem" francesa, que transportou para a Quinta aspectos frios, dos parques de Le-Notre, aquilo estremecia de frémitos tropicais: diziam-na "chácara imperial", mas à roda do Paço, um tanto rústico, o que gemia e cantava era um trecho bárbaro de floresta americana... Um horror, esse descuido em que se deixara S. Cristovão — extranhara, em 1843, o príncipe de Joinville, habituado ao desenho geométrico de seus jardins históricos, onde as fontes de alabastro jorram, por sobre hombros de divindades, uma água decorativa... O botânico Konig puzera-se a concertar o bosque, dando ao vasto terreno um ar civilizado, próprio da corte que, às 5 da tarde, de chapéos de palha, saía a espalhar pelas alamedas húmidas. "Tout est convenable et de bon gout", concordara o Dr. Yvan (1).

Isabel lembrar-se-ia: "Na minha infância, o parque era famoso, sobretudo pelas aléas ensombradas,

(1) Voyages, I, 74, Bruxelles 1853.
feitas de mangueiras, de tamarindeiros e de outras árvores. Havia uma soberba alameda de bambus cujos cimos se cruzavam tão alto, que formavam uma verdadeira abobada de catedral. Por inspiração de meu Pae, Glaziou traçou a linha plantada de árvores, que vae dar diante da bela fachada do Palacio. Dos andares superiores desta fachada, vê-se ao longe uma parte do mar, do lado do Cajú; das duas outras fachadas descobre-se o esplêndido panorama que tem por fundo a Tijuca e Corcovado”. (1)

Não podiam querer mais bonito campo!

As princesas eram rainhas na sua horta, entre quatro ou cinco amigas de sua idade, sob as janelas da Imperatriz.

E tinham, no verão, um espaço mais livre, mais delas: tinham Petropolis.

A Julho de 1850, aliás, deveria remontar-se a reminiscência mais distante de Isabel: quando entrou oficialmente nos papeis do Estado, reconhecida — aos quatro anos — herdeira da coroa.

No dia 29 solene comissão legislativa fora cumprimentar os soberanos ao Paço da Cidade.

Às 11 horas de 10 de Agosto, no Senado, presentes 79 deputados e trinta e seis senadores, o barão de Monte Santo, presidente da assembleia, proclamou-a herdeira do trono (2).

As profalsas do estilo poderiam beliscar-lhe a vida nascente. Mas era tão pequenina! E amava a doce liberdade de Petropolis.

---

(1) **Alegrias e tristezas**, manuscrito da Princesa, no arquivo do castelo d'Eu, cit. por Heitor Lyra, **História de Dom Pedro II**, II, 83, S. Paulo 1939.

(2) **Jornal do Comércio**, de 11 de Agosto de 1850.
Conheceu a sua linda serra em 1850 ou 51, quando o palácio que o pai mandava construir, solitário, apenas preconizava a cidade que havia de brotar, como uma vegetação multicôr, no vale ondulante e verde. Apegou-se muito àquele trecho da montanha por ter ali vivido os mais claros e belos dias de sua infância. Refúgio de saúde e calma... Em carta de 8 de Abril de 1851, para Paulo Barbosa, Ernesto Frederico de Verna contava que uns preferiam a Tijuca, outros a insípida fazenda de Santa Cruz: “Mas eis que aquece o tempo, o sol ardente aquece os pedregulhos de que o casebre era rodeado (na Tijuca), a Princesa a pedir e muito a pressa tudo “dégringole” e vamos em debandada para Petropolis. “Malgré tout” é lá que a Princesa acha saúde” (1).

A amenidade do Imperador nos meses de vila-giatura, quando a sua face era mais saudável e o sorriso mais terno, havia de concorrer para que ligasse à ideia de Petropolis a de uma felicidade entre rosas e palmeiras. As rosas celebres do ministro Andres Lamas. As palmeiras do parque do palácio. As pontes de madeira sobre o Piabanha e os colonos alemães que iam beijar, trêmulos, a mão do seu “kaiser” — tão perfeitamente germânico entre os lavradores de Westfalia e da Saxonia, cujas roças, pelas abas dos morros, cercavam as casinhas asseadadas e brancas, com a sua chaminé nórdica e as cortinas de chita. E o luxo insólito dos barões que fugiam ao estio de beira-mar, com as equipagens inglesas, os seus sobrados, os seus bailes, um esplendor de sociedade satisfeita à roda

(1) Americo Lacombe, conf. no Jornal do Comércio de 30 de Abril de 1939.
d’um monarca que, por vezes, nesse clima galante, esquecia a austeridade prematura e dansava a sua valsa vienense... D. Pedro II puderá ali conversar horas a fio com Sarmiento. "Pareciamos dous estudantes..." (1) Petropolis — cresceu com ela.

(1) Obras de D. F. Sarmiento, XIV, 71.
EDUCAÇÃO DE RAINHA

A primeira aia da Princeza — e a sua melhor amiga afinal — foi a excelente D. Rosa de Sant’Ana Lopes.

O paciente Luiz Aleixo Boulanger, que ensinara caligrafia ao Imperador-menino, guiou-lhe a mão nas garatujas infantis. Inexcedível Boulanger! Com a sua fidelidade cortezã e discreta sonhava ensinar à discipula imperial uma soberba caligrafia — e não perdeu o seu tempo. A filha aproveitou-lhe mais a lição do que o pae, cuja pessima letra se tornava por vezes ilegível. Os estudos gerais da menina aos 11 anos estavam a cargo do Dr. Francisco Crispiniano Valdetaro. Era um pedagogo sério que tinha Colégio disciplinado pelo método do professor José da Costa e Azevedo (1). Em 1855 Antonio Feliciano de Castilho — mal recebido dos confrades americanos — achára-o retardado, Costa plagiário, e Valdetaro homem de poucas luzes... “O tal colégio que se apontava, e que pertence a um fulano Valdetaro, ensina por uma modificação feita pelo mesmo Valdetaro ao mesmo Costa, mas leva anos para dar mãos ledôres” (2). Apezar deste julgamento o homem resplandecia, na sua reputação de educador. Era o principal, num

(1) Sobre este, Lacerda Nogueira, A mais antiga Escola Normal do Brasil, p. 28, Niterói 1938.
grupo de mestres hábeis: para o desenho, Marciano José de Almeida; para a música, Isidoro Bevilaqua, e depois Pinzarrone; para o inglês o padre Marcos Neville, o alemão, Guilherme Schulze, a filosofia, depois, frei José de Santa Maria Amaral (sábio beneditino, professor do Colégio Pedro II (1), por fim Reitor do internato e Inspetor geral da instrução), em companhia do romancista Joaquim Manoel de Macedo e do velho Sapucahy, lentes eventuais de história e literatura. Jules Toussaint — cujos baileados, em 1826, tinham agradado a D. Pedro I (2) — foi o mestre de dança... Sem a assistência, porém, de uma preceptóra que dêsse a esse conjunto de aulas uma direção adequada, preenchendo-lhes as falhas, para que a formação espiritual da princesa correspondesse às suas responsabilidades sociais, seriam elas desencontradas, algo confusas, como na infância de D. Pedro II, antes do vigilante frei Pedro. A mulher providencial, que desempenhou o papel do bispo de Crisopolis junto do Imperador, foi a condessa de Barral.

D. Luiza Margarida Borges de Barros associara um fidalgo francês, sobrinho do marquês de Beauharains, à sua grande herança e ao seu espírito cultivado. O visconde de Pedra Branca seu paiz, com engenhos na Bahia, as suas poesias, a diplomacia, o senso econômico (requerera à assembléa provincial, em 1835, a primeira concessão de estrada de ferro!) (3) — quizéra casa-la com um político da terra, que lhe não es-

(1) Natural da Bahia, ingressou no Pedro II, como professor de filosofia, em 1858; dirigiu o Internato em 1866-70, quando passou a inspetor de Instrução. Jubilou-se em 1877, Escragnole Dorla, Memoria Historica do Colegio D. Pedro 2º, p. 34; Rio 1939.


(3) Actas da Assembléa Provincial da Bahia, I, 117, Bahia 1937.
tranhasse a casa-grande ao pé da senzala e a nostal­gia das propriedades avoengas. A rapariga contrariou-o, preferindo o estrangeiro, que lhe retribuiu o sacri­fício abandonando a “carrière” bem começada para vir meter-se, com a esposa, no reconcavo de massapê fôfo de bagaços de canas, onde a nobreza, de calças brancas, vivia pródigamente o seu último período de abundancia. Para o visconde, que tinha por melhor tesouro a filha unica, a companhia do joven casal fora o prêmio de uma velhice iluminada, até o fim, pelo seu clarão de arte suave. Quanta gente, no Im­perio, sabia de côr essas estrófes mimosas! (1).

    Põe na virtude,
    Filha querida,
    De tua vida
    Todo o primôr.

    Não dês á sorte,
    Que tanto ilude,
    Sem a virtude
    Algum valôr.

Em 1854 nasceu-lhe um neto, Dominique... O “não esperado já”, como lhe cantou o poeta Muniz Bar­reto (1) — a quem o visconde convidava para almoçar com versos assim:

    Se de mascar um perú
    Tem hoje gana o seu dente,
    Vem trinchá-lo em família
    Có’o seu amigo e parente.

(1) Barão de Loreto, Noticia biografica da condessa de Barral e de Pedra Branca, Rio 1891.
(2) Clássicos e Romanticos, p. 100, Bahia 1855.
Faleceu no ano seguinte, aquele patriarca de letras floridas. Depois de o sepultar no Campo Santo da Bahia, onde trêchos do seu poema “Os Túmulos” ornam, com os caracteres de bronze, varios marmores monumentais, a senhora de Barral pensou em recolher-se à Europa com o seu Dominique. Convirou-a então o Imperador para dirigir a educação das princesas.

É facil adivinhar a origem do convite.

Antes de 1848 D. Luiza Margarida servira à princesa de Joinville D. Francisca, e fizera-se amada na modesta corte da irmã de D. Pedro II, mais vazia e mais insípida nas demoradas ausencias do principe, primeiro marinerio do Reino e caçador de aventuras pelos largos mares.

Para uma velha amiga — a condessa de Itapagipe — assim Pedra Branca lhe noticiara a nomeação — em carta de 26 de Março de 1844:

“Tanto pela recomendação de minha Filha, como por amizade minha, participo a V. Ex. e a Exma. Snra. D. Maria Francisca, Sinházinha como gostamos de chamá-la, que El Rei dos Francês ense nomeou minha Filha Dama d’honor de nossa Princesa hoje de Joinville, graça tanto mais lisonjeira quanto toda espontânea. O emprego além de tudo é honorifico, tem honorários bons, uma carruagem da Casa Real, talher na mesa d’El Rei, e despesas de viagens pagas etc. etc., sendo o mais precioso viver ao pé de uma Princesa nossa, e tão digna, e de uma Rainha Santa: assim é minha Filha a primeira brasileira empregada na Corte, onde seu Pae foi o primeiro Representante do Brasil” (1).

(1) Carta datada do engenho S. João, ms. no arq. do A. Maria Francisca, a quem se refere, foi a viscondessa de Nogueira da Gama, Dama da Imperatriz e mulher do mordomo do Imperador, que exerceu este cargo em substituição de Paulo Barbosa, de 1868 a 1889.
O Imperador devia ouvir de preferência a irmã mais idosa, D. Januária. Mas entre eles se interpuzera uma sombra: o cunhado conde d’Aquila. Joinville teve o tacto de não interferir nunca no destino do parente do Brasil. Aliás, elogiando o rei Fernando de Portugal, notára-se com o mesmo defeito: a incapacidade política... (1) D. Francisca, a meiga Chicá de Orléans, tão desinteressada como o heroico marido, podia manter com D. Pedro II — sempre rebelde a tutelas domésticas — uma correspondencia franca. Indicou-lhe a Barral. Talvez ensinasse mais á sobrinha do que a ela tinham ensinado — como estranhára a condessa de Boigne — seus mestres de S. Cristovão... (2).

1855 fôra um ano atroz.

O colera morbus matara, no Engenho Novo, a insubstituível Belmonte — a “Dadama”. Empestára os ares da Bahia e da corte. Suspendêra um terrôr mudo e vago sobre aquela sociedade que se polia ao contacto da “Revue des Deux Mondes” e da lírica italiana. O inverno seguinte trouxéra a calma, a paz. Somente em Agosto de 56 — porem — se resolveu a senhora de Barral a mudar de residencia. O Jornal do Comercio do dia 30, na sua crónica da Bahia, noticiou a partida da fidalga, que ia presidir á educação das princêsas (3). Completára quarenta anos em 13 de Abril. Quatro anos depois o pintor Tirone, na sua tela do “juramento da princêsa imperial”, a retratou, com uns tons de prata nos cabelos partidos ao meio, o busto farto, a fisionomia mais energica do que formosa, irradiando a majestade das damas de palácio que sabem arrastar o manto verde com bordados.

(1) Vieux souvenirs du Prince de Joinville, Paris 1896.
(2) Comtesse de Boigne, Mémoires, IV, 340.
(3) Jornal do Comercio, 30 de Agosto de 1856.
argênteos, e olham d’alto, como diante do cavalete de Nattier que as deve representar numa aureola mística... Dava-se ás ciências e fazia nas cartas, como a Sevigné (a comparação é do barão de Loreto) uma literatura apreciável. Adquirira em França essa profusa instrução clássica (1) que depois de 1848 dificilmente se acharia nos conventos europeus: o seu latim, o seu grego, a sua filosofia, e a história como se ensinára no Colégio de Louis le Grand. Não admira que esse requinte impressionasse o Imperador, a farrejar, na sua corte, interlocutores enciclopédicos. A Barral foi mais do que a aia das princesas: foi um modelo, em S. Cristovão (2) de 1856 a 1864, da grã-senhora poliglota, erudita e conversada.

D. Pedro II nunca mais lhe dispensou a colaboração intelectual. Na Europa depois de 1864 foi como um seu agente confidencial, que lhe dizia as novidades, á maneira dos diplomatas, e apresentava os autores, com uma intuição sagaz do seu préstimo e das suas vistas. Recomendou-lhe Gobineau (3) — o seu principal amigo estrangeiro. A este, em 1874, haveria de escrever: “A companhia da Senhora de Barral foi para nós uma grande consolação e durante a doença de minha filha pude ver, ainda uma vez, até que ponto ela me é afeiçoada, assim como aos meus. Com a chegada de Dominique, não falta mais ninguém; faltam-me ainda os nossos domingos” (4).

(1) Em 1826 e 1831, nos jantares do ministro do Brasil, Pedra Branca, já figurava a futura condessa de Barral, docs. no arq. do minist. das Relações Exteriores.
(2) Cf. F. Biard, Deux Années au Brésil, p. 57, Paris 1862, a Barral morava a um quarto de legoa de S. Cristovão e o conde estava na Europa.
(3) Alberto Rangel, Gustão de Orléans, p. 222, S. Paulo 1936.
Isabel ligou-se extremosamente a essa mestra ideal.

Não se parecia com as professôras angulosas, de impertinente “pince nez”, que se vestem como sêres indeterminados, na frieza do seu ofício de mulheres sábias. Antes de ser a preceptôra, era castelã em França e senhora de engenho na Bahia. Continuou, até morrer, aristocrata irrepreensível. Dela pôde dizer-se que restauraria sozinha as leis do bom tom, se estas se perdessem. Vinha de Paris de Luiz Felipe. Sem as velharias protocolares do “ancien régime” nem o “arrivismo” de mão gosto do segundo Imperio. Luiz XV modernizado, em “frack” inglês, de guardasol branco, chapéu redondo e “caleça” vitoriana: mas, a despeito da simplicidade burguesa, do recórte liberal e dos burzeguins — Luiz XV... Isabel compreendeu o mundo, de transações razonáveis, que o conde d’Eu lhe mostraria em 1865 — por intermedio da sua querida condessa. D. Pedro II não tivera esta fortuna: vira-o através do temperamento sombrio de frei Pedro... O paço Isabel e os seus serões artísticos, Petropolis, com as exposições de flores e o Palacio de Cristal, as “camelias da abolição” esboçam-se na influencia da Barral sobre o espírito da herdeira da corôa, mais Bourbon do que Austria, mais latina do que Habsburgo. A sua alegria sociável, a sua interpretação muito feminina dos deveres de Estado, o lar aburguezado e harmônico, o aparente desprendimento das vaidades superfluas, a íntima satisfação — um tanto estoica — de ser imperatriz e mulher num círculo de família, pequeno e fechado, contente com sua sorte, sem ambições perigosas, sobretudo sem pressa de trocar essa placidez por uma gloria arriscada, a do poder — completaram-lhe as linhas do ca-
racter, em contacto com a “experiencia” da Barral. Nada de exagêros historicos — a proposito dos direitos dos reis!

A lucidez da condessa consumou esse delicado trabalho de adaptação duma princesa às desilusões do seu seculo.

Dir-se-ia que fora seu livro de horas, em todo o período da instrução das imperial meninas, “De l'education des filles”, de Fenelon... “De ordinario os que governam crianças nada lhes perdoam, perdoando-se tudo, a si próprios...” (1). Em Isabel o que havemos de observar mais tarde é exatamente a supremacia da mulher, onde as conjunturas deviam impôr — caprichosa — a rainha. Não a fizeram forte politica — o pae e a mestra. Se nisto houve uma deficiencia, é de culpar-se o Imperador, submetido, na juventude, ao mesmo método de transformação do principe — ávido de governo — numa criatura dócil às suas obrigações, própria para ouvir, e calar... Não queria ele ter filha “pretendente”, metida com assuntos de Estado na idade em que as raparigas lêm Lamartine, e indiscrèta na sua curiosidade precoce. Por seu lado Tereza Cristina, alheia, por sistêma e voto, às intrigas politicas (renuncia de primeira hora, a que se conservou fiel até o tumulo) trataria de afastá-la do bulício social, para que fosse caseira e prendada como as infantas de Napoles — religiosas, filarmônicas e retraídas.

A triplce vigilancia, dos paes e da aia, tornaram gradualmente monotona a vida das duas meninas, á medida que passavam da cartilha para o francês, da geografia para as matemáticas, do desenho de Mar-

(1) Discours sur l'eloquence, p. 185, ed. Garnier.
ciano José de Almeida para a dansa de Jules Toussaint e a filosofia (ó, a massiça filosofia!) de frei Amaral.

Restava-lhes a jardinagem. Mas um acontecimento lamentável permitiu que a herva daninha lhes invadisse os canteiros de violêtas. Brincavam uma vez — foi em 1862 — Isabel, Leopoldina e as amigas inseparáveis, Amandinha Paranaguá (1), Mariquinhas (Maria José Velho de Avellar), Eugeninha (a filha do visconde da Penha), Maria Candida (filha do caro Sapucaí), Maria Antonia (sobrinha de Caxias)...

Armára-se cada qual com o seu ferro agrícola. Nas mãos macias da princessa imperial um pequeno alvião, feito para ela, reluzia o aço novo. Com que dextreza elevava-o acima da cabecita doirada e golpeava, forte, a leira revolvida e húmida! De repente, sem vêr a companheira que se puzera por detrás dela, suspendeu a picaretêa... Um grito de dôr ecoou no jardim. A ferramenta caiu-lhe aos pés; voltou-se, aterrorizada; e agarrou-se, cheia de aflição, à querida Amandinha, que cobria um dos olhos com a mão nervosa. Uma gota de sangue rolava-lhe pela face, como uma lágrima. Foi uma rápida cena de desespero que nunca mais esqueceriam — naquela dóce manhã de sol, quando o palácio, em silêncio, parecia mergulhado num sono pacífico, bebedo, pelas janelas abertas, a quente respiração da terra cheirosa, e lá fora aves e crianças chilreavam... Acorreram as açafatas, os criados, os médicos. Levaram em- braços uma e outra: Amandinha, a morder os lábios para não chorar; Isabel, inconsolável, a desfazer-se em pranto. Tudo fizeram para salvar a vista vazada aquela heroica menina; foi

em vão. Isabel dedicou-lhe dãí por diante um afeto que não se alterou com o tempo: a velhice e o exílio não puderam dissolver essa amizade.

O ciclo dos folguédos ao ar livre, em todo caso, interrompeu-se-lhe assim. Os livros substituíram momentaneamente as flores. A Barral incutiu-lhe o gosto do teatrinho. Exatamente como Itanhaen ao Imperador, na mesma área externa do Paço, diante dos mesmos fâmulos, porventura trajados com as mesmas velhas casacas, apenas mais grisalhos, mais comovidos... e até com as mesmas peças.

Uma surprêsa: desempenhava-se muito bem, em "Les Plaideurs", que Racine imitára de Aristophanes... Prazêres educativos, não escondem a sua insipidez: mas nas tardes de S. João e S. Pedro como que o calôr das fogueiras, no parque, derretia igualmente a massa dos preconceitos e o gêlo da etiquêta. A Imperatriz saía, com as damas, a condessa de Iapagipe e sua filha, Maria Francisca, Maria Antonia de Verna e o marido, médico da Imperial Camara, Luiz Carlos da Fonseca, para vêr os fógos. D. Pedro II humanizava-se, numa bonhomia de quem tivesse saudades — de sua infância em que esses jubilos foram raros, esperados gulosamente ano a ano; e as meninas se sentiam felizes, como pássaros soltos, tontas entre as lanternas de papel e as "bichas" chinêsas.

A’ noite, porém, depois do jantar sempre ligeiro, e de um fugaz passeio pelas avenidas á volta do palácio enquanto durava o crespusculo — a erudição cobrava os seus direitos.

O Imperador, entre 8 e 9 1/2, lia, comentava a página, arrancava daí os olhos azues para alguma pergunta, deixava que pairasse, na sala austéra, que os reposteiros de gorgurão entristeciam com os tons
quentes, uma louvável admiração, pelos clássicos... Poétas, filósofos, geógrafos. E os mestres da língua. Com dias próprios, João de Barros às segundas, Camões às terças-feiras. “Noutras horas dá-lhes lições de matemáticas, de latim; explica-lhes a física de Cabet” (1). A astronomia ficava para as noites estreladas. O seu estudo predilêto — dizia o sabio Liais (2). Já em Setembro de 1851 lhe mandará Arago o projeto de um observatório (3). Estudo predilêto e caro — porque construiu de fato o Observatório Nacional. O mais popular também — porque era fácil, aos adversários do governo, figurá-lo, “lunático”, a espiar por um telescópio... A sua pobre astronomia! Daria para tudo: a admiração dos americanos, em 1876, a ironia de Flammarion, a caricatura de Angelo Agostini, os desafôros do Carnaval carioca... Sua Majestade — não esquecessem as princesas! — era “le prince philosophe”, como o tratava Lamartine. A Imperatriz bordava alguma cousa. Elas, ouviam quiétes, atentas. D. Pedro II, avançando, na poltrona de fôrro azul, a grande estatura, a barba de ouro antigo mais fulva junto da lâmpada, os olhos claros um tanto duros, a voz fina, um gesto de professor na maneira de criticar a sua leitura, sobre os joelhos o livro, era ali, em família, o que quizéra ser no trôno, e na vida: um mestre muito informedo... Isabel teria dele essa impressão essencial: seu mestre. Os netos, trinta anos depois, não o veriam d’outro modo: seu mestre. Parece que entre estes e ela só uma diferença foi sensível: o “pince-nez”. Aquele implacavel “pince-nez” que

os filhos do conde d’Eu veneraram — acavalado, com cintilações mágicas, no seu nariz forte, oscilante, autoritário, impertinente, e por detrás do qual brilhava o mesmo par de olhos glaucos, comuns à casa d’Austria...

A princesa imperial não foi intimidada por esse “pince-nez”, da velhice: mas sofreu a inclemência do seu regimen.

D. Pedro II — registou o “Jornal do Comércio” quando ela se casou — “tem sabido ser pai como nunca o houve melhor” (1).

---

(1) Jornal do Comércio, de 15 de Outubro de 1864.
UM PRINCIPE ROMANTICO

1858 foi o ano dos primeiros deveres de Estado. Começaram por uma devoção metódica. Em 6 de Novembro Isabel e Leopoldina subiram, com a Imperatriz, a ladeira da Gloria. No topo do outeiro, a igreja pequena e faceira da predileção da família reinante as atraía como um complemento do Paço, o santuário ligado à sua sorte como um encargo das gerações precedentes... Já D. Pedro I chamara de Maria da Gloria a filha-rainha em homenagem a esse templo, onde, tantas vezes, agazalhara a imperatriz Leopoldina a sua aflição silenciosa. Com olhos de respeito os camaristas mostravam-lhes o quadro oferecido pela boa Senhora, em que, de “amazona azul”, aparece ela no seu cavalo de caçadora, e a inscrição comemorativa do restabelecimento do Imperador, após a queda, que quasi o matou... Daí a praxe, que se não alterou mais, de irem ouvir missa à igreja do morro todos os sabados, às 7 (1).

Por 1859 e 60 a sombra da política entrou-lhe na vida.

Nunca mais o seu horizonte se livraria dessa nevoa: interceptando-lhe o sol doirado — que era para todos — o fantasma do poder — que foi seu privile-

Começou devagar, esse problema de Estado, que, crescentemente, a apertaria nas tenazes da dúvida e da responsabilidade. E apresentou-se de uma forma galante: o casamento. Era, por sinal, a grande questão. Desse noivado — em que não pensara ainda — dependia a sua tranquilidade futura, infinitamente menos importante que a do país. O marido da Imperatriz, quizéssem ou não, seria Imperador. Associar-se-ia a ela no governo. Um estrangeiro tomaria assim as rédeas ao nacionalismo — melindroso e bravio — que soprava a eterna braza de sua xenofobia. Viria um homem d'outra raça participar de nossas dificuldades, embrolhar-se em nossas lutas, receber nos ombros de Cirenêo, indesejado, uma cruz alheia... Este pensamento aterrou o Império. Que fazer? Ou antes: onde procurar o raro sujeito, capaz de ser o “príncipe Alberto” do Brasil, exquivo, calado, doméstico, inútil, sem opinião, para ser constitucional, e sem “temperamento”, para ser consorte da soberana? Indigitou-se — num boato inconsequente — o duque do Porto...

Foi a primeira notícia nupcial que se enrolou nas conversas da corte com as preocupações que a adolescência de Isabel despertavam. Sobrinho do Imperador, filho da brasileira D. Maria da Gloria, o belo D. Luiz (extremamente parecido com a avó, a triste Leopoldina, segundo a irmã desta, a princesa de Salerno, que o conheceu na Inglaterra em 1853) (1) seria um marido perfeito. Mas os meios populares extremaram uma oposição jacobina. Não lhes sorria isto de Imperador português depois do banimento do primeiro... Na Câmara a atordor repercitu, inesperada. Subiu à tribuna. Estrondeou... A 11 de Agosto de 1859, o deputado Pinto Lima interpelou o ministerio sobre...

---

(1) Alberto Rangel, Gastão de Orléans, p. 43.
A PRINCESA ISABEL

33

o propalado contrato. Respondeu-lhe o presidente do conselho Angelo Muniz da Silva Ferraz, no dia 19. Na aparência a cousa carecia de importância; porém o povo, emocionado, se deixará arrastar pelo rumor de possíveis revelações, que boliriam com a sorte da nação, e as galerias apareceram cheias. Ferraz não disse muitas palavras. Limitou-se a negar, dando por infundada a notícia, apoiado por Luiz Pedreira do Couto Ferraz, que se revestia da autoridade de amigo e confidente do monarca. Deste recebera uma informação peremptoria, talvez a recomendação para cortar os debates sobre caso tão particular. Fechou a oração de modo brusco: “e permita também a Camara que eu não acrescente mais uma só palavra ao que acabo de declarar”. No Jornal do Comércio um lúcido português pretendeu demonstrar que D. Luiz estava chamado a destinos mais altos — e que o esposo da princesa, afinal de contas, não teria força para nomear um juiz de paz (1). Acertou, na profecia: em breve D. Luiz reinaria em Portugal. É possível que o tio não tivesse pensado nele para genro, apesar do afeto que tinha ao cunhado o rei Fernando, tão atraente com a sua educação de artista completo (2) — um sibarita delicioso. A mana Francisca de Joinville conduziria aceitavelmente a intrigas do seu centro natural — que era a corte inglesa. Isabel habituar-se-ia às formalidades de sua posição e aos deveres correlatos. Entre menina e moça, apareceu de vez aos estadistas que arrastavam no Senado um passo trópego, e aos deputados jovens que iam apoderar-se da máquina do Estado, em 29 de Julho de 1860. Aos quatorze anos, tinha de

(1) O Casamento de Sua Alteza Imperial, Rio 1859 (com extrato dos discursos e artigo do Jornal).

(2) E. Globlet d’Aviella, L’Établissement des Cobourg en Portugal, p. 41, Paris 1869.
prestar perante as Camaras o juramento que, na menoridade do Imperador, e com a mesma idade, prestará D. Januária. Foi idêntico o cerimonial. Mas a majestade da cêna, espelhando, no fulgôr d'uma assistência de uniformes rutilantes a grandezas dos espetaculos inesquecíveis, lhe daria afinal a convicção do seu papel histórico, a realidade dos seus direitos.

11 horas da manhã, no antigo palacio do conde dos Arcos onde, desde 1826, funcionava o Senado. Trinta e nove senadores e 96 deputados alinhavam-se no recinto. A nobreza, em trajos de gala, pompeava na galeria do hemicírculo, reservada para as figuras do Paço, o corpo diplomático. Na tribuna da imprensa quatro rapazes: Pedro Luis, do “Correio Mercantil”, Bernardo Guimarães, do “Jornal do Comércio”, alto e magro, com as apófises da face em relêvo ascético, Quintino Bocayuva, e, de sobrecasaca, meúdo, timido, Machado de Assis... (1). As fardas, as condecorações, rostos veneráveis e conhecidos, descreviam em torno da mesa um halo de esplêndor e prestígio; ali palpitava a monarquia nos seus valores, desencantados, inexcedíveis. Os oradores, os chefes, os expoentes. As duas gerações — da Independência, com aqueles cabelos brandos, peitos dourados cintilando — e da ultima eleição — os moços, de barba em ponta e gadelhas negras, que se aproximavam de “sua hora”. Lá — Olinda, Abrantes, Itanhaen “seco e mirrado”, Montezuma, os antigos; Eusebio, obeso e grisalho, Caxias e Porto Alegre com as suas medalhas gloriosas, Paranhos na mais inglesa casaca da assembléa, a lembrar — com as suiças arrogantes — um “lord”

victoriano; Carneiro de Campos com a sua barba de marujo, Nabuco de Araujo e Pedreira, Abaeté, Zacharias e Holanda, Itaborai taciturno e Pimenta Bueno expansivo e risonho... marechais e soldados. Da comissão encarregada de receber a princesa participavam os senadores Ferreira Pena, Pimenta Bueno, Souza Ramos, José Antonio de Miranda, barão de Muritiba e o fiel Sapucaí; e, entre os deputados, Pinto de Campos e Luiz Carlos da Fonseca — dois palacianos —, Teixeira Junior, que herdará ao marquez de Paraná a independência irreverente, um tanto rebelde, e Tito Franco, anti-dinasta. A amalgama agradava ao parlamento, que via naquela menina a esperança d'outra época — liberal e pacífica... Isabel estava formosa, no seu penteado ao gosto de D. Maria II, no vestido branco bordado de ouro e no manto verde, com aplicações do mesmo metal, que lhe pedia dos ombros. As damas, D. Rosa e a Barral, vestiam pelo figurino do primeiro Reinado que a Imperatriz não alterará: o vestido de gorgurão cór de palha com o seu feitio do tempo de D. Amelia, encoletando em bico, a realçar o busto, como aparece no retrato da marquesa de Santos; e o manto de sêda verde-cana debruado d'oiro que se usou em 1829. O sequit compunha-se do mor-domo Paulo Barbosa — não mais o airoso Paulo do quadro da Coroação, de Porto Alegre — mas pezado, encanecido, igual ao outro apenas na cabeça provocante e senhorial —, do estribeiro-mór José Joaquim de Siqueira, do capitão de arqueiros Augusto Duque-Estrada Meyer, dos vereadores Candido Batista de Oliveira e Camilo José Pereira de Faro, servindo de porteiro da Imperial Camara Antonio de Araujo Ferreira Jacobina. O barão de Pirapama com os secreta-
rios do Senado recebeu no meio da sala a princesa. Reservara-se-lhe uma cadeira alta junto dos degraus do trono, onde o Imperador lia as Falas de 3 de Maio. Foi rápida a solenidade. A mão direita sobre o livro, que lhe apresentou o senador Vellasques, declamou: “Juro manter a religião católica apostólica romana, observar a Constituição política da nação brasileira e ser obediente às leis e ao Imperador”. De pé, a assembléia emudeceu, respeitosa. Aplaudiu ao fim dessas palavras quasi litúrgicas. Meia hora depois saía Isabel acompanhada do mesmo cortéjo.

Esse contacto inicial com os negócios públicos não podia atemorizá-la.

Entrava na vida do Estado sob pálio e entre alas de pessoas benevolas que vestiam, em sua homenagem, uniformes soberbos. Aquilo fora menos um ato político do que uma festa — na sua cenografia brilhante, que o pintor Tirone fixou com o pincel minucioso (1).

Depois do incidente parlamentar de 1859 correu outro boato nupcial: quando o arquiduque Maximiliano visitou o Rio de Janeiro no ano seguinte. Disse-se que procurara inculcar a Isabel o mano arquiduque Luiz José, ou o cunhado, o conde de Flandres (2). Se tal era a embaixada, frustrou-se-lhe aos primeiros ensaios: não há vestígio, na diplomacia do Imperador, das propostas do amável primo d'Austria. Este — excepcional rapaz, que viajava para esquecer a política de Francisco José, seu irmão, — encheu de observações literárias o caderno de “turista” erudito; deslumbrou-

(1) Quadro existente no Museu Histórico Nacional.
(2) Alberto Rangel, _op. cit._, p. 53.
se com os pássaros e as palmeiras (1) e seguiu o seu destino romanésco: o ponto final seria em Querétaro, diante do pelotão de fuzilamento, epílogo de um sonho clássico — o Império mexicano... Não se conversou mais sobre o assunto: até 3 de Maio de 1864. D. Pedro II revelou nesse dia, na Fala do Trono: “Anuncio-vos com prazer que trato do casamento das princesas minhas muito amadas e queridas filhas, o qual espero se efetue no corrente ano”.

Em 3 de Maio, pois, estariam combinados os noivados, concluídas as negociações, os escolhidos a vésperas do embarque — que de outro modo não se explica o prazo dado: “no corrente ano...”

Mas o mistério continuou (impenetravel, dizia para Viena o Ministro Sonnleithner) (2) até Agosto.


---


(2) Heitor Lyra, op. cit., I, 398.
pouco bonita. D. Francisca concertára tudo: Augusto, mais novo, de 19 anos, para Isabel; Gaston, 22 anos feitos, para Leopoldina... A predileção pelo Coburgo explicava-se: era a família ideal dos principes-consortes, das princesas mimosas. A geração anterior dera Leopoldo da Belgica, Ernesto, pae do principe Alberto e a mulher do duque de Kent, mãe de Victória. A seguinte: Augusto, marido de Clementina de Orléans, Fernando, rei de Portugal, a duquesa de Nemours... Gente culta, estêta, superior ás paixões de mando, de partido. Ao contrário dos Orléans — liberais, populares, gabando-se de conhecer os caprichos da massa, a democracia. Pezadas as respectivas tradições, eram antíteses, os primos: nos olhos alemães de Augusto — de um azul translúcido e inocente — havia certa ingenuidade, ou desapêgo das cousas do mundo, em contraste com a vivacidade que ardia nas pupilas do francês. Este era fisionomicamente Orléans, na estatura, no perfil aquilino, o nariz dinástico em que pareciam conjugar-se avarice e ambição, a frente inteligente, fortes ombros de soldado. Augusto tirará aos Saxes o ar sonhador e plácido, oposto ao irmão Fernando — um dia tzar dos bulgaros — cujo famoso “tipo de Orléans” na velhice tanto o assemelharia ao conde d’Eu. A duquesa sua mãe fôra a mais bela filha de Luiz Felipe e Maria Amelia: Clementina. Nutriu-a a mesma ama de leite do pequeno Nemours. (1) Desposará o duque Augusto em 1843: três anos depois do casamento da irmã deste, Victoria Augusta, com seu irmão Nemours. Todos os invernos, depois de 1852, os filhos de ambos brincavam juntos nos parques de Claremont (2). Juntos estiveram em 1856, na Italia.

---

(1) Journal de Marie-Amélie, II, 195.
(2) A. Rangel, op. cit., p. 41.
Uma fotografia, de 1860, representa-os juntos, no castelo da avó, á roda d’uma mesa de xadrez. Apenas um destino mais favorável soprou sobre a casa de Saxe paz e fortuna, enquanto os filhos e netos de Luiz Felipe — o almirante Joinville, o general Nemours, o magnífico d’Aumale, conheceram a glória prematura, a expatriação em plena juventude, as aventuras de novela pelos climas barbáros, todas as surpresa-s da vida, digna e viril.

Em 1848, quando caiu o Rei-burguêz, Gaston tinha seis anos de idade. Nascera em Neuilly em 28 de Abril de 42. Naquele suave Neuilly-sur-Seine que o tio Joinville recordou com tanta nostalgia nos “Vieux souvenirs” e que a rainha — entre uma duzia de domínios soberbos — preferia com razão: vulgar na arquitetura mas inegualável nos jardins geométricos, com a sua moldura de bosques... Fôra casa do marquez d’Argenson, de Talleyrand, da linda Pauline Bonaparte — espécie de fada, que Canova escultou como uma deusa de amor e fadiga — finalmente do duque de Orléans, que a encheu de conforto e riqueza (1). Essa paizagem idílica desapareceu numa labareda: a revolução de 1848.

A mesma cortina de fumo escondeu-lhe o seu caro castelo d’Eu, que em 1843, quando aí se hospedou a rainha Victória, foi sem dúvida a mansão real mais discutida da Europa. Tinha a severa magnificência das vivendas inglesas (2) e uma história ilustre. Catarina de Clèves construiria a igreja e seu marido o duque de Guise o castelo, aprimorado por Mademoiselle de Montpensier, cujos retratos de família, enormes e frios, a duqueza de Orléans ainda lá achou, na vasta galeria desbotada, quando pela primeira vez o

---

(1) Journal de Marie Amélle, II, 237.
visitou em 1822 (1). As arvores, á volta, eram soberbas. Maria Amelia anotara no seu diário: “as mais antigas foram plantadas pelos Guise... as outras por Mademoiselle de Montpensier seguindo as indicações de Le Nôtre. Na extremidade d’uma longa alamedã ha um quirosse antiquo...” O mar, bem proximo, convidava aos passeios de “yacht”, e impregnava a floresta de faias centenarias da salsugem e da frescura que circulam pelas praias bretãs. “Nos dias de grandes maréos o ruido das ondas parece arrastar-se em longos mugidos sobre o cimo inclinado dos pinheiros” (2). Essas visões de um passado glorioso e de um panorama artístico sumiram-se num horizonte abrazado. Ao abrir os olhos para a vida o pequeno conde d’Eu conheceu as margens do Tamisa, a bruma inglesa e a paz solene do palacio que a rainha Maria Amelia enchia com a sua tristeza alta e silenciosa.

No exilio de Claremont — com o duque d’Alençon e a princeza Margarida, seus irmãos — creou-se como tantos principes banidos: com a ideia de voltar, num dia feliz; e o desejo de viver gloriosamente, para merecer... À volta. O ambiente liberal e modesto de Inglaterra havia de aprimorar-lhe o senso pratico da existencia, alias comum à familia. Os Bourbon, no desterro, conspiraram; os Orléans, adaptaram-se-lhe — seguindo cada qual, por instinto, por vocação, o seu caminho. A America atraiu o conde de Paris, Joinville. Mas a Africa — teatro de grandes feitos do exercito francês depois de 1830 — continuava a im-


pressionar a imaginação dos filhos, exatamente como empolgára os pais. Claremont, com a morte da duqueza de Nemours em 1853, tornou-se inhabitável para Gaston, conde d'Eu. Debalde, em 59, tentou o duque-viudo alistá-lo no exercito sardo. Os Montpensier dispunham de enorme prestígio na corte de Isabel II de Espanha, cunhada desse ambicioso filho de Luiz Felipe, a quem fizera capitão-general do Reino. Foi-lhe facil conseguir o posto de alferes de cavalaria para o nosso rapaz. Quando menos acreditassem nele — de físico débil, ideias serenas, enrubescendo como uma donzela a cada nova apresentação — surgiria em Marrocos, sabre em punho, a face voltada para os minaretes esguios como palmeiras, lembrando o pae em Constantina... A sua comenda de S. Fernando, recebeu-a no campo de batalha de Al-Kantara. A primeira promoção, teve-a após a ação de Tetuan. Guerra breve, sangrenta, pinturesca: deu-lhe a familiaridade do perigo que o distinguiria, nove anos mais tarde, na cordilheira paraguaia. Recolheu-se, em seguida, à academia de artilharia de Segovia. A confusão colorida e inquiétante, d'um pais intermediario, entre a Europa dos Austrias e a Africa das mulheres de face oculta e dos albornós brancos. Nostalgia, estudo, os exames de fortificações, balística, prolixas matematicas, um desejo importuno de ser de novo homem livre, no seu álgido clima inglês... A Fala do Trono de 3 de Maio espantou os brasileiros. Havia, porem, outro surpreendido: precisamente o noivo...

Estava em Espanha — donde voltou a Claremont em meiados de Abril — quando, á sua revelia, entre Nemours, Joinville e a corte do Brasil, se tramou o casamento.

Fôra de 7 de Fevereiro a carta de D. Francisca, mandando ao Imperador o retrato do conde d'Eu —
um lustroso retrato de oficial de artilharia de Isabel II, marcial e adolescente — com esta recomendação: “Si on pourrait mettre la main sur lui pour une de vos filles, ce serait la perfection”. E pintava-o, por sua vez: “Il est grand, fort, beau garçon, bon, doux, très aimable, très instruit, aimant l’étude et de plus il a déjà une petite renommée militaire”. Nestes traços fáceis ha um julgamento psicologico: de D. Pedro II. Que o moço fosse estudioso, importava-lhe muito; quanto à fama das armas, o razoavel!...

A 16 de Abril o conde d’Eu comunicou ao professor, seu amado Gauthier, a surpresa que lhe causara a confissão do pae, de que lhe negociava o casamento. Não resistiu, mas hesitou. O prudente Nemours também foi cauteloso: a ida do filho ao Brasil — marcada para Agosto — não constituiria um compromisso. Caso se dispuzesse a pedir uma das princesas, com o consentimento do Imperador, submeteria o ato á aprovação paterna, após o regresso. Não determinava qual delas lhe caberia. Tinha em vista Leopoldina: pois o “memorandum” advertia, “a segunda princesa, não se tornando herdeira imediata, não será obrigada a residir no Brasil”. Isto sorria-lhe: Gaston não ficaria muito tempo longe... Em Junho, o ministro Miguel Lisbôa partiu para o Rio, com a noticia da viagem próxima. A guerra do Sleswig retardou-a. De um lado, era o velho duque Augusto em meio de suas tropas; do outro, o primo de Saxe preso, como tenente, ao serviço da esquadra austriaca. Deslindou-se a tempo de tomarem em Southampton o vapor “Paraná” — em 9 de Agosto de 64. Mentalmente, estavam certos: o francês desposaria Leopoldina, e o alemão seria o príncipe-consorte — apezar de mais jóven, menos pretençioso... ou por isto mesmo!
V

GASTON DE ORLÉANS

Chegaram em 2 de Setembro.

O conde d'Eu parecia contente; mas, no seu diário, de si para consigo, se confessava consternado. Viéra de Inglaterra... Os portos mosqueados de negros e mestiços, as ruas coloniais, o pacífico aspecto das sentinelas que lhe apresentavam armas, o ar emoliente e humilde do Rio de Janeiro lhe doeram os nervos trepidantes. Sorriu ao padre preto que lhe mostraram em Recife, e notou: estranha facilidade na ascensão dos homens de cór... Corespondeu na Bahia à continência de um soldado, e observou: poucas disposições militares devia ter o constitucional governo de Sua Majestade... Dirigindo-se para S. Cristovão na mesma tarde da chegada, uma multidão lhe correu sobre a sége de Estado, curiosa: agradeceu, de máo humor. E perguntou: porque não mandavam os desocupados para Goiaz e Mato Grosso? Decididamente, não o seduzira ainda o Imperio. Achou S. Cristovão uma semsaboria. D. Pedro II e a Imperatriz sensibilizaram-no com a sua bondade. Mas as meninas...

No dia 6, confiava á mana Margarida: “As princesas são feias; mas a segunda “decidly”, menos bem que a outra, menor, mais forte, em suma menos simpática. Tal a minha primeira impressão, antes, é certo, de saber as intenções do Imperador a meu res-
peito. Quanto ao seu espírito, nada deixaram perceber porque, nas duas primeiras entrevistas, como é natural, se limitaram a responder por monosílabos". E, mais satisfeito: "Ante-hontem o Imperador declarou ao general (Dumas) que era a mim que desejava ver desposar a sua herdeira" (1)

O que houve, na intimidade da família imperial, revela uma página de diário de Isabel. Ela escreveu: "Chegaram o conde d’Eu e o duque de Saxe. Meu pai desejou essa viagem com o fito de nos casar. Pensava-se no conde d’Eu para a minha irmã e no duque de Saxe para mim. Deus e os nossos corações decidiram diferentemente" (2). Convencido, o Imperador, de que o francês agradára a Isabel, deu-lhe também a preferência. Com isto, floriu um breve romance na frieza dos contratos diplomáticos. O conde d’Eu mudou repentinamente: o país interessou-o; o país e a gente. Enternecia-o a princesa que, sem ser formosa, já lhe parecia a eleita dos seus sonhos. "Acreditei-a mais apta que a irmã menor — contou em carta de 19 de Setembro — para assegurar-me a felicidade doméstica, o país onde deve ter a sua residência principal não me desagrada; e emfim, vi a possibilidade de tudo conciliar com viagens á Europa a cuja duração e frequência nenhum limite é imposto..." “Mais, pour que tu ne sois pas surprise quand tu verras mon Isabelle, je te préviens qu’elle n’a rien du tout de joli dans la figure. Mais l’ensemble de sa tournure et de sa personne est gracieux”.

A 17 chegára a autorização de Nemours. A 19, o Imperador informou ao Presidente do Conselho: “Pode dizer a quem quizer que os Principes pediram

(1) Alberto Rangel, op. cit., p. 97.
(2) H. Lyra, op. cit., I, 400.
a mão de minhas filhas: o conde d’Eu a de Isabel e o duque de Saxe de Leopoldina...” Não escondeu a sua alegria. Quiz que se fizesse rapidamente o resto: escrituras dotaís, os compromissos que o genro assumiria, os acertos para a grande cerimônia. Tratava-se, nos termos da Constituição, de abrasiroleirar aquele Orléans — de forçada residência no Imperio, a ser incluído no exercito, impedido, em qualquer eventualidade, de participar do governo, aceitar posição ou emprego fora do Brasil, e a cuja casa se atribuía a dotação anual de 150 contos, além de 300 para a compra do prédio em que morariam na corte... Com a ideia das viagens, que poderia fazer, e o consólo de ter de repente alcançado uma alta situação oficial — viu de bom semblante a faina dos preparativos, a controvérsia sobre as clausulas contratuais (representava Nemours o general Dumas), os debates de chancelaria.

Em 15 de Outubro — pouco mais de um mez após o desembarque — foi a sua festa.

Nada lhe faltou. O sol, o povo, a melhor pompa daquela corte moderada, o regozijo da família imperial, o garbo das tropas formadas, a dignidade do cortêjo nupcial. Um sonho! Ao lado do duque de Saxe, com o seu uniforme soberbo, saía de carro de S. Cristovão, para o Paço da Cidade, onde se aglomerará a multidão. A benção seria na capela onde se tinham realizado todos os cerimoniais dos dous reinados. Isto abreviava o trajecto das damas e dos velhos cortezãos — uma praça em diagonal — e aproximava do povo a felicidade de seus principes. Poucas vezes, com efeito, resplandecêra assim a dinastia!

Todos os grão-senhôres lá estavam, de farda verde-garrafa. A nobiliaquria nacional acantonava-se na pequena igreja doirada. D. Manuel Joaquim da Sil-
PEDRO CALMON

veira, arcebispo da Bahia, capelão que fôra da Imperatriz na viagem de Napoles, surgiu, mitrado, entre as murças rôxas do cabido. Testemunhavam o ato, por parte da noiva, o presidente do Conselho senador Furtao, e o velho Itanhaen; e pela noiva o duque de Saxe (á espera dos papeis da Alemanha para se casar com Leopoldina) e o marquez de Olinda. O Imperador e Tereza Cristina ficaram no estrado junto á Epistola onde se apresentou o prelado. O conde d’Eu — ao signal de que a solenidade começava — desceu os degráos do trôno com a mão dada á Princesa encantadora no seu tufado e rico vestido branco. Adiantaram-se o mestre sala, a condessa de Barral com a capa verde e ouro sobre o braço, as damas de serviço. Depois da cerimônia religiosa os noivos fizeram a reverencia de estilo diante do trôno e o mordomo-mór exibiu as insignias, de todas as Ordens do Imperio, que o Imperador entregou ao genro, abraçando-o em seguida. O Ministro do Imperio leu então o contrato. A artilharia, postada no largo do Paço, e logo os navios e as fortalezas, trovejaram a salva da pragmatica, a cujos écos se juntou a musica do Te Deum. A’ saida do templo as manifestações populares déram a Isabel e Gaston a certeza de que a sua ventura comovêra, nas ruas, a pobre gente. D. Pedro II chegou á janela do Paço com a fisionomia iluminada, contente. Varias vezes vira dali a turba ruidosa, a vitoriá-lo: em 8 de Abril (uma criança com medo!), em 1840, em 43, quando se casára com um rito analogo, na “questão de Christie”...

Ao estrangeiro, tudo aquilo parecia fantastico.
Menos de dous mezes depois de ter chegado ao Brasil o capitão de artilharia em Espanha era principe-consorte e marechal do exercito — patente que achou entre os seus presentes de casamento. Para a lua de
A PRINCESA ISABEL

mel — tinha o socêgo de Petropolis. Instalaram-se na casa que lhes emprestou Joaquim Ribeiro de Avellar. A Princêza sentia-se recompensada pelo bom Deus. Gaston deslumbrava-se com a vida nova; a paizagem, a língua portuguesa em que se exercitava rascunhando bilhetes, o Brasil, a educação de Isabel.

“Estou muito de acordo em que Isabel deve ter ideias exatas sobre as generalidades dos conhecimentos humanos”, escrevia ao sogro em 19 de Outubro, pedindo-lhe “alguma obra sobre a historia do Brasil já independente...” “De jour en jour plus heureux” — confessou ao pae, vinte dias depois do enlace. E para completar esse contentamento só lhe faltava a viagem à Europa, para apresentar aos Orléans a brasileira... “Car elle est vraiment bien bonne et douce et je suis fort heureux avec elle”, preveniu à irmã, em 22 de Outubro. E descrevia:

“Aqui estamos num formoso “cottage”, em meio de montanhas cobertas da mais bela vegetação...” Espalhavam-se pelos caminhos á volta crianças loiras, filhos dos colonos alemães. Não fora a chuva, e se julgariam num paraíso. “En révanche nous lisons beaucoup du portugais, du français et le l’allemand; dans les intervalles Isabelle dessine et fait de la musique, et plus chaque soir on fait le courrier de Saint-Christopher”.

Interromperam ligeiramente essa paz de gente moça e feliz no seu isolamento poético para receberem, na corte, homenagens complementares: luminárias em sua honra, banquete na Quinta, o baile do Casino Fluminense em 27 de Outubro.

Voltaram depressa ao “cottage” da serra. Deliciaram-se numa excursão a Juiz de Fóra, navegando o Paraíbuna. E em 15 de Dezembro assistiram, na mesma imperial capela, o casamento de Saxe e Leopoldina,
que o Imperador quizéra tivesse bilho identico. Não
demorou a aquisição da casa que seria o Paço Isabel.
Uma chacara ás Laranjeiras, com os lajões d'um môr­
ro ao fundo, mergulhada num bosque, perto do mar —
no bairro que Carlota Joaquina prefirira nos seus dias
de hipocondria e doença. O major José Pinto de
Araujo Rabello assumiu a mordomia do principe. De­
sembaraçava-o dos cuidados da administração que ha­
via de ser uma de suas ocupações prediletas, na mo­
notonia d'uma vida mansa. E facilitava-lhe a suspira­
da viagem.

Em 10 de Janeiro, a bordo do “Madalena” — acom­
panhados dos barões de Lages e do medico Luiz da
Cunha Feijó — o jóven casal seguiu para a Europa.
Em tempo impróprio, porque a guerra do Paraguai
acabava de estalar. Mas, para eles, em ocasião como
nemnuna outra: ansiando por prolongar o seu roman­
ce até Claremont House, e envolver na sua alegria
aqueles ilustres exilados que viam florescer na segun­
da geração a suave história de Joinville e da excelente
Chicá...
A PRIMEIRA VIAGEM

A tranquilíssima Europa de 1865 sorriu-lhes logo em Lisboa — a 2 de Fevereiro — quando Amelia — a Imperatriz viúva, — o rei Fernando, com o perfil inconfundível de artista de Montmartre, e o loiro rei D. Luiz os acolheram com efusão. O conde d’Eu recebeu das mãos do primo a grã ·cruz da Torre e Espada. Em Southampton, cinco dias depois, os esperavam os Orléans, o barão de Penedo e o pessoal da legação, patri­cios e personalidades.

Não faltou a Isabel o carinho daquela família copiosa e amargurada. Nemours era o mais polido dos principes e Claremont — para onde seguiram em comboio especial — a Méca dos exilados. Um tanto sombrio, poderia pensar a princesa, se não estivesse habi­tuada aos corredores silenciosos, à gravidade exasperante de S. Cristovão onde dominava o mesmo espírito patriarcal. Abraçou-a a rainha Marie Amélie, “a ulti­ma grande dama da Europa”, na sentença de Talleyrand, que lhe lembrava — com a doçura d’uma velhice cheia de religião e dôr socegada — a história toda dos ultimos cincoenta anos: a luta contra Napoleão, Luiz XVIII, as barricadas, um reinado burguês, o bani­mento, em que ingratição e injustiça lhe teciam deva­gar a mortalha, que tardava... Repetia, que queria ser enterrada com o vestido com que se metêra na car­ruagem, expulsa de França. Dizia, que fora de espi-
nhos a sua coroa real. Os netos rodeavam-na de um respeito mudo, vagamente opresso: e gostavam de ouvir-lhe as longas descrições, de cousas comoventes, gloriosas.

Essa austera Inglaterra, aliás, era um caleidoscópio de impressões. Da frieza de Claremont se saía para o tumulto de Londres, passando por tres casas ideais: York-House, junto do Tamisa, onde se fixara o conde de Paris, Orleans-House, em Twickenham, tomada pelo duque d'Aumale desde 1852, e Mont-Liban — “pesada construção de tijolos, coberta pela hera mais espessa, na sombra de grandes arvores” , que Joinville teria de habitar depois da morte de sua mãe, que os queria “unidos como as contas do seu rosário”. (1)

A rainha Vitória recebê-os em Windsor, em 21 de Fevereiro. Foi cortez, mesmo amavel com a princesa que teria de representar, em clima tão diferente, um papel como o seu: o silencio da mulher caluniada, a resignação do poder sem força para conter os fatos na sua lógica, na sua torrente, o sofrimento — ó, bem semelhante! — do marido estrangeiro incompreendido e impopular, o contraste entre o seu oficio público e os afetos domésticos, essa arte de dona de casa que Vitoria soube combinar com os seus deveres de governo... O seu principe morrêra minado de desgastos políticos, discutido por uma imprensa atroz e fútil. Ela não pudéra siquer lamentar-se: a coroa não tem coração. Isabel, em 1865, não lhe percebeu a extensão do sacrifício que se revestia de heroísmo na paciência e na intimidade em que se escondia. Tinha tempo para isto! Amou a vida naquela viagem de nupcias em que as graças d’um mundo inesperado se

(1) J. D’Ysné, Duc d’Alençon, p. 52, Paris 1911.
A PRINCESA ISABEL

sucediam diante dos seus olhos de rapariga curiosa. Depois da Inglaterra das usinas, dos portos, das paizagens, aqui uma fábrica, ali uma abadia secular e um castelo com o seu parque de verde claro — a Belgica, a Alemanha, as estiquetas da corte d’Austria... Menos a França, onde os Orléans só entrariam depois da queda do bonapartismo.

Era esplendido; mas as notícias do Brasil assustavam.

Declarára-se a guerra.

Os paraguaios tinham violado a fronteira.

Fôra necessário convocar copioso voluntariado. Somente em Julho a Assembléia reconheceria a efetividade do posto de marechal dado ao conde d’Eu. O Imperador não permitia equivocos: “Creio que deve ficar bem claro que o posto de meu genro não é o do quadro”, avisará, em 16 de Maio, ao ministro da guerra. Em tal ocasião cumpria evitar as murmurações do exercito, a má vontade dos generais. Efetivo na lei, era honorário no imperial pensamento. O Imperador queria o genro fora das armas, longe dos grupos, sem tentações indiscrétas. Nem esperou por ele para seguir, estouvado, contra o voto dos conselheiros, surpreendendo a corte, para o teatro das operações, naquela fronteira de fogo.

Gaston considerou, que era isso uma oportunidade. Apressou o regresso: e veiu sonhando com a sua bela atitude, de punhos bordados, espada ao sol, nos campos de batalha onde seria general de verdade.
VII

FALTAVA... A GLÓRIA

De passagem por Pernambuco o casal d’Eu sentiu que houvera uma transformação notável no país.
A guerra chegara até lá: empolgara a mocidade, inspirara-a, e fizera vibrar de emoções heroicas uma geração que ameaçava estiolar-se, na languidez romântica. O Brasil despertara. Respirava-se um orgulho novo; e os estudantes, no alvorôço de suas cóleras cívicas, pediam armas. Completou-se o belo dia que as homenagens oficiais reservaram á princesa em Recife com um espetáculo no Santa Isabel, que lhe dedicou o empresário Antonio José Duarte Coimbra. Um moço mestiço, com entusiasmo que se propagou, em delírio, pelo auditório que se não cançava de aplaudir, improvisou uma saudação “hugoana”:

Larga a espada, ó Mauricéa,
Toma d’ouro o teu laurel,
Rasga-te pétrea epopéa
Aos pés da grande Isabel.
Grande?... Sim — essa grandeza
Não é, não é ser princesa
E sim dons de mais possuir,
E’ ser de heróis um renôvo,
Ser a esperança de um povo
Que abre a estrada do porvir,
E’ ser a filha de sabios.
Quem era? Disséram-lhes que estudava Direito e nascêra em Sergipe: Tobias Barreto.

A 22 de Junho de 1865 desembarcaram no Rio de Janeiro.

A Imperatriz fazia-se forte, na sua preocupação aflita pela vida do marido — que se precipitára para Uruguaiana. A chegada da filha consolava-a. A felicidade de Isabel bastava-lhe por enquanto. E como lhe sorriria a existencia na casa nova de Laranjeiras reformada em tres mezes por um arquitecto alemão — fachada solarenga de sete janelas, algo patriarcal, cujo traço palaciano consistia na bela escada dupla a valorizar o portico, em que um par de colunas brancas apoiava o faceiro frontão néo-classico! O Paço Isabel não éra bem morada principesca: nem se podia querer mais, com uma reforma de 36 contos (1), aviada naquele prazo curto. Melhor do que isto: era uma aprazível residencia de noivos que amam as flôres — espalhadas pelos jardins cheios de arvores — e a simplicidade clara e fresca. Luiz Felipe, com o guarda-chuva branco sob o braço, aprovaria com certeza... Nada de faustos indiscrétos!

Gaston, porém, não toleraria esse “far niente”. O neto dos reis soldados indignava-se com a inação. “... J’aurais été inconsolable de ne pas pouvoir prendre part à cette expédition”, escrevia ao duque de Nemours. Queria seguir quanto antes ao encontro do sôgro. Não ficaria, atormentado pelos ruídos da guerra distante, na doçura da chácara onde Isabel repartia entre ele e o “atelier” de pintura, o teclado do piano e as camelias do parque a sua ventura, que era completa. Doeu a separação. Seria peor se lha obstassem. Partiu contente a 1.º de Agosto. O instinto dizia-lhe

(1) A. Rangel, op. cit., p. 113.
que a campanha do Paraguai havia de exigir maior sacrifício seu. A princesa devia resignar-se. O pai fora inexorável, ao bater o pé, que iria mesmo renunciando à coroa, como voluntario da Pátria... Voltasse depressa! Deus o acompanhasse! Quando o vapor "Santa Maria" passou a barra, a Imperatriz e as duas filhas sentiram-se mais necessárias, mais responsáveis perante o país, pelo exemplo de estoicismo que lhes pediam as outras esposas, todas... "J'ai bon espoir que nous les rencontrerons", aos invasores, confiavava a Nemours o conde d'Eu.

Foi em 15 de Agosto que chegou a Caçapava, unindo-se ao Imperador.

O contraste de temperamentos começou aí a definir-se.

Com a independência de sua observação de forasteiro o príncipe espantava-se dos erros, achava a guerra desordenada, arrepelava-se de surpresas tristes.

D. Pedro II não tinha tempo para divagações: mandava, concitava, corrigia — de chapéu desabado, o "poncho" agaloado sobre os hombros, de botas altas como um gaúcho loiro e enorme a quem os capatazes guascas, de chilenas retinendo na estrada, saudavam com assombro.

Hospedára-o um deles com fartura de mesa em que resplandeciam os doces de Pelotas, os manjares finos... O Imperador, que tinha fome, pediu feijão e carne. Explodiu a surpresa do súdito: — Que! Pois vossa majestade come carne?! Disseram-me que as pessoas reais só se tratavam a bicos de rouxinol e doces e pasteisinhos... Porque não disse antes, senhor?... Com trezentos diabos!... Ora esta!...” (1) E serviu-lhe o churrasco.

Gaston desejava combater. Ao sogro não agradava esse apetite de glória. Sabiam que, após a capitulação de Uruguaiana, os exercitos pelejariam em “grande espetaculo”: e ao pedido do principe, para assistir às operações fora do Imperio, respondera negativamente. “O pretexto que dá (relatava ao pai) é que isto poderia descontentar o governo argentino e abalar assim a aliança”. O Imperador não costumava contradizer-se. “Je n’ai plus qu’à m’enfermer à Laranjeiras et m’enfoncer dans les livres”. E raciocinava certo: “Porque, cortejar os ministros para que me empreguem a despeito do Imperador, é o que não farei. Além de falta de delicadeza, seria enfronhar-me nas táticas de partido, mal peor que o outro”. Apren­dia — durante a larga jornada pelo Rio Grande — a respeitar a vontade do soberano e a eximir-se da po­lítica a que, insensivelmente, se chegava pelo prazer perigoso de compreendê-la. André Rebouças anotou no seu Diario, em 11 de Setembro de 65: “O duque de Saxe goza entre a comitiva de mais simpatia do que o conde d’Eu, pela sua afabilidade e inteira indi­ferença pelos negócios políticos. Este mostra-se muito preocupado e esforça-se por apressar a viagem em vista do estado interessante da Princeza” (1).

Herdára de Nemours esse privilegio: á primeira vista não gostavam dele. E foi sempre julgado pre­cipitadamente.

O que parecia desejo de safar-se da monotonía da campanha era amúo, pela certeza de se ter de ir embora sem desembainhar a espada. Esforçava-se outro­sim por agradar “persistindo em responder em portu­guês às informações que eu lhe dava em francês”, in-

(1) Diário, p. 92. — O conde d’Eu escreveu o seu diario da viagem ao Rio Grande, pbl. por Max Fleiss, na colecção “Brasiliana”.
dicou Rebouças no seu canhenho, mais conciliado com ele. Viagem vertiginosa, aliás! Em 25 de Agosto, aniversário de Caxias, que acompanhava o Imperador, o glorioso marquez não almoçara nem jantára... tal a desordem dos serviços (1). Mas sempre se chegára.

A rendição de Uruguaiana encerrou alegoricamente a primeira fase da guerra.

Em 9 de Novembro o Imperador e os genros foram recebidos com entusiasmo pela população da corte. A esposa, a macia paz de Laranjeiras e os livros, cicatrizaram depressa a ferida que nos brios do príncipe abrira a intransigência cautelosa de D. Pedro II. Em 19 de Novembro Isabel e o esposo tiveram um presente paterno: a nomeação dele ("sans me consulter...") para comandante geral da artilharia e presidente da comissão de melhoramentos do Exército. Explicou, para Claremont: "Uma bela tarde o Imperador me anunciou bruscamente essa nomeação, e num momento escolhido, para que toda interrogação fosse impossível. No dia seguinte está ela em todos os jornais. Entretanto quatro dias passaram sem que tivessem conhecimento oficial disto." As funções dependiam de regulamentação ministerial: e o Imperador, laconico, invariável: O Ferraz lhe falaria, o Ferraz resolveria, o Ferraz... (2).

Nas cartas para a família oconde d'Eu confessava-se curioso de saber se a oposição à sua saída do Império era capricho imperial ou decisão dos ministros; consolava-se do regresso pacífico com as notícias de que a guerra se paralizara, em quartais de inverno; e principiava a interessar-se pela burocracia das armas — sucedaneo desculpavel da ação, interdita.

(1) Carta de Uruguaiana, 5 de Outubro de 1865, no ministerio das Relações Exteriores.
(2) A. Rangel, op. cit., p. 120.
Previa — que o gabinete quizesse com isto agrilhoá-lo aos serviços administrativos, como para neutralizá-lo, nas impaciencias de soldado. Alarmára-se com uma terceira incumbencia: a chefia da numerosa comissão para rever a legislação militar... “Le plus clair c’est que cela me promet beaucoup d’ennuis”. A’ idéa de ser útil antepunha a suspeita de ser inutilizado. Enfadava-o o pessoal das secretarias. As leis obsoletas. O velho recrutamento. O sistema que entalava, nas presilhas do tempo da Independencia, o exercito desfigurado pelo engajamento da ralé... A imprensa, que nos ataques ao ministro da guerra o envolvia por vezes. “De resto — escrevia para a Europa em 23 de Janeiro de 66 — só acho honroso ser atacado pelos que declaram que a viagem do Imperador ao sul foi não um erro, mas um crime, e que o Imperador usurpou a Canabarro a gloria que lhe era devida! “E dando á sua indisposição um sentido amplo: “Le Brésil, en effet, ne m’as pas reconcilié avec les partis conservateurs”. (1)

A impressão causada pelos jornais conservadores, que agrediam o ministério, junta a uma ponta de gratidão que lhe ficára, de ter sido liberal o gabinete que aprovára o seu casamento, podia induzi-lo a descomer-se em expansões imprudentes. Os partidos não se lembraram dele antes de 1869. Mas á vigilancia do Imperador, que soubéra até aí manobrá-los, sem se enredar nas intrigas de campanário, o pequeno problema não passára despercebido. A princesa durante todo o

(1) A. Rangel, op. cit., p. 257. Os estudos sobre a melhoria das condições do exercito deram em resultado a lei de 28 de Setembro de 1874, que creou o “sorteio militar” na hipótese de ser escasso o voluntariado... Ficou sem aplicação até 1916, e, nas Faculdades Jurídicas, era indicada como exemplo de lei, abrogada pelo desuso, cf. Candido de Oliveira, Curso de Legislação Comparada, p. 132, Rio 1903.
reinado ouviu sempre, com uma obediência sem rebel­
dias, o seu conselho sizudo; porém tendia para os con­
servadores. Religiosa, influenciada pela mãe, que
dissimulava as lagrimas, em S. Cristovão, pelo drama
em que se lhe arruinára a família, na Italia, parecia
desconfiar das belas fórmulas liberais. O destino
favoreceu-lhe a inclinação: as tres regencias que exer­
ceu foram em “situação conservadora”. Do outro lado
estavam os que lhe acusaram o piétismo, o espirito
devoto, opiniões reacionárias... O conde d’Eu, ao
contrário, parecia desfraldar a cada instante a “trico­
lôr”, que o bisavô defendêra na Revolução Francêsa.

Era indispensavel esse contraste entre a Bourbon-
Bragança e o Orléans educado na Inglaterra.

Através de vinte e cinco anos de harmonia conju­
gal não alteraram essa atitude de mocidade: Gaston,
liberal como Luiz Felipe; Isabel, conservadora como
o pae... sobretudo no seu silencio paciente. Em 1868
— diria Tavares Bastos — “a parcialidade que o Im­
perador novamente patenteára”, “para restabelecer a
política de sua constante predileção”, a “saquare­
ma” (1)... Entenderam-se assim; principalmente
porque não foi preciso que se entendessem. Sabia
Gaston que a situação de consorte era monotona e
equivoca: personagem sem direito de pensar, chefe
de família sem liberdade de movimentos, marechal do
exercito sem parcela de autoridade, estrangeiro rece­
bido com desconfiança, marido obrigado a ocultar-se
na intimidade de um desgosto indefinivel, porque a

(1) A situcao e o partido liberal, 1872, nova edicao sob
o titulo Os Males do Presente e as esperanças do futuro, p.
186, S. Paulo 1939. Uma vez escreveu o Imperador ao conde
d’Eu: “Nunca me arrependi de evitar escrever o que se possa
prestar a manejos politicos, e na nossa posicáo convem que
nenhum partido se diga nosso com aparenca de razáo”. Doc.
in Heitor Lyra, Historia de Dom Pedro II, III, 86.
sua imprudência pareceria usurpação, e o seu descon-sólo — perjurio... Tinha o seu lar! Mas para que fosse mais seu esse lar devia excluir-se da corte, esquecer os rumores malevulos d'uma imprensa que começara a detestar lendo-a com avidez, fazer de Isabel apenas jovem esposa que ama o companheiro, pinta os seus quadros, toca ao piano valsas de Strauss e canta, em roda de família, nisto só igual á Imperatriz, cujas canções napolitanas às vezes as damas e as filhas ainda iam ouvir, nos serões do Paço. Procurava distrair-se...

Em 5 de Agosto de 1866: “Dôce é a vida que aqui levamos, entristecida somente pelos écos da Europa; e agradeço a Deus cada dia tudo o que encontrei no meu casamento. A vida social sendo pouco desenvolvida, e pouco desenvolvível, nestas regiões, a nossa existência é toda íntima. Não são senão exatamente para preencher os meus deveres militares. Em casa, se tenho algum trabalho para preparar, ela (Isabel) me serve de secretaria e ao mesmo tempo me corrige os erros que possa cometer em estilo português. Depois lemos muito ou, de ordinário, leio em voz alta, alternadamente francês e português, o sério e... romances (porque é preciso dar à mocidade a sua parte) No primeiro gênero acabamos de devorar Tocqueville, último presente enviado a meu pedido pela nossa venerada Rainha (Amélie). Mas, quanto a romance, não sei em que pégar, depois de Erckmann-Chatrian, Feuillet? Não sei bem... O Imperador recomenda muito aperfeiçoemos as línguas estrangeiras, e temos á mesa Evangelina, Guilherme Tell e “Promessi Sposi”. Mas o trabalho da tradução é muito grande para que seja prazer. Pintura e música tomam sempre certas horas”.

Essa serenidade era superficial.

“Cela m’afflige”, dizia a Nemours, a proposito das dificuldades do Imperio. Estremecia, nos ímpetos de
homem novo. "Quando o governo se decidirá a por-se à frente do movimento?" (1) Do movimento da abolição. Da maior transformação social que poderia operar-se no país. Achava isto — política para vinte anos — fácil e ligeiro. A rotina obstava-a... Os estadistas eram como os conselheiros de Estado, "d'uma certa idade e pertencendo quasi todos ao partido conservador", preocupados em afastar "tudo o que saísse da rotina ordinária" (2), á maneira de Paranhos, "conservador até o fundo d'alma", apostado em "retardar indefinidamente" o projeto do recrutamento...

Nesta frase traía outro despeito: relegavam-no para o plano das atividades silenciosas, secundárias. "...Cada vitória, as fortalezas empavezadas e iluminadas as casas da cidade, renovam o meu sentimento de não ter podido participar dela". A guerra fazia-se sem ele! Vingava-se, pensando que Paranhos não subiria tão cedo ao poder, com o seu partido "da esperança", a coórte da "conservação". "...O último voto solene para a prorrogação do orçamento deu ao minis-terio 15 votos de maioria, de modo que o marquês de Olinda e seus progressistas do statu quo pôdem julgar-se solidos por muito tempo". "Cela veut mieux du reste". Irritava-se: "ha quatro mezes os srs. Paranhos, o marquês de Caxias e confrades acham meio de obstar, por emendas e adiamentos sem fim, o projeto de lei que deve autorizar o governo a conceder pensões aos militares feridos..." "Segundo o costume, não fui consultado sobre a oportunidade" — do projeto ministerial referente ao seu patrimônio em terras... — queixava-se, generalizando a indignação inócu: rivá-

(1) A. Rangel, op. cit., p. 151.
(2) A. Rangel, op. cit., p. 151.
lidade de chefes, na guerra, ciumes políticos, crise financeira, confusão de ideias. Decidiu-se: pediria ao Imperador para seguir, para os campos de batalha, como um general efetivo!

A acolhida que o sogro lhe dispensou foi glacial — falando em razões de Estado, melindres dos alia­dos, inconveniências mais ou menos obscuras.


Nos entrementes, o revés de Curupaití consternou a nação.

Já que o não deixavam ir para as linhas de frente, queria percorrer o norte, com a princesa, em propaga­da do voluntariado... Conversaria com o Imperador. "Se recusar, deixarei de ir a S. Cristovão... Se for­rem os ministros, darei a demissão de Comandante Ge­ral de Artilharia... Voilà!" Escreveu o seu memo­rial; entregou-o no camarote imperial, no teatro, em 9 de Outubro. "Estes sentimentos os origina a priva­ção em que me acho de participar das fadigas e glo­rias dos militares brasileiros no Paraguai". "...Tal­vez seja mais feliz do que até agora em fazer-me com­preender de V. M...."

A sua linguagem devia vexar o menos marcial dos reis: "Porei de parte aquela especie de brio militar que, com o sangue, me gira nas veias, herança de Ro-
berto o Forte, de São Luiz, de Enrique IV e do mesmo Luiz Felipe...”

O próprio conde d’Eu anotou: “Uma hora depois de entregar eu esta exposição ao Imperador, dignou-se S. M. comunicar-me verbalmente que se achava o M. de Caxias nomeado Comandante das Forças em Operações... Disse-me S. M. que me avisava disso para que eu não pudesse supôr que minha exposição corrêra para este decreto, e que este houvesse em vista afastar-me do teatro das operações”.

A resposta de D. Pedro II foi também escrita. Era um exemplo de evasiva cortez e benevolente. “Decerto que sua presença não ha de provavelmente romper a aliança, e nem eu nunca disse tal; mas pôde dar azo a lhe crearem embaraços e nossa gloria consiste em auxiliar e jamais estorvar nem de leve a facil terminação da guerra. Meu filho é moço e não sabe até onde podem chegar as desconfianças... Minha opinião não basta, pois, no sistema que nos rége, e, se a maioria dos Conselheiros da Corôa entender que sua ida para o exercito é de vantagem à causa publica, eu, tranquilo em minha consciencia, ficarei fazendo votos a Deus, pela felicidade de meu filho e esperando vitorioso para abraçá-lo, como seu Pae extremoso. 1.º de Outubro de 1866. Pedro”.

Belo ardil, o Conselho! Faria o que o Imperador desejasse; e fez. Não lhe autorizou — por 11 votos em 12 — a ida. O conde d’Eu quiz insistir na demissão, no protesto: mas se conteve em tempo; e disfarçou, em Petropolis, o seu tormento moral.

Isabel calava o seu apoio — modesto e íntimo — à conduta do pae.

Que iria mesmo fazer no Paraguai? Petropolis encantava-a. Por outro lado, os saráos nas Laranjei-
ras agremiavam, em rôdas elegantes, artistas, políticos, as suas amigas. Tomará gosto à recepção, ao serenim, á sua hora de musica, em contraste com o socêgo pezado de S. Cristovão.

E' do diário de André Rebouças, 14 de Janeiro de 67: "... A's 8 estavam no segundo salão do Palacio onde teve logar uma partida musical. Tocaram piano o Bevilaqua, filho do mestre da Princeza, a filha do o Bevilaqua, filho do mestre da Princesa, a filha do Ferreira de Abreu". "Cumpre mencionar uma peça de quatro mãos tocada pela Princesa imperial, acompanhada pelo Taunay, sobre motivos da "Muette de Portici" d'Auber, de que é apaixonado o principe, que comemorou ter-se feito uma revolução na Belgica, cantando-se esta musica".

Servia-se o chá na sala de estudo da princeza onde, entre retratos dinásticos, punha uma nota insólita no ambiente quiéto o quadro de Rouget de Lisle a declamar a Marselheza. "O conde d'Eu disse ser entusiasta da Marselheza..." (1) Dava a aparenica de aprovar o voto de bisavô, que mandára à guilhotina Luiz XVI: e isto alvoroçava os liberais jóvens. Os velhos achavam-lhe excessiva a Marselheza... Em 4 de Março os convidados eram centena, "dançando constantemente o principe e a princesa com juvenil entusiasmo".

Em 10 de Junho o engenheiro mulato indicava no seu caderno: "O principe convidou-me a dançar a segunda quadrilha de lanceiros com a princesa imperial..." (2) Constou que assim Sua Alteza desagruvára Rebouças, a quem uma dama, humilhando-o, negára a contra-dança anterior... Isabel surpreendera

(1) Diário, p. 144.
(2) Diário, p. 152.
A PRINCESA ISABEL

... a cêna; sentira a vergonha que aquecêra as faces áquele homem réto e escuro; e depressa, para castigar a fidalga e reparar-lhe a ofensa, mandára o conde d’Eu distingui-lo, com a sua preferencia para a segunda quadrilha... Rebouças negou a versão, e desmentiu o enrêdo: mas não esqueceu a honra que a princesa lhe deu. Orgulho então, seria cruz mais tarde: a cruz de sua dedicação inextinguível, como se devesse consagrar o resto da vida á lembrança d’uns passos harmôniosos de lanceiros, no paço de Laranjeiras...
RAZÕES DE ESTADO

Para o principe havia sempre pequenos trabalhos. Por exemplo, a correção de provas do catalogo, em francês, dos produtos mandados á Exposição Universal... Divertiam-no; e tranquilizavam. Satisfazia a condição: “Imiter de Conrart le silence prudent...”, como ironizou o poeta. As segundas-feiras tinha o expediente do Quartel General. Depois, voltava para o seu jardim, o salão de estudos dominado pelo quadro da “Marselheza”, a sensação enervante de que não acontecia nada.

Isabel não poderia contê-lo. Talvez não pensasse nisto. Doêr-se-á da permanente agitação daquele espírito inadaptado. A guerra, como um bom oficial, ou a Europa, repatriado...

Em 15 de Março de 67, renovou o pedido para engajar-se na tropa.

Escraveu simultaneamente ao Imperador e a Paranaçu, ministro da guerra. “Em varias ocasiões oficial ou verbalmente me dirigi ao Governo Imperial...” (1) O Conselho de Estado confirmou a expectativa - em 18 de Março: os conservadores votaram contra (Olinda, Itaborai, S. Vicente); liberais, a favor Souza Franco e Jequitinhonha; coerêntes com a atitude passada Nabuco, Torres Homem, Pedreira. A

imprensa do partido estendeu ao assunto unhas avá-
ras. Após o desastre de Curupaití o marquês de Ca-
xias teve de assumir o comando em chefe do exercito. 
Mas era de política oposta ao gabinete Zacarias. Os 
loiros do grande soldado começavam a fenecer na zona 
de debates a que o chamavam os jornais adeptos do 
influência. Porque não deixava Sua Alteza ir? — 
extranhavam articulistas maliciosos; porque que-
ria S. A. ir? — indagavam os demais.

Imitára o sôgro num bonito gesto. O Imperador 
abrira mão da quarta parte de sua dotação em benefi-
cio do tesouro. Quatro dias depois escreveu ao con-
selheiro Zacarias: 

"Paço Isabel, 7 de Setembro de 1867. Desejando a Princesa Imperial e eu acompanhar 
os sacrifíciós que as atuais circunstâncias da nação 
impõem a todos os brasileiros, cedemos a favor das 
urgências do tesouro a quinta parte da nossa dotação, 
que rogo a V. Ex. haja de mandar descontentar de 1.º 
de Janeiro proximo futuro em diante. Gaston de Or-
léans".

O peor era a especulação da imprensa. Insistia 
em apresentá-lo como figura política. Têma de discus-
sões azêdas. Anhelo de liberais práticos: o anti-
Caxias. Repugnando aos conservadôres tímidos: o 
anti-Imperador. No fundo, o enrêdo não tinha origi-
nalidade nem razão séria. A caricatura ajustava-se a 
todos os princípios consortes que ajuntam à mocidade 
um garbo militar. Os xenófobos arriscavam um vati-
cinio: ambicioso! E os experientes e maduros — que 
era preciso desviá-lo das más companhias, isto é, dos 
espíritos impacientes que caluniavam o marechal-mar-
quês.
Essa intriga, lógica e verbal, não passou de excitação jornalistica.

Mas o marquês de S. Vicente foi falar-lhe às Laranjeiras. Que se precavesses contra a sedução dos exaltados. Que proporia tivesse, com a princesa, assento no Conselho — “idéia que não desagradou ao Imperador…”


O próprio Caxias fora sensível a tais boatos. Em carta íntima — de 11 de Maio de 67 — escrevera: “Quem déra que ele viésse, não só para ver com seus olhos as dificuldades da guerra da America, como para me aliviar desta carga com que a minha idade já não comporta”. (2) Agora, a intriga se desmandava em

---

(1) Diário, p. 117.

(2) Ms. no arquivo do ministério das Relações Exteriores, cm. pelo major Afonso de Carvalho, inéd.
agitação: e choveram boletins, exprobrando ao ministério o repúdio do principe, e dando-lhe vivas, e à princesa. Exploração oportuna dos turvadores das águas políticas: no fundo era verdade.

Tres pessoas gradas correram a Petropolis, para pedir-lhe que descesse, e se mostrasse ao povo junto do Imperador. Que sim — respondeu lealmente; e mais — deixava temporariamente os seus cargos. "Sua carta é tão de Você que só com um abraço se responde bem — aquiétou-o D. Pedro II. Não se aflija; lembre-se de como nos estimamos todos, e faça do dito de certa gente o mesmo caso que da matinada dos sapos nos charcos".

"Isabel — apressára-se em narrar a Nemours — muito se afligiu e queria que puzesse um desmentido nos jornaais. Mas me pareceu, de acordo com o visconde (de Lages) que não valia a pena, sobretudo porque é impossível negar o fundo de descontentamento que sempre existe, a saber, a oposição do Imperador a que vá ao Paraguai". Intimamente regozijava-se. Porque lhe davam uma súbita importancia; cogitavam dos seus melindres; reconheciam-no. Incapaz de um desatino, vigilante às susceptibilidades da mulher, querendo que o governo confiasse na sua correção — gostava do barulho que os seus passos faziam nos assoalhos do Estado. Québrava aquela absurda posição de bonzo. Inquiétava os outros; assustava-os. E chamava a atenção para o seu "fair play", para a resignação de general a quem se não consente que acabe a guerra...

Os liberais aguçaram o seu sentido profético. Lá estava o homem! Porque não o aproveitariam, contra o emperrado sistema reinante — esse Orléans que estalava nas sofreguidões de sua inexperiencia simpática? — Os boatos aumentavam: "Noticias do Sul e briga do Imperador com o Principe". O correspondente do Anglo-Brazilian Times: que se lamentava não es-
tar o príncipe á testa das operações ("pour moi, je n'y perds rien..."). Tavares Bastos — o vidente do partido — lançou no seu caderno uma nota — em 7 de Dezembro de 69: "O Príncipe. Condições que os liberais devem pôr á promessa de apoiá-lo, a saber: o seu inevitável governo pessoal ha de propôr-se...") (1) Joaquim Manuel de Macedo, corifeu do grupo, e cuja entrada nas Laranjeiras se justificava pelo título de antigo professôr de Isabel, recebera em 4 de Julho de 68 a sua confidência: oportunamente renovaria a solicitação para seguir, a terminar a guerra. E informava Sinimbú ao barão de Penedo: "qualquer novo gabinete saído do seio liberal chamaria aquele General (Caxias), fazendo-o substituir pelo conde d'Eu". (2) Contava com outro ministerio liberal. O futuro barão de Lucena noticiara a João Alfredo, em 9 de Junho de 68: "A oposição espera ver o ministerio por terra. O Tavares Bastos e o Fernandes da Cunha disseram-me que os ministros já fediam a defuntos". (3)

Em logar de Caxias — não havia duvida — teriam de chamá-lo. Ou então faria um passeio bucólico, pelas altas terras de Minas Gerais.

Esse delicioso passeio tomou-lhe Junho e Julho de 68.

A 16 o Imperador nomeava o gabinete conservador — em substituição de Zacarias — que assegurasse ao país a conclusão pronta da campanha sob o comando de Caxias. Em satisfação deste fez-se a mudança que encheu de sagrado terrôr o partido liberal. Golpe de Estado! — bradaram os capitães da coórte

---


(2) Carta de 23 de Julho de 68, Heitor Lyra, História de D. Pedro II, 1, 503.

(3) Ms. no arquivo de João Alfredo.
que tinha de suspender a marcha, arranchar na oposição, envelhecer na inatividade, enquanto desfilassem, com Itaboraí, S. Vicente, Paranhos à dianteira, os ordensanças da "rotina".

O conde d’Eu não se arrepenou contra a nova ordem de cousas, que aparafusava no céo do regimen a estrela de Caxias. Fóra do comando supremo havia muitos cargos disponíveis, ao alcance das baterias paraguaias. O seu problema era servir. Não percebia bem o que houvesse de incompatibilidade entre o seu jóven entusiasmo e a autoridade do general em chefe. Via aliás na transformação do governo outro ensejo para repetir o seu requerimento, e — em condições as mais improprias, agora que tudo girava em torno da gloria do velho general — o enviou em 18 de Julho a um gabinete pelo qual falou a ponderação de Paranhos: Impossivel!

Esse dissabôr, á estréa d’uma situação que se descuidou de seduzi-lo, agravava, no dia 23, o seu julgamento pessoal, ácerca da dissolução da Camara: “O Imperador agiu d’uma maneira contraria, igualmente ao seu caracter e aos usos parlamentares”.

Predispunha-o a ameçar: se os ministros não lhe respondessem, “terei de tomar medidas para tornar publico tudo o que se passou”. Torcia o nariz áquela gente: “No interior, o ministerio perde terreno na opinião... "Do outro lado, as fraudes eleitorais raiavam no inconceivível: “c’est affreux!”. Com Rebouças, em 20 de Julho, abria-se: “tristíssimo vêr-se como ainda estava atrasado entre nós o governo parlamentar” (1). E foi com sériedade que no jantar de S. Cristovão, em 2 de Agosto, disse que pensava viajar, para assistir na Inglaterra ao casamento do irmão...

(1) Diário, p. 170.

O seu coração de mulher vibrou mais forte, num presentimento. Dir-se-ia que a desamparava de repente a ótima teimosia do pai; e, pela primeira vez, os sonhos bélicos do marido (admirára-os, batendo-lhes palmas, porque eram dignos!) se lhe desenharam, grotescos, em têla sombria.

Gaston replicou: não acreditava nessa extrevidade.

E o Imperador, “numa de suas frases favoritas: E' preciso pensar em tudo.”

Recaiu a conversa em crítica militar. Contou depois a Rebouças: “tivéra com o Imperador uma forte discussão sobre a guerra, sob a impressão do infeliz reconhecimento de 16 a 18 de Julho a Humaitá; que o Imperador sustentára com o maior vigor o termo da guerra, e que, recebendo á meia noite desse mesmo dia 2 a notícia da entrada dos brasileiros em Humaitá, lhe escrevêra imediatamente, de maneira que foi ele acordado, com a princesa, ás 3 horas da madrugada, por um proprio trazendo essa feliz notícia”.

Far-lhes-ia bem o campo, com o sol de Agosto. Foram ao sul de Minas, atravessando o claro Paraíba. As aguas virtuosas da Campanha começavam a atrair a gente da corte. Havia já quem as receitasse, aos doentes, aos moços estiolados pela fatigante vida da cidade, até à velhice roída de achaques... Ao casal d'Eu faltava o suspirado herdeiro. A princesa não se limitou a desejá-lo na intimidade e nos sobresaltos do
seu pensamento ralado de inquietações políticas: porque a dinastia tinha de continuar... Manifestou a sua impaciência no voto que formulou em Caxambú. Fez aí a promessa a Santa Isabel da Hungria — rainha e homônima, que no céo advogava sempre a causa dos principes, como, em Mafra, reconheceu D. João V — de construir uma igreja no mórro da Cruz. Dar-lhe-ia um templo ogival; miniatura de catedral abrindo junto ao rio e a mata a flôr de marmore de sua arte discreta e grave; comemoração da sua oblata a Santa Isabel, que, benévola, não a deixaria sem filhos! (1). Voltou, consolada, robusta, familiarizada com a simplicidade e a paz do sertão, por Aparecida — onde rezou, entre romeiros — e Guaratinguetá. Prazenteiras jornadas de saúde e fé! Renovavam esperanças de ventura mais completa; mostravam panoramas soberbos e rústicos; e através das vilas enfeitadas, dos arraias engalanados, das ruas cheirosas de palmas e incenso, levavam aos mistérios d'um Brasil inédito... Em Caxambú uma velha senhora de farfalhantes vestidos apoiada ao braço d'um velho aristocrata de alta cabeça leonina impressionaram o príncipe. Eram a marquesa de Santos e o brigadeiro Tobias. O imprevisto — a sociedade histórica á procura d'uns banhos medicinais na frescura da montanha — simbolizava também a revolução dos costumes e das épocas. Viajar pelos desertos brasileiros podia ser mais do que um exercício: uma restauração espiritual...

Mez fausto, Janeiro de 69! Após as batalhas de Dezembro, Caxias entrará em Assunção.
Os sinos de quinhentas igrejas do Império bimalharam “hosannas”.
Findára a luta? Não: fora ganha sem terminar. Peor: havia de concluí-la. Já sem o esplendor dos choques frontais: mas, pelas devêsas das serras, atras d’um exercito en farrapos. O Imperador fechava os olhos à fascinação das alegorias: queria, de um modo ou d’outro, encerrado o capítulo fastidioso com a captura, a expulsão de Lopez. Tudo o que fugisse a esse programa seria, com a ilusão presente, sacrificio futuro: porque Lopez desceria, cedo ou tarde, das escarpas do Ascurra, com as reliquias de suas forças ao redor do pavilhão reerguido...
As palavras suaves do jantar do Palácio retiniram, como se martelasse em bronze a austera “razão de Estado”, nos ouvidos da princesa. Substituiria Caxias... Sim, o vencedor, cardíaco e humanitário, depois de uma crise de sua doença, exacerbada pelas fadigas de muitos triunfos, embainhara bruscamente a espada; e metêra-se num vapor, de volta. Parecia um sinal de dispersão, a ordem de embarque para os batalhões torturados de saudades à beira do rio. Em 15 de Fevereiro, Caxias chegou silenciosamente ao Rio de Janeiro. Paranhos, que correria a falar-lhe em Montevideu, conseguiria dele a declaração de que a guerra continuava. Mas o problema consistia no homem que lhe preenchesse a vaga: insensível ao derrotismo das gazetas, surdo às reclamações dos militares furiosos com a “fase mexicana” das operações, respeitável em face dos aliados, suficientemente perito para não converter num desastre extemporaneo os bêlos sucessos... Quem seria?
Em Petropolis, Isabel e Gaston temiam o adivinhaldo, suspeitavam o inevitável.
Viria a nomeação quando menos a esperasse, como as outras; e para que se atrelasse a um carro em disparada, cuja boléa tantas vezes lhe fora recusada... Não; decididamente não iria agora!
UM MARECHAL, PARA O TRIUNFO

Foi à noitinha de um sábado, 20 de Fevereiro de 1869, que o correio imperial deixou em mãos do conde d'Eu uma carta extraordinária: o convite era quasi uma ordem, para que fosse assumir, no Paraguai, a chefia suprema do exército!

No dia seguinte sôgro e genro discutiram o caso três horas a fio. Este, desconfiado, confuso; aquele impaciente, decidido, inexorável. Dir-se-ia que, para colher os loiros fáceis de uma guerra ganha, mandára o Imperador o pimpôlho — especie de marechal de operêta — para Assunção... Era falso. Tratava-se de uma penosa missão; sobretudo ingloria.

O que de grandioso tivera a luta esgotara-se nas memoráveis jornadas em que a guiara a espada de Caxias. Agora o comandante em chefe devia reerguer a disciplina frouxa em acampamentos mergulhados na tristeza e no fastio das esperas que ninguém sabia justificar; e — atascado nos pântanos — caçar uma sombra, que se escôa pelos pendôres das serras selvagens... Onde estava o encanto, onde as compensações individuais desse epílogo modesto d’uma campanha que agonizava em fórm d’uma perseguição?... Em vez de oferecer-lhe a oportunidade de uma bonita batalha, D. Pedro II dava-lhe de encargo a liquidação da guerra — prosaica e fatigante.
Isabel horrorizou-se. E as doenças daqueles charcos, o colera, as epidemias que empestavam os “bivacs” na terra alagada e quente? Porque o pae não continuará a recusar, a moderar os brios do seu Gaston, a contrariá-lo, como ha tres anos? Não se conteve. De repente se sentiu responsável por aquele destino, senhora de si mesma; e escreveu uma carta indignada.

“Meu querido Papae. — Gaston chegou ha tres horas com a notícia de que Papae estava com um desejo vivissimo de que él fosse já para a guerra. Pois será possível que Papae, que ama tanto a Constituição, queira impor sua vontade aos Ministros, ou que estes sejam bastante fracos de caracter para que um dia digam branco e outro preto! Tériam eles unanimemente e ao mesmo tempo mudado de parecer, como Papae!!! Porque não convidam o seu Caxias para voltar para lá? Ele já está melhor, e os medicos lhe recomendam os ares de Montevidéo. Pois será Gaston que sem mais nem menos vá já para a guerra, só porque houve boatos de sublevação de Rio-Grandenses? E é Papae que acredita logo nisso, quando tantas vezes recusa crêr o que se lhe está asseverando?

“Lembro-me, Papae, que na cascata da Tijuca, ha tres anos, Papae me disse que a paixão é céga. Que a sua paixão pelos negócios da guerra não o tornem cégo! Alem disso, Papae quer matar o meu Gaston: Feijó recomendou-lhe muito que não apanhasses muito sol, nem chuva, nem sereno; e como evitar-lhe isso quando se está na guerra? Caxias não pode ficar lá porque tem uns
ataques de cabeça que podem-se curar, e alem disso poderia ficar em Montevideo, onde se dá bem; e seria o meu Gaston que iria apanhar por lá uma doença de peito, que muito raras vezes se cura? A falta de meu bom Gaston seria muito mais prejudicial para o Brasil do que a de Caxias — e agora que ha cólera em Montevideo! O que Papoe saberá é que se Gaston fôr para Assunção, para lá também irei com a minha Rosa, que compartilha bem minhas dôres. Irei até o fim do mundo com o meu Gaston.

"Papoe talvez faça idéia do que estou sofrendo, e por isso perdôe-me se disse alguma inconveniencia. Queime a carta, mas conserve bem no espirito o que lhe digo. Preciso desafogar-me, e só chorando não posso fazê-lo. Espero em Deus que o meu Gaston ainda não irá. Pode talvez a guerra estar acabada até que venha a resposta do Paranhos. Podem vir outras cousas.

"Meu Deus! Meu Deus! Não sei verdadeiramente como veiu essa decisão subita, quando o que agora só o que se tem que fazer é o papel de capitão do mato atrás do Lopez. Pois para dirigir de Assunção (Papae mesmo me disse que não era o papel de Caxias, o de ir ele mesmo atrás de Lopez) basta outra pessoa. Os Rio-Grandenses constituem pequena parte do Exercito.

"Adeus, Papoe, perdôe-me!" (1)


A princesa não relutou mais. Estrangulou na sua dor contida o coração demasiadamente feminino. Chegara a vez de sacrificá-lo à razão de Estado. O seu dever era este; adivinhara-o antes de casar; e suportou-o um quarto de século. Calou-se. Desistiu da absurda viagem a Assunção. Deixou que o marido — refeito de sua angústia — antegozasse o serviço grande que prestaria, ao som dos hinos. Dous dias depois já escrevia ele para a Europa: a guerra terminada sem a expulsão de Lopez seria o cumulo da ignominia e a ruína moral do Brasil. E para o general Dumas: “Quant à esclavage... si je reviens vainquer du Paraguay nous y metterons ordre, en dépit de tous les “conservateurs de la terre.” (1). O Imperador esfregava as mãos, satisfeito: era o seu “leit motiv”. Em

(1) A. Rangel, op. cit., p. 369.
10 de Março comunicou o príncipe a Nemours: Se o Imperador continuasse a julgar necessário, iria. “E francamente, refletindo sem prevenções não se vê senão dous partidos sérios que escolher: declarar finda a guerra, ou me enviar”. Quanto ao primeiro: “Il suffit de dire que ce serait virtuellement l’abdication de l’Empereur!” “Enfim, veremos o que diz Paranhos” — contemporizava D. Pedro II, em 13 de Março; e o genro: “Veremos”.

A opinião de Paranhos — cuja atividade em Asunção logrará amortecer o efeito da retirada de Caxias, impondo aos chefes militares uma conduta de espectativa animada — estava d’ante-mão traçada nas deliberações do ministério que representa (1). D’outro jeito seria admitir o shisma na “igreja” recomposta na véspera: a ruina intempestiva d’um partido guindado ao governo para que o marquês de Caxias não abandonasse o Paraguai e agora, exatamente, instável, mutilado, na gangorra do seu dilema: um marrechal talvez afeiçoado à oposição, mas acima desta, Sua Alteza o consorte, ou o ostracismo... Paranhos disse que sim, mas sem entusiasmo (2); e ficaria lá, para ajudar o príncipe. Em duplo caráter: seu ministro civil e... agente de ligação entre o gabinete e o Exército. Tranquilizava o Imperador, aquietava os ministros, os aliados, os velhos cabos de guerra, o próprio conde d’Eu, que preferia a colaboração desse polido antagonista que o advertiria — imagem da experiência e da sabedoria, na sua astúcia útil — à lisonja de terceiros que o metessem em “rapaziadas”... liberais. Afinal, Paranhos era, no Prata, o próprio Imperador.

(1) W. Pinho, Cartas do Imperador ao Barão de Cotegipe, p. 60.
(2) W. Pinho, op. cit., p. 64.
Chegou-lhe a resposta a 20 de Março.
A 22 concedia-se a Caxias a demissão, e para o comando em chefe foi nomeado o príncipe.
No dia seguinte assinou o monarca o decreto que elevava a duque o marquês de Caxias.
Sete dias depois, no vapor “Alice”, embarcava para o teatro da luta o neto de Luiz Felipe.
A autoridade de D. Pedro II prevalecera: secaram as lagrimas na face pezarosa de Isabel, que se mostrava forte; um sorriso orgulhoso brincava nos labios do mais jovem general das armas brasileiras; cercavam-no oficiais cheios de confiança no seu novo superior, que simbolizava a majestade e a solidez d’uma politica inflexivel; e, ao éco das fanfarras, a corte aplaudia...
AS DESILUSÕES DO CONDE D'EU

O coração de Isabel pressentiria os riscos daquele fim de guerra enfurecida, pelos recéssos sertanejos em que se escondera.

Apenas, a cada momento, os contagios de acampamentos mal-sãos? Não: a insidia das escaramuças, a canseira das batidas, a incerteza dos combates em terreno inexplorado: e como se não bastasse — a indefinida expectativa d’algum acaso que puzesse nas mãos bisonhas do moço marechal o homem a quem perseguia... Acaso? Sim; a falta de previsão possível. Lopez, no tôpo da cordilheira, dava as costas para o ignoto. O inimigo alinhava-se, em formatura correta, brunido, de capas brancas nas barretinas francêsas, de Miniés novas, arrastando peças Wittworth de modelo recente, diante de suas avançadas negaceando pelos trilhos da serra: mas sómente por diante delas. Atraz, ondulava o mato de niguem. Poderia um belo dia empacotar no fundo da carrêta o sabre, a baixéla, o arquivo do seu desditoso regimen, e, disfarçado em tropeiro, com a Lynch e os filhos, embrenhar-se pela Bolívia entre gente amiga, surgir em Corumbá, iludindo os destacamentos fronteiriços, sair em S. Paulo, como um “paraguaios dos hervais”, ou aparecer nas costas do Pacifico, como um exilado. E quando se lhe descobriria o lôgro? Certo, tornaria; juntaria em torno de sua bandeira, que a metralha rendilhara, o resto
do exercito de adolescentes cujos peitos de bronze as cicatrizes condecoravam; e lutaria muito tempo... Quem lhe sabia as intenções, o roteiro, os recursos, as obscuras possibilidades? A ferro e fogo — ordenava-se, do Rio de Janeiro. O príncipe não repousou mais, depois que, em 14 de Abril, desembarcou em Assunção. Paranhos preparára-lhe o ambiente. Acomodára, congregára, convencêra. A' sua chegada recebera um banquete em que a disciplina se atritára com a retórica, uns oficiais a falarem em “ingloria campanha de montoneras”, outros reclamando o fim da guerra com a morte da “hidra”. Testemunhou Dionísio Cerqueira: “Felizmente e para honra nossa, o desejo de não proseguir ficou sepultado na eloquencia dos brindes e não passou de alguns” (1). Gaston d’Orléans encontrou o exercito pronto para bater-se e os veteranos empenhados em adivinhar-lhe o pensamento. A idéia de que o novo chefe era o principe excitára-lhes a fantasia: imaginavam-no... diferente. Assim o capitão Manuel Rodrigues de Macedo, (2) que fora um dos ajudantes de Andrade Neves, e costumava, nas guerrilhas, laçar, com o seu ágil laço de couro, os paraguaios... Corrêra a esperá-lo, ansioso, no cavalo veloz; e voltou, confuso:
— Pensei que fosse outra cousa... mas é um homem como outro qualquer.
— Chamára o general Osorio.
Com a mandíbula dilacerada em Avaí, o lenço negro sob a barba, o grande soldado fugira á mão dos cirurgiões para acompanhar o principe (3).

(1) General Dionísio Cerqueira, Reminiscencias da Campanha do Paraguai, 2.ª edição, p. 321.
(2) Dionísio Cerqueira, op. cit., p. 322.
Mas por onde?

Que se investisse a cordilheira, que tomassem as elevações do Ascurra, e, com os arsenais de Caacupé e Ibiricuí, as forjas, em que os sinos das igrejas se vazavam em artilharia... Era fácil dizer: mas como lançariam por sendas misteriosas, ao encontro do tigre emboscado, uma infantaria que necessitava de munção completa, serviço de comunicações, cooperação das outras armas, afim de que a urgência, da ação, não fosse a primeira razão d'um desastre?

O destino ensinava o conde d'Eu; e completava-lhe a educação. A impaciência, que o afligira na corte, estranhando a lentidão de Caxias, impregnou-se-lhe n'alma em Assunção, em Luque, no Rosário, impotente para ser mais ativo do que o antecessor. Compreendeu então que a vontade do chefe esfriava nas zonas intermedias da administração, da técnica, da deliberação; e que aquilo se parecia com uma grossa máquina insensível aos frémitos nervosos do engenheiro... Esse ritmo preguiçoso foi ali o seu primeiro tormento. Entre Abril e Julho teve de estudar, sem um golpe direto, sem um movimento conclusivo, o seu plano de envolvimento de Lopez. Logrou atirar-se para a frente, á testa das forças, na escalada da montanha, em 28 de Julho: inicialmente, o reconhecimento da posição de Ascurra, em seguida a marcha de flanco, e em 12 de Agosto, quando raiava o dia, Peribebú!

Renovou-se, naquelas ásperas alturas, uma guerra que parecia extinta — pelo menos nos seus aspectos teatrais, nos lances de epopéa. O principe fora habif, refletido "em indagar dos caminhos e em conhecer a topografia", como acentuou Alfredo d'Escragnolle Taunay, que lhe escrevia o Diario do Exercito. "Foi
um feito d'armas quasi instantâneo e muito bonito”, comunicou ao Imperador. Peribebue não lhe deu apenas a sensação de uma vitória campal: também refletia o seu espírito de ordem, o seu jeito de dispôr as cousas, de estimular os soldados. Paranhos reconheceu: “faz honra ao principe a quem unicamente se deve sair o nosso exercito de Pirajú...” (1) O triunfo lisonjeou-o. Nunca mais esqueceria “Peribebüe”. Ficou anedotico o seu carinho pelos veteranos do combate breve e sangrento em que caiu, à frente da coluna, o general João Manuel de Menna Barreto. Lá, pela ultima vez, montado no seu cavalo branco, de ponchopala ao vento e os queixos envoltos no lenço de seda, o visconde de Herval guiára a vitória os batalhões eletrizados pelo seu exemplo. Ninguem se aproximaria do principe falando em Peribebüe que não fosse interrogado, atendido, premiado.

Em Campo Grande, porém, afrontou visivelmente a morte. Desembainhou a espada para defender-se, à iminencia da carga paraguaia que acabava de dissipar uma linha singela de atiradores, unico obstaculo entre o estado maior brasileiro e um batalhão de Lopez, disposto a vender caro a vida... Pedro Americo retratou-o nesse brilhante momento. O duque d’Aumale poderia revêr-se na figura esguia do sobrinho cujo cavalo de guerra fora sofreado, no arrojo do galope, pela mão prudente d’um capitão de voluntarios, a impedir que se precipitasse na confusão do corpo-a-corpo.

No dia em que assim o pintou o mestre das telas de batalha, Sua Alteza comeu a sua unica refeição noite alta.

(1) Pinheiro Guimarães, Um Voluntário da Patrã, p. 69, Rio 1936.
Exitos que fariam o renome de qualquer chefe militar — infelizmente não eram decisivos. Até Cara­guatahí, não houve vestígio de Lopez. Desmantelados os seus redutos, tirára-se-lhe a serra: ficava com o deserto.

Agosto de 69 foi para o conde d'Eu o que Dezembro de 68 fôra para Caxias: o mez das jornadas invictas; e incompletas.

E como se os fatos, na sua cadeia, se apostassem em castigar a temeridade do estrangeiro que criticára o velho marechal, as linhas d'um desentendimento ana­logo se lhe puzéram a esboçar no mesmo enrêdo, que Paranhos, em Assunção, observava de mão humôr. Desânimo do general, em face da campanha sem pre­visão possivel; ordens da côrte, para que não se reti­rasse antes do aprisionamento de Lopez; crença geral de que a propria tarefa de “capitão de mato” se tornaria inutil áquel'hora, pois o homem deveria estar longe, encalçado pelos trovões da artilharia nos con­trafortes da cordilheira... A imprensa a alfinetar o governo com o “interminavel” da guerra; na “Phenix”, discursos radicais, e um tribuno estentórico, que acusava o Imperador de preferir á politica ingleza a de Napoleão III, e da casa de Napoles... Gaspar da Silveira Martins! (1). O exercito ansioso por voltar; o ministério apertado entre a irreductível decisão im­perial de “pegarem o Lopez” e o desejo politico, de encerrar o episodio; a princeza, a reclamar o marido, e este furioso com Paranhos, os conservadores, o mi­nistro da guerra Muritiba, o sôgro, quantos o obriga­vam a esperar, de um “posto de comando” á beira do rio, que Lopez se deixasse apanhar...

(1) José Mariano Porto, Apontamentos biográficos de Gas­par da Silveira Martins, Rio 1891.
Desceu a Rosario; subiu a S. Estanisláo. De­balde! Em 28 de Outubro, explodiu: era absurdo con­tinuar a guerra “contra uma espécie de cacique sel­vagem oculto num canto do proprio territorio brasi­leiro...”.

E, sem querer, repetia o pensamento de Caxias: “Do contrario, seria uma guerra que cairá no ridi­culo; eis qual a recompensa de tantos sacrifícios”. Propunha, ficariam 15 mil homens de guarnição às passagens da serra de Maracajú, braços-armas com sentido em Lopez; e os voluntários da Pátria regres­sariam todos. Ele, com os voluntarios. N’um regres­so alegórico. N’um lindo cortêjo. N’um desfile digno e quente de cores cívicas, de estética marcial: como essas cousas se fazem na Europa! Os netos de Luiz XIV amam a poesia dos combates; mas sem excluir o aparato do triunfo... Passaria pela rua do Ouvidor puxando os regimentos, bandeiras desfraldadas; cinco anos depois de sua chegada modesta à terra de Isabel aí desembarcaria, como um general arrancado aos quadros de Horace Vernet; e teria o cuidado de ofe­recer ao Imperador (ofuscado pela cena) os loiros de Peribebúe e Campo Grande...

Basta de ações mediocres, pálidas — pensou o conde d’Eu, ansioso por tornar à corte, e de lá esti­mulado por outra sorte de influencias: a tentação li­beral, que lhe agitou muitas vezes o sôno, durante os seus longos mezes do Paraguai.

Macedo era naturalmente o intermediário entre a oposição liberal e o principe, que parecia desperce­bido da malícia e do subentendido de sua correspon­dencia assidua.

“Sua Alteza não terá de queixar-se do partido li­beral moderado: Souza Franco, Otaviano, Furtado,
Nabuco, Zacarias, Saldanha e outros estão nas melhores disposições relativamente ao comando de V. A. na guerra..." — adiantára em carta de 26 de Abril.

A oposição dividia-se. De um lado, chefiada por Zacarias, a ala "moderada" pugnava pelo respeito à Constituição, de resto à espera do aceno do Imperador, para retomar o poder; do outro, os radicais, das reformas profundas, cujos cabeças eram Nabuco e Tavares Bastos (1). A "Reforma", órgão do partido, foi a palmeira no oasis: arrançaram à sua sombra os inimigos do "poder pessoal", do "regresso". "Anfri-sio Fialho seria o correspondente da "Reforma" no Paraguai, certo de que tal escolha agradaria a Sua Alteza" (2). No Senado — e a intriga do romancista era esperta — Nabuco puzéra em confroto com o duque de Caxias o conde d’Eu sem exigencias e estranho aos políticos: o que merecêra aplausos da oposição. "Vossa Alteza populariza-se..." Que falasse a Osório sobre o jóven Gaspar Martins; que ouvisse Quintino Bocayuva — empresário, com Felix da Cunha, de estrada de ferro — sobre o desapontamento de Saldanha Marinho que não fora escolhido senador; que muito se falava (é assunto da carta de 15 de Agosto) da combinação entre S. A. e os liberais...

A ingerencia de Anfrisio Fialho no jornalismo de campanha envenenou um incidente preliminar: a exoneração pedida pelo chefe do estado maior do principe, o brigadeiro João de Sousa da Fonseca Costa, que o havia sido de Caxias, seu grande amigo. Ocorrerá após a reunião de generais de 7 de Julho, em que servira de secretário o coronel Pinheiro Guima-

(1) Carlos Pontes, Tavares Bastos, p. 293.
(2) Carta de 14 de Julho de 69, A. Rangel, op. cit, p. 258. A "Reforma" apareceu em 12 de Maio desse ano.
rães — liberal como Osorio, como Otaviano, que redarguiu à defesa feita no “Diario do Rio” do brigadeiro criticado pela fôlha anti-ministerial. (1) Vingava-se Paranhos, exprobrando a Quintino e Cunha a sua estrada de ferro, onde seria perigoso viajar. E o Imperador, em bilhete a Cotegipe: “Estou certo de que meu genro providenciará convenientemente e fará guerra também aos especuladôres com as desgraças do Estado...” (2)

Atilado e mordido de desconfianças, o plenipotenciário procurava alertar o ministério.

D. Pedro II — em 30 de Setembro — falou mais do que costumava, “da tendência que o Paranhos pensa ter meu genro; porém ele ha de proceder de modo que não suspeitem que ele inclina-se a este ou aquele partido, e convençam-se de que, assim como eu, reputa a todos realmente amigos das instituições” (3). Como para reforçar o que de superior serenidade havia nessa declaração, Penedo escrevia de Londres a Cotegipe: “Não me surpreende o que me contas do liberalismo do conde d'Eu. Eu quasi previa que havia de ser assim. Quando, porém, o perigo fôr iminente não duvido que o fabricante mór da politica...” (4) chamasse um Zacarias!

Em 12 de Setembro ligou o principe o nome à extinção da escravatura no Paraguai (decretada em 2 de Outubro de 69).

Era, na insipidez d’um comando sem massas de manobra e sem ciência alta, um grande ato. Aliás en-

(1) Pinheiro Guimarães, op. cit., p. 82.
(2) 25 de Julho de 69, W. Pinho, Cartas cit., p. 138.
(3) W. Pinho, Cartas cit., p. 154.
(4) W. Pinho, Cartas cit., p. 158.
derraçara-o (Paranhos e ele) (1) ao Império, quando pedia ao Governo Provisório de Assunção: "Se lhe concedeis a liberdade, que eles imploram, rompereis solenemente com uma instituição que foi desgraçadamente ligada a varios povos da livre America por muitos seculos de despotismo..."

Uma definição, portanto!

Paranhos prevenia (29 de Novembro): "Sua Alteza, seja-me permitido dizer na intima e discreta confidencia... perdeu a sua energia e resolução anterior" (2). No dia seguinte o conde d’Eu (a quem o ministro acusava de ouvir mais Pinheiro Guimarães) telegrafou ao sôgro: "que se pôde considerar a guerra finda". E não demorou o pedido de licença de tres mezes, que lhe facultaria "ir á côrte com 5 ou 6 mil voluntarios da Patria, porque julga que esta solenidade é salutar efeito moral". Reagia Paranhos com a sua fina sensibilidade politica: "Já pronunciei-me abertamente contra isso, sem ferir o amor proprio do Príncipe, mas ele está entusiasmado com a sua ideia e presumo que o Dr. Pinheiro Guimarães... lisonjeia este desejo do Príncipe e quer tambem entrar de botas e esporas pelas ruas da Capital do Império!"

D. Pedro II reprovou secamente: "hei-de escrever ainda a 30 (de Dezembro) a meu genro opondo-me á sua vinda com tantos voluntários..."

Os ministros respiraram.

"Advertiu-se-me do Rio (contou ao pae o conde d’Eu, em 16 de Dezembro) que o ministerio não quer que eu chegue com os batalhões organizados; com o

(1) Visconde de Taunay, Reminiscencias, p. 193, S. Paulo 1923.

(2) W. Pinho, op. cit., p. 191.
pretexto de que seria perigoso, visto o meu prestígio e ideias revolucionárias! Custei a crer. Mas hoje, realmente, recebi com a maior surpresa instruções oficiais do ministro da Guerra...”.

“Chegou a reunir no Rosario acampados sob barracas cerca de 9 mil homens para voltar com eles”, confessara Cotegipe a Tavares Bastos (1). Os liberais, alvoroados, sucudiram-se de esperanças atrevidas. Sonhavam com a apoteose, o “figurão”, o “préstimo”. Mais exaltado, Macedo, que tudo sabia (2), na “Reforma” de 10 de Janeiro de 1870 profligou: “Que o sr. conde d’Eu zeloso da gloria desses brasileiros, seus companheiros de combates e vitórias, sustenta que eles devem voltar em corpos organizados como se acham, e entrar na Capital do Imperio com suas heróicas bandeiras desfaldadas”, enquanto Paranhos e o gabinete de 16 de Julho de que ele é membro, no Rio de Janeiro, opõem-se a todas essas propostas e reclamações do sr. conde d’Eu” (3). Menos idealista, Tavares Bastos, em 7 de Dezembro, detalhara um pacto formal com Sua Alteza: Reforma parlamentar e do Senado; desenvolvimento das instituições provinciais: escolas; emancipação rápida; liberdade religiosa... Prelíbava o terceiro Reinado — que algum dia seria o pesadelo de seus correligionários!

Mas o proprio principe — tão imperioso de começo que bradara: “se me fôr negado voltar ao Rio com estes primeiros voluntarios o tomarei como uma

(1) Eram 5 ou 6 mil, escreveu o Principe, em 5 de Dezembro ao general Dumas, A. Rangel, op. cit., p. 280.

(2) O conde d’Eu escreveu a Macedo, em 23 de Dezembro: “Muito estimo que a “Reforma” tenha compreendido a propaganda de dar a guerra como acabada”, Rangel, ibid., p. 288.

(3) Cit. por Pinheiro Guimarães, op. cit., p. 203.
ofensa gratuita”, (1) “je donnerai ma démission avec fracas” — renunciou a sua fantasia, e calou-se. É fácil ver nessa mudança a palavra tranquila de Isabel. O Imperador dissêra que não! Ao ministro da guerra — em 23 de Janeiro, expunha um pensamento diáfano: com a parada julgára apenas “interessar o espírito publico” (2)... Itaboraí pediu a André Rebouças: que lhe escrevesse, para “abandonar o militarismo e entrar na direção da grande industria do País” (3). Nada de bonapartismo: mas a compostura do príncipe Alberto, o seu Palacio de Cristal, Exposições, incentivo às fábricas, o guarda-chuva branco de Luiz Felipe... Um sacrifício definitivo: de sua vaidade, em bem da quietação civil.

Fez o sacrifício. Não insistiu na atitude equivoca de general irritado e poderoso. Ficaria “moralmente livre” — comunicou ao sogro em 13 de Fevereiro.

Cumpriu a ordem do governo (de 18 de Novembro) para dissolver os batalhões já desnecessarios (4). A primeira brigada, de Faria Rocha, partiu a 3 de Fevereiro. Ele permanecia. Enfurecido, no intimo incompatível com o ministério, zangado com a corte, farto daquela vida, mas silencioso, superior á propria desilusão, olhos volvidos para o amor distante, a doçura de sua casa, desde que lhe proibiam o lícito anhelo de um reluzente dia triunfal... Continuaria lá até o fim de Lopez, se Lopez tivesse fim — pela fuga, pela captura... Não, pela morte!

(1) Carta a Paranhos, 10 de Dezembro, Rangel, op. cit., p. 280.
(2) A. Rangel, ibid., p. 285.
(3) Diário, p. 119.
(4) Tasso Fragoso, História da Guerra entre a Triplice Aliança e o Paraguai, V, 136, Río 1934.
Quando menos o esperava lhe chegou a notícia, do general Camara ao general Vitorino, em 4 de Março, em viagem para Conceição: (1) alcançado em Aquidaban-nigui, Lopez tropeçara, caíra, soergueu-se e acabará floreando a espada, como um gladiador agonizante...

Significava isto a volta, "moralmente livre", para sacudir, no cáes, os sapatos que tinham palmilhado os mais incômodos caminhos: do poder indesejado, da ambição insatisfeita, da glória remissa, do seu suplicio de Tântalo, general em chefe sem autorização para mostrar-se na corte á testa das belas tropas, de seu descontentamento e de sua saudade... Pelo menos, livrava-se!

(1) No seu diário, 1 de Março de 1890, anotou o visconde de Taunay: "Faz 20 anos... Foi evidente a todos a contrariedade que sentiu o conde d'Eu, por vêr, sem dúvida, que a glória do feito pertencia ao general Camara". (D. Pedro II, p. 98, S. Paulo 1933).
XI

QUASI A REBELEIÃO

A volta foi magnífica, a compensar os dissabores recalcados e esquecidos nas efusões d’um “triunfo” autêntico. O Imperador, para mostrar aos filhos o seu agrado; o ministerio, para patentear uma imparcialidade nobre e a oposição para castigar o ministerio prepararam uma recepção insuperável ao Príncipe.

Isabel sentiu-se feliz. Começara, a sua semana de sonho, em 28 de Março, quando subira com os pais a Petrópolis, acolhidos de um modo soberbo e convidante. Foram os mais belos dias de sua vida. Porque o seu marido foi arrebatado de bordo — ás 10 da manhã do dia 29 — como um herói. Em sua companhia foram de multidão delirante. D. Pedro II e a Imparatriz lá estavam. A corte em pêso. “Não foi entusiasmo; foi delírio. Lutava-se para conquistar onde assentar o pé”, observou Rebouças (colaborador na apoteose) (1). O “Te Deum” na capela imperial asfixiava, deslumbrava. Um pouco de repouso no Paço da Cidade serviu apenas para retemperar forças, serenar os nervos, em demanda das outras festas, da audiência no Paço Isabel, entre 3 e meia e 7 da tarde, de intermináveis comissões, com discursos, desfiles, bandeiras, girandolas que no ar estrelejavam e mús-

(1) Diario, p. 120.
cas fora, pondo no regozijo ambiente a sua nota marcial. Nas praças havia iluminação; o povo, endominado, em redor dos corêtos; um contentamento justo e comum. A princesa parecia sonhar. Afinal chegára a vez do seu Gaston!

No dia seguinte o tempo fez-se ameaçador. Rebouças foi ve-los á hora do jantar. Seguir-se-ia um baile no ministerio de Estrangeiros. Isabel resplande-cia no enleio e na profusão de sua alegria; e foi com uma graça ingenua, de quem se sentisse compreendida dos anjos, que disse ao engenheiro: “Não tenha mêdo que chôva; nunca a chuva interrompeu nossos festêjos; não foi assim, Sr. Martins Pinheiro, em Campos?” (1) Ela mesma não sabia explicar. Feliz, fazia participar do seu regosijo e de sua ternura a natureza, as divinas energias que vibram nos espaços... Não choveria! Rebouças sorriu; efetivamente não choveu. Noite memorável, 30 de Abril. Préstitos com tres filarmónicas, o largo da Gloria inundado de luz, crianças das escolas, corporações, a massa. A família imperial acolhia, afável, flôres, outros discursos, ovações. O espetaculo prosseguia... 3 de Maio. As 5 e meia no Paço Isabel foi a ofêrta da corôa de loiros ao conde d’Eu, pelas senhoras cariocas. A gloria revestia-se de amaveis aspectos. Ritmava-se ao som dos hinos; tinha passos galantes de quadrilha; florescia em homenagens finas. O marechal de Peribebúe não podia querer mais. Saltára sobre o abismo que parecia separá-lo da popularidade, da afeição publica... O governo não escondia a sua preocupação; e irritava-se. As fanfarras incomodavam-no; o repatriamento dos batalhões inquiétava-o; os tumultos de rua, o grito dos oficiais desengajados, as queixas dos veteranos...

(1) Diario, p. 121.
A PRINCESA ISABEL

— rescaldo de reivindicações de classe que podia lavrar em incêndio vasto — acabaram por perturbá-lo.

Entre Março e Setembro de 1870 uma crise complexa, mais emocional do que política, empolgou o Rio de Janeiro. O mal-estar dos "fins de guerra" semeava palpitos doutrinários na tela d’uma imprensa nervosa; e tanto a assistência aos militares, desmobilizados, como a abolição da escravatura coruscaram o seu fogo de vista nas folhas liberais. Tomará a si "A Reforma" atualizar o problema do negro: e, severamente, lhe perguntará o "Jornal do Comércio", em Janeiro, como libertaria a população servil (1). Anarquizando o Império?... Na Bahia, exatamente, Abílio Cesar Borges, o educador, parente e amigo de Cotegipe, provocará o surto abolicionista ao procurar dissuadir os moços de sua campanha lírica, importuna... Replicara-lhe Frederico Araujo, e em torno de sua bandeira os jovens se agruparam, oradores e poetas... José de Alencar, alvejando o Imperador, ferira de morte o gabinete Itaborai com dizer, no "Dezesseis de Julho", que o silêncio da Fala do Trono quanto à questão servil fôra uma vitória dos ministros sobre a "vontade irresponsável". Teixeira Junior, em 14 de Maio, interpelára-os com violência. Foi um rompêr de diques...

Em 27 de Março, alguns oficiais reclamavam pelo Jornal do Comércio contra o descomissionamento sem mais nada; e falavam em ingratidão cruel. As recriminações molestavam o partido dominante e lisonjeavam o príncipe, "protetor" dos soldados... (2) Atacavam principalmente o ministro da guerra: e n’uma atmosfera de desagrado assistiu à corte ao "Te Deum"

(1) Jornal do Com., de 7 de Janeiro de 1870.
no Campo de Sant'Ana, “a festa do Barracão”, como foi apelidada, (1) — para o qual se votará o crédito de 200 contos de réis. Por um triz, era a revolta. Na sombra — complicando-a — rastilhava a conjura republicana: entre platônica e afoita... O capitão Pom- pilio de Albuquerque (revelou quarenta anos depois Salvador de Mendonça) — saíra a aliciar prosélitos no exercito e na armada (2). Fareja-se o golpe; adivinhava-se o choque, a rutura... Uma espada, que decepasse o nó gordio, o grilhão constitucional: e gente nova!

O coronel Tiburcio relatou, triste, a João Brigido — em 18 de Julho: “A população não foi ao Campo de Sant'Ana abrilhantar o “Te Deum... E não ficou nisto somente. “À noite, militares de linha, depois de percorrerem diversas ruas vitoriando o Imperador, o conde d'Eu, a família imperial e dando fóras ao gabinete de 16 de Julho e morras ao Muritiba, estabeleceram-se na frente do Teatro Lírico, fazendo parar todos os coches da comitiva imperial, em busca de Muritiba, que se meteu, por prudência, no Quartel do Campo, até serenar a procéla. O proprio carro do Imperador foi detido, para que ele ouvisse distintamente o que se preferia!” (3) Apezar de tudo, em 19 de Julho teve um esplendor celebre o baile dado pela Guarda Nacional ao conde d'Eu no solar do barão de Itamaratí. No Senado era feito, impertinente, o paralélo entre ele e Caxias, e entre Caxias e Osorio; e o exercito, exaltando-se, começava a dividir-se. “O Imperador (resume n'outra carta Tiburcio) finge em face de

(1) Visconde de Taunay, Império e Republica, p. 26, S. Paulo.
(2) Artur Vieira Peixoto, Floriano, p. 125, Rio 1939.
(3) Euseblo de Saosa, Tiburcio, p. 77, Fortaleza 1937.
tudo isso uma indiferença soberana; mas eu juro que ele anda mais massado do que eu" (1)

D. Pedro II falou ao genro. Uma viagem á Europa, e quanto antes, agradava-lhe; até porque, querendo realizar a sua, precisava deixar na regencia a princesa, por um ano talvez, em que não poderiam ausentar-se.

Em 18 de Maio confessára a Rebouças, só desejava descansar. (2) Não pensava na viagem. Em 4 de Julho escreveu a Nemours, que não imaginava sair tão cedo do Rio: interessava-lhe o debate, no Senado, sobre o seu comando... (3) Cinco dias depois Tibúrcio comunicava ao amigo cearense: “O sr Conde d’Eu resolveu repentinamente ir á Europa: razões de ordem superior... Uns dizem que o inclito cavaleiro d’Eu vae exibir-se na Europa como terminador da guerra do Paraguai e exterminador de Lopez; outros, que S. A. vae por motivos de incômodos de sua sereníssima consorte (é esta a opinião da gente sizuda). Estes são de parecer que, tendo sido pouco considerado pela gente do Governo, o Príncipe se retira, temporariamente...” (4) Nem faltava quem sonhasse com a sua regência, para “que as eleições de 1871 sejam feitas sob inspiração e influência de uma cabeça que opine e pense com a gente da “Reforma”!

A gente da “Reforma”, é certo, desentendêra-se em Junho. Zacarias achára “político” censurar José de Alencar, quanto á sua desabrida linguagem sobre o Imperador: e Gaspar Martins — cindindo a redação — se insurgira contra o chefe, cuja moderação so-

(1) E. de Souza, op. cit., p. 79.
(2) A. Rebouças, Diário, p. 285.
(3) A. Rangel, op. cit., p. 305.
(4) E. de Sousa, Tibúrcio, p. 75.
lérte o indignava. Não tardaria a brotar, da trepidação ideológica que se estendera a todo o país, a facção republicana — envolvendo, arrastando um grupo de liberais veementes...

De fato, o Imperador alvitrára a tempo a viagem. Separava das tentações partidárias o mancebo muito próximo delas; e, livre o ministerio desse espan talho, poderia mais facilmente induzi-lo a abraçar o abolicionismo.

Assim aplainaria dificuldades, preparando o chão do poder para que aí pisasse maciamente a filha, em 1871...
NO GOVERNO UMA MULHER

O casal d’Eu embarcou em 23 de Agosto, no “Douro”, para a Inglaterra.

Foi ao chegar ao outro lado do Atlântico que a realidade européia — a guerra franco-prussiana — estarreceu o príncipe ansioso por um repouso na Escócia e Isabel, saturada de emoções fortes, desejosa de paz e anonimato naquelas terras frias.

Em Bushy House, “maison froide, indisciblement froide” (1) que a rainha Vitória cedêra a Nemours após a morte da rainha Marie Amélie, pulsava uma inquietação aflita.

Para os Orléans o disturbio continental significava uma série de acontecimentos vitais. Aliás tinham visto com clareza desenhar-se a ruina de França. Napoleão III rolára a pedra que o esmagou: o rochedo da “idéia nacional”. Em 1866 Nemours prevenira ao filho mais moço, d’Alençon: Bismarck faz-se o “Cavour da Alemanha, apoiado, como o seu modelo, pelo governo francês. O imperador impôs o seu sistema a este proposito numa carta que enviou ao corpo legislativo. Apesar da carta, continuou nas minhas velhas idéias, isto é, que a unidade da Itália é prodigiosamente prejudicial à França, e a unificação da Alemanha, so-

bretudo em proveito da Prussia, ainda mais danosa ao meu “país” (1).

Palmerston, é certo, achára a “união alemã, sob a direção da Prussia, uma excelente acomodação europeia”; e Luiz Napoleão reputára a França e a Prussia duas irmãs, com “a mesma cultura, o mesmo ideal de liberalismo esclarecido, o mesmo interesse de emancipar e unir as nações e as raças...” (2). Na sua vivenda pacífica Nemours, inativo, tinha desesperos de leão cativo. O desmoronamento do Império facultai-lhe-ia o retorno; mas, nesse epílogo de exílio, havia a grande amargura da Pátria despedaçada.

Napoleão III, depois o governo provisório, por fim Gambetta, recusaram os serviços que lhes ofereceram os Orléans.

O principe de Joinville e o duque de Chartres foram mais ousados. Chegou o primeiro a apresentar-se em território francês: mas Gambetta mandou prendê-lo em Mans e reconduzi-lo à fronteira. O segundo, adotou um disfarce: Robert Le Fort; e cruzou a espada com o inimigo. O comandante do seu batalhão podia julgá-lo um voluntário burguês. Mudou de opinião no dia em que esse misterioso paladino, destacado para um reconhecimento sem importância, voltou com o sabre do coronel alemão que abatêra em combate. Robert Le Fort...

Em Bushy House, abafava-se.

Gaston e Isabel passaram um Natal melancólico. As cartas de Viena, sobre a saúde de Leopoldina, duquesa de Saxe, mais os atormentaram. Foi ás pressas que, em Janeiro, se transportaram para a Austria. Pobre Leopoldina! Dir-se-ia que o nome da avó trazia a

(1) Y. D’Isné, Duc d’Alençon, p. 63.
fatalidade dos mesmos padecimentos, da mesma inadaptação: em casa da princesa Clementina morreu de febre tífica, em 7 de Fevereiro. "Un ange de bonté", resumiu o conde d'Eu, escrevendo a Nemours no dia seguinte. A 12 levaram o corpo para Coburgo. O coração de Isabel sangrava. Com a perda da irmã única sentia-se mais indispensável aos pais, a quem a notícia causaria um abalo inexprimível; e queria chorar com eles o seu luto. Volveu a Londres inconsolável; e com a condessa de Barral, que se lhes reunira, deixou-se levar a Paris pela curiosidade temerária do príncipe que não contára com a insurreição da Comuna. Tiveram de fugir para Versalhes, no carro da legação do Brasil, ouvindo perto grasnar a metralha (1).

A inhóspita Europa repelia-os!

Viram na Mayorca os tios Montpensier. O rei Amadeu desterrará-os para poder governar. Na ambição de Antonio de Orléans florescia um sonho temeroso: continuava a pensar na coroa d'Espanha — pômo da discordia continental que Bismarck transformará em vara mágica, da unificação alemã. Devéras não seria rei; porém faria rainha a filha Maria de Las Mercèdes, casando-a com Afonso XII... Tomaram o "Douro" em Lisboa, a 14 de Abril.

A 1.º de Maio os abraçou o Imperador; e já no dia 3 advertia o conde d'Eu de sua viagem para o mez imediato.

A Imperatriz adoecera com a morte de sua Leopoldina; e D. Pedro II fatigado e veletudinário, queria mergulhar no vasto mundo a cabeça encanecida, o espírito magoado.

Instalára, para isto, uma política estável.

(1) Nota de Renê Bazin, Le Duc de Nemours, p. 500: os condés d'Eu "atravessaram Paris em 18 de Março, no momento em que foi proclamada a Comuna".
Em 29 de Setembro, com a demissão de Itaboraí, chamára S. Vicente, para presidir o ministério n’uma situação provisória.

Quando Teixeira Junior, em 14 de Maio de 70, rompêra com Itaboraí, declarára Paranhos que em Maio do ano seguinte o governo apresentaria um projeto sobre o elemento servil (1). A promessa não fora vã, nem de Paranhos. Ditára-a o Imperador. Vontade augusta. Irrevogável designio de Cesar... Paranhos aceitou a honra de cumpri-la: e sucedeu a S. Vicente, para conquistar ao parlamento a “lei do ventre livre”.

Empossou-se em 7 de Março de 71. Já em 25 de Janeiro, porém, tratava de organizar gabinete incluindo Cotegipe e Ferreira Vianna. João Alfredo escreveu esta nota íntima: “Ferreira Vianna foi arredado por ser desagradável á gente do Itaboraí e porque o Imperador disse ao Bom Retiro, encarregado de ouvi-lo, que não se opunha á entrada, se fosse conveniente, mas estimaria que o livrassem de tal companhia”. (2) Cotegipe prefiriu ficar de fora. D. Pedro II — ao que se propalára — não tornaria ao Brasil se caísse o projeto... Abdicaria! Em dez dias passou a licença, nas Camaras, para a viagem; e o Imperador recusou a subvenção de 2 mil contos, que se lhe oferecêra. A princesa também abriu mão do aumento de sua dotação durante a regencia. Prestou o juramento no Senado, em 20 de Maio. Foi uma grande cerimonia, que o pincel de Vitor Meirelles perpetuou: ela com o amplo trajo oficial e a banda azul do Cruzeiro, os cabelos de um loiro refulgente e a fronte majestosa, nos lábios um sorriso, muito feminina e moça diante do velho Senado doirado de uniformes, severo na sua só-

---


bria pompa, constelado de reliquias; os estadistas de outr'ora, os que vinham de 1831, Abaeté na presidência, Caxias, com o ar habitual de comandante em chefe, Rio Branco elegante e solene como um "lord mayor", Inhomirim num uniforme cintilante, togas de desembargadores, casacas inglesas, lampêjos de condecorações, e, dominante, geral, o tom alvadio das velhas cabeças numa grave moldura, de dignidade consular... Ajoelhou-se em face da mesa verde junto do trono vazio, e nas mãos do visconde de Abaeté, paternalmente inclinado, a ampará-la com uma solicitude enternecida — confirmou o compromisso de cumprir a Constituição da monarquia.

Houve uma sombra naquilo: o conde d’Eu não assistiu à cerimônia! Escusou-se, por lhe terem recusado um logar no recinto. Deveria ficar na galeria, com o corpo diplomático; por isto preferiu não ir. Re-signava-se, convencido da importância — para Isabel — do seu silencio. Sentia-se entre gente inamistosa, que o hostilizara no Paraguai, que não lhe perdoava a amizade dos liberais, a sua intimidade com "A Reforma". Via que o Imperador deixara a filha bem guardada, dominada por um ministério tranquilo, poderoso, que nada faria de novo alem da "lei do ventre livre". Cruzou os braços, num conformismo aparentemente hábil: "a política (contava ao duque de Nemours) seguia suavemente o seu curso, até melhor que, de costume..." (1) Aliás não lhe faltaria trabalho, para ajudar a esposa, e tinha o Conselho de Estado, para o qual entrará no ano anterior. Anotou, com tristeza: "Ma surdité ne m’a pas permis d’apprécier le débat..." Essa surdez sem remedio, que se lhe agravou com a idade, perseguiu-o toda vida: ficou

(1) A. Rangel, op. cit., p. 309.
anedótica, impertinente. Aliada ao seu sotaque, aos “rr” em que carregava, sem jamais ter logrado falar um português limpo, desfavorecia-o, isolava-o; em 1871 aprendeu longamente a arte de ser discreto; anulou-se. O visconde do Rio Branco (Paranhos) não encontrou pela frente o joven general que queria desfilar com as tropas, exagerando semelhanças com Enrique IV; achou, afável, um colaborador da princesa que não se metia nos negócios do Estado, nem os perturbava. E não concordava com o governo na conquista da lei do ventre livre? Não fora esta a sua convicção, antiga e madura?

“Fique tranquilo, nada receie; tudo há de correr bem” — respondeu D. Pedro II a Rio Branco que lhe lembrará, junto à inexperiência de Isabel, “o ascendente do seu esposo, já então muito informado das cousas públicas...”

“Realmente, segundo o testemunho do sr. João Alfredo, nunca, no seu caminho, o ministério encontrou o conde d’Eu, a não ser num ou noutro sinal do seu espírito de minucia através do exame, pela regente, de um ou outro papel comum da tarefa administrativa”. (1)

---

(1) Tobias Monteiro, Pesquisas e Depoimentos, p. 24, Rio 1913.
MÃES ESCRAVAS

A princesa não tinha preferências partidárias nem pensamentos reservados. Pedia a Deus o êxito do ministério na sua luta com um parlamento sub-dividido: e confessava-se ansiosa pelo dia em que devesse assinar a lei humanitária. O tom conservador, o sentido cristão do governo coincidiram com os seus sentimentos. Pelos conselhos que lhe deu o Imperador em 1876, é fácil avaliar os de 71: neutralidade, respeito ao mecanismo parlamentar, abstenção de atos que incomodassem os ministros. Dissêra uma vez, com ênfase: “Procurro compreender e realizar a verdade do sistema constitucional, a mais feliz concepção da razão moderna”. Frases... Para ela, entretanto, tinham a força, o sentido d’um dever: para que imitasse a rainha Vitória — amável fantasma d’uma realeza abstrata, passeando a influência por uma galeria de cristal... Observada, criticada, estudada por toda gente; e obrigada a sorrir. Sorrir e calar.

Encarnou Rio Branco, naquele “climax” de parlamentarismo que exigia elocuencia, finura, tacto, ardor e estilo, o governo inteiro, o trono e o Estado, os programas imperial e... liberal.

A cisão do seu partido quebrará a “ordem conservadora”; mas a clareza do combate neutralizara ou confundira a facção “Liberal”, a clamar que lhe ti-
nham subtraído a "idéa", portanto sem autoridade para negá-la.

A fúria dialética separára mais os homens do que os partidos, mais os interesses do que as bandeiras.

Exemplo disto: na sessão de 1 de Agosto um deputado injuría, "Camara de escravos"! Andrade Figueira retruca: "A maioria é autonoma". Porque João Mendes requeresse o encerramento da discussão, Antônio Prado diz envergonhar-se de pertencer à bancada paulista... "Os José Bonifacios e os Andradas e Feijós nunca requereram encerramentos nestas questões!" São 59 a favor e 39 contra (1).

A princesa, "sempre corajosa, animando os ministros e confiando na vitoria", "perguntava se não haveria meios de ir adiante sem os encerramentos, de que a oposição tanto se queixava" — contou João Alfredo. (2) Não havia!

Nos bancos da oposição se ombreiam Alencar, Ferreira Viana, Perdigão Malheiro, Prado, Rodrigo Silva, Figueira, Paulino, Francisco Belisario, Vila da Barra, Pereira da Silva... O romancista do "Démonio Familiar" sacrificava á política, miúda, a vocação abolicionista, da primeira hora. Para ele, a imposição era do "alto", de Cesar, exorbitante... Quem diria que tres daqueles inimigos da "lei do ventre livre" completariam o gabinete da "lei aurea", dezessete anos depois? Venceu-os a obstinação de Rio Branco, a serenidade do ministro do Imperio, a presença de espírito de Teixeira Junior, presidente da Camara.

"Está encerrada a discussão!"

(1) Discussão da reforma etc., II, 7.
(2) Tobias Monteiro, Pesquisas e Depoimentos, p. 30.
Nessa violência desencadeava-se uma préssa arrogante. O adiamento, para o ano seguinte, de debates tão azedos excitaria perigosamente o país: era preciso terminar logo, ao calor das perorações.

Em 28 de Setembro foi a festa da sanção.

O ministro dos Estados Unidos apanhou uma das rosas lançadas sobre os senadores para enviá-la a Washington: afim de que soubessem que fazíamos com flores o que lá custara muito sangue...

A princesa, comovida, assinou a lei que extinguia a escravidão dos nascituros. O seu coração religioso alegrava-se. Também ia ser mãe. Sabia que o Imperador, na Europa, estava contente. Poderia — agora que começou a abolição — entrar sem acanhamento no Instituto de França, em casa dos sabios que lhe tinham mandado a mensagem de 1867. A política solidificara-se. A figura elegante e britânica de Rio Branco — por menos que o estimasse o príncipe — incutia coragem e confiança. Nimbava-se da aureola dos políticos infalíveis; aliás cumprirá a palavra dada ao Imperador.

Em Outubro, porém, um mau sucesso da princesa fazia o conde d'Eu temer pelo futuro da coroa.

Seguiram-se dias melancólicos, em que a insipidez dos negócios afligia o casal, preocupado, além disto, pelos problemas externos, pelos tumultos provincianos.

A agitação republicana ganhara fôlegos jovens em S. Paulo, com a revolta acadêmica do fim de 1871 — contra o novo sistema de exames. Lúcio de Mendonça e os companheiros de “club republicano” responderam ao rigor do governo com um verboso ataque à monar-
quía. Foi aí que Ezequiel Freire lhes mandou quatro reis de baralho, com um soneto humorístico:

Sois uns Trimalcions de estomagos perversos,
Que ingeris ao almoço um Rei, outro ao jantar. (1)

“Heureusement l’Empereur va venir nous délivrer de tous ces tracas” — suspirava Gaston em 5 de Março.

No dia 31 desembarcou D. Pedro II. Um alívio. Isabel e Gaston cançavam-se. Nada lhes parecia então mais belo do que o lar, sem os horários do despacho, as audiências, a burocracia.

Mas o conde d’Eu não pôde deixar de queixar-se de ter o Conselho de Estado — em 20 de Maio — concordado com a dissolução da Cámara sem os ouvir... “Não soubemos dessa reunião senão posteriormente, e por conversações casuais com pessoas estranhas aos negócios do Estado”. E dando d’hombros: “Cela est du reste fort égal...”


(1) A Semana, n. 125, de 1887, crônica de Raimundo Corrêa. Também sobre a revolta dos estudantes, Rodrigo Otavio, Minhas Memórias dos Outros, 1.ª série, p. 105.
O conde d'Eu metia-se numa neutralidade cômoda: devéras a oposição o arredára também dos seus cálcu-
los.

Tavares Bastos escreveria da Europa, em Abril de 75, prognosticando a abdicação do Imperador: "Melhor, muito melhor fôra conservá-lo do que experimentar o Príncipe, ou correr os azares da República: mas — im-
possível!" (1).

(1) C. Pontes, Tavares Bastos, p. 348.
A QUESTÃO DOS BISPOS

A bordo do “Gironde”, em 18 de Abril de 1873, Isabel e Gaston partiram para a Europa.

Foi um largo ano de águas, exposição de Viena, e mais França e Itália.

Os Orléans, a quem a lei de 23 de Novembro de 72 restituiria os bens não vendidos por Napoleão III, tinham voltado à pátria, e restauravam as casas desbotadas. D’Aumale reassumira o seu posto no exercito; e julgou Bazaine. Nemours vestira ainda uma vez o uniforme de general de divisão. Joinville cingira de novo o espadim de almirante e elegera-se para a Assembleia. Reconheceria o conde de Paris, em Frohsdolf, Enrique, conde de Chambord, herdeiro da coroa de França; isto tornará a monarquia próxima e viável. Excelente solução para os filhos de Luiz Felipe: podiam conviver com a República tolerante de Versalhes, e aceitar os convites de Mac Mahon para as festas oficiais, sem que os demagogos os apontassem à “gendarmérie” como conspiradores, pretendentes... Mac Mahon gostava de lembrar a Nemours que fora seu ajudante de ordens. Eleito chefe do governo em 24 de Maio, em 1.º de Junho deixou o nome entre os visitantes de 15 de Berri, que era o “hotel Nemours”. O duque e o conde d’Eu compareceram ao jantar de 25 de
Junho, em Versalhes (1). Se não era a aliança com a nova ordem de cousas, exprimia sem dúvida uma acomodação. A República documentava o seu bom gosto, o culto do passado; e os principes — a sua neutralidade. Gambetta rugira: o orléanismo inventará as maquinações ministeriais parecidas com a teologia indiana, “onde os deuses mudam de cara e fórm a segundo a fantasia de seus pais, para atingir, de avatar em avatar, o puro nada” (2). Os grão-senhores chamavam de jacobino, de declamador, a Gambetta; e admitiam, que a causa realista ganhara o país. A questão era de método: dependia da fórmula, para a restauração pacífica, talvez repentina. Os Orléans não tinham prédia! Mas o casal d'Eu precipitou a volta em virtude do novo parto de Isabel.


Rio Branco não evitará a “questão religiosa.”

(1) René Bazin, Le Duc de Nemours, p. 526.
O Imperador tomára-a a peito, sistemático, intranvigente.

E os católicos deploravam o excesso, qual a prisão dos bispos de Olinda e do Pará, heróes da resistência do clero ao predominio maçônico nas Irmandades...

Numa carta ao pae, o conde d’Eu alarmára-se: “Vous voyez à quelles conséquences absurdes mènent ce déplorable conflit...” Isabel não aprovava a intranvigência do governo. Se estivesse na Regencia, o conflito não se daria. De resto, resultára de atitudes pré-vias e claras. D. Antônio de Macedo Costa mandára aos fiéis que não lêsem os jornais que insultavam a Igreja. D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira decidira-se a demolir sózinho a instituição maçônica presidida pelo visconde do Rio Branco... Esse ministerio, evidentemente, não lhe fora suspeito em 1871, quando a princesa regia o Império e João Alfredo impuzera-o por bispo de Olinda aos 25 anos de idade. A lei do ventre livre falára á sua alma apostolica. Considerára o governo que a promovera bemfazejo e digno de apoio. Em 14 de Setembro de 71 D. Frei Vital escrevera a João Alfredo: “Como brasileiro e como católico, na pessoa de V. Ex. felicito igualmente e do intimo d’alma o atual Ministério, do qual V. Ex. é incontestavelmente uma das glorias, e que immortalizou-se dotando a cara Patria com essa lei sumamente humanitária, civilizadora e cristã” (1).

Em 28 de Fevereiro de 73, entretanto, reluzia na sua intrepidez de soldado místico uma sinceridade sem hesitações: “Nunca me restou dúvidas ácerca dos embaraços e dificuldades sérias em que ia a questão maçônica colocar a V. Ex. Compreendi-os e medi-os desde que atendi para a circunstancia de, sendo V. Ex. ca-

(1) Ms. no arq. de João Alfredo.
tólico, fazer parte de um Ministerio, cujo presidente é Grão Mestre de uma das facções maçônicas do Imperio. De ante-mão senti profunda e vivamente as aflições que ia V. Ex. experimentar. Mas que fazer ante o dever?” (1).

A corôa encaprichára-se. Os prelados não cederam. Compelidos a levantar os interditos, com que haviam fulminado as Irmandades, desafiaram o Estado. Processados, julgados, condenados, D. Pedro II foi inflexível. E’ de 28 de Setembro de 73 este seu bilhete ao ministro do Império: “Já li o aviso mandando proceder contra o Bispo de Pernambuco, e entendo, como o Ministério, que cumpre fazer respeitar as leis com toda a energia” (2). Rio Branco fizéra da condenação de D. Vital questão de confiança para o ministério. Em 14 de Dezembro, comunicando a João Alfredo as opiniões vacilantes do Supremo Tribunal, insistia na pressão, na persuasão, na “cabala”: “O resultado está arriscadíssimo…” “Se não houver prudente esforço, da nossa parte, a causa constitucional será sacrificada, e então o caso tornar-se-á gravíssimo. Creio que decidirá da sorte do Gabinete”. Mais positivo: “Peço-lhe que dê a maior importância a esse pleito, e me ajude a pôr do lado do Governo bastante força moral. Pelo que de viva voz exposrei a V. Ex. e aos nossos colégias, tenho para mim que nesse processo se decidirá da sorte do Ministério de 7 de Março” (3).

A oposição dividiu-se ante a crise espiritual. Zacarias e Ferreira Viana — liberais e dissidência conservadora — defendiam a Igreja; Tavares Bastos e Quintino Bocayuva — liberais e ala republicana — sustentavam o trono nesse combate que retirára à política a

(1) Ms. no arq. de João Alfredo.
(2) Ms. no mesmo arquvo.
(3) Ms. no arq. de João Alfredo.
sua lógica, ou a sua física, agora metafísica... Quintino embraçou o escudo do “laicismo”, num artigo frio: “Non crux sed lux”. A procissão do desagravo, promovida pelo cabido do Rio, em resposta ao insulto feito à imagem de Cristo no Juri, chocou-se, na rua do Ouvidor, com a malta sacrílega. Saldanha Marinho mete-ra-se na máscara de Ganganelli, para apedrejar a via crucis, dos vigários que não torciam... O sr. bispo do Pará — motejara Artur de Oliveira — errou de vocação; convinha-lhe um açougue. Pedia para ele um tronco! (1). João Alfredo escreveu (20 de Outubro de 73) a mons. Pinto de Campos: “Hoje pedem-se medidas em que antes já não se falava. Articula-se a separação da Igreja; exige-se o casamento civil; indicam-se muitas outras providências semelhantes!” (2) Não era original, mas estava na moda: “Le clericalisme, voilà — le ennemi!”.


Quando falava no Senado Silveira Lobo em defesa de D. Antonio Macedo Costa, aparteou Souza Franco: “E' a cartilha de Santo Inácio”. A resposta foi um golpe em cheio: “De Santo Inácio e dos jesuítas, nada tenho que ganhar. Os jesuítas do palácio, esses sim, são muito perspicazes; sabem que ali há o cofre das graças, dos empregos e de muita cousa mais.”

“O Apostolo”, a “Bôa Nova”, do Pará, a “Tribuna Católica”, do Ceará, o “Cruzeiro”, da Bahia, ata-

---

(1) Dispersos, ed. da Academia (panflêto, 1873) pg. 217.
(2) Carta, em cópia, no memó arq.
(3) Joaquim Nabuco, Um Estadista do Império, III, 394 not.
cam a monarquia — enrolando-a no léma de “governo maçônico”; e defendem-na os “livres pensadôres”.

Ninguem sofre mais, da imprensa favorável aos bispos, do que monsenhor Pinto de Campos, que fôra a Roma, a justificar também o incidente e a crise. E' verdade que de Roma não vem inicialmente um apoio claro a D. Vital e a D. Antonio. O padre Gonzaga, biografo do primeiro, ouviu a D. João Esberard que se queixará ele do cardeal Antonelli, aporiado na conciliação, a ponto de esconder parte das informações ao Papa (1). Mais se indignaria com o conego se soubesse da audiencia que obteve a Pio IX, comunicada logo — em carta de 28 de Janeiro de 74 — a João Alfredo...

(2) O “impio” Rio Branco regozijou-se (em carta para o colega da pasta do Império, de 15 de Janeiro de 74): “Deus está comnosco: O Barão de Penedo foi muito bem recebido!... O Santo Padre censura e repreva o procedimento do Bispo de Pernambuco, que não interpretou bem as pias intenções que ditaram o Breve ou Letra Apostólica que publicou... O Penedo é digno dos maiores elogios e ele se mostra muito grato ao cardeal Antonelli…” (3).

Esquecia-se de que o Papa ignorava a prisão dos prelados.


---

(1) Monseligneur Vital, p. 190, e Solidonio Lelte, Uma Figura do Império, p. 102, Rio 1925.
(2) Carta no arq. J. Alfredo.
(3) Carta cit., de 15 de Jan. de 74.
(4) Ms. no arq. cit.
não pretendia discordar do Imperador: submetendo-se, descobria-o."... Aceitaria o degredo, se esta fosse a opinião de consciência do Poder Moderador, consciência que é meu princípio respeitar sempre que não me pareça um caso vital para o ministério"! De fato, realizava o programa do trono.

A margem d'um livro lido no exílio o Imperador escreveria, com sinceridade: "Ainda não conheci pessoa mais inteligente e perspicaz..." (1). "E' o meu homem, em que deposite toda a confiança", dizia na Europa a Itaúna (2). Não fora a falência de Mauá, e o gabinete resistiria um ano mais.

Caíu gasto e vencido pela cisão do partido conservador, pela oposição liberal, pelo abalo que lhe causará o sossobro do banco com o prejuízo de 7 mil contos de réis do Tesouro público. D. Pedro II apelou então para o duque de Caxias. Este, e o barão de Cotegipe, impediriam que os liberais assumissem desde logo o governo, revolvendo as bases da política imperial, e unificariam o partido, sarando-lhe as feridas de 1870 e 71, numa espécie de conciliação nacional em que preponderasse o bom senso da "velha guarda". "Gabinete de resistência, formado de acordo com a coroa, não para realizar ideias, mas única e exclusivamente para impedir a ascensão dos liberais, argamassando em um só corpo todos os elementos dispersos e antagônicos do partido conservador", resumia, rancoroso, Pinheiro Guimarães... (3).

A 25 de Junho de 1875 Caxias organizou ministério: em 17 de Setembro foi decretada a anistia dos bispos.

(1) Visconde de Taunay, Homens e conselhos do Império, p. 118, S. Paulo 1924.
(2) Cit. por Heitor Lyra, História de D. Pedro II, II, 15.
(3) Carta de 17 de Março de 1877, Pinheiro Guimarães, Na Esfera do pensamento brasileiro, p. 258, Rio 1937.
O religiosismo da Princesa, a partir da anistia, foi o grande argumento dos anti-clericaís contra o "terceiro reinado".

Sofreu o Imperador pela formação voltaireana, por sua indiferença às opiniões místicas; e Isabel exatamente pela fidelidade — mansa e grave — à Igreja, que a atraiu como às velhas infantas de Bragança e Bourbon, suas avós. Nisto foi bem a mãe devota, arrimando-se à sua fé, cuidando-a com zelo e arte, superior à descrença elegante dos “espíritos fortes”. O pai não se lembrará de neutralizar-lhe esse pendor, acentuado com a idade, as decepções, os pezares, mesmo a felicidade: e o marido — Orléans que gostava da “Marselhêza” — lho respeitára, correto também nos devês-res católicos, de principe de educação antiga.

O fato de confessar-se ameúde, de ouvir muitas missas, de estar à frente de festéjos religiosos e “quer-mésses” — para os inimigos dos padres era a garra da teologia, a pairar sobre o Estado. A “fanatica” trata-ria de impôr ao Imperio, encadeiado às sacristias, uma política de velha Espanha... Até a Inquisição — suspeitavam os liberais embebedos de Michelet e Herculan; e o “fanatismo filosófico” — a classificação é de Saint-Beuve — pediu com urgência uma revolução... Gaspar Martins, numa hiperbole, comparára-a a Maria
a Doida (1) — cuja demência se atribuía aos pavões de consciência...

Socorreu-se uma vez desse fantasma de rainha; mas com um "humour" imprevisto.

Foi quando Sayão Lobato — ministro da justiça em 1871 — instou para que assinasse uma sentença de morte. Um escravo, que matára o senhor. Para demovê-la, estudou um discurso. E desfechou-o na sessão do despacho, contando o episódio de D. Maria I, que se vira em igual tormento de espírito e se saíra dele com uma grande frase. Disséra á mãe do condenado, que lhe implorava a vida do réo: "A minha bondade, o meu coração de mulher perdoariam, mas a minha cabeça de rainha manda condená-lo". Narrou; e julgou ter vencido a sua obstinação. Mas a princesa sorriu, e muito simples, muito ligeira:

— Mas, senhor Sayão, minha tataravó era maluca!...

E não assinou (2).

De fato a sombra da rainha louca, repassando, nos dêdos lividos, as perolas do rosário — seguia-a como uma advertência. — Voltaríamos ao tempo dos confessores, da "eminence grise", da ditadura dos frades, como no absolutismo anterior à bonhomia de D. João VI e ao seu utilitarismo? Preparava-se o regresso ao século XVIII — com a mesa censória e as procissões de flagelantes, o arcebispo de Tessalônica e as beatas de capôna?

Os augúrios raiavam no disparate; porem eram efeicazes — no seu trabalho de demolição.

O "terceiro reinado"... nunca!

(1) F. Osorio, História do General Osorio, II, 685.
(2) Tobias Monteiro, discurso-necrologio no Senado, Jornal do Comércio, 17 de Novembro de 1921. O seu informante foi um ministro do mesmo gabinete: João Alfredo.
A Princesa (registava, consternado, o conde d’Eu) é todos os dias acusada de sacrificar a dignidade nacional a seus sentimentos religiosos, que não tem, entretanto, ocasião de mostrar, evitando naturalmente esse assunto de conversação, indo à missa apenas nos domingos, não tendo esmolêr nem confessor efetivo” (1). “Et ce qu’il y a de terrible c’est que ces déclamations semblent former un concert unanime”.

Em 1876 confidenciava ao duque de Nemours: “Degracadamente esse sentimento anti-religioso é a única cousa que apaixona o povo brasileiro e não acha voz que defenda as ideias católicas” (2). Segredou: os criados chegaram a lembrar-lhe a conveniência de pôr no seguro os móveis do palácio, contra algum incêndio criminoso...

Isabel não se intimidou. Favorável a uma composição com o episcopado, advogada do culto tradicional e de sua velha dignidade, aceitou como uma prova necessária aquela impopularidade.

Pedira ao pai brandura e clemência: não foi atendida.

Revelou-o o próprio bispo do Pará, em carta da prisão, a um amigo, em 8 de Julho de 74: “Não sei ainda para onde me mandarão, mas, é certo, que o Imperador não me dispensará senão o trabalho das galés. Não dará liberdade aos bispos, nem siquer por ocasião do sucesso feliz de sua filha, todos os dias esperado. Consta que já a desenganou disso, o que a magoára muitíssimo” (3). E em 17 de Julho: “Corre que o Rei não dará liberdade aos bispos, nem por ocasião do nascimento do Príncipe (acontecimento a todo instante

(1) A. Rangel, op. cit., p. 324.
(2) A. Rangel, op. cit., p. 322.
esperado): e dizem mais que houve já recusa formal á Princesa, que está muito magoada com isso e tem derramado muitas lagrimas! Pobre imperador!” (1).

O clero confiou nela.

Mas não interferiu — contida pela obediencia filial e pelos escrupulos a que se habituara — para que se decretasse a anistia dos bispos.

Tinha de ser uma das providencias pacificadoras do governo de Caxias, embora constrangendo o Imperador. Soubê este dar hierarquia aos interesses do Estado. Chamára o duque para unificar o partido conservador cindido em 71, e serenar a politica, de modo a permitir-lhe a viagem que projetara, á America do Norte e á Europa, em 76. Forçando o grande soldado a governar, na idade em que os achaques e o peso dos servicos á Pátria autorizavam um suave retiro, decerto perderá o direito de contrariá-lo. A anistia, tres mezes depois da organização do gabinete, foi da iniciativa dos ministros. Não entrou aí, mínima que fôsse, a influência do Paço Isabel. Di-lo o conde d’Eu (escrevendo para a França em 20 de Setembro): “C’est tout de même um acte de courage des ministres actuels et qui leur fait honneur” (2).

Quando, um ano mais tarde, desembarcou o Internuncio, o cronista da “Ilustração” — Machado de Assis — comentou alegremente: “Antes de chegar o digno monsenhor, toda gente imaginava alguma cousa semelhante a um urso, um tigre pelo menos, sedento do nosso sangue. Sai-nos um homem polido, belo, amável; um homem com quem se pôde tratar” (3).

(1) João Dornas Filho, O Padroado e a Igreja Brasileira, p. 227, S. Paulo 1938.
(2) A. Rangel, op. cit., p. 320.
A princesa aliás ia dar á luz um filho e exigira que de França viesse o bom Dr. Depaul. Mortificada com os anteriores insucessos agarrava-se áquele capricho: só se confiaria ao Dr. Depaul.


Um conflito externo, um crak de bolsa, uma catástrofe não excitariam os jornais, amargos e violentos, como a presença, no Rio, do facultativo parisiense que se sobrepuzera aos da terra... “Nous sommes devenus très froids par ces injures”, consolava-se o conde d’Eu em carta de 27 de Setembro.

Foi em Petropolis, a 15 de Outubro, que lhe nasceu o rapaz de seus sonhos: um robusto menino, que tomou o grande nome de Pedro de Alcantara Luiz Felipe Maria Gastão — príncipe do Grão Pará. O pai preferia uma filha. Mas o avô se mostrou radiante com esse novo Pedro em que lhe floría a arvore dinastica. “Eis-me feliz. Minha filha deu-me um belo neto” (1).

O Dr. Depaul (sem ele “nosso filho teria provavelmente perecido, como sua irmã”, escreveu o conde

---

d'Eu, em 30 de Agosto de 77) regressou dias depois, furioso e bem pago: tomado de ódio aos jornalistas, cobiçado pela clientela aristocrática.

O Paço Isabel — com o advento do herdeiro — alegrou-se de outras galas.

Em 1876 a princesa seria inteiramente venturosa se os encargos do governo não tivessem de pesar-lhe ainda uma vez nos braços que preferiam embalar crianças.

Não podia queixar-se — quando, em 26 de Março, tomou a regência — da política interna e de suas dificuldades.

O Imperador ausentára-se deixando em ordem e sosegada a grande casa brasileira. Pelo menos até Outubro tudo se passaria normalmente. Assim prognosticára o conde d'Eu em 27 de Maio. Antes das eleições, marcadas para Outubro, teriam uma tranquilidade mediocre, algo inspida. Mas as eleições prometiam muitas tristezas. Complicava-se-lhe a própria teoria. Os homens do governo em 72, contra os processos drásticos do gabinete Rio Branco, tinham jurado regenerar o sistêm, graças ao voto universal. Eleição direta. Massas em vez de grupos; democracia, onde houvéra, até aí, oligarquia. Cotegipe e Paulino de um lado, Saraiva e Tavares Bastos de outro, traçaram as linhas convergentes que conduziam ambos os partidos ao mesmo programa: “verdade das urnas”, pela abolição do método indireto...

A política, porém, adaptava-se às circunstâncias novas. Melhor converteu ao ministério de 25 de Junho por em execução a lei proposta pelo antecessor, chamada “do terço”, como um paliativo, antes que fosse indispensável a magna reforma. Esta suscitava outras
questões. Mexia com a Constituição. Sacudia a velha estrutura do Estado. E os liberais arvoravam-na como sua fórmula, sua bandeira...

Desta feita o Imperador foi mais minucioso. Escreveu (datando-os de 25 de Março) uns conselhos para a princesa regente que podiam ser a sua própria justificativa. Inquiétavam-no aquelas eleições em que se mediriam, depois da abstenção de 1872, as facções do Império.

A sua viagem, outrosim, prolongar-se-ia, pela Europa, um pouco pelo Egito e pela Palestina.

Ha um acento de recomendações testamentárias nessas linhas entregues a Isabel, a propósito de cada um dos problemas do Brasil.

Fôsse imparcial no jogo dos partidos! “Meu grande empenho é a liberdade das eleições: para isso tenho sempre lembrado a boa escolha de presidentes”. “Toda vigilância do governo é pouca”. Na hipótese de se pronunciarem as urnas favoravelmente aos liberais, que subissem estes. “O que almejo é que os ministros se sucedam pela opinião da maioria da Câmara”. “Embora a que vão ser eleita não seja liberal, se a oposição for tal que embarace a marcha dum Ministerio conservador, chamarei os liberais para o governo, e sem condições”. Qual a questão mais debatida? A eleição direta. “Entendo que a reforma da eleição direta é constitucional. Os liberais a fariam como o entendessem, reservando eu porem minha opinião sobre o modo de realizá-la — por meio de reforma constitucional”.

Olhasse a justiça! “A magistratura vai provocando bastantes queixas. Muito escrupulo na primeira escolha; e depois a antiguidade para os acessos é o que me parece melhor. Não se apresse em anuir a despachos para a magistratura...”
Também o clero... "O bispo do Maranhão está gravemente enfermo. Todo cuidado na escolha de novo Bispo. Ha padres dignos do cargo sem serem eivados de princípios ultramontanos."

E serviços públicos! Comunicações e transportes; ligações ferro-oviárias; o caminho de ferro para Mato Grosso: "que não posso deixar de recomendar que se cuide de sua melhor direção e construção, embora lenta, conforme o permitem os meios do Tesouro. O estado deste exige muita economia, isto é, gastar com o maior proveito" (1).

Caxias, afinal, deixava-lhe tranquilo o espírito, sem apreensões e sem cuidados. O Condestavel defenderia pontualmente a coroa. Este papel — de árbitro da situação na ausência do soberano — o duque o aceitara com o estoicismo habitual, mixto de dedicação ao trono e de disciplina militar. Disse bem o seu panegirista: a regência "recaía, sem dúvida, numa princesa virtuosa, ilustrada, amante de sua pátria, mas os tempos não corriam bonancosos, e o sexo, a inexperiência, a juvenilidade da excelsa princesa estavam patenteando a espada forte, o conselho réto, a ação energica, e que o império periclitaria, se a seu lado não ficasse nome prestigioso" (2).

O Imperador limitara-se áquelas recomendações sem detalhes, sem nomes próprios, sem subentendidos: lição vaga como os oráculos. Vaga e discreta. Código de ética imperial — sem política!

Testemunhou Gaston, "jamais il nous a parlé, à Isabelle ou à moi, ni avant ni après la régence, de la

(1) Notas do arq. da família imperial cit. por Heitor Lyra, op. cit., 2.° vol.
A princesa não se desviou dessa linha de conduta. O conde d’Eu não podia proceder diferentemente. Caxias não o estimava; os conservadores aborreciam-no; e muitos dos seus amigos da “Reforma”, depois da questão religiosa, confundiam o catolicismo de Isabel e a caturrice monárquica, de que andavam fartos. O próprio Cotegipe aludira-lhe em Novembro, misteriosamente, em tom de presagio, a “alguma revolução que o obrigasse a expatriar-se”. Anotou: “Achei exquisito esse assunto de conversa” (2). Bem disséra, em 1871, Nabuco de Araujo a Leão Velloso: “Aquí não havia republicanos, e agora não sómente os ha, como não ha liberal que não se mostre disposto a sê-lo...” Alem disto, não era mais o pensamento triunfante em 28 de Setembro de 71 que conduzia o governo. Em 77 queixava-se João Alfredo a Lucena, dos quatro conservadores dissidentes, agora ministros, que o hostilizavam em Pernambuco... (3). Rio Branco retraíra-se, na direção da Escola Politécnica. O princípio calou-se, como das outras vezes. Dividiu modestamente o seu tempo. Isabel não podia desejar melhor secretário. Em 28 de Março de 77 encarecia — em carta a Gauthier — as consolações da vida matrimonial — “la vie en commun avec une personne dont les intérêts soient identifiés avec les nôtres de façon qu’on n’ait aucune préoccupation cachée l’un pour l’autre” (4). Mas os papeis de Es-

(1) A. Rangel, op. cit.
(3) Carta ms. no arq. de João Alfredo.
(4) A. Rangel, op. cit., p. 419.
tado— naquele ofício doméstico — não o distraíam suficientemente. Teve um dia a sua ideia: ao pedir-lhe uma esmola um antigo soldado, que se queixou do preço das casas, da miséria reinante... Sim, o Rio ressentia-se d'um capitalismo parvo, sem iniciativas sociais! Faltavam-lhe bairros proletários. Residências baratas e decentes, para a pobreza. Os operários precisavam melhorar suas condições existenciais. Arranj-se em ruas novas, respirar em quarteirões assaiados um ar de suburbio sadio... Mandou fazer um largo projeto de construções daquele tipo; e, tomado de imprudente entusiasmo, se dispôz a realizá-lo (1). Não passou da primeira. As gazetas republicanas encurvaram-se num grande ponto de interrogação. Então o príncipe iria explorar os “cortiços” — como um vendeiro apatacado? Negociaria com a indigência — avarento, arremangando-se nas suas contas, metido com os senhorios que despejavam dos seus “antros” famílias tísicas, alugando-os a gente infeliz? Que significava o novo gênero de atividades do consorte? —

Foi então que percebeu a armadilha, em que a ignorância do meio o prendêra, e da qual só escaparia arranhado.

Suspensou as obras; rasgou as plantas; não pensou mais nas suas “vilas operárias” — ao contrário das fôlhas radicais, que não o pintaram d’outra forma daí por diante, usurário que fazia render o seu dinheiro... Volveu-lhe o apetite da solidão, com a necessidade de isolar-se, uma crescente nostalgia do seu socêgo íntimo — fora da regencia, que lhe aumentava as dívidas contraídas, e do bulício malevolo da corte. “Avec mon caractère, il n’y a qu’une seule vie

que convienne à ma santé: c'est la vie tout-à-fait tranquille et isolée que nous menions ensemble à Luchon". E numa confissão mais leal: "Vous connaissez mon goût pour l’insolement, goût qui touche jusqu’à la misanthropie" — esse “caractère d’ours de plus en plus accentué”, a que se referia com uma desanimada displicencia (1).

Aliás previa para breve a ascensão dos liberais. Teriam um terço da Câmara se a lei eleitoral fosse aplicada com rigor — advertira, em 9 de Outubro, ao duque de Nemours. E cultivava a amizade de Osorio — o Caxias da oposição.

As sombrias perspectivas não se confirmaram. Certo, a rua do Ouvidor se encheu do boato de que estourara no Rio Grande a revolução com Osorio à frente (2) — o que era tão falso como... atas eleitorais. O velho cabo de guerra não pensava nisto. Viéra na lista triplice para o Senado e a princesa o escolheu, em 11 de Janeiro de 77 (3). Em 28 de Abril a corte acolheu-o em delírio. Os liberais fizeram-lhe festas exultantes. Sentiam-se vigorosos ao lado do companheiro invicto que continuava na política o que fora no Paraguai: o general cavalheirêsco e arrojado. No banquete da "Reforma" saudou-o Sinimbú — inculcado para a sucessão de Caxias, se caíssem os conservadores (como, de Nova York, escrevia José Carlos Rodrigues); e o brinde de honra à Regente foi levantado pelo marquês de Herval. Proclamava a sua fidelidade ao trono, o seu respeito à Princesa, a sua amizade ao conde d'Eu (4). Era tranquilizador.

(1) A. Rangel, op. cit., p. 419.
(2) Crônica de Machado de Assis, in Fleuves, Páginas de História, p. 697.
(3) F. Osório, Hist. do General Osório, II, 695.
(4) F. Osório, op. cit., p. 701.
Resolver-se-ia tudo com a reforma eleitoral, sonhada e decisiva reforma que acabasse com a pantomina da unanimidade parlamentar, da mentira representativa... Democracia! Sim; mas por partes — contestava-lhe o governo. Não: completamente — transigia uma ala do partido dominante. Mas havia outras preocupações: por exemplo, a seca do Ceará... A princesa, em Maio, abriu a estação elegante com um bazar de prendas, em benefício dos flagelados (1).

A imprensa não deixára apagar-se a fogueira da questão religiosa. Criticava-a, por ter assistido à sagração do Internúncio; acusava-a, de servir de instrumento à Santa Sé para expulsar os maçons das Irmandades... "Jamais il n'a été question de mesures contre les franc-maçons dans les conversations d'Isabelle avec les ministres..." O conde d'Eu mostrava-se enojado dos boatos e descontente do ministério (2), cujo desmentido — aquela baléla — lhe parecêra fraco. "A polícia soube que se preparava uma demonstração popular para felicitar o Presidente do Conselho pela sua pretendida atitude e poude impedi-la". "La police est faible... (3) Para maior tristeza do príncipe faleceu, em 11 de Dezembro, o seu grande amigo o conde de Lages.

Gaston não ocultava, em Janeiro, o pensamento contrário à obrigatoriedade do casamento civil — que o Imperador aconselhara. Isabel cançava-se. No Carnaval o anti-religiosismo explodiu, em forma de sá-

(1) Machado de Assis, ibid., p. 762.
(2) "En présence d'une imposture aussi audacieuse, le ministère s'est décidé à sortir de son inercie...", Rangel op. cit., p. 328.
(3) A. Rangel, ibid., p. 326.
tiras cruéis. Uma vontade insopitável de sair desse meio hostil, “contribuir a incentivar o gosto do isolamento que está no nosso caracter”, queixava-se, saturado da monotonia das audiências, da burocracia, o “spleen” do poder... Em 12 de Abril: “357 pedidos de esmola recebidos depois da semana santa...”
XVI

UMA FAMILIA PACIFICA

Chegou o Imperador em 26 de Setembro, apressado em dizer que durante a ausência "jamais dirigira á filha ou aos ministros um unico telegrama sobre as cousas d'Estado" (1). "A peine le seuil du Palais franchi, il est allé droit aux ministres, sans dire aucun mot á sa fille".

Aquilo parecia-lhes uma libertação. "Avouez que c'est une chienne de vie celle de chef de l'Etat au Brésil". O fastio do governo assaltára o casal d'Eu. D. Pedro II não lhes falára de politica. "Nous ne nous en plaignons pas; car nous avons la politique en horreur". Agora, a subida dos liberais irritava o príncipe... Comprazia-se com a sua pequena róda de amigos nas Laranjeiras. E esperava apenas pelo bom sucesso da esposa para se meterem de novo no transatlântico, rumo d'uma Europa embelezada pela paz; pela paz intima e substancial das cidades onde os filhos dos reis e os burguês se acotovelam, sem se conhecerem...

Em Petropolis, a 26 de Janeiro de 78, nasceu o principe D. Luiz. "Nous sommes pourtant désapointés de n'avoir pars une fille!"

---

(1) "Propalando a oposição liberal... que o Imperador entendia-se continuamente por telegramas com a Princeza Imperial Regente e que o consultava sobre todas as dificuldades que surgiam na alta administração, foi um dos primeiros cuidados do Imperador, apenas chegou" — desmentir esse boato, Lery Santos, Panteon Fluminense, p. 24, Rio 1889.
Em 14 de Março, o joalheiro Dreux — um patife! — roubou os brilhantes da princesa avaliados em 50 mil francos.

A viagem compensou os dissabores antigos e recentes.


Petropolis pareceu-lhes então mais silvestre e delicioso, e contraste com o calor mal-são do porto, a recrudescência da febre amarela: e, afinal, resignado D. Pedro II a não se ausentar do país, podiam agasalhar a ventura domestica num lar simples e harmonioso, como tantos outros da cidade. Nada de ambições importunas! "L'amour est un égoisme à deux", disse a Isabel. Bendito egoísmo — pensavam, no socêgo burguês que as roseiras cercavam como um afago e uma proteção...

O conde d'Eu não encontrou o mesmo Rio de Janeiro que deixara em 1878.

Respirava-se uma atmosfera diferente.

A agitação abolicionista, iniciara-se na Câmara em 1879, trazida da Bahia por Jerônimo Sodré (1);

a éra dos comícios, o prestígio dos oradores populares, a “eleição direta” — faziam estremecer o edifício político, cujos velhos esteios iam caindo, arrastados pela morte: Osório, Caxias, Rio Branco...

D. Pedro II escreverá a Gobineau, em 3 de Janeiro de 80 — após os tumultos do “imposto do vinho”: “É a primeira vez que isto sucede no Rio desde 1840. Há quasi quarenta anos que preside ao governo sem que tivesse havido necessidade de atirar no povo” (1).

É de 19 de Novembro de 81 a primeira reflexão do príncipe sobre o seu incerto futuro. “Quanto mais penso duvido que chegaremos, eu e meus filhos, a nos aclimatarmos d’um modo definitivo no Brasil, tanto em virtude da situação política aqui essencialmente precária, difícil e penosa, e se tornará mesmo (a julgar pela experiência que temos dos efeitos das viagens do meu sogro) provavelmente impossível se desgraçadamente nos faltar o Imperador antes que meu filho esteja na idade de tomar por si mesmo partido, como por causa do clima (destrutivo para as saudades delicadas), que é agora talvez o principal inconveniente. Se entretanto essas dificuldades de todo gênero nos conduzirem um dia a abandonar o Brasil... (2).

Via claro. Mais do que nunca a falta de herdeiro masculino debilitava a monarquia, que o “horror” de Isabel pela política não poderia salvar — sem uma transformação ambiente cada vez menos provável. Que os meninos crescessem! Não se afligia ele com esse pessimismo; menos se ressentiria dele o Imperador, em cujo temperamento estoico o descrédito das insti-

(1) Georges Raëders, op. cit., p. 584.
(2) A. Rangel, op. cit., ps. 361 s.
tuções acalentava outra sorte de vaidades: dizia-se indiferente aos “seus direitos”, que nascêra para senador, ou professor do Colégio D. Pedro II... Não mexeria uma palha, para confundir republicanos, ou responder-lhes. Exagerava a tolerancia, pintando-a de atonia, de insensibilidade. Não se precisava de indice mais significativo deste “quiétismo” do que o caso do “Corsário”. Apulco de Castro saíra com o seu pasquim a insultar a sociedade toda, caluniando, injuriando, como se moêsse, no moinho maldito, toda a miséria forjicada nos cafés baratos. Ninguem o detêve; circulou, impune; exibiu, na sua fôlha, menos a propria vilanía do que a inércia d’um regímen que tinha o misticismo dos “braços cruzados”. Esbarrou no aço de alguns oficiais a quem o brio ofendido armou, um dia, a mão forte. O mal estar acentuava-se, com a insatisfação geral. O episodio da Escola Militar, em 18 de Julho de 82, documenta a crise, nitidamente espiritual.

Foi na aula de história do professor Moreira Pinto. Visitando-a o conde d’Eu, achou o catedrático de molestá-lo contando as atrocidades dos reis “Capetos”, seus avós, culminadas pela noite de S. Bartolomeu, Carlos IX a caçar “huguenotes” das janelas do Louvre, com um mosquête... O príncipe irritou-se, e falou, para desmentir a lição, que acusou de maliciosa. Não podia surgir então incidente mais sério, embora se afigurasse fútil ao bom senso dos estadistas velhos. Roçava os melindres de cátedra, bolia com os preconceitos xenófobos, antepunha a Michelet o “ancien régime”... Pode-se dizer que datou daí a impopularidade irreparável que acompanhou o príncipe consorte, até à Republica. O Imperador recusou a jubilação pedida por Moreira Pinto. Não punia professô-
res contrários à forma de governo. O conde d'Eu re­vestiu-se de mais prudência. A imperial tolerância de­via exasperá-lo. Guizot dissera: "Os governos pere­cem pelo exagero do seu princípio. Mas têm um modo mais seguro ainda de perecer: é negar esse princi­pio..."

Para consolo e derivativo, havia Petropolis, e uma vida social enfeitada de outros requintos.

A princesa recebia em Petropolis às terças-feiras, de 2 às 4; e nas Laranjeiras, às 8 da noite, para a indefectível hora de música, a que compareceria o Imp­erador sempre com a cartola na mão, apressado e afável.

Desertando desse salão a política, que o rondára dez anos antes, aí se instalara a arte; e o bom gosto europeu e puro. Pelo menos se esquecia no Paço Is­abel a melancolia de S. Cristovão, o seu mobiliário ar­caico e o silêncio de convento: e não faltava quem dis­sesse que a Imperatriz achava muito frequentes, muito ruidosas as horas d'arte da filha, com valses vienen­ses, os concertos de violino do cubano White, árias da moda e sorvêtes, no estilo dos Joinville, dos Ne­mours, dos outros parentes de França.

Não se puzera em todo caso, à frente de um mo­vimento, que naturalmente dirigiria se morasse em França: a elegancia feminina, o "espirito de côrte", que Ramalho Ortigão notou indefinível no Rio de Janeiro em 1887. "A exibição quotidiana das senhoras na rua do Ouvidor e o compte rendu que dão os jornais das toilettes com que elas aí aparecem são fenô­menos bem lastimaveis. Era preciso que a Capital do Brasil tivesse um ponto de reunião de carruagens e mais bailes na Côrte ou fôra da Côrte onde as senho­ras levassem as toilettes que vão mostrar nos "bondes"
e na rua do Ouvidor. Faltam duas ou três senhoras de prestígio dominante que encaminhassem o movimento elegante. Uma das minhas amigas explicou-me que modernamente só duas senhoras no Rio tinham tido autoridade para desempenhar esse papel: uma tinha morrido, e era a viscondessa de S. Clemente; a outra tinha emigrado para a Europa, e era Madame Diogo Velho" (1).

Na serra, pelas manhãs, a princesa guiava a sua "vitória" puxada por um cavalo tranquilo. Ia por vezes só. As damas jovens todas tinham o seu carro, para passar, no trote de belos cavalos do Prata, as pontes do Piabanha. Não perdia ali quantas reuniões sociais tivessem um fim de filantropia, de socorro às obras pias. Promovia-as com uma atividade incansável: sobretudo às suas exposições de orquídeas e camélias, a primeira em 2 de Fevereiro de 1875, outras, admiráveis, em 76, em 77, em 1884 — já no Palácio de Cristal — e nos dois anos seguintes. O conde d'Eu fazia o discurso inaugural, entre botânicos, camaristas, proprietários de bom gosto vaidosos de suas flores. O Palácio de Cristal abriu-se ao público em 2 de Fevereiro de 84; viu-a de França; armara-o o engenheiro Bonjean. Faltava a Matriz. Isabel dedicou-se à construção de sua grande igreja. Queria uma vistosa e severa catedral gótica, de agulhas espiritualizadas no céu, arcos-botantes, ogivas, rosáceas e, coando a luz de Maio, vitrais de Nossa Senhora. Começou por uma subscrição, encabeçada pelo Imperador, pela Imperatriz. Uma pá de prata serviu-lhe para atirar sobre a primeira pedra cimento branco — plantando um alicerce como quem planta uma roseeira. Estava certa de que as torres investiriam os ares,

(1) Carta a Eduardo Prado, Revista Nova, S. Paulo, n. 1, 15 de Março 1931.
finas e rendilhadas, e lá no alto, abobadas sonoras ser­ravam o docel d’um altar e de um tumulo... Maio, aliás, era o seu mez predileto. Acompanhada de Aman­dinha Dória e de Mariquinhas Tosta (baronêsas de Loreto e Murtíba) ia para o córo da matriz, frenteira ao palácio Imperial, para cantar as lôas da Virgem Maria. Deixava que se atualizasse a notícia do “fan­atismo”, solfejando o seu “mez de Maria” no córo, a Tosta ao piano, e organizando bazares de caridade, em benefício das obras da igreja. No Rio teria cautelas hábeis; mas em Petropolis era diverso. Desde criança aprendera a ser diferente ali, entre colonos alemães que chamavam de “kaiser” a D. Pedro II, no meio de aristocratas e dos ministros estrangeiros que podiam ser rigorosamente europeus nos quatro mezes frescos, da “vilegiatura” elegante.

Nas Laranjeiras voltava ao ritmo antigo: e gostava que soubessem dos seus cuidados na educação dos principes.

Em 82 o Imperador, Isabel e Gaston tinham me­ditado num homem erudito, forte em letras clássicas, para preceptor dos meninos: que, alem de latim e gre­go, soubesse a sua medicina, e, a par dos estudos, fos­se correto de maneiras. Amigo de livros — havia em primeiro logar, o diretor da Biblioteca Nacional: o Ramiz Galvão. Era um moço rio-grandense de 36 anos, trigueiro e alto, o “pince-nez” a quebrar a vi­vacidade dos olhos pretos, de “guasca”, helenista, pro­fessor de história natural, autor de um belo retrospecto sobre eloquencia sagrada no país. Um preceptor ideal! Assim foi, sete anos.

Os principes cresciam — loirinhos, vivos, robustos. O primogênito andava em tratamento, com chôques eletricos, do braço esquerdo, cujo defeito de nascença,
uma semi-paralisia ou insensibilidade do ante-braço e da mão, lembrava o caso de Guilherme II. Era manso de genio, o espírito brando, a bondade natural, mais de Bragança, enquanto D. Luiz, voluntarioso, precoce, batendo o pé pequenino com uma insolencia prometedora — acusava a herança paterna, dos princípes soldados...

Ramiz notou inicialmente esse contraste moral. Foi em Maio de 82, em Petropolis, ao empossar-se no emprêgo. O Conde d’Eu e a princêsa chamaram os meninos e "disseram a D. Pedro que me falasse como a um bom amigo que de então em diante havia de acompanhá-lo sempre, e a quem ele devia muito estimar. D. Pedro docilmente correspondeu, posto que vexado, aos meus afagos. Chegando a vez de D. Luiz, este conservou-se em distancia e de sob’relho carregado; e, perguntando-lhe logo a Princêsa porque me não falava, respondeu em tom resoluto: porque não quero. — Consigno o incidente porque ele me revelou desde logo o que a experiencia me veiu confirmar: que havia notaveis diferenças de caracter entre os dois irmãos; D. Pedro, mais docil e amoroso; D. Luiz, mais indiferente aos laços do coração e mais capaz de querer" (1).

Nesse episodio antecipa-se um destino.

Em 1882 importava sobretudo a tres crianças espantadas com a mudança de hábitos e que deviam obedecer rigorosamente a um "doutor" cheio de sabedoria.

Um volume sob o braço, vigiando-as com uma atenção indulgente, respeitoso, impecavel, lá saía todas as manhãs com elas para o passeio higiênico, de

ordinario a S. Cristovão, senão, em Petropolis, pelo parque do palacio onde o conde d’Aljezur tinha a seu cargo as hortensias e as rosas, ou pelos arredores enfeitados de casas brancas com a sua chaminé germânica.

D. Pedro II cobrava-lhe assiduamente contas dessa pedagogia.

Tudo ia bem por esse lado; só devia inquiéitar-se com os outros netos, os filhos de Leopoldina, ressentidos da orfandade, longe da energia paterna desde 1872, quando os trouxéra para junto de si — D. Pedro de Saxe e D. Augusto. O primeiro seria engenheiro; aliás fazendo-se homem imitava, no gênio propenso à paz dos laboratorios, o temperamento, também o físico de D. Pedro II. O outro, menos submisso, entraria para a armada e afrontaria os mares, como o duque de Saxe, como o tio Joinville... Benjamin Constant não os suportára. Coitados, não tinham mãe!
A GRANDE CRISE

Sob o signo de uma crise bifronte, abolição e "questão militar", a política não sorria ao conde d'Eu.

Os liberais, desunidos e desorientados, não levariam muito longe o fardo do poder que carregavam desde 5 de Janeiro de 1878: faltava-lhes, no parlamento, maioria massiça, decidida.

O grosso eleitorado estava com os conservadores, e era escravocrata. Ganhavam, com os desencantos de ambos os lados, os republicanos. E a monarquia avellantava-se. "Aqui, nada de novo... — contou Gaston de Orléans sobre o Carnaval de 1883; a policia fez retirar das ruas caricaturas do Imperador..." Esse ridículo era mais nocivo do que os discursos e os artigos; somava, à decepção pública, o riso. Não aprovava o excesso de rigor posto na punição de oficiais do exercito envolvidos n'uma polêmica, a proposito do ministro da guerra. Perdêra-se — censurava o principe — o senso da medida... (1). A classe indignara-se.

Um general isento de inquietações sediciosas como Tibúrcio, escreveu em 23 de Agosto: “Não tenho frequentado nem frequento essas reuniões (de militares), mas aplaudo-as como medidas repressivas do

(1) A. Rangel, op. cit., p. 345.
intuito malevolo de anular a todo transe a classe militar do Brasil" (1).

Dir-se-ia que o medo de 1870, que invadira o ministério, á volta dos voluntários do Paraguai, induzia est’outro num momento propício a gestos largos, conciliatórios. “Por toda parte acentua-se o sintôma dissolvente de nossas cousas”, lamentava Tibúrfio, em 27 de Agosto de 83 (2).

Houve para a princesa dias amaveis, em 1884. Quando foi o conde d’Eu comandar, em Santa Cruz, as manobras da guarnição. Os cadetes receberam-no com entusiasmo. O Imperador gostou (“jusqu’à l’Empereur que j’ai rarement vu aussi satisfait que le jour où il est venu là”); o exercito pareceu aplaudir.

Essa distração tinha um efeito mágico sobre o seu espírito fatigado: oscilava entre a esperança de harmonizar-se com os destinos do Brasil e um desejo informe, de ir-se embóra. “Quanto a mim — dissera ao pae, em carta de 2 de Setembro de 84 — bem que não alimente, como sabeis, o mínimo desejo de acabar os dias no Brasil, reabituei-me muito nos ultimos tempos...”

Sentia o decréscimo das aguas republicanas graças ao derivativo abolicionista. Mas o intranquilizava a pressa do governo em fazer as reformas que ofendiam a resistencia conservadora, dos proprietários; e supunha que o Imperador os socorria. “Tal movimento de recuo” podia dar-se, como em 1868. Reconhecia: desde 1870, “o espírito de republicanismo e de insubordinação muito se propagara surdamente”. Confiava na prudente politica do sôgro; notava, com en-

(2) E. de Souza, ibid., p. 107.
fado, “os republicanos agora apoiam o ministerio” combatido pelos potentados da lavoura, pelas forças da terra... E deplorava a frieza de Isabel em relação às exterioridades brilhantes.

Ganhára o Tosão d’Ouro, que o conde de Paris lhe obtivera em Madrid. A princesa mostrara-se singularmente indiferente: “et Isabelle de plus, par système brésilien heréditaire a en horreur ces sortes de distinction” (1). Jamais ela diria, como a imperatriz Eugenia: “Il faut que mon fils règne”...

Relizaram-se em Novembro uma proveitosa viagem ao sul.

Não era seguramente um espairecimento: a princesa familiarizara-se-ia com aspectos novos do Brasil, as províncias reanimadas pela imigração estrangeira, populações que devia conhecer. E o conde d’Eu veria os quartéis, sobretudo a tropa no Rio Grande, já que a questão de “Missões”, com a Argentina, ganhara na imprensa um relevo impertinente. Vicente Que-sada, o plenipotenciario portenho, que lograra no Rio um vasto círculo de simpatias, convencido embora dos propósitos pacifistas do Imperador, falou em “rumores de la rua de Ouvidor, donde circulan hasta rumores de guerra con motivo del viaje de la princesa y del conde d’Eu” (2). A “Gazeta Popular”, em 9 de Novembro, aludiu á compra de armamentos e á “via-gem do marechal do exercito conde d’Eu á provincia do Rio Grande, onde se fará a organização do exercito de operações...” As fôlhas fabricavam, com o mistério das negociações diplomáticas, castelos no ar. A inspecção do principe foi mais burocracia do que

(1) A. Rangel, op. cit., p. 354.
(2) Mis Memorias Diplomaticas, p. 241, Buenos Aires 1908. Oficio para o seu governo, 6 de Novembro de 1884.
alarm; e reduzir-se-ia a um relatório. Não acreditava numa guerra, que repugnava aos espíritos civis, no Rio de Janeiro e no Prata; e sabia que D. Pedro II não a admitiria.

A comitiva era reduzida. Além da princesa e os três filhos iam a baronesa de Suruhí, o vereador Miranda Reis, Ramiz Galvão e três jornalistas. Em S. Paulo recebeu-os o presidente, conselheiro Almeida Couto. Visitaram largamente a província, as linhas da Paulista e da Mogiana, Campinas, onde não lhes faltaram cerimônias e festas, estações ferro- viárias embandeiradas, discursos, foguetes, as compridas audiências (1). O vapor "Rio de Janeiro" leva-os — em 26 de Novembro — de Santos a Paranaguá, onde os hospeda o visconde de Nacar. O príncipe prefere a viagem por terra, de Curitiba a Santa Catarina; a princesa continua, por mar, até o Desterro, onde se encontram. Novamente em Rio Pardo dela se aparta o marido para ir à fronteira, aos quartéis. Em todos os logares são recebidos calorosamente, com respeito e carinho. A política, sem distinção de partidos, lisonjeia-os; mesmo lhes prepara pequenas peças, como em casa de Nacar, onde dois guardas aduaneiros, transferidos por motivos eleitorais (ali era o reduto conservador, dos Corrêas) lhes suplicam justiça. Trocam-se telegramas, entre Dantas, presidente do conselho, e Brasílio Machado, da província: e se adia a remoção... para depois das eleições (2). Porque — entretanto — não assistem á retumbante inauguração da estrada de ferro de Paranaguá a Curitiba, a "mais bela do mundo", em 2 de Fevereiro seguinte? Reunem-se

(1) Vd. Amella de Rezende Martins, Um Idealista Realizador — Barão Geraldo de Rezende, ps. 307-9, Rio 1939.
então estadistas, homens de imprensa, expoentes de todas as opiniões. Isabel — imitando o pai — tem pressa, e não perde tempo. É visível o seu cuidado em eliminar da excursão um sentindo político inopportuno; e não quer embaraçar-se em programas alheios, que pertencem ao ministério.

A corte aqueceu-se com o verão rijo e a chegada de deputados populares. Primeiro Joaquim Nabuco, em 25 de Janeiro, vitorioso nas eleições pernambucanas. Muita gente o aclamou, no porto; e formando prêstito, o seguiu pela rua do Ouvidor. Quintino, José do Patrocínio, Angelo Agostini falaram. Era a voz da abolição, a trompa de Jericó, que sacudiria o velho muro. Em seguida foi Campos Salles, recebido na estação da estrada de ferro pelos republicanos, em 5 de Fevereiro — com outros discursos, e afinal João Alfredo, a quem os conservadores fizeram uma festa acintosa. Paula Ney saudou-o; e disse aos jornais, queixando-se dos insultos com que a imprensa governista lhe noticiou a oração, que já nem se podia manifestar o pensamento, na “desgraçada situação que S. M. o Imperador sustenta desde 1878”... (1).

A temporada das “bôas vindas” teve em Petrópolis um complemento galante: o simulacro de apoteóse preparado por veranistas e colonos em honra da princesa, em 14 de Março.

Atravessou, comovida, arcos de folhagem; as crianças deram-lhe flores; os alemães desceram das casinhas do alto dos montes para beijar-lhe a mão; e a aristocracia toda compareceu ao cortêjo que se deslocou com solenidade, charangas à frente, para o palácio.

(1) A Semana, 14 de Fevereiro de 1886.
Sarah Bernhardt impôe então trégoas à excitação cívica: a mocidade atira-lhe os casacos, para que passe em triunfo, gozando a idolatria dos estudantes que lhe declamavam versos, e os estadistas não perdiam espetáculo. Joaquim Nabuco ofereceu-lhe uma roupa de couro, de vaqueiro; um admirador opulento, um leque, com joias incrustadas... (1)


Na imparcialidade de agora conservava o conde d’Eu uma prevenção irredutível: não gostava do partido conservador!

Ao pae, num desabafo, em 12 de Setembro dizia: nada notará na conduta anterior dessa facção “que a fizesse muito preferível aos “soidisants liberais”. Certamente, reputava “de toda equidade” a indenização parcial, devida aos senhores de escravos. Até aí receará o impetuoso abolicionismo de Dantas, a aliança de re-

(1) A Semana, Rio, 27 de Agosto de 1887.
(2) Carta ao barão de Moniz de Aragão, ms. no arq. do autor.
publicanos e ministeriais, os despeitos da oposição. Quando perde a oposição a esperança da justiça alta, que pousa no tópo das instituições como um arco-íris, evidentemente se torna sedicia. Em Setembro de 84 presagiara Cotegipe o fim da monarquia: “não precisamos ir para a república; ela vem para nós... (1) Simultaneamente tentará dar aos correligionarios o ultimo ensejo de colaborarem para a defesa do Império; faria a reforma... João Alfredo regozijou-se: “Entendi-me com o barão de Cotegipe. Daí a sua presença no jantar de 28 de Setembro”. (2) “O Partido conservador — declarou — quer, pode e deve realizar a reforma do elemento servil”. Que significava isto? Uma atitude de tolerância com as ideias, de desarme espiritual, de pazes com a coroa tão implicada na manobra. Quebrava a barreira fragil das prevenções. Habilítára-se a suceder aos adversarios, para moderar-los embora sem lhes enrolar a bandeira, já deveras arrebatada pelas mãos populares que a passavam pelas ruas da capital... Isabel ao que se dizia — não estimava o conselheiro Saraiva, em cujo bom senso D. Pedro II confiava, apezar da resignação enigmática com que o “Nestor dos liberais” via precipitar-se a ruina do trono. Mas não lhe preferia Cotegipe. Ela e o principe. Deste não há palavras de entusiasmo para o presidente do conselho que assumira o poder em 20 de Agosto. Por sua vez Cotegipe descreva do “terceiro reinado”. Inegavelmente trazia do gabinete Itaboraí o desgosto do partido pelas ideias intrépidas do conde d’Eu, a sua intimidade com a “Reforma”, o “panache” de general intranquilo. Res-

(2) Tobias Monteiro, Pesquisas e Depoimentos (confirmação verbal de João Alfredo) e doc. no arq. deste.
sentira-se do seu “liberalismo” indiscréto, do colorido anticonservador que dava à roda das Laranjeiras, da “intervenção” pessoal ora numa, ora n’outra questão que afetava a luta política.

Mas não era o momento de prevenções vagas.

Se voltassem à Europa?

“L’empereur y a consenti sans hésitation pour les six mois...”, rejubilou-se Gaston. Talvez nesse aplauso ligeiro andasse o seu proposito de poupar à filha, mesmo por um semestre, o espetáculo da crise nacional.

Voltaria com o ambiente renovado e sereno...
AS CAMELIAS DA LIBERDADE

Bastaria o caso do “quilombo” do Leblon para definir o chéque sentimental que se feria mesmo nas ante-salas do paço.

Em 13 de Março, (1886) aniversário de José de Seixas Magalhães, honrado português que tinha fabrica de malas á rua Gonçalves Dias e chácara de flóres no Leblon, lá se reuniram, no remoto suburbio á beiramar, os principais abolicionistas da corte. O negociante hospedava escravos fugidos — dizia-se pela cidade. Levára a filantropia ao exagério romântico da alimentar um “quilombo”. Nesses Palmares em miniatura uma trinta de negros refazia a vida tratando das camelias do bom sujeito, que parecia ter dois orgulhos apenas: de suas rosas, e de seus pretos quilombolas. Escondia a estes, e distribuía aquelas. Habituára-se a fornecer de lindas camelias o paço Isabel. Fazia questão de ornamentar a mesa e a capela da princesa. Todos os 13 de Março muitos amigos de Seixas desembarcavam do “bonde” da Gávea no largo das Tres Vendas, e, na sua “charrette” vagarosa, transpunham o quilometro largo que separava desse ponto terminal da linha a casa rústica e avarandada onde se servia um jantar célebre. Naquela noite os convidados eram tres dezenas: chefiava-os Joaquim Nabuco, com o seu famoso ar de Paul de Cassagnac
segundo Gustavo Aimard (1), ao lado de Patrocínio, João Clapp, Bricio Filho... A saída do “quilombo” meia noite, os esperava o “bonde” tirado por dous burros sonolentos. Fizera-se um cortêjo alegre, com os escravos dedilhando as suas violas, o Seixas radiante, os moços arrebatados por um entusiasmo incontível. Clapp subiu ao estribo do veículo, e despe- diu-se, com uma ovação imprudente: “Vivam os escravos fugidos!” E’ imaginar o espanto dos vizinhos, a espreitarem pela janela na hora tardia desses gritos, enquanto os negros alumiavam com archótes o caminho. A polícia soube. O desembargador Coelho Bastos prometeu agir. Chamavam-no “rapa-côco”, porque mandava raspar o craneo aos cativos fujões e aos “capeiras”, administrando-lhes por cima uma surra, ao que propalavam os liberais... Correram a prevenir o Seixas, na sua loja. Os agentes de polícia iam varejar-lhe a fazenda e prender os acoitados. Não se perturbou. Atirou-se para o paço Isabel (2).


(1) Le Brésil Nouveau, p. 176, Paris 1886.
(2) Notas cm. por Bricio Filho, testemunha dos fatos do Leblon.
queriam provocá-la, fazendo um escarcélio, sem precedentes... — A fisionomia do Imperador desanuviou-se. E perguntou: — Em que horas foi isso? — Meia-noite, majestade. — Ah, tão tarde! — E trocando um olhar com a filha:

— Não; tão tarde assim, ninguém ouviu... ninguém ouviu...

Cotegipe sorriu. Olhou o Imperador, que parecia bem humorado, e a princesa, com o rosto iluminado pela emoção que recalcava; compreendeu; e aprovou, levemente irónico: — Se Vossa Majestade diz...

Seixas Magalhães no dia seguinte mandou as suas mais belas camelias para as Laranjeiras. A princesa apresentou-se em público com uma daquelas flores — a que os jornais da causa, com intenção dúplice, para lisonjeá-la e amofinar o ministério, deram o nome de “camelias da Abolição”.

O Imperador — além de tudo enfermo, a saúde a fugir-lhe — não se iludia com os sintomas revolucionários à sua volta. A resistência oposta pelo gabinete à agitação das ruas moderava uma marcha, inevitável: a abolição era um problema de fórmulas. Não se discutia o mérito, mas a oportunidade da reforma; nem a sua conveniência, porém o seu momento.

Pelo Natal desse ano de 1886 fundou no porto a fragata russa “Rynda”, na qual viajava o grão-duque Alexandre, gigante loiro e imberbe em caça de impressões tropicais. O tzar telegrafára-lhe, para que visitasse pessoalmente D. Pedro II. Subiu — aterrado pela exuberância da flora que lhe reveste as escarpas — a serra de Petrópolis, e as suas primeiras palavras diante daquele homem “com a sua barba branca e as lunêtas de oiro, com um ar de velho professor de universidade”, foram de espanto pela pompa e pelo vigor da flores-
ta... O Imperador falou-lhe benevolamente, num francês puro:
A sua aparença venerável dava a essa filosofia um tom de renuncia, uma superioridade moral que comoveu o estrangeiro.
Conversaram suavemente duas horas, “em seu salão confortável e simples, grandes janelas abertas para um vasto jardim” sonoro de aves e ramagens. Por fim o Imperador apresilhou á farda do grão duque a placa do Cruzeiro. Agradeceu, e confessou, que gostava mais da Ordem da Rosa. D. Pedro II achou-lhe graça, e disse que a Rosa era a mais comum das condecorações do Imperio e, na realidade, toda gente a tinha...

Neste caso — objetou com igual bonhomia o primo de Alexandre III — aceito as duas! Mandou-se buscar a insignia deliciosamente esmaltada— com as pequenas rosas que lembravam as do vestido predileto da imperatriz Amelia, galanteria d’un rei enamorado em honra da mais bela princesa que ainda atravessou o oceano... “Combinava ás maravilhas com a ideia que me dava o Brasil”, notou o adolescente. E despediu-se, aturdido, pela sensação de mistério que evolava da terra a estragar de forças selvagens e pelo aspecto paradoxal daquele soberano parecido com os patriarcas — desdenhoso da violência que estrangula as almas e sábio na sua linguagem grave...

Como era diferente o seu autocrata!
Os condes d’Eu embarcaram em 5 de Janeiro de 87, no “Valparaíso”.

Uma pena risonha retraçou ao vivo a cena:

“Tudo quanto há de medalhões e de medalhados nesta Côrte reuniu-se no arsenal de marinha, às 10 horas da manhã daquele dia”.

“Eu nunca vi uma pobre senhora indefesa ser agredida por tanto beijo na sua mão aristocrática. Uma verdadeira calamidade. Senhoras, cavalheiros e loiras crianças, todos á porfia disputavam a mão principesca que há de sustar um dia as rédeas da cavalduradura retórica do Estado, para nela depôr o osculo respeitoso da sua adherencia ao sistema monarquico que felizmente nos regê. Viam-se ali, além da imperial família, muitas pessoas gradas, entre as quais pude notar seis ministros (não vi o da Justiça), o corpo diplomatico estrangeiro, S. A. R. o príncipe Obá II d’Afrika, fardado e empenachado, de grande uniforme de alferes, varios senadores e deputados, veadôres e medicos do Paço, empregados publicos e capitalistas, oficiais do exercito e da armada. Um mundo interessante, variegado, gravibundo, solêne, pitorêsco. Havia também muitas senhoras feas, algumas bonitas e nenhuma formosa. Fazia um calor de mil diabos, e o sr. conde d’Eu, nosso amavel assinante, muito verme-
lho e muito suado, de chapéu alto também muito suado na mão — andava de um lado para o outro, muito atarefado, despede aqui, sorri ali, tropeça acolá, sem ouvir nada daquele barulho de vozes e de passos e gritando de quando em quando — Senhorrr Bar- ron de Ivinheima! o sr. Barão de Ivinheima, também muito vermelhinho e suadosinho, aparecia debaixo de um chapéu de dous bicos, alisando às pressas as suas suíças curtas e brancas, e recebia as ordens do sr. Conde” (1).

A imprensa democratica zangou-se com o “turismo” de suas altezas: mas eles, e o governo, estavam contentes.


O itinerário, por sinal, não lhes podia ser mais agradável. Primeiramente os Montpensier, em San- lucar de Barremeda, Lourdes, em seguida, para um banho de religião. Paris e Londres vieram depois.

Um almôço com a rainha Vitória não reconciliou a princêsa com as tentações da política e do poder. Nunca seria como aquela fria e digna mulher que acariciava, na viuvez taciturna, dous orgulhos harmônicos, da família numerosa e do Império rico.

Como a Inglaterra diferia do Brasil! Compreen- dia melhor os francêsess. Os Orléans, porém, já não dominavam Paris com os “salões”, a elegancia de hábitos, a fama de suas caçadas, o requinte espiritual das recepçoes onde confraternizavam novos e antigos, generais reformados, que sonhavam com a bandeira

(1) A Semana, de 8 de Janeiro de 1887, art. de Filindal (Filinto de Almeida).
branca, e políticos do dia. Não houvéra casa mais amável que 19 avenida do Bois-de-Boulogne, onde, desde 1878, se instalára Nemours (1). O velho soldado resplandecia com a visita "des Gaston". "La présence des Gaston" — ce mot se rencontre fréquemment dans la correspondance — rend heureux le duc de Nemours et met autour de lui une animation nouvelle..." (2).

Retirado da vida ativa, desinteressado da política, em trégooas com a Republica, o ultimo vestígo da sua tenacidade monárquica era ainda a fisionomia, cada vez mais parecida com a de Enrique IV. Vendo-o nas manobras de Vexin, isto em 1879, o irmão d'Aumale exclamára: "Então, desceste do teu cavalo de bronze?" Apeiára-se do ginète nervoso das ambições; usava uma casaca azul, de "rentier" sedentário. Mas o sôpro da demagogia lhe entrára as janelas fulgurantes do lume dos candelabros nas suas noites de bôa sociedade.

A morte de Chambord, em Frohsdorf, fizéra do conde de Paris o pretendente da corôa: e o parlamento o baniu. Indignou-se duas vezes o parlamento: pela herança do príncipe, e pelas festas que assinalaram o noivado de sua filha, a linda princesa Amelia, com o duque de Bragança, D. Carlos, herdeiro de Portugal (3).

Podendo exilar-se, como o chefe da casa de França, preferiu Nemours sumir-se dentro mesmo de Paris: trocou a sua bela residencia — agora inconveniente — pelo n.º 9 da avenida Kléber onde o duque d'Alençon, seu filho, igualmente demitido do exer-

(1) René Bazin, Le Duc de Nemours, p. 526.
(2) R. Bazin, op. cit., p. 533.
cito, vivia sem ruído (1). E ativou os preparativos para a viagem definitiva. Pensou na morte. Apurou os seus costumes católicos e deixou que a sua devoção intrigasse os mesmos parisienses que ora o admi-raram, como um paladino de romance, ora o odiam, como um feroz inimigo da liberdade. Escoou-se-lhe a sombra engrandecida pela humildade, na penumbra das igrejas onde ia ouvir os prégadores famosos. A companhia "des Gaston" iluminava-o de serena ventu-ra. Nutria a esperança de conservá-los mais tempo ao seu lado. Porque não prolongariam a estada na Euro-pa se eram desnecessarios na America?

Enganava-se.
A princesa tornou-se subitamente indispensavel ao país.
D. Pedro II adoeçera gravemente.
O dever impunha-lhe subir ainda uma vez os de-gráos do trono para ler a uma assembléa indócil a sua mensagem de conciliação e de optimismo.

(1) René Bazin, op. cit., p. 549.
A SUCESSÃO ANTECIPADA

Foi em 27 de Fevereiro de 1887, em Petrópolis.
Rebouças escreveu no seu Diário: “Às 9 1/2 da noite, o Imperador retira-se do espetáculo do Conde Patrizio, no salão do Hotel Bragança, acometido pela fatal molestia... (1).
Motta Maia (médico de confiança desde 1880) reúne em conferência o barão de Saboia e o Dr. Albino de Alvarenga. Diagnosticam congestão hepática. Receitam mudança de ares e repouso; e informam aos jornais, que a saúde de Sua Majestade sofrera um ligeiro abalo. Nada de maior...
A “vilegiatura”, na fazenda de Aguas Claras, foi inútil.
Renovaram-se os conciliábulos da ciência. O conselheiro Torres Homem declarou que a febre intermitente do imperial enfermo era um acesso de impaludismo; e aconselhou a floresta da Tijuca. A condessa de Itamaratí ofereceu-lhe prontamente a sua bela casa encravada na mata. E a diabetis de S. M.? (2) Os doutores não queriam dizer que D. Pedro II fora surpreendido pela doença com a sua diabetis avançada,

(1) Diário, p. 308.
fraco de pernas (o velho mal de família, de D. José I a D. João VI), literalmente esgotado. O cronista d’A Semana registou, em 9 de Abril: “Oficialmente cons-ta que S. M. passa regularmente, que os seus incomo-dos são devidos apenas à febre palustre que o afetou. Mas á bôca pequena — agora já á bôca grande — diz-se que S. M. está gravemente enfermo, que a sua dia-betis agravou-se, tem-se acentuado assustadoramente o quebrantamento de forças, o desanimo, a debilidade, o esgotamento de seu organismo; e tanto que já foi chamado ao Império a augusta princesa, que, com seu esposo, ainda não ha muito chegou á França” (1). De-véras a Tijuca não operou o milagre. O geito era ten-tá-lo na Europa. Daí o telegrama que os condes d’Eu receberam em Nice, para que embarcassem com ur-gência. A viagem seria salutar; a clínica do Dr. Char-cot e as distrações d’um passeio pelos velhos centros, fóra dos negócios de Estado, dos métodos inexoráveis de S. Cristovão, lhe acenderiam de novo a memória obscurecida, a alegria da vida que se lhe empanára na melancolia invencível. Aliás os médicos continua-vam a declarar que o seu estado era “satisfatório”. Os redatores da oposição achavam intolerável o dis-farce; um deles teve espírito: “Eu não sei para quem seja satisfatório o estado de saúde do Imperador. O que posso afirmar é que o não deve ser para S. M.” (2) Isabel e Gaston tomaram em Lisbôa o “Gironde”.

Saltaram em Recife sôfregos por notícias; e dep-araram com uma homenagem grandiosa. Presidia-a o bispo de Olinda, que fazia valer os seus sentimentos abolicionistas. A oposição, a juventude doida por Jo-

(1) A Semana, n. 11.°, crônica de José do Egito, pseudônimo de Valentim Magalhães.

(2) A Semana, de 14 de Maio de 1887, art. de Filinto de Almeida.
só Mariano e Nabuco, os “centros abolicionistas” correram ao cães, com estandartes, músicas e oradôres. Dirigiram á princesa apelos patéticos. Completasse o que principiára!

“Espera-se pela princesa não só para assumir a regencia como para ser ouvida ácerca dos assuntos gravíssimos que pendem de solução governativa” (1). “Faça de sua regencia, abolindo o cativeiro, o seu melhor título de sucessão” — concitou-lhe o Diário da Bahia, em 5 de Julho, quando desembarcou na velha cidade, refeita dos sustos que lhe causara a molestia do pae, extasiada pelas provas de adesão recebidas em Pernambuco, certa de que o ciclo definitivamente político de sua vida — como os jornais repisavam — se inaugurava sob os auspícios cristãos da tolerancia, da liberdade, do repúdio do passado...

Às 9 e meia o mundo oficial foi buscá-la a bordo. Com o conde d’Eu e os filhos assistiu missa na Conceição da Praia. Visitou o novo Asilo de Mendicidade na Bôa Viagem. Almoçou no palacio da Vitória com o presidente Bandeira de Mello. Respirou, no Farol da Barra, o ar puro da tarde. E embarcou, ás 4 horas, deixando fartas esperanças — de que sopraria as velas murchas, da causa dos escravos, faria caminhar a “idéa”...

Estavam no Rio em 8 de Junho.

Os boatos — quanto á saúde do Imperador — haviam exagerado o pessimismo público.

“Tivemos o prazer de encontrar o Imperador muito melhor do que nos faziam crer as noticias mandadas para a Europa. Na aparenca vae bem: come e dorme melhor do que nunca, faz diariamente dous grandes passeios a pé, toma a sua ducha circular, joga bi-

(1) Diário da Bahia, 15 de Junho de 1887.
lhar, recebe toda gente e lê tudo o que se lhe dirige" — ajuizou o principe (1). Ressentia-se, sim, de sincopés de memória, irresolução, lentidão na conversa. E não queria curar-se no estrangeiro! O principe, em carta de 17 de Junho, comunicou ao pae: "Il a fallu que les médecins, stimulés par le Président du Conseil se réunissent pour imposer en quelque sorte la décision du voyage!" Gulosa de novidades mofinas, a imprensa interpretou a seu modo a determinação dos doutôres. Que se exportava o monarca, para antecipar o governo da filha; que Cotegipe se desembaraçava de sua vigilância, simpática à Abolição; que aquilo fora o "com-plot de palais". Na Camara, ao discutir-se a licença para a viagem, Ferreira Viana alvitrou que se ouvisse do proprio Imperador o pedido, para ausentar-se...

A falta de lógica estava na ignorancia dos fatôres que agora se incluiriam na politica, mais oscilante e precária: a emotividade de Isabel, o liberalismo de Gaston.

Dos presidentes de Conselho dos ultimos tempos o menos entusiasta do terceiro reinado era exatamente Cotegipe. Para dominar os distúrbios de rua, as impaciencias da coligação adversa — de abolicionistas e liberais, republicanos e dissidentes — sempre o ajudaria mais o Imperador senil, arredado das intrigas pela diéta espiritual que lhe prescrevêra Motta Maia, do que a princeza atemorizada com as hiperboles das fôlhas e a falar do que vira em Londres. Além disto, o problema da conciliação dos militares com o governo se resolvêra com estouvado oportunismo. Gaspar Martins apresentára ao Senado a moção, por que fossem eliminadas as penas disciplinares dos oficiais castigados. "E' um mão precedente", resmungou o

(1) A. Rangel, op. cit., p. 358.
conde d’Eu. Um arranhão — conveiu Cotegipe. As fólihas liberais efureceram-se, menos pelo arranhão do que pela crise, que acabava. “Vergonhosa submissão do gabinete ao exercito”, protestou o Diário da Bahia (1). Andrade Figueira discordou do gabinete, com razões retumbantes. Que não devia ceder; que fôra melhor levar às extremas o conflito, e punir, desafiar, mostrar energia... Aliás continuou assim, esse homem sistemático que tinha a vocação das grandes provocações, a sedutora coragem dos combates desproporcionados, temerário e áspero... Tanto os generais como o presidente do Conselho argumentavam no fim com a saúde do Imperador e a necessidade de uma trégua, que lhe permitisse a viagem.

A intervenção do senador liberal golpeára fundo o prestígio do partido dominante: mas atalhára a desordem, iminente. Sua Majestade podia embarcar. Embarcou a 30 de Junho no “Gironde” — com a imperatriz, o príncipe D. Pedro Augusto, Mota Maia — seguro de que a regencia de Isabel navegaria em águas mansas.

A BORRASCA DA ABOLIÇÃO.

As despedidas foram tristes. A “Revista Ilustrada” figurou o “pobre D. Pedro II” a prolongar um adeus pezaroso, a filha nos degrãos da escada do cáes, e Cotegipe a puxá-lo, para o escaler, o oceano, o exílio... (1) “Eu vi S. M. embarcar no “Gironde” — descreveu um folhetinista. A sua longa sobrecasaca preta, abotoada de alto a baixo, bem deixava ver, pela abundancia das dobras, a magreza do corpo que envolvia; o rosto ema.dado e comprido, a barba crescida e aguda, o crânio ligeiramente achatado, os cabelos empastados e húmidos, os olhos sem brilho e os lábios sêcos davam-lhe um aspecto de convalescente ainda não livre de perigo. Na cabeça, diminuída pela emaciação, enterrava-se-lhe o chapéo alto até a nuca. S. M. saltou com passo infirme de ga-leota imperial para a prancha corrediça e atapetada que, a bombordo, conduzia diretamente ao pavimento inferior, em que estão situados os aposentos imperiais. Aos lados do estreito corredor formavam alas varias pessoas conhecidas que o imperador ia cumprimentando”. (2) Chorou ao abraçar a princesa. Voltaria em seis mezes — segundo comunicação do conde d’Eu ao du-
que de Nemours. Tudo correria bem — garantia-lhe o ministério.

Os olhos chorosos de Isabel seguiram com angustia os movimentos do navio, afastando-se, rumo da barra. A saudade do pai juntava as preocupações de chefe de Estado em hora incerta. Debalde o príncipe afetava bom humor e dizia-lhe que “a situação não era peor que nas outras vezes, como em 1875-77, em 1879-80...” (1). A linguagem das gazetas descometeria-se, ora sarcástica, ora injuriosa e sem piedade de seus melindres femininos. Percebia que o conde d’Eu não era estimado. A política do gabinete não podia ser a sua, a política que faria se conseguisse dirigir pessoalmente, como n’outros tempos o Imperador dirigira. Por várias razões deixou o Paço Isabel, acanhado, sem condições para as audiências públicas, as visitas diplomáticas, e foi instalar-se com os filhos em S. Cristovão. Ninguem ousava confessar o que o conde d’Eu confidenciou para a Europa: “Aqui também se está fora da cidade e, por igual, das consequências dos incidentes políticos que lá podem acontecer”. O isolamento protegia-a; em compensação perdia o contacto da rua do Ouvidor, a facilidade do seu passeio por Botafogo e Flamengo, a amenidade de sua vida habitual na “sala de estudos” das Laranjeiras onde o quadro da “Marselhês” consolava os liberais.

O optimismo de Gaston não se alterará. “Cá a situação política, diga-se o que se dissér, não é má.” E na correspondência francês arriscava — em 11 de Julho — uma ideia hostil a Cotegipe: “A situação seria de todo calma não fora o ministerio completar dois anos de duração no mez próximo, o que faz a muita

(1) A. Rangel, op. cit., p. 359.
gente achar que seria bom alijá-lo!” (1). Insistia, em 11 de Agosto (escrevendo para a Europa): “Mas o ministerio de novo se enfraqueceu moralmente, e se- rei favoravel á sua mudança tanto se apresente uma oportunidade que não tenha o carater de pressão ile- gal” (2). E definia o seu pensamento um mez depois: “Necessario se torna na minha opinião que antes da sessão do ano proximo o governo estude as novas pro- videncias a propôr para acabar com a escravidão”. “A questão da supressão do cativerio (acentuava em 3 de Outubro) é sobretudo uma questão trepidante que apaixona os espíritos e me parece essencial que o governo, para não ser vencido, tome a iniciativa antes da sessão proxima e formúle qualquer projeto a respeito”.

Essa atitude era exatamente a atitude de Isabel.

De começo — o pae ainda em preparativos de viagem — estranhara ao presidente do Conselho a “contemporização” nos dois casos vitais, da aboli- ção e do desgosto dos militares. Argumentara Cote- gipe com a saúde do Imperador, que poderia compro- meter-se gravemente, com emoções inoportunas: “e assim tapou-se a bôca”... Mas havia de escrever: “A questão da Abolição caminhava; suas ideias ganha- vam-me cada vez mais; não havia publicações a res- peito que não lesse, e cada vez mais me convencia de que era necessario fazer qualquer cousa nesse sen- tido”. (3) Achava o gabinete impopular com a sua reação, o seu chefe de policia, a sua calma, e por pouco não lhe apresentava o dilêma: abolição ou renuncia.

---

(1) A. Rangel, op. cit., p. 360.
(2) A. Rangel, ibid., p. 361.
(3) Notas da princesa, in Helto Lyra, História de Dom Pedro II, III, 32-3.
Em S. Cristovão formou-se, insensivel, um ambiente liberal que desagradava o ministerio. A oposição reacendia-se, valorizando as “camelias do Leblon”; e considerava-se possível um golpe do alto, que de repente esmagasse a falange “escravocrata”.

Rebouças, a par de Patrocinio e Nabuco, nutria a chama sagrada; mais do que eles, punha-lhe a ternura silenciosa do seu espírito de sacrifício, de sua vocação de martírio. Frequentava o Paço e esparzia o seu entusiasmo que se não revolvia em retórica, porém exalava religião, piedade. Lançará no seu diário, em 8 de Agosto, esta observação irritada: “Meeting abolicionista da Praça d’Aclamação, em frente ao Quartel, dissolvido pelo execrando Coelho Bastos. Carga de cavalaria ao anoitecer na rua do Ouvidor. Tentativa de ataque á tipografia do País pelos secretas de policia” (1).

Outra nota da princêsa: “De novo chamei a atenção do sr. barão de Cotegipe para a questão; faltou dizer-lhe que devia retirar-se. Mas nada parecia compreender o sr. barão, e com muito bôas palavras e muito geito ainda desta vez foi mais fino do que eu. Dias depois, em despacho, julguei dever repetir diante de todos os Ministros (receiosa de que o sr. barão guardasse só para si minhas ponderações) o que lhe dissera particularmente, acrescentando que o Ministerio não podia continuar se não fizesse qualquer cousa a favor da emancipação; que seria um mal que o partido conservador se cindisse, e que julgava deveria aceitar as idéias dos Senadores João Alfredo e Antonio Prado. A isto não me lembra se foi o sr. barão

(1) Diário, p. 309.
ou o sr. Belisario, que respondeu-me não ter de ir atrás destes senhores” (1).

Do presidente do Conselho há um apontamento complementar: insistindo ela por que o Ministério assumisse posição mais decidida, “aconselhou-lhe Co-tegipe a manter-se neutra numa disputa que dividia tão profundamente os partidos — como a rainha Vi-tória, acrescentou. A isto retorquiu-lhe a princesa ter o direito de manifestar-se, e que a rainha Vitória era justamente acusada por essa neutralidade prejudicial aos interesses da Inglaterra” (2).

A eloquência de Ruy Barbosa, entretanto, rechinava na carne das instituições como ferro em braza. Estrelejando numa catilinaria — em 28 de Agosto, no Politeama da corte — concitara:

“Se essa verificação de identidade merecesse por um momento a atenção da excelsa Princeza, perante quem respeitosamente nos curvamos, estou certo de que do seio das suas propias virtudes se levantaria o sentimento de sua coerência, a tradição leal da mel-hor ação de sua vida, para lhe atestar que o passo exigido pelo abolicionismo de 1887 é apenas o corol-lário retardado da premessa estabelecida na reforma de 1871”.

Mas logo duvidava, lembrando o liberal que comparara ao de Napoleão III o reinado de Pedro II (fô-ra Saraiva): “Desgraça incomparavelmente maior seria passarmos do regímen da decadencia napoleonica ao regimen dos Bourbons de Napoles, do governo da comedia parlamentar ao governo do confissionario e

(1) Doc. in Helio Lyra, História de Dom Pedro II, III, 33.
(2) Doc. em. por Wanderley Pinho a Helio Lyra, op.-cit., III, 34.
da escravidão.” (1) Nesta frase retinia sempre a prevenção religiosa... Foram os alunos da Escola Militar que lhe publicaram o discurso (2). Começara invocando o apoio dos quarteis à causa libertadora, os vexames do governo entre as tenazes da “questão militar”. “No exercito e no abolicionismo está condensada e intensificada a vitalidade nacional: eles representam o que resta da honra e integridade da pátria, a sua conservação e o seu futuro, a sua inteligência e o seu brio, a sua abnegação e a sua força. O voto unânime do Club Militar...” (3).

O Club Militar apareceu em 26 de Junho, como uma consequência de tantos incidentes que irritaram e enervaram a classe. Lá estavam Deodoro da Fonseca — na presidência —, Sena Madureira, Benjamin Constant. Além da defesa do exercito, no seu conflito com a política — era obvio que representava o ideal abolicionista dos oficiais imbuídos de filosofia ou mesmo de sentimentos republicanos. Um destes — Floriano Peixoto — em 10 de Julho arriscara diagnóstico e receita: “a podridão que vai por este pobre país” — “necessita da ditadura militar para expurgá-lo” (4). Serzedello Corrêa propuzera na primeira sessão a “chapa militar dos candidatos a senatoria pelo Rio de Janeiro.” O apelo do Club à princesa, de 23 de Outubro seguinte, é o seu programa em realização, a sua eficiência posta à prova. Não se prestaria o exercito às tarefas humilhantes de abafar desordens de escravos e capturá-los! Não seria “capitão do mato”. Não

---

(1) Ruy Barbosa, Discurso no meeting convocado pela Confederação Abolicionista, p. 33-4, Rio 1887.
(2) Fernando Nery, Ruy Barbosa, p. 56, Rio 1932.
(3) Discurso cit., p. 2.
(4) Carta a João Neiva, v/d Artur Vieira Peixoto, Floriano — Memórias e Documentos, I, 126, Rio 1933.
toleraria uma “cumplicidade” — com os negreiros. “Senhora. Os oficiais do exercito, membros do Club Militar, pedem a Vossa Alteza Imperial venia para dirigir ao governo imperial um pedido, que é antes uma súplica”. E com emoção: “... em nome dos mais santos princípios de humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade cristã, em nome das dores de Sua Majestade o Imperador vosso augusto pae, cujos sentimentos julgam interpretar e sobre cuja ausência choram lagrimas de saudade, em nome de vosso futuro e do futuro de vossos filhos, esperam que o governo imperial não consinta que os oficiais e praças do exercito sejam desviados de sua nobre missão”.

No dia 25, Deodoro explicava ao ministro da Guerra: “O Exercito é para a guerra leal, defesa do trono e da patria; para outros afazeres que necessitam força armada há a policia, que alistou-se para esse fim” (1).

No campo oposto, a “junta do coice” extremava o civilismo estranhando esses toques de clarim, pretendendo que o exercito continuasse mudo, desprezando-o com falsa serenidade. A ala reacionária argumentava com a necessidade da paz pública e falava no “império da lei” — que obrigava ao respeito da propriedade servil, á disciplina, á evolução que corresse os canais competentes... Lembrar-se-iam os conservadores fluminenses, da resposta de Lamartine aos polacos: “Il y a quelque chose qui contient et qui éclaire notre passion, même pour la Pologne, c’est notre raison”. Andrade Figueira despojára-se primeiro dos seus escravos; depois, ferozmente desinteressado, fazia guerra á abolição. Razão contra paixão — alegava-se.

O conde d’Eu sabia de tudo, informado por esses amigos que lhe sondaram a melancolia.

Via a manobra dos republicanos aliados, em S. Paulo, à reação escravocrata, e empenhados, na corte, em explorar os desgostos militares. Julgava mais hábil desacreditá-los o jogo mediante um despejado liberalismo. Isto mesmo pareciam querer os inimigos: porque o dissídio entre a coroa e a lavoura já não teria remédio; e, ao primeiro choque, algum general de prestígio empolgaria a situação, vacilante, condenada... Saldanha Marinho na “Gazeta Nacional”, “O País”, com Quintino, e o “Diario Popular” de S. Paulo, para o qual Aristides Lobo escrevia uma correspondência quotidiana, sopravam a braça.

O “fanatismo” da princesa voltará ao cartaz.

Os que em 1874 tinham proclamado santo o bispo do Pará perseguido, agora lhe estranhavam o valimento.

Falava “O País” no baronato feito por intervenção de D. Antonio. Em seguida, foi o caso da senatoria de Pereira da Silva. O candidato do gabinete devia ser o do conselheiro Paulino: Alfredo Chaves. Imaginava-se a sua decepção ao preferir a regente aquele literato... Acudiram os jornalistas com a sua mofina: o ministério fora derrotado pela condessa de Barral! Que Pereira da Silva obtivera a intercessão da Barral, a cujo pedido, vindo de França, a antiga discípula não resistira. Que Cotegipe levára o decreto com o nome de Alfredo Chaves; e aquilo valia por uma despedida do governo... (1). Fizeram córo, com

(1) Diário Popular (S. Paulo), 12 de Janeiro de 1888. Caso semelhante sucedeu com o último senador escolhido pelo Imperador, o Cons. Carneiro da Rocha, contra o candidato do partido liberal, que era João Ferreira de Moura. “Os empe-
"verve" e veneno, republicanos e liberais: a princesa revelará o seu "poder pessoal", ousando o que o pai já não podia, prisioneiro das tradições constitucionais... Era autoritária. Afrontará os políticos velhos; prometia proezas, de governo impetuoso e... fradesco...

Irrompeu do sul essa contestação terrível. A Câmara de São Borja gritou ao país, num voto sedicioso, que a ameaça era dupla: de cair sob o imperio de "senhora inclinada ao fanatismo" — e "casada com um príncipe estrangeiro". Propunha por isto um plebiscito, que apurasse a vontade nacional quanto á forma de governo! Escândalo político. Pretexto para vementes demonstrações de solidariedade com os vereadores de São Borja; artigos candentes; doutrina, intrigas dúvidas, mal-estar indefinível. Os exaltados que, nos quartéis, continuavam a remexer os ressentimentos da “questão militar”, retomaram posições. Para mais toldar as águas Saldanha Marinho e os companheiros fantasiaram uma divisão da família imperial, dizendo que — positivamente inviável o reinado de D. Isabel a mística — os aúlicos manipulavam a candidatura do “novo Pedro”. Repontando em 87, o boato prosperou em 89. D. Pedro Augusto de Saxe — este viajava serenamente com o avô, deitando ao mundo a luz mansa de uns olhos azuis e tristes, mais de Leopoldina, sua mãe sem ventura, do que dos Coburgos práticos e resolutos.

A energia com que o ministério mandou processar os vereadores gaúchos não satisfizera ninguém. A...
crise epilogava-se — em disturbios sintomáticos. Quando os males públicos — pontificou Machiavel — cãem no domínio público, já não há remédio que os resolva... Em 14 de Janeiro a fôlha republicana estabelecia o dilêma: os conservadores continuariam, porém com João Alfredo; ou subiriam, com o conselheiro Dantas, os liberais. N’um caso e n’outro, a abolição estaria na rua. “Se demetter ou se soumettre” — segundo a intimativa clássica, Gambetta a Mac-Mahon... A malícia do prognóstico embebia-se da esperteza eleitoral de Francisco Glicério e consônios da oposição paulista: a Regente, empurrando para o abismo as últimas defesas da velha ordem, apressava a própria queda. Os abolicionistas, por sua vez, agarravam-se ao episcopado, convencidos da importância de sua definição, do prestigio das suas pastoraes no espírito religioso da princesa. Muitos dos que lhe ridicularizaram os costumes devotos e o seu “mez de Maria” agora lhe pediam, frenéticos de piedade social, o grande gesto cristão da liberdade dos negros.

Nabuco foi mais ambicioso: lembrou-se de Leão XIII e correu ao Vaticano. Uma luminosa aventura: enlaçaria o Papa nos fios de ouro da campanha, obteria dele a excomunhão dos escravocratas, e com esse santelmo acêsno no bico da pena, escreveria mesmo de Roma o apelo final — um “ultimatum” a Isabel a católica! — pela redenção imediata da raça de Cham! Aos borrifos d’água benta apagar-se-ia a “mancha”; a princesa, de consciência expungida do “pecado”, assinaria de golpe a lei sublime; e a Propriedade, penitente e depurada, se consolaria com a ideia do Bem... Leão XIII ouviu-o benevolamente, porém, mais sóbrio do que previra Nabuco, não levantou do sólio pontifi-
cio a voz soberana (1). Manifestou-lhe a sua simpatia e o seu interesse — mas sem os concretizar num documento que fôsse uma intervenção em crise tão complexa e ambígua. A sociedade brasileira impressionou-se do mesmo modo — com a notícia da entrevista, traduzida em linguagem reluzente pelo parlamentar hábil na sua propaganda. Esse verão seria decisivo para a sorte dos escravos e para a dinastia. Em Petropolis, a princesa não se conteve: passou de sua modesta conduta anterior para uma atitude de clara parcialidade. Impacientou-se. Renunciou à sua falsa calma, à neutralidade incompatível com o seu temperamento imperioso. Rompeu com as conveniências mostrando-se enfim mulher e rainha. Foi em 12 de Fevereiro de 1888.

Rebouças, com lagrimas nos olhos, notou no seu diário: "Primeira batalha de flôres em Petropolis. Primeira manifestação abolicionista de Isabel I" (2).

---

(1) Em 23 de Março de 88 escreveu Cotegipe ao ministro Souza Corrêa (ms. na Biblioteca de Oliveira Lima, Catholic University, Washington): "No dia 7 pedi exoneração do ministério e fui substituído a 11. Antes dirigi a V. Ex. um despacho sobre a questão da emancipação que o Santo Padre pretende tomar a si a pedido de um representante da nação, que anda mendigando apoio estrangeiro, quando a questão está resolvida — e pelos meios competentes".

(2) **Diário**, cit. p. 310.
XXII

A POLITICA DE ISABEL

Resolveu afinal a princesa fazer a sua política. Rompia ao mesmo tempo com o “governo responsável”, cujo chefe de policia, a imprensa oposicionista pintava como perseguidor de negros fugidos, esteio da propriedade servil — e com as tradições da monarquia.

Considerava — como havia de dizer Nabuco, ao abrir-se a sessão legislativa de 1888 — que a questão dos escravos pairava sobre partidos, mecânica parlamentar, Constituição e leis. Tornára-se-lhe um imperativo moral. Devia libertar-se quanto antes o milhão de cativos que ainda, nas fazendas, morriam encarregados e impacientes: e Isabel — obstinando-se nessa piedade — já não percebia o alarme dos conselheiros velhos, a voz sombria do bom senso que lhe segredava: nesta precipitação, iria com eles de roldão o trono.

A sua batalha de flôres em Petropolis acabou por desaprumar a situação conservadora.

Como poderiam manter-se muito tempo os “reacionários” se o proprio Paço se franqueava á revolução? Revolução, sem duvida. A regente aliou-se — com uma ternura de coração puro — ao movimento popular que subira até às zonas altas do poder público. As suas mãos alvas fizeram multiplicar as “ca-
melias da abolição”. Deu á sociedade elegante um exemplo formoso: Sua Alteza achava irreconciliável a escravidão com as bôas maneiras, a decencia d'uma elite culta!

O que até aí fora campanha, laboriosa, dramática, se transformou em moda. Alforria espontânea, pródiga — por parte de todos os senhores que queriam o nome nas fôlhas e um logar na atenção da princesa, nos seus decretos, que os titulavam e condecoravam! A cisão do partido conservador revestira-se, em S. Paulo, de uma tonalidade bizarra: a família Prado começará por libertar os seus escravos; depois, foi a cidade de S. Paulo que proclamou, no perímetro urbano, a extinção do cativeiro. Foi a catadupa! Nenhum esforço mais lograria contê-la. A primeira casa do país — o paço Isabel, em Petropolis — transformou-se em quartel general da “causa”.

Adivinhando os sentimentos que ali se agazalhavam, Ramiz ajudará os pequenos príncipes a imprimir, num prêlio infantil, o seu “Correio Imperial” — em 14 de Fevereiro — com versos significativos:

Com ardor é pelejada
Por uma fila de bravos,
Sob os auspícios da Fada
Que se condôe dos escravos.

Essa batalha de flôres
E' também da liberdade.
Aos piedosos lutadores
Abençoá a divindade.

O ministerio não se iludiu.
Já não havia "conspiração palatina": era o golpe.
Com "os auspicios da Fada" — "fila de bravos" chegava, para um florido triunfo.

Não se decidindo a exonerar simplesmente o gabinete fora dos acontecimentos parlamentares que explicassem essa subversão, impelia-o — mediante um dissídio transparente — para a alternativa de enfrentar uma crise multifórmee ou se dissolver, numa renúncia magoada.

Cotegipe tinha o direito de esperar a reunião da Assembléia onde o sustentava uma coesa maioria. Recebera do Imperador o cargo: fora lícito aguardar-lhe a palavra de ordem. Podia resistir, ora fechando os olhos benevolos à criançica dos principes, ora cético e indiferente ante as religiosas emoções da Augusta Senhora. Disputzera-se — para não a contrariar formalmente, a "fazer alguma cousa", que amortecesse o choque das opiniões ao abrir-se a sessão legislativa.

"Sua Alteza disséra-lhe mais de uma vez que conviria fazer alguma cousa em relação a questão servil e ele respondeu que não recusaria estudar a questão..."

(1) Apresentaria um projeto com uma fórma prudente de abolição, capaz de conjurar a tempestade, resolvê-la em debate franco, submetê-la a um plesbicito simbólico. "Le propre d'un homme d'Etat est de choisir entre des grands inconvénients", costumava dizer o cardeal de Retz. Mas... um caso banal produziu o incidente, que foi também o desfêcho. Então os casos insignificantes assumiam proporções absurdas. Preso, embriagado, um oficial reformado da Armada, propalaram que, além desse agravo, a prisão brutal, fora.

(1) Discurso replicando a João Alfredo; e Tobias Montelro, Pesquisas e Depoimentos, p. 186.
espançado pelos policiais. Excelente matéria prima de uma “questão de classe” — acudiram abolicionistas e republicanos: e logo a imprensa tomou, esfuziante, a defesa da marinha... insultada.

O protesto estendeu-se, entrou o Arsenal, galgou o portal dos navios de guerra, a escola naval, e na rua do Ouvidor marinheiros e aspirantes gritaram a sua indignação — numa rusga temerosa.

Coelho Bastos, em atenção a esses motins, demitiu o comandante da estação policial. O presidente do Conselho, porém, continuou a prestigiar Coelho Bastos. Foi então que a princesa, irritada, interveio com uma carta famosa.

Em 20 de Março, narrando o sucedido ao duque de Nemours, o príncipe recapitulou: “Como não tínhamos tido conhecimento desses fatos senão pelos jornais, Isabel julgou dever escrever uma carta ao ministro da Justiça fazendo observações sobre a conduta irregular e ineficaz da policia; e foi o que levou o ministério a dar a sua demissão que o Presidente do Conselho veiu trazer a S. Cristovão, quando aí fomos a 7, e que só cumpria aceitar” (1).

Mais claras são as palavras da princesa em confidência que escreveu: “os acontecimentos precipitavam-se, tive vergonha de mim mesma, que talvez por um excesso de comodismo, para evitar uma estralada, o que sempre me é desagradável, descuidava fazer com que se retirasse um Ministerio que sentia não fazia em primeiro logar o bem do país, depois com ele me arrastava para o abismo. Do sr. barão de Cotegipe não obtinha esclarecimento algum sobre a questão da

(1) A. Rangel, op. cit., p. 365; também Tobias Monteiro, Pesquisas e Depoimentos, p. 173.
emancipação. Com muito geito sempre deixava de fazer ver o que pensava, quando incitava a que ele se declarasse. Pelo pouco, porém, que obtive dele, e da atitude do Ministerio, estava convencida de que nada faria". (1)

A carta ao ministro prolongava o éco às censuras da imprensa, ao alarido da oposição: não admitia novas explicações (2). Cotegipe vestiu pela última vez o uniforme; e, em S. Cristovão, depôz nas mãos de Isabel o governo.

Fez ela própria a crítica desse momento decisivo.

O ministerio manter-se-ia — até a ocasião das Camaras — se se contentasse com algumas demissões secundárias: do comandante da Policia, do alferes atrabiliário... Exigiu, porém, a saída do chefe de polícia, e, em resposta, o barão lhe apresentou a carta em que largava o poder. "Teria sido melhor deixar continuar as cousas até a época da abertura das Camaras em que, visto o emperramento do Ministerio, eu o teria

(1) Doc. in H. Lyra, op. cit., III, 34-5.

(2) "Ninguem mais do que eu — escreveu a princesa ao ministro Mac-Dowell — deplora os tristes acontecimentos, mas não posso deixar de continuar a pensar que a Policia, e mesmo o chefe de Policia, tem culpa em tudo isso, não no momento em que as cousas se dão, estou convencida de que fazem o que podem, mas acorçoando-os, mesmo sem o que rerem, pela falta de atenção dada a acontecimentos anteriores, procurando evasivas para inocentar os acusados, antes que seu crime ou inocência sejam provados, e quando a opinião publica e pessoas de conceito os acusam... Concordo em que possa haver no mundo confiança ilimitada, mas como esta é rara em produzir-se, e todos nós podemos ser enganados, é necessário não só ouvir os acusados, que necessariamente e mesmo por não serem muitas vezes pessoas de consciência verídica, negarão o mal que fizeram, mas também os adversarios". (Carta de 4 de Março de 88, minuta, no arq. imperial, Heitor Lyra, op. cit., III, 163-4). Em sua carta do dia 7, demitindo-se, Cotegipe dizia sentir "ter de tomar esta solução quando temos a consciência de que nem nos falta o apoio da verdadeira opinião publica, nem os recursos necessários para manter a ordem".
obrigado a pedir sua demissão? Não o creio. Não sei como o país teria suportado os dois meses que faltavam, e além disto tinha consciência do jeito tradicional do sr. barão de Cotegipe, que, não temo confessá-lo, receiei que ainda desta vez enrodilhasse, e não achasse eu meio de dar o golpe que julgava necessário”. (1)

A frase é sua. Julgara necessário o golpe. Assumia-lhe a responsabilidade. Percebia-lhe a consequência enorme. O golpe — para que a Abolição não ardesse, em flama revolucionária, nas ruas da Corte, em sessenta dias de espera aflita; e também para que não esfriasse nas hesitações d'um parlamento dividido, onde havia de predominar o interesse eleitoral... Antecipára e precipitára. O resto — inevitável — havia de escapar-lhe às mãos nervosas, como, no carro à disparada, escapam ao pulso do boi-eiro as rédeas frouxas... O seu problema tornar-se-ia também a lógica daquele impulso, a sua beleza e a sua fatalidade: não parar!

O conde d'Eu exultou.

Noticiando ao sogro o incidente (em 14 de Abril) descobria-se: “Era mesmo provável que não pudesse aguentar-se perante a Câmara dos Deputados, e não convinha, a meu ver, deixar chegar esta hipótese que traria o fracionamento do partido e obrigaria, dentro de pouco, à dissolução da Câmara. Entretanto eu aconselhava a sua conservação até o momento de redigir-se a Fala do trono; mas surgiu o incidente da prisão do oficial da armada maltratado pela polícia

cujas consequências inesperadas levaram o ministério a oferecer sua demissão". (1)

Mas a escolha de João Alfredo foi outro ato de vontade da princesa.

Não deu ao estadista demissionário a habitual liberdade, para recomendar os chefes de sua corrente, capazes de fazer governo em harmonia com a Assembléia.

Limitou-se a pedir-lhe que chamasse aquele que em 1871, ministro do Império, ajudára Rio Branco a domar um parlamento indócil.

A carta que o velho barão lhe dirigiu foi concisa e grave:

"Ilm.º e Exm.º Sr. Cons.º João Alfredo. — S. A. I. Regente ordena-me de comunicar a V. Ex. que ela deseja entender-se com V. Ex. hoje às 7½ da noite. Julgo dever comunicar a V. Ex. que o Gabinete pediu demissão a S. A., convindo que se organize com urgência o novo Gabinete. V. Ex. pense como o fará antes da sua entrevista com S. A. I. — Sou com toda a consideração e estima De V. Ex. am.º e col. at.º B. de Cotegipe. — 7 de Março". (2)

Aquele nome, devéras, andava em todas as bocas.

Em 1884 — quando vacilavam os liberais — o partido conservador renunciara tacitamente à resistência escravocrata: no banquete de 28 de Setembro.

(1) A. Rangel, op., cit., p. 367. A declaração, de que “seria inevitável em Maio” a princesa a fez a João Alfredo, conforme discurso deste, de apresentação do ministério. Cotegipe contestou-lhe, que tal era a previsão... da princesa.

(2) Ms. no arq. de João Alfredo. Na sua carta a Princesa da mesma data (Tobias Monteiro, op. cit., p. 177) queria-se: "Resultando do seu contexto (da carta ao ministro da Justiça) que a V. A. Imperial podem merecer mais crédito outras informações que não as dadas sob a responsabilidade dos seus conselheiros constitucionais, não resta ao gabinete outro alvitre..."
João Alfredo obtivera de Cotegipe a declaração formal, de que o partido “quer, deve e pode” realizar a reforma do elemento servil... (1) O abolicionista Luiz de Andrade escrevia do Rio, em Março de 1887: “...se fala muito em um ministério João Alfredo com apoio de Dantas e dos abolicionistas... Um amigo nosso, intimo de João Alfredo, o Antonio Pinto, disse-me um dia destes que o João Alfredo estava decidido até a fazer a abolição imediata”. (2)

A Itaborahí o Imperador opuzera Paranhos, em 1870; a história se repetia, opondo-se agora o chefe da vanguarda ao capitão moderado. A cisão não era nova, nem oportunista, siquér calculada: arrancava das origens mesmas do conflito, que dividira sem remédio as hostes conservadoras.

O povo adivinhara-o.

Mas o conde d’Eu preferiria outra solução.

---


(2) Doc. in Catalogo da exposição realizada no Teatro Santa Isabel de 13 a 31 de Maio de 1938, p. 64, Pernambuco 1939. Em Fevereiro de 88, segundo Alberto Bezamat, alguns conservadores indagaram de João Alfredo qual seria o seu programa, Tobias Monteiro, op. cit., p. 187.
“O TEMPORAL LEVA TUDO DIANTE DE SI”

Se prevalecesse o sentimento do príncipe cairia então o partido conservador e um ministerio liberal, coerente com a sua luta, e no qual não deixariam de figurar Dantas e Nabuco, completaria com serenidade a emancipação dos escravos.

Mas Isabel não cederia. João Alfredo era a sua grande reserva. Obedecia ao conselho paterno e à própria inspiração: a reforma feita pelos conservadores atenuaria os protestos da lavoura, consolaria a facção eleitoral mais pujante e não teria o ar revolucionário, o tom republicano do programa radical...

O Imperador contára com Rio Branco; tinha ela João Alfredo.

Embora distintas as conjunturas — em 1871 uma aventura do poder, em 1888 uma capitulação do poder — essa identidade de timbre político aproximava as suas duas Regências, dava-lhes o fascínio d’uma vocação de liberdade, de filantropia, que agora a enchia de orgulho. A acústica da cidade — sacudira-se em 7 de Março por uma rajada de emoções fortes, abolicionistas em passeata, as redações estalando de brindes civicos, as ruas sonoras de demagogia e boatos. Ninguem se enganava: com esse ministerio novo a abolição seria imediata, seria incondicional, seria a ultima batalha de flores da temporada. A “fada” dirigia-a!
João Alfredo recebeu o governo sem restrições quanto ao nome de seus auxiliares.

O conde d'Eu esboçou uma dúvida: a respeito de Antonio Prado, exatamente o baluarte da dissidência conservadora a que ia encostar-se a situação.

A princesa interrompeu-o, com um olhar ou um gesto: o príncipe nada mais disse e dali saiu João Alfredo, com as mãos livres para o seu hábil tecido. (1)

Ouçamos-lhe a confidência:

“De volta de S. Cristovão conversei com o Senador Correia em casa do Dr. Samico. Eu desejava que ele fizesse parte do Ministério, e o conde d'Eu, presente à minha conversa com S. A. I., entre as poucas observações que fez acentuou a conveniência de lhe dar a pasta da guerra, e manifestou opinião contraria ao Conselheiro Prado. A estas observações respondi logo que era minha intenção convidar o Correia para qualquer das pastas, a que ele preferisse; e que não dispensava o Prado.

“A princesa deu-me ampla liberdade.

“Correia indicou-me o Conselheiro Tomaz Coelho para a pasta da Fazenda. Tive dúvida em convidá-lo, mas refleti que convinha ligar a mim alguns homens que acompanhavam o conselheiro Paulino. Eu conhecia a maleabilidade do indicado.

“Telegrafei ao conselheiro Prado e ao Tomaz Coelho. O primeiro respondeu por telegrama, que não tenho podido achar, dizendo que vinha. Em outro de 8 escusava-se, mas prometia vir. No dia seguinte,

tendo anunciado a hora em que estaria comigo, conversamos e ele resolveu-se a entrar para o Ministerio.

"Eu disse-lhe que a Princêsa, esta é a verdade, não formulára condição alguma quanto ao pessoal do Ministerio, nem quanto ao seu programa, limitando-se neste ponto a desejar que se adiantasse a questão do elemento servil como ao governo parecesse melhor".

Ainda relutou o político paulista, alegando que Rodrigo Silva, seu corregentário, acabava de sair do governo. Não fosse essa a objeção: convidaria também o outro. Tomaz Coelho aceitou, e teve a pasta da guerra, "contra a opinião do conde d'Eu, que o julgava inativo".

"Convidei Andrade Figueira que não aceitou a pasta da Fazenda". "Ferreira Viana, antes de ir à Barra Mansa entender-se com Figueira, já se tinha posto à minha disposição e eu aceitei os seus serviços apezar do juízo desfavorável que os Príncipes tinham enunciado; não confiavam nele, achavam que sua nomeação desagradaria ao Imperador". (1)

Em 10 de Março estava organizado o ministério. José do Patrocínio, largando os republicanos, tomara-lhe a defesa, e da Regente, na véspera a "fanática", depois a "divina Redentora": "Vossa Alteza está salva. Pôde governar".

(1) Memórias de João Alfredo, ora em publicação aos cuidados de seu neto o sr. Pedro Paulo Moniz Barreto de Aragão, que nã-las comunicou. O Ministerio: Presidência e fazenda, João Alfredo; Imperio, Costa Pereira Junior; Justiça, Ferreira Viana; Estrangeiros, Prado; Marinha, Vieira da Silva; Guerra, Tomaz Coelho; Agricultura, Rodrigo Silva.

O telegrama a Antonio Prado fora: "Corte, 7 de Março — Muito urgente. — Fui incumbido de organizar Gabinete. A urgência das circunstâncias obrigou-me a pedir a V. Ex. o favor de vir pelo trem de amanhã, não sendo possível, no dia seguinte. Espero por V. Ex. para começar meu trabalho. João Alfredo". (Ms. no arq. cit.).
A adesão da "Cidade do Rio" galvanizou as folhas da oposição, desorientou a "Gazeta Nacional", enfureceu Saldanha Marinho, mas deslumbrou Isabel. Forçou os liberais — que lhe não perdoavam a oportunidade perdida, de serem governo — a uma atitude de respeito. Engendrou a rapida popularidade da princesa tão pouco compreendida, até aí. "A evolução da Regencia veiu ainda a tempo de mostrar que o trono não é irmão siamês do cativeiro" — reconheceu Ruy Barbosa, discursando na Bahia em 29 de Abril. Mas limitava o elogio: "essa mutação política, que abolicionistas eminentes (não sei por que justiça ou por que lógica) têm agradecido à munificencia da realza, é simples ato da vontade nacional, alumiada pela propaganda abolicionista..."

Vontade nacional? O barão de Cotegipe escreveu a um amigo da província, em 17 de Março de 1888: "Consummatum est. — É fora de dúvida que teremos a abolição em poucos mezes. Isto não basta — para que os anarquistas provoquem a fuga de escravos, como v. ex. me narra nas suas cartas de 5 e 11 do corrente. Os Estados como os individuos sofrem molestias epidemicas; nós estamos sofrendo, e tarde nos arrependeremos". "Eu não podia nem devia assumir a responsabilidade de semelhante destroço, e puz-me em panos. Sauvé qui peut. — No Senado me explicarei...; agora é cédo; devemos deixar tempo aos incensadores". E em 29 de Abril: "Rei, Povo, e Senado tudo quer apagar a mancha da escravidão. Tarde acordou a lavoura, e deixou-se matar, como carneiro. Faça o que estão fazendo em S. Paulo e Minas: quando a sua gente deixá-lo — vá buscar a do vizinho, ou cer-
que os pastos; e criar gado. E' o maior serviço que a Monarquia podia fazer á Republica". (1)

"O temporal leva tudo diante de si — comentava, já de Petropolis, em 5 do mesmo mez. Dizem que é a opinião publica. Chorem os lavradores na cama, que é logar quente... Eu cada vez mais dou graças a Deus por ver-me livre de responsabilidades. Não sei governar a loucos". (2)
XXIV

UMA BATALHA DE FLÔRES

Petropolis tornou-se admirável em Março e Abril de 88.

O baile à fantasia em benefício das obras da matriz foi o mais rico, o mais estrondoso da corte.

Sucederam-se as festas, cuja renda — tributo su­til à vaidade! — ia para o "fundo de libertação".

O primeiro concerto promovido pela princesa — em 26 de Fevereiro — representará um êxito social que se confirmou no segundo, em 17 de Março. Em 1 de Abril — notou Rebouças — "solène libertação de Petropolis por Isabel I". Em 28 de Abril escreveu ainda: "José do Patrocinio publica na "Cidade do Rio" — Desencargo de consciência — rompendo com os republicanos escravocratas do Rio e de S. Paulo".

1.º. (1) O art. 1.º dizia: “Fica abolida a escravidão no Brasil”. Os demais artigos determinavam: serviço forçado, mediante salario, até 25 de Dezembro, e residencia obrigatoria de mais dous anos, pena de prisão...

O conde d’Eu reconheceu — na sua correspondencia para a Europa: qualquer restrição seria já impossivel, embora se devesse ver a situacao dos senhores prejudicados. E rematava, estoico: O Omnipotente continuaria a amparar o Brasil...

Esse apelo à bondade divina traia-lhe a perplexidade. Ninguem podia saber onde aquilo terminava. A abolição era facil, porque um decreto, um espectaculo, uma ultima batalha de flores. E o resto? As questões no ar; a reação politica; o divorcio da monarquia e das forças conservadoras?... Isabel dava h’ombros. Aparecia gradualmente mais autoritaria, mais convenvida do seu acêrto, mais mulher, na surpreendente virilidade de sua vontade. Não se arrependia, se lhe custasse o trono. Intimamente, as palavras de Patrocínio a impeliam para diante: “Vossa Alteza pode reinar”!

Dir-se-ia cançada da impopularidade do marido, da separação que houvéra entre o Paço e a rua do Ouvidor, entre a sua corôa e o povo. Não escutava os vaticinios dos emperrados, dos céticos, que em roda de Cotegipe, Paulino, Figueira, misturavam o protesto á ironia, e achavam que nas suas mãos finas as instituições se quebravam como cristal entre dêdos de crianca.

Francisco Glicério, sem outro ideal alem de sua Republica, fosse como fosse — prevenia a Silva Jardim: “Vai-se fazer a abolição, mas o trônio queimar-se-á na fogueira do Rio e de Minas” (2).

(1) Carta ms. no arq. de João Alfredo.
(2) Silva Jardim, Memorias e Viagens, p. 34.
Mão psicólogo: o perigo não era o fogo — duma catastrophe, mas o gêlo — dum precedente.

Amanhã, quando a corôa se arrimasse ao bom senso rural, este ficaria no direito de recambiá-la, para os fariseus do largo de S. Francisco, onde os “meetings” se sucediam...

Nabuco pintou-lhe o retrato moral, naqueles dias decisivos. Tem um calør de confissão esta sintese que lha ouviu talvez, mais singela, não menos entusiasta, depois de 13 de Maio de 1888: “No dia em que a Princesa Imperial se decidiu ao seu grande golpe de humanidade, sabia tudo o que arriscava. A raça que ia libertar não tinha para lhe dar senão o sangue, e ela não o quereria nunca para cimentar o trono de seu filho... A classe proprietária ameaçava passar-se toda para a Republica, seu pai parecia estar moribundo em Milão, era provável a mudança de reinado durante a crise, e ela não hesitou; uma voz interior dis-se-lhe que desempenhasses sua missão, a voz divina que se faz ouvir sempre que um grande dever tem que ser cumprido ou um grande sacrifício que ser aceito. Se a monarquia pudesse sobreviver a abolição, esta seria o apanágio; se sucumbisse, seria o seu testamento. Quando se tem, sobretudo uma mulher, a faculdade de fazer um grande bem universal, como era a emancipação, não se deve parar diante de presagios; o dever é entregar-se inteiramente nas mãos de Deus”. (1)

Onde rebenta a emoção não há calculo possível. A Religião, bem disse Ramsay, não é um sistema de opiniões, mas o sentimento... Na sua lisonja Patrocinio surpreendeu-lhe o segredo, fez-lhe o perfil, julgou-a e justificou-a: “Os reis educam princesas, o

(1) A Minha Formação, p. 218.
Imperador creou uma mulher. Em vez de uma Imperatriz, educou simplesmente uma Mãe, isto é um coração..." Os homens têm hesitações astutas; sómente elas podem ser assim obstinadas, olhos cerrados às sombras da estrada, perseguinto a sua luz interior — na consciência d'uma intuição divina. Sentira-se o instrumento d'uma justiça tardia porém sagrada; e quizéra merecer esse privilegio. "O governo — um acidente — não lhe deformará o instinto — de mãe cristã. Identificára o pecado, e espantava-se de ter sido tanto tempo superior à piedade de uns e á inteligencia de outros — forte e enleianto como o Erro. Sua trisavó D. Maria I (Gaspar Martins lha recordára com azedume) imaginára purificar a nobreza impondo-lhe a devoção do Coração de Jesus. Não iria tão longe... Libertando centenas de milhares de escravos aliviaria a alma nacional d'um remorso velho. Em nome dessa humanidade, a cada instante lembrada pelos inimigos do trôno; principalmente pelos imperativos da caridade.

3 de Maio — foi um desvario cívico, a população nas ruas, a abertura da Assembléa numa atmosféra de jubileu.

Rebouças minutou, no seu diário: "Em Petrópolis e no Rio. Extraordinaria ovação a Isabel I e ao Ministerio; oferta de camelias do Quilombo Leblon (do negociante Seixas) pelo Presidente Clapp; discursos delirantes de Dantas, Nabuco, e Patrocínio das janelas do Senado e nas ruas circumvizinhas; todo o Rio de Janeiro em festa". (1)

A Regente chegou ao Senado a uma hora. O hino nacional saudou-a ao descer da carruagem. "Vi-
nha comovida como quem acabava de receber do povo a mais bela recepção, porém segura de si, dominando com energia as emoções do momento. Sua fisionomia tinha a palidez que veste os grandes instantes, o colo ofegava, a voz era clara e firme. Tomando a fala do trono leu-a com sensível expressão e nitidez, acentuando os topicos que se referiam ao elemento servil. Quando a Princesa pronunciou as palavras confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a unica exceção que nele figura em antagonismo com o espírito cristão e liberal das nossas instituições, ouviu-se um murmúrio geral de assentimento. Ao chegar às últimas palavras, os deputados e senadores começaram a aplaudir, e, de repente, de todos os lados só se ouviam palmas e vivas, ficando em um momento o recinto do Senado coberto de flores”. (1) Era a sua “batalha”, que prosseguia. Caíam das galerias as mesmas flores de 28 de Setembro de 71, que tinham estardecido o ministro americano. Chuva do céu! Esse misticismo acalentou-lhe os ultimos sustos políticos. Voltou para o Paço risonha e triunfante. Subiu a serra com uma profunda paz na alma. No dia seguinte — observou Rebouças: “4 de Maio. Almoçaram no Palacio Imperial de Petropolis, 14 africanos foragidos das fazendas circumvizinhas. A’ noite, a musica do Imperador percorreu as ruas, em ovação ao mordomo Nogueira da Gama, que libertara todos os seus escravos, e ao advogado Mario Fioravanti, que desde 1.º de Abril dirige o exodo sob a proteção de Isabel I”. (2).

Os africanos sob o tecto imperial eram demais.

(1) Revista Ilustrada, de 5 de Maio de 1888, e Osvaldo Orico, Patrocinio, ps. 150-1, Rio 1935.
(2) Diario cit., p. 312.
O exodo, assim protegido, a Princesa inquietava os conselheiros cautos. No primeiro caso, esboçava-se um plebeísmo razo; no segundo, uma inversão de normas jurídicas. E' imaginar a cara do fazendeiro a quem se dissesse que os negros lhes fugiram para acotitar-se... no Paço. Podia achar-lhe graça; tinha o recurso do "fair play", que era perder sorrindo; mas de ordinario se enfezava, olhando com raiva a piedade da Augusta Senhora. Ela talvez ignorasse o exodo, e, quanto aos quatorze escravos, quizera mostrar-se humilde como Jesus, á vespera da Paixão. Tinha beleza: convidados os Jobs de lavoura para a ceia da rainha; dess'arte honrados os ultimos dos mortais; estendida com isto, á raça redimida, o indulto da religião e da bondade... A pena dos jornalistas molhava-se em lagrimas, para louvar "santa Isabel"; os republicanos, porém, á volta de Quintino, murmuravam o seu sarcasmo. Esperasse o mez seguinte — depois dos fógos de planta e dos discursos de corêto!

Uma vez madame de Maintenon perguntou a Louvois se respondia pela vida do Rei — a quem aconselhara seguir para a guerra.

— Pela vida não; respondo pela gloria do Rei.

Nabuco e Rebouças podiam parodiá-lo: não respondiam pela corôa, mas pela glória da princesa! Antepunham o "sublime" á politica. Entre 3 e 13 de Maio de 1888 a politica, com as suas razões curtas como jaquêtas de deputados, foi dominada, espezinhada pelo idealismo de azas coladas aos ômbros. Um furioso angelismo rojara-se das redações para a praça pública, volteára pelas ruas comerciais, onde os burguês fluidos não compreendiam aquilo, e a modo de ordenança da carruagem de Isabel a seguia, com um ar de vitória, pelos seus passeios trovejantes de aclamações do povo.
Os poetas acorreram ao aceno de Patrocínio. Os jornais tiveram naqueles dias um aspecto ingênuo de poliantéas. O negro assumiu, na moldura do artigo de fundo, um relêvo estupendo. Uma só palavra de opoção à princesa soava como sacrilégio, justificava o cacete do “capoeira”, o insulto da “Cidade do Rio”, o assobio das galerias no Senado e na Camara. A Revolução, não havia dúvida: sem armas, entrançada de frases, de versos, de camelias que floriam o peito augusto, de exaltação inocente. O governo fazia-se ao relento, nos comícios; os oradores supriam a dialética dos conselheiros, em férias, descrentes; e o conde d’Eu, ouvindo melhor, agora que se falava em altas vózes, achava tudo maravilhoso.
XXV

REDENTORA

Na sessão de 7 de Maio João Alfredo declarou: "Amanhã será apresentada a proposta do poder executivo para que se converta em lei a extinção imediata e incondicional da escravidão no Brasil". Foi "freneticamente aplaudido" (1).

"No dia 8, ás 2 horas da tarde, introduzido no recinto com as formalidades regimentais o ministro da agricultura Rodrigo Silva dirigiu-se á Mesa e de pé, á direita do presidente, barão de Lucena, leu o seguinte: "Augustos e digníssimos srs. representantes da nação. Venho, de ordem de s.a. a Princesa Imperial Regente, em nome de s.m. o Imperador apresentar-vos a seguinte Proposta. Art. 1.º. E' declarada extinta a escravidão no Brasil. Art. 2.º. Revogam-se as disposições em contrario. Palacio do Rio de Janeiro, em 8 de Maio de 1888. Rodrigo A. da Silva". (2)

O temporal de aplausos sacudiu a velha casa, aturdiu a assembléia, fez tremer, sob os pés do público apinhado nas galerias, os assoalhos que estalavam. Ergue-se Nabuco, para requerer — chefe instantâneo d'uma maioria mais disposta a bater palmas do que a discutir — se elegesse imediata comissão para opinar

(1) Affonso Celso, Otro Anos de Parlamento, 2.ª ed., p. 134.
(2) Affonso Celso, op. cit., 134-5.
sobre a proposta. Nomeia-se a comissão: Nabuco, Afonso Celso, Duarte de Azevedo, Gonçalves Ferreira, Alfredo Corrêa. Pede o tempo estrictamente necessário para lavrar o parecer, em dez linhas calorosas. Dispensa-se a impressão. Passa a urgencia. O diálogo entre Nabuco, coruscante de eloquência que ressoa como pancadas n'um gongo, e Andrade Figueira, feroz na sua fria intransigência, empresta à cena uma tonalidade de drama, que a valoriza. O conservador da província do Rio estruge: o povo transformára a Câmara, invadindo-a, "em circo de cavalinhos". Ao apê-lo ("mesmo o coração de bronze de Andrade Figueira não se poderia opôr...") responde: "não sabe se esse coração é de bronze, mas se o é, prefere-se assim a que seja de lama". O outro replica, anhelante de entusiasmo tribunício. O turbilhão amaina para que se veja o choque — entre a honrada teimosia do retrôgrado e a ênfase do revolucionário. Levanta-se a sessão num ambiente revolto e magnifico. Os adversários, apontados a dêdo, escassos, atravessam o recinto calados: têm a vaidade do seu sacrifício. Para eles o circo não era de cavalinhos, senão de Cesar: faziam questão de acabar com dignidade. Mas os nomes do dia irrompem n'uma aureola de veneração; passam entre alas, que os aclamam; pisam as flores que lhes atiram.

Ao começar os trabalhos, no dia 9, Andrade Figueira lá está, na tribuna, sêco, sentencioso, provocante. A resposta compete ao ministro Rodrigo Silva: extenso, lógico, um tanto literário. A lança do torneio brilha no punho de outro oposicionista: Alfredo Chaves. Afonso Celso requér o encerramento da discussão. Araujo Góes, da Bahia, propõe que se acrescente ao artigo 1.°: "desde a data desta lei". Corre a
votação. Oitenta e três contra nove: ou antes, a totalidade menos a "junta do coice", a bancada fluminense... No dia 10 completou-se a aprovação do projeto pela Camara e o recebeu o Senado, que gastou com ele três dias agitados, retumbantes de discursos n'outro tom, a velhice a exigir da impaciência juvenil mais meditação, mais calma...

Cotegipe e Paulino d'uma banda, Dantas e Correia da outra, emprestaram á discussão um sentido transcendente. Poderia interpretar-se a severa oração de Cotegipe em 12 de Maio com um desagravo, o seu revide á fração do partido que lhe arrebatára o poder, uma restituição de setas coleccionadas na sua panoplia — e que iam, certeiras, ao trônio. Indubitavel, porém, é que a sua lucidez foi profética. Em primeiro logar, negava autoridade ao partido conservador para promover a abolição: "foi um erro que não passasse a ser feita pelo partido liberal..." Em seguida, presagiava a continuação da crise. Nabuco, além da áurea lei, via: o Terceiro Reinado. Era um estét. Cotegipe era prosaico: via o desmoronar das instituições. Citou Ruy Barbosa. "O ato foi praticado em favor da Republica". Idade que acaba, outra que começa: federação dos Estados Unidos do Brasil... "Eis aqui, senhores, o que nos espera".

O Senado ouvia, cético e inerme. Sem poder resistir, concordando com o vaticínio, incapaz de reação, cingido pelas mesmas influencias exteriores que tinham estrangulado, na Camara, a pertinácia dos fluminenses, lembrava uma tripulação condenada ao naufragio que se entretivesse com musica triste. Essa idéa, de rumo feito para o precipício, era cara a Paulino: "não ha mais poder que consiga encadear ou encami-
nhar a corrente, uma vez solta a reprêsa". A sua voz tornou-se mais solêne, quasi soturna, ao censurar "a realeza, por amor da popularidade, por motivos de sentimentalismo" associada a propaganda popular e ativa... Tinha o seu quê de sacerdotal, proferindo um "de profundis". Nas reticências do discurso as ameaças se lhe ajustavam ao fatalismo, como a advertir, que um dia essa realeza, desamparada das multidões, batia à porta do velho Senado, e aí encontraria a indiferença ou a resignação, dos que já não tinham fé... 

As frases ponderadas ou amargas, entretanto, não lograram retardar a aprovação do projeto, ou melhor, a festa jubilar que se preparara para o domingo, 13 de Maio.

Houve sessão ainda nesse dia. A princesa transportára-se de Petropolis para o Paço da Cidade a cuja volta se aglomerára o povo, na expectativa do espetáculo mais comovente e singular de sua história.

Paulino não terminara a "obstrução" e já não comportava mais ninguém o largo fronteiro ao Senado. "Os bondes parados em longa fila, traziam curiosos sobre a tolda; carros detinham-se, intimados pelo povo. Os próprios soldados refreavam os animais na impossibilidade de vencer a massa compacta." (1) Talvez lhe segredassem, que qualquer demora ainda impacientaria a princesa, que marcára hora para a sanção — porque poz um remate irônico ao discurso:

"E' sabido, Snr. Presidente — disse o chefe conservador pausada e severamente, é sabido e os jornais todos que li esta manhã anunciam que Sua Alteza a Sereníssima Princesa Imperial Regente desce hoje de Pe-

(1) Coelho Neto, A Conquista, p. 428, 4.a edição.
tropolis e está a uma hora no Paço da Cidade á espera da deputação desta casa para sancionar e mandar promulgar já a medida ainda há pouco por V. ex. sujeita à deliberação do Senado. Cumpri, como as circunstâncias permitiram, o meu dever de senador; passo a cumprir o de cavalheiro, não fazendo esperar uma dama de tão alta jerarquia”.

E desceu da tribuna.

Caía o pano sobre a cena melancólica do parlamento; o teatro transferia-se para a rua e para o palácio imperial.

“E fez-se a desfilada em direção ao Paço da cidade...” A’ frente, “asfixiado, rouco, a gesticular, chorando e rindo, vinha um homem de bronze por entre o tumulto, de braço em braço como um ídolo que todos quisessem veneradamente tocar e sentir — era Patrocinio”. (1) Em ondas, rugindo, aquele mar de gente investiu a praça, subiu as escadarias lageadas, golfou pelos salões enrolando, no mesmo frenesi, os aristocratas assustados, as comissões oficiais, a Confederação Abolicionista com as flâmulas, Patrocinio e seus rapazes. No fundo da grande sala, diante da fina mesa de Boulle com frisos de cobre onde devia assinar a lei, Isabel tinha a placidez amável das rainhas contemporâneas de Luiz XIV: alta, loira, olhos humidos e risonhos, o busto ofegante, as mãos niveas levemente trêmulas, mais mulher e senhora em face daquela confusão que a acariciava com o bramido lisonjeiro. — Viva Isabel Primeira! Jamais essas desbotadas paredes que vinham da colonia, de D. João VI,
de D. Pedro I, tinham enquadrado manifestação semelhante — formidável e ao mesmo tempo humilde, de triunfo e gratidão, agora que já nada havia para exigir, para impôr. Dava-lhe a ideia d'uma concordia final; extintas as linhas divisorias entre as almas e as castas, o Brasil ali presente, a gritar e a aclamar, de chapéo ondulando no espaço e o estribilho nos lábios: Isabel Primeira!

Quando se vira cousa assim? Na Maioridade — podiam comparar as velhas açafatas cujo espanto se refugiava nos fundos corredóres — as festas foram imponentes, mas cerimoniosas. Outros jubilos públicos da monarquia tiveram esplendor, e etiquêta que o disciplinava, que o resfriava. Passavam fardas, bocejos, charangas; e reinára ordem. Exatamente essa ordem desaparecera então: para que "enorme multidão, fremente de piedade e entusiasmo" (1) — galgasse os degráos do Paço e inundasse as galerias com o seu clamôr alegre. A casa estremecia, os assoalhos rangendo, um delírio vago a misturar a multidão cujo centro real — seu comando e sua voz — era o creoulo suado e radiante que mais alto repetia os vivas à Princesa.


(1) Afonso Celso, O Imperador no Exílio, p. LXXXVI, 1.ª ed.

A Imperatriz tranquilizou-a: “De Milão, às 9 e 20 da manhã. Princesse Impériale. Soyez pleinement tranquille je connais bien vos sentiments, qui sont aussi les miens, mais grâce à Dieu il n’est pas nécessaire pour le moment de faire Saints Sacraments; aujourd’hui mieux. Tereza”. (2)

Podia crêr na convalescência, na volta do pae.

Não disfarçava contudo a inquietação, a dôr de o saber tão mal.

Escrevêra, do seu punho, uma resposta á comissão legislativa: “Seria o dia de hoje um dos mais belos de minha vida, se não fosse saber meu Pae enfermo. Deus permitirá que ele nos volte para tornar-se como sempre útil á nossa Pátria”. (3)

De tão-cheio ninguem mais podia entrar no Paço, quando os chefs da Confederação Abolicionista ofereceram á princessa a pena de ouro e pedraria — fruto de uma subscrição apressada.

(1) Ms. no arq. J. Alfredo. Esses telegramas não constam do belo livro de Manoel A. Velho de Motta Maia sobre o Conde de Motta Maia.

(2) Ms. no mesmo arq.

(3) Ms. letra da princesa Isabel, no arq. de J. Alfredo.
“No momento em que empunhou a pena para a assinatura fez-se religioso silêncio”. (1)

A mão não lhe tremeu. Tinha uma firmeza imprevista. Foi curto aquele silêncio de contrição. Unisono, estentórico, um aplauso que estrigiu no salão, prolongou-se pelas dependências do edifício, ganhou a praça, logo parecia o desafogo fabuloso, não só de uma cidade, de uma população que ali se comprimia, entre perplexa e encantada, como do país todo que falasse por mil bocas, de suas classes reconciliadas, de suas forças imanantes, da própria terra explodindo num hino bárbaro... Patrocinio “fóra de si, atirou-se aos pés da Princesa, quiz beijá-los...” (2) Proferiu palavras soluçadas, a face bronzea molhada de lágrimas, os braços no ar, como se representasse um papel final: a raça libertada, a venerar “santa Isabel”...

Ouviram-lhe uma grande frase: “Minha alma sóbe de joelhos nestes Paços!”

Num movimento instintivo, a princesa quis levantar o tribuno acometido de sua sublime alucinação. Não pôde. A emoção não comportava ali atitudes medidas, moderações cortês. Chorava-se e ria-se. O conde d’Eu, apertado no seu uniforme de marechal, a face congestionada e o jubilo aguando os olhos claros, sentia-se feliz, e sem ar. “Le succès en est colossal pour la monarchie dans laquelle on reconnaît l’agent principal de cette transformation... et la nature impressionable des faces de ce pays donne lieu à un enthousiasme sans bornes et touchant”. “E’ impossível ver alhures uma cêna analoga á que ocorreu no Paço

(1) Affonso Celso, op. cit., p. 142.
(2) Affonso Celso, op. cit., p. 143.
da Cidade entre 3 e 4 da tarde de domingo 13...” (1) Fóra, luz e calor propiciava o regozijo. Lembrou Machado de Assis: “Houve sol, e grande sol, naquele domingo de 1888, em que o Senado votou a lei, que a regente sancionou e todos saímos à rua. Sim, também eu saí à rua, eu o mais encolhido dos caramujos, também eu entrei no prestígio em carruagem aberta, se me fazem favor, hóspede de um gordo amigo ausente; todos respiravam felicidade, tudo era delírio”. (2) Na corte e na serra. Rebouças atirara-se nos braços de Taunay: — “La joie fait peur” (3). E apontou no seu Diario: “Ovações indescritíveis no Rio e em Petropolis das 6½ às 10 da noite” (4).

A aprovação do Imperador não tardou.

Veiu em 15 de Maio, num telegrama breve: “Abraço a Redentôra. Seu pae Pedro”. (5)

Nesse dia, em que André Rebouças é carregado aos ombros dos estudantes da Politécnica, D. Pedro II outorga à filha o título que acabava ela de preferir à realeza hereditária, à sua coroa, à solidez dum trono embutido na penumbra: Redentôra.

O resto, o tempo poderia tirar-lhe, embora esse resto fosse a sua herança e a sua pátria: não lhe arrebataria, porém, o título que era o preço do sacrifício e a razão da renúncia. Que perdêsse tudo: Redentôra, isto não lhe negariam!

(1) Carta a Nemours, 16 de Maio de 88, A. Rangel, op. cit., p. 369.
(2) A Semana, p. 84.
(3) V. de Taunay, Homens e Cousas do Império, p. 140.
(4) Diario., p. 313.
DEPOIS DA FESTA

Em 20 de Maio notou Rebouças: “Ultimo dia de delírio pela Abolição (1).

O conde d’Eu começava a inquiétar-se. Estranhou a falta do *Te Deum*. Escreveu um discreto bilhete a João Alfredo, lembrando o *Te Deum* (2). Não o esquecesse, repetiu em 24 de Maio, impossibilitado de descer de Petropolis devido às notícias sobre o Imperador, cujos padecimentos se tinham agravado a 22 (3). Em 30 de Maio, um telegrama confortante: “S. M. o Imperador passou bem o dia de hontem, e a noite; entrou em convalescença. Charcot, Semmola, Motta Maia” (4).

Vem a tempo.

No dia 27 celebrára-se a primeira comunhão do príncipe do Grão Pará. Isabel elevava a Deus o pensamento tranquilo. Contava com o regresso do pai, que a aliviaria, terceira vez, do fardo do governo; e nos acontecimentos, que desde 13 de Maio se sucediam em torno dela, via os sinais da Providência Divina, que a recompensava. Porventura a grave doença do Imperador e o seu êxito político acentuavam o tem-

---

(1) *Diário*, p. 313.
(2) Carta de 20 de Maio de 88, arq. de J. Alfr., ms.
(3) Ms. no arq. J. Alfr.
peramento imperioso, que já não sabia dissimular, misturando autoridade e convicção, nas meúdas preocupações administrativas em que se excedia habitualmente. Autoritária, mesmo brusca em suas impaciências, minuciosa e sincera, entre Maio e Agosto de 88 foi uma rainha bem pessoal e ativa.

Dá a impressão de uma discípula do pae, que o imita nos detalhes do seu governo absorvente. Gosta dos bilhetes ligeiros, expedidos uns após outros, apressadamente escritos, numa letra varonil. O conde d'Eu auxilia-a, também torrencial, mergulhado numa correspondência infinível. Mas não a substitúe.

Do punho da princesa são comunicações como estas, dirigidas ao presidente do conselho: "A perda total do Apa por falta talvez de atividade não me pôde sair da memória".

"Lembro-lhe o Crucifixo e o retrato de meu Pae nas escolas".

A respeito das ruas da cidade: "O seu estado atual é uma vergonha e um martirio para quem não anda em tramway".

Tivesse cuidado em esperar de Roma licença para os frades do Carmo cederem o terreno da Lapa, destinado à Maternidade.

"Estimo poder comunicar-lhe o seguinte telegrama de Mamãe recebido ha pouco: Imperador bom, será hoje levado ao jardim".

"Queira falar ao Ferreira Vianna sobre a nomeação inclusa que desejaria muito fosse feita quanto antes": (1)

Não se parecia mais com a Regente do ministerio Rio Branco, receio-ça de indispôr-se com os homens

(1) Nomeação de José de Lima Coutinho para professor interino de solfêjo. Ms. no arq. de João Alfredo.
de confiança do Imperador, moralmente impedida de desfazer-se deles, se a contrariasse. Silveira Martins acertara: “Aniquilou o ministerio da Camara e creou o seu”. (1) O gabinete era de sua própria confiança! Ministros que lhe deviam as pastas. Seus aliados, a quem deia a oportunidade de 13 de Maio: estáveis, por conseguinte, nas posições que não teriam conquistado sem o seu aceno, o “seu golpe”. O reflexo estrangeiro desse “golpe” aumentará-lhe a autoridade para querer mandar. Festas na República Argentina, como se a abolição fora um acontecimento interno; louvóres unanimes, que as legações lhe enviavam, em maços, coligindo a emoção universal que aquilo causara; o Papa, os filantropos, os ingleses, os primos Orléans... Era o seu êxito: agora lhe faltava — o que Napoleão considerava talisman dos grandes homens — “Maitriser le bonheur”. Mas os horizontes se obscureciam.

As raposas do grupo de Saldanha Marinho tripu-davam sobre o esfacelamento do partido conservador. Patrocínio e Nabuco não queriam convencer-se da transformação radical, em curso. Vitoriosa a campa-nha, em cujos fragôres uma popularidade inexcedível os impuzera à idolatria das massas, o seu problema consistia agora em substituir o estandarte, que acabava de enrolar-se, recolhido, como uma reliquia, à sacristia do Rosário, por outro que continuasse e puxar nas ruas a multidão. Nabuco era federalista. Patrocínio atacou os republicanos, dizendo que, escravocratas, se vingavam da Redentora. O dissídio das forças constitucionais perdeu a antiga importância. Circunscreveu-se a monarquistas e republicanos. Glicério

---

216  PEDRO CALMON

convocou os adeptos, não contra o gabinete, efêmero, porém contra a corôa; Silva Jardim, de repelão, sem meias palavras, incendiário e metódico, saiu a prégar o levante. Estronices, desculpava o governo; que o trônó se reforçára, respondiam os ministeriais; sem o exercito nada fariam, concordavam os desenganados, que tinham envelhecido ouvindo discursos inúteis, fartos de conspiratás de academia e revoluções de operêta. Inevitável! — murmuravam os conselheiros póstos de lado pelo turbilhão de Maio. E no fundo saboreavam o “castigo”, antegozavam-no, chamando assim o estôrvo d’uma agitação que lembresse á princesa a conveniencia de seguir o exemplo do pae, este cada vez mais discréto, nos bastidôres d’um poder sem arrogancia.

Nabuco foi inexorável: “A verdade é que hoje só ha uma reforma que possa deter a marcha da república, e essa é a autonomia das províncias”. (1)

Com a corôa, sem ela ou contra ela — acrescentára Ruy, todavia disposto a ir mais longe, pois não se prendêra á monarquia pelos mesmos compromissos. A maçôraria, os estudantes, o positivismo, definiam-se pela Republica: aproximando-se o centenário da Revolução, a moda, de nomes, atitudes, sucessos franceses, investira a juventude como uma epidemia mental. Teixeira Mendes escrevera a Nabuco — em 1.º de Outubro de 88 — que viria a “ditadura republicana,” a menos que a corôa se apoiasse a um Pombal, um rijo e feroz ministro, inimigo de Camaras. E jurava: “A sorte do mundo depende de Paris”. (2) Os


(2) Religião da Humanidade, n. 5, Rio 1921 (publicação a proposito da princesa Isabel).
republicanos reconheciam-se pela música: a Marseilha. Contrapunham-lhe os monárquicos o Hino Nacional. As fanfarras, adversárias, estrugiam ao cabo das reuniões eleitorais como um desafio, um duelo sinfônico, "Brava gente" contra os "cidadãos"... O conde d'Eu ajudava, por antítese, esse francesismo ingênuo. Representava a banida realeza, Luiz Felipe ali-jado em 1848, um resto de Bourbon, a "planta exótica". Calavam-se, os que lhe viam, na sala de estudos, o quadro audaz de Rouget de Lisle. A lenda do "ultramontano" recrudesceu, misturada às acusações puerís, dos seus "cortiços".

Que importava não tivesse nenhuma casa de cômodos, das que lhe indigitavam?

Ao contrário, devia ainda ao Banco do Brasil, em conta de adiantamentos, uma soma considerável. A fama de usurário perseguiu-o. "Era o velho rótulo da avareza — diria Eça, a propósito do conde de Paris — que fora colado a Luiz Felipe pelos românticos e humanitários de 1830, ficou depois tradicional para toda a família de Orléans". A atordoada dos "cortiços" não ficara nas mofinas de imprensa: aparecida agora nos panflêtos distribuídos por ocasião de visitas oficiais, recrudescia onde quer que o príncipe se apresentasse. "Os cortiços do conde d'Eu — sorriu o romancista — foram, creio eu, uma das grandes indignações democráticas do Rio de Janeiro, e em nenhuma outra classe era ela mais viva do que na dos proprietários dos "cortiços". (1) Não se defendia. Que eram perfídias sem consequência — concordavam os ministros. Por vezes se arrepelava, num lampêjo de cólera que não alcançava a rua do Ouvidor: perdia-se no cirículo buro-

---

(1) Eça de Queiroz, Cartas Familiares, p. 43, 2.ª ed.
cratico que se interpunha entre ela — e o seu desgosto. Um exemplo dessa mágoa deu-o num bilhete a João Alfredo, quando a *Gazeta da Tarde* afirmou que pretendia Sua Alteza arrendar... o matadouro municipal. Magarefe — era demais! Fartára-se de silêncio, de imobilidade desdenhosa, e preveniu: "Nunca me ocuparei, mercê de Deus, de semelhante negócio, nem de outro dessa ordem ou de especulações de qualquer natureza". (1)

Mas — o caso de suas terras, dotaís, o episódio das companhias de colonização?

Elucidou, peremptório: "O que é verdade é que em 1881 celebrei contrato com o comendador Joaquim Pinto para colonização da parte do Patrimônio que nos coube em dote à Princesa e a mim, empreendimento que até hoje não recebeu, que me conste, auxilio nenhum dos poderes públicos (sendo talvez a única emprêsa de colonização neste caso) tendo aliás conseguido estabelecer perto de duas mil almas numa das regiões mais favoráveis da província de Santa Catarina". (2)

Não acreditavam. Achariam absurdo, por exemplo, que gastasse mais do que recebia. Só depois — no exílio — se soube que esse princípio econômico voltára mais pobre — apesar do quarto de século no Brasil. "... Tive mesmo de sacrificar em grande parte, para ocorrer às despesas inherentes à nossa posição

---

(1) Carta a J. Alfredo, 25 de Maio de 1889, arq. cit.
no Brasil, a pequena herança que me coubéra por sucessão de minha Mãe"! (1)

Seria inconveniente uma polêmica, e raiaria no ridículo uma tomada de contas, pelas fôlhas, aos asso-bios d'um jornalismo irônico. Calou-se.

O Imperador estava de volta em 22 de Agosto.

A princeza preparou-lhe uma grande recepção. O governo pôz nisto um interesse sem precedentes. O povo interveiu, dando á festa uma intensidade fabulosa. Cadetes da Escola Militar subiram ao Pão de Assucar desdobrando imensa bandeira. Era, um tanto para todos, a "volta do velho". Cantou Salvador de Mendonça:

Au troar d'artilharia, aclamam-te a montanha,
A selva, o mar, o céo, — monarca redivivo"

O Rio de Janeiro vestiu-se novamente com as côres e galas de 13 de Maio: apoteóse de rua, aclamações freneticas, misturados com a multidão os uniformes e as casacas, d'um mundo oficial deslumbrado por aquele conchavo, da democracia com o trônio.

Os medicos, achando que a saúde do Imperador exigia ainda um repouso largo, opinavam pela continuação da regencia, apezar de sua presença. Não! — opôz-se, sem permitir que se renovasse a proposta. O conde d’Eu alegrou-se: "E’ um grande alívio para Isabel e para mim, ver afastada essa combinação que, por outro lado, não poderia efetivar-se sem o voto das

(1) Carta a Ramiz Galvão, 20 de Fevereiro de 1890, adiant-te transcrita.
Camaras". Esperava-a emoção mais caro quando começavam a fenecer, na memória d’uma elite solicitada para outros problemas, as camélias da Abolição, iam dar-lhe uma flor que não murcharia nunca. A rosa de ouro!

Leão XIII destinára-lhe esse ano o prêmio incomparável.
No domingo, 23 de Setembro, o internuncio monsenhor Spolverini foi solenemente recebido no Palácio Isabel. Levava o breve pontifício que lhe transmitia a grande notícia.

A pequena corte ali reunida fez circulo em torno do representante do Papa, que leu um discurso cheio de beleza. Quizéra Sua Santidade testemunhar “a satisfação toda especial que sentiu, como chefe supremo da Igreja e protetor da liberdade do homem, ao ver sancionada por Vossa Alteza Imperial a lei que aboliu completamente a escravidão no Brasil”. E acentuou: “Depois de todas as felicitações que V. A. Imperial recebeu de um e outro hemisfério, este esplêndido testemunho da parte de Leão XIII é uma consagração digna da grande obra, á qual se acha ligado para sempre o vosso nome”.

O Imperador, João Alfredo, a princesa déram a maior importância á cerimonia marcada para 28 de Setembro — aniversário do “ventre livre”.

A capela imperial encheu-se de delegações de todas as classes. Formaram tropas de terra e mar. Lá estavam os bispos do Rio, de S. Paulo, de Olinda — o sucessor de D. Vital — e do Pará — D. Antonio, que pregou o sermão gratulatório. Os demais prelados tinham mandado procuradores. Houvéra o propósito
de unificar o episcopado em torno de Isabel. Aliás permitiria o Pontífice que nesse dia se alterasse o calendário, para que, em todo o Império, as missas fossem em louvor de Santa Isabel — avoenga da princesa, modelo das princesas. Os bispos regozijavam-se com essas pazes. Outra era agora a sua pelêja: contra o positivismo e o ateísmo, contra as opiniões radicais do parlamento e a maçôaria republicana. Não prevaleciam os velhos despeitos. Morrêra Zacarias, e Ferreira Viana pertencia ao ministério. João Alfredo (quem o diria em 1874?) foi agraciado com a grã-cruz de Pio IX. A influência da princesa estendia-se ao Estado e ao clero como um compromisso de concórdia. "O Apostolo" irritava-se contra os livre-pensadores e metia á bulha os anti-monarquicos, os federalistas, os fanáticos de "oitenta e nove", dessa Revolução francêsà que no ano seguinte completava o centenario. Admirável espetáculo afinal — o da manhã de sexta-feira, 28 de Setembro de 1888!

As 10 e meia quatro coches da corôa transportaram do convento do Carmo para a igreja a embai-
xada da curia romana. Uma hora depois, precedidas do cabido e dos mitrados, entraram as pessoas imperiais: Nas tribunas — repletas — viam-se os diplomatas, as damas, os altos títulos do Império. Apertavam-se, aco-
tovelavam-se, asfixiavam na nave do templo os sena-
dores, os deputados, os conselheiros, a vereação de estandarte alçado, as patentes superiores do exercito e da marinha, os magnates do comércio. Atraz dos condes d’Eu vinham os tres pequenos principes. Se-
gui-a-os D. Pedro de Saxe. Duas lampadas elétricas do côro iluminavam o altar-mór inundado de luzes, o ouro dos uniformes, a pompa das capas prelaticias, a alvura das mitras, fisionomias, bordados, condecora-
ções. Monsenhor Spolverini iniciou a missa cantada ao som da orquestra de Bussmeyer. O Kyrie e gloria de Mozart sacudiram sobre a multidão oprimida as suas harmonias indefiníveis. De repente se fez um silêncio majestoso. Assomou ao pulpito, pálido, a fronte altiva, os negros olhos inspirados, irradiando simplicidade apostólica e energia espiritual — D. Antonio de Macedo Costa. A sua oração não foi extensa, mas vibrante e comovida. Depois, o conde d’Eu se ergueu. Imitou-o a princesa. Pelo braço do marido se encaminhou para os degraus do altar. Ajoelhou-se e inclinou levemente a cabeça. Monsenhor Spolverini apresentou-lhe então a meúda roseira de folhas e pétalas de oiro. Nas suas mãos a planta mistica tremia, cintilava, parecia rescender ao incenso que enevoava o ar e ao indistinto perfume de que se impregnara. O mensageiro do Papa disse algumas palavras ainda, lembrando o significado do presente, e Jesus Cristo, “alegria e coroa de todos os santos”. Não faltou quem ligasse á ideia de coroação aquele cerimonial. Coroação antedatada, em vida do soberano, simbólica, quasi preventiva. Em vez da rainha ungida, a rainha premiada e eleita. Homenagem á mulher que ousara, á fé, á religião corajosa. Sacrificára-se talvez, fazendo a política do coração, mais do céo que do mundo, mais da Igreja que da terra, muito mais do seu feminismo que da sua ambição: podiam derrubar-lhe a coroa, que os reis não levam para o tumulo, nunca a aureola, que de ordinário os acompanha para além do tumulo... Daí a rosa de ouro.

Precioso mimo! Cento e cincoenta e seis vezes tinha sido dado, a partir de 1096, quando Urbano II mandou a primeira a um conde d’Angers, coluna católica esbatida no fundo da Meia-Idade. D. Manoel e D.

No Paço da Cidade houve os cumprimentos de estilo.


(1) Jornal do Comercio, Río, 28 e 29 de Setembro de 1888.
Cesar — essa declaração definia menos uma realidade do que uma espectativa: o reinado de Isabel. Às 3 horas da tarde desfilaram os últimos personagens e a princesa pôde atirar-se, exausta, a uma cadeira, ao lado da sua mesa de Boulle — a sua linda mesa em que assinara a lei de 13 de Maio — e da rosa de ouro que lhe puzera em cima. Um trunfo!

"Que bela festa...", noticiou “A Estação”, periódico da elegância e da mulher. E numa grande frase: "A propaganda republicana tem ainda muito que fazer para conseguir desarraigar a simpatia que o povo brasileiro consagra menos à monarquia que à família imperial". (1) Rebouças acrescentou (diário de 28 de Setembro): "Iniciação da Guarda Negra da Redentora" (2).

(1) A Estação, Rio, num. de 30 de Setembro de 1888.
(2) Diário cit., p. 217.
XXVIII

A GUARDA NEGRA

Após a veneração — na manhã religiosa da entrega da Rosa de ouro, foi o fanatismo — da noite em que Patrocínio fundou a Guarda Negra.

A idéia tórrva — duma falange de caceteiros, de antigos escravos prontos a darem a vida pela Redentora — pareceria-lhe um desabafo, uma advertência aos inimigos, aos conservadores que se vingavam do lógro de 13 de Maio pedindo aos gritos a republica. Queriam pão!

Essa lógica do preto de genio puzéra em fogo a redação da “Cidade do Rio”, mas soava em falsête na rua do Ouvidor. “O ultimo negro vendido”, rugia a imprensa de Aristides Lobo e Silva Jardim. O tribuno, transformando-se em capitão de malta, a ameaçar com a bengala os ideologos, descera dum pedestal: de fáto, subira a um palco. Imaginava um drama que tivesse grandêza: mas não escapava á comedia. Sublime na eloquencia de libertação perdia o fôlego a falar de reação e sacrifício, pelo trôno que vencêra a coligação da Propriedade e da Politica. Presupunha uma platéa de homens de côr agradecídos para sempre á caridade de Isabel, aplaudindo, punhos retalhados pelas algêmas recentes — e tinha diante de si um públi­co que se fatigava. Levou para o Teatro Lucinda as suas conferencias contra os republicanos-escravocratas.
O que antes fora popularidade era agora curiosidade: nunca mais Patrocinio volveria aos seus dias flamejantes, do comando e da fascinação das massas. Tropeça em incidentes e equivocos: indispõe-se inicialmente com os militares. O conflito do 17.º de infantaria, de S. Paulo, com o chefe de policia, reabre a "questão" que podia conflagrar o país. A propaganda da revolução associa logo a idéia de terceiro reinado à da guarda negra, dos ultramontanos, da reação desabalada. Rastilham boatos insidiosos. Nenhum é mais aflitivo para o paço Isabel do que o boato que faz do principe D. Pedro Augusto um candidato.

Foi em 14 de Dezembro de 88 — diz Rebouças — que lhe contou D. Pedro Augusto "o absurdo plano dos oficiais do exercito para prendê-lo como refém" Notou, em 27 seguinte: "Tristíssima conversa com o principe engenheiro. — Narra-nos as intrigas para abdicação do Imperador; para casá-lo e impedir sua volta ao Brasil e um sem numero de miseries que me reforçaram a convicção de quanto é infeliz a sorte dos reis e dos principes!" (1) Os jornais começavam a definir e explorar esse problema dinástico: dada a resistencia do país ao governo de Isabel, porque não se recorreria ao moço-príncipe? A sua fisionomia suave de jóven arquiduque, a precoce gravidade, uma acentuada semelhança com o avô — dava-lhe um aspecto de herdeiro... Os tios estimavam-no. Em 19 de Outubro, é o conde d’Eu quem escreve a João Alfredo, alvitranc-

(1) Diário, ps. 318 e 319. Em oficio de 5 de Abril de 1887 já o ministro francês informava ao seu governo: "Formasse já um partido, que quer substituir o duque de Saxe, neto do Imperador, à sua tia a condessa d’Eu, casada com um estranjelro, e cuja popularidade é ainda duvidosa", H. Lyra, op. cit., III, 66.
do-lhe intervisse junto ao Imperador, para conferir a D. Pedro Augusto a grã cruz do Cruzeiro (1) D. Pedro II não percebera a agitação crescente que se apoderava do espírito do neto: aliás só seria conhecida quando já sem remedio. Devéras era peor do que um prurido de ambição, um tumulto íntimo: aos poucos a nevrose, que o condenava à loucura, lenta, sutil, o mergulhava num mundo estranho... Bastaria um choque — e cairia desamparadamente no seu abismo interior. Aconteceu em 17 de Novembro de 1889.

A linguagem dos dissidentes conservadôres foi inclemente: "S. A. Imperial a sra. D. Isabel, que tem de substituir seu augusto Pae na direção suprema deste país, na sua recente regencia já nos deu o pano de amostra do que ha de ser quando de posse efetiva do poder majestatico. Assim todos nós observamos a ostentação com que S. A. iniciou e revolucionariamente sancionou a lei de 13 de Maio que foi, pela forma praticada, verdadeira lei de esbulho..." (2)

Não admira, pois, o que apontou no seu diário João Alfredo, em 4 de Maio seguinte. "Liga das oposições no Senado. Otaviano dizia em um grupo: "Não penso como os outros (referia-se às oposições): para mim ou a Republica ou a sucessão legitima; não concordo com o plano — de Pedro 3.o". (3)

O plano — se existiu — esfumou-se nas meias tintas desse crepúsculo de situação: não passou de esboço e ruído.

(1) Ms. no arq. J. Alfredo.
(2) Discurso de Braz Carneiro, na Assembléa fluminense, Jornal do Comercio, 29 de Setembro de 1888.
(3) Ms. in arq. J. Alfredo.
O conde d’Eu visitou em Março, Santos e Campinas.

Antes não o fizesse! A princesa sobressaltará-se, ansiosa, prevendo desastres. “O principe partiu ás 3 ½ horas da tarde para Santos e Campinas, havendo na estação despedidas muito chorosas com a Princesa Imperial e filhos”. (1) Tardou o telegrama avisando a chegada — e, excitada, num nervosismo crescente, Isabel escreveu a João Alfredo. “A perda total do infeliz “Apa” por falta talvez de atividade não me pôde sair da memória. O tempo parece ter estado calmo, mas ha tanto acidente que pôde-se dar a bordo, sobretudo num vapor que não está acostumado a estas viagens! Confio no senhor, como sempre”. E num “post scriptum”: “Seria bom ver desde já que vapor possa saír ou-esteja para saír afim de té-lo á mão, e não nos faltarem todos caso fosse necessário um”. (2) O zêlo de esposa, a exaltação feminina segredava-lhe presagios fúteis; outros eram os perigos que lá esperavam o consorte. Fôra; com à sua presença, dar a medida do interesse do Estado pela calamidade que se abatêra sobre ambas as cidades, a “febre amarela”. Taunay indicou, no seu diário: “Quando a 16 de Março o Imperador me anunciou ‘muito alegre a partida do conde d’Eu, repliquei logo: ‘E’ muito de aplaudir, pois assim se sâe do egoísmo de Petropolis. Aludi, não só á imunidade que nos tem dado o clima sauda-

(1) V. de Taunay, diário, 14 de Março de 1889, D. Pedro II, p. 58.

(2) Carta sem data, ms. no arq. de J. Alfredo. Começa: “Sr. João Alfredo. A demora da chegada a Santos do Aquidaban aflige-me. Querê providenciar afim de que logo que a demôra for anormal...”
vel desta cidade, como às festas de kermesse, que sempre reprovei”. (1) Mas as folhas republicanas achavam a excursão “um escarneo”. De fato arriscava ele a vida com uma noção muito escrupulosa, muito metódica dos seus devères. Percorreu de vagar os hospitais. A baronêza Geraldo de Rezende correrá a escrever — em 23 de Março — para uma irmã: “O conde d’Eu já passou ontem de volta de Jaguára; G. não pôde tornar a vê-lo porque teve aviso muito tarde, e eu gostei! Bem basta o susto que tive com sua visita aos lazaretos, vendo os doentes que morriam apenas eles voltavam as costas! Tive medo que ele tivesse alguma coisa, e tomara ver passados mais alguns dias para ter a certeza que não apanhou lá molestia nenhuma”. (2) “Aí vem o conde d’Eu para rir-se da miséria do povo” — conclamará um boletim (17 de Março). (3) E outro — que apareceu nos muros: “Fluminenses! Alerta! o côrvo, o abutre veiu a Santos não socorrer a população aflita, mas rapinar talvez alguma empreitada rendosa. (4)

Maio — ao completar-se o primeiro aniversario da “lei aurea” — restituiu à família imperial as aclamações e as flores de que se ia esquecendo. Rebouças e Patrocínio encheram de camelias da Abolição (do bom Seixas) as mãos da princesa. Houve parada á tarde e procissão cívica á noite, os “faróes eletricos da Ilha Fiscal e dos encouraçados Aquiridaban e Riachue-

(2) Amelia de Rezende Martins, Um Idealista Realizador — Barão Geraldo de Rezende, p. 402.
(3) A. Rangel, op. cit., p. 375.
(4) Fac-símile pbl. por A. Rangel, op. cit.
lo” (1) abrindo em leque, no golfo, uma aurora boreal... Repete-se, no dia imediato, a procissão cívica com Patrocínio adiante, enchendo a cidade de vivas ao Imperador e a Isabel (2). Mas a paisagem política é escura e os prognósticos desenganados.

A abertura do parlamento faz-se numa atmosfera glacial: é a sensação da crise indefinida, uma espectativa de terror e sobressalto, que oprime os representantes da nação. Fuzilam na calmaria insolências sintomáticas. Aos discursos de Silva Jardim sucedem as vozes discordantes do congresso liberal, em que Ruy e Nabuco reforçam a convicção federalista. Os republicanos aliam-se aos estudantes para preparar os festejos de 14 de Julho e a máquina do poder se retarda, embaraçando-se num desentendimento surdo. João Alfredo quer demitir-se em 2 de Maio. O Imperador resiste-lhe e ganha tempo: de resto, ambos sentem que o momento é particularmente difícil. A eleição de Paulino para a presidência do Senado — no mesmo dia em que a Câmara não pôde funcionar porque a maioria se ausenta — abala o ministério, desafia-o. João Alfredo prefere ceder o posto. Não aceita a dissolução parlamentar, que podia agitar o país. (3) A luta não tinha mistério: os republicanos uniam-se virtualmente aos liberais zangados com a usurpação (a abolição à sua revelia), aos conservadores arruinados em 13 de Maio, a ensaiarem a marcha... A prudência proverbial do imperador não era, como outr'ora, um argumento de paz pública. A doença e o tratamento prolongado limitavam-lhe a atividade, a influência, aquela vontade tenaz que fora o desespero dos estadistas

(1) Diário, de Rebouças, p. 335.
(2) Diário, ibid.
(3) Comentários de J. Alfredo, ms. em seu arq.
de 1860 e 70. Desconfiava-se de sua robustez, de sua memória; dizia-se que era governado, que lhe escondiam papeis, que não lhe mostravam jornais; e corria que a princesa continuava de fato a fazer a política, entre um ministerio responsável e um gabinete secreto, isto é, entre João Alfredo e Motta Maia.

A crise ministerial aberta em 2 de Maio só principia a decidir-se em 28. O Conselho de Estado é convocado para 31 — afim de falar sobre a mudança. O conde d'Eu — como de costume — não comparecerá á sessão; mas toma a palavra, em S. Cristovão, na véspera. Não julgava, aliás segundo a opinião geral — diz ao duque de Nemours (em carta de 13 de Junho) — esse governo com a necessaria força moral para presidir às eleições futuras: e na véspera, “30, dia d'Ascenção, declarei-o ao Imperador de acordo com Isabel. Tinha-o antes dado a entender ao Presidente do Conselho, dizendo-lhe que a medida da dissolução me parecia cheia de inconvenientes”. (1) Isabel e o consorte manifestaram a sua opinião — assim clara. Em 4 de Maio D. Pedro II — confidenciou Motta Maia a João Alfredo — “chegou a dizer: ha inda o remedio da dissolução”. (2) Visivelmente se diluia nesse choque de impressões a figura severa do monarca. As suas hesitações, que antes tinham o prestigio do seu mistério, agora traduziam fadiga e negligencia. Aceitando a fórmula, que prevaleceu — de renunciar, sem dissolver a Câmara — João Alfredo nota: “A reação não seria impossivel; mas havia de contrariar as tradições e habitos do atual reinado. Podia acrescentar, mas não disse, que perturbaria a sucessão que pôde

(1) A. Rangel, op. cit., p. 331.
(2) Apontamentos ms. de J. Alfredo, cit.
vir de um momento para outro” (1). O parecer da princesa não poderia ser contrariado. Era — em todo caso — uma intervenção coerente. Significava que a autora da situação — que acabava — não se resignaria a desinteressar-se dela; e mantinha-se num dos volantes do Estado. Nem lhe seria possível voltar à obscuridade das outras vezes, após o regresso do pai na plenitude das energias físicas. “De um momento para outro” — o médico da cabeceira de Sua Majestade poderia afixar, bem aos olhos da nação impaciente, um cartaz pessimista. E os negócios rolariam de novo sobre as mesas do paço Isabel, confiados à sua sensibilidade e ao seu catolicismo... Não se iludissem, era mais do que a herdeira: a colaboradora.

Por ela — os conservadores continuariam no poder. Mas o chefe? Quem unificaria o partido? O dilema tinha a sua simplicidade: outro da ala de João Alfredo agravaria o desgosto dos liberais; e a subida destes consumaria a aliança da gente de Paulino com os republicanos.

Antes de chamar os liberais o Imperador ouviu os três corregregionários de João Alfredo que melhor decifrariam a esfinje: o senador Corrêa, o visconde de Cruzeiro, Vieira da Silva. Não decifraram. Excusou-se o primeiro, alegando a sua saúde — resumiu o conde d’Eu; o segundo, “por motivo particular não explicado”; e o último, três dias procurou em vão integrar um gabinete viável. (2) Paulino não o apoiou. Vinhou-se Vieira da Silva — provando ao Imperador que os chefes conservadores eram irreconciliáveis. (3)

(1) João Alfredo, notas ms. cit.
(2) Carta de 13 de Junho de 1889, in A. Rangel, op. cit., p. 381.
(3) Visconde de Taunay, D. Pedro II (diário), p. 79, S. Paulo 1933.
XXIX

O ULTIMO ALVITRE

O “motivo não explicado” do visconde de Cruzeiro foi mais grave: “só poderia incumbir-se disso em duas hipóteses — ou a ditadura, sem a qual não é mais possível governar-se este país — ou a união e o acôr-
do sincero dos dois partidos constitucionais” (1)

Pela primeira vez sem dúvida um “leader” civil achava o Imperio ingovernável sem a mão rija d’um ditador.

N’outras palavras: antecipar-se-ia à revolução... Pois a monarquia e a Carta de 24 de Março se con-
fundiam — como, num globo, os hemisférios. O poder monárquico ia estava regulado; sem a Constituição,
árvores de raízes cortadas, iria pelos ares no primeiro pé de vento. Viria o distráto. Os golpes de Estado,
alem disso, presupõem pulso firme, e levam, subentendida, a espada. O pulso — podia ser o visconde de
Cruzeiro; e a espada? D. Pedro II não pactuaría com a aventura. Os condes d’Eu não tinham pensado nela.
A ideia pareceu apenas uma advertência, mesmo uma definição: da decadência da coroa. O partido conser-
vador, ao retirar-se, deixava no ar esse comentário. Recolhia-se agarrado aos troféos do seu paradoxo:

(1) Visconde de Taunay, Homens e cousas do Império; e Henrique Leão Teixeira, O Centenário natalício do visconde
do Cruzeiro, p. 41, Rio 1931.
os estandartes da Abolição... Agora, o partido liberal! Verificava-se uma digna serenidade, entre os seus guias. Ganha a partida, estudavam a natureza de sua vitória.

Só o Imperador achava tudo normal.

Que aparecessem os senhores da oposição!

Chegaram, muito pensativos, muito divididos, hesitantes entre a popularidade e o cargo com o seu patriarca, Saraiva, a desdenhar o poder com reticências e objeções que alarmaram a rua do Ouvidor. D. Pedro II confiava nele. Foi o seu homem das horas afliitas, dos periodos difíceis. Mas o velho senador — em Junho de 1889 — estava tão longe do Paço como Paulino — capitão da dissidência fluminense — ou Antonio Prado, disposto a aplainar o terreno em que a monarquia escorregava, para a federação e a República.

Constava que uma incompatibilidade sutil surgira, entre Saraiva e a princesa.

Certo, tinha sido um dos que acharam um ludibri, a substituição de Cotegipe por João Alfredo, em prejuízo da bandeira e dos direitos da oposição. O "golpe" irritara-o. Depois da queda de Zacarias chamara de émulo de Napoleão III o Imperador. A filha, vinte anos mais tarde, parecia-lhe do mesmo estofo. Oliveira Lima ouviu-lhe em Lisboa, meses depois, uma confidencia deste pórt (1). Não imaginara, porém, em Junho ou mesmo em Novembro de 89 fulminar o "terceiro reinado" com um véto prévio. Em carta íntima de Setembro (escrita da Europa) anteci-

pou um plano: “No Senado farei o que pudér para que os Senadores sejam temporarios, e escolhidos pela Princesa. Você comece aí a propaganda” (1). O futuro não o inquiétava. Esquivou-se das responsabilidades do presente. A sua entrevista com o Imperador impressionou o país: principalmente porque não foi bem explicada. Como acontecêra a entrevista de Cruzeiro. Percebia-se que os conselhos tinham ênfase, que os políticos assumiam atitudes graves, e que os semblantes traíam preocupações misteriosas. Devéras Saraiva alegou molestia, como era de praxe (tanto que preparava as malas, para uma viagem ao estrangeiro). Mas discorreu também sobre motivos doutrinários. Que devia abandonar-se a rotina e caminhar — em direção à corrente federalista. Pessoalmente preconizava a temporariedade do Senado, a eleição dos presidentes de província... Respondeu D. Pedro II, que não se oporia à vontade da nação. Comoveu-se. (2) De fato Saraiva rejeitava firmemente — mas com uma crescente complicaçăo de idéias — o peso

(1) Carta a Ferreira de Moura, ms. cit.

(2) Não pode ser verídico o dialogo reproduzido por Campos Salles: porém deriva da convicção que se formou, acerca dos sentimentos de Saraiva em relação a Isabel.

“Outros propalaram que o sr. Saraiva, na sua conferência de Petropolis, adiantou ao Imperador este parecer: O que V. M. deve fazer ao findar este reinado é entregar á nação a coroa que ela deu a V. M. em 1831.

— Mas, minha filha?

— A princesa é muito religiosa, segundo se diz, e deve resignar-se”. (Campos Salles, Da Propaganda á Presidência, p. 40, S. Paulo 1908).

Isto não tem sentido. Em primeiro logar, o Imperador não opôz embargos á sugestão do conselheiro — como esclarecemos; em segundo, este não rompeu com a monarquia — como também mostramos; muito menos feriria o Imperador com tăj intimativa. “Ao findar este Reinado”, isto é, morto ele... como “entregar á nação a coroa que ela lhe deu?” O que pediu ou aconselhou foi a marcha do governo em direção às idéias principais de Ruy Barbosa, manifestadas no Congresso do partido liberal.
do governo na conjuntura antipática, de irremediável cisão do seu partido ou de uma luta áspera, contrária ao seu temperamento socegado e prudente.

O visconde de Ouro Preto havia de pôr em duvida a aquiescência do Imperador ao “federalismo” de Saraiva. Contestou-a. “O Sr. Saraiva… se me recordo do que ouvi, não falou a V. M. I. em Federação”. (1) Mas as declarações do próprio chefe liberal feitas em 11 de Junho, no Senado, esclarecem o assunto — iluminado, a seguir, pelo depoimento de Ruy Barbosa em carta ao conselheiro Dantas. Disse que recusará a missão de organizar gabinete dado o seu estado de saúde, porém lembrará que não era tão atrasado como os corregelionários pensavam… Houve sorrisos. Então elucidou o enigma. Estava de acordo com o voto em separado do congresso do partido liberal (em favor da federação, redigido pelo mesmo Ruy). Expôs ao Imperador o significado disto. “Não falei em Federação porque essa ideia, como vae geralmente entendida, significando uma larga descentralização e a organização autonomica das província, está incluida, assim no projeto do programa, votado pela maioria do congresso, como no voto em separado. Disse a S. M. que, em suma, o que se pretendia, e se achava de acordo com as minhas ideias, é que as províncias escolhessem os senadores, sem dependencia de intervenção e responsabilidade do governo central…” (2) Não falou em Federação, por subentendida; mas o monarca não se agastou nem se opôz, tanto que, após a divagação,


(2) Annales do Senado do Imperio, 1889, I, 172.
insistiu, que formasse governo assim mesmo. Logo... para realizar as reformas, advogadas, nas colunas do “Diario de Noticias”, pelos “americanos” do partido!

Ruy dir-lhe-ia no famoso artigo sob o título “Boas Vindas” — publicado em 15 de Novembro de 89: “O eminente estadista... não pôde furtar-se a certa responsabilidade indireta na origem desta situação, tendo-a deixado caír das mãos, quando a corôa lha oferecia sem condições, capitulando ante a idéia...” (1)

Saraiva criticaria Ouro Preto: “E com efeito, se ele olhasse para o país, e o quizesse agradar, sem se importar com os medos de Republica, que absorbiam a vida do Reinado nos ultimos tempos, não teria provocado o Exercito, e teriamos feito a federação republicana, depois do que, se a Republica viésse, nos contraria funcionando e vivendo regularmente, sem necessidade de ditadura” (2)

Em Setembro, confirmava o seu novo ideal: “Não se iluda (escreveu a Ferreira de Moura) os chefes do partido liberal não querem reformas completas porque querem continuar a nomear os senadores e presidentes de provincia...” E com um ardor de que já o não julgavam capaz:... Denuncie de publico todas as tramas da Comandita (Ouro Preto e Dantas) e todos os perigos que correrá o partido liberal se não adotar francamente o programa Ruy” Lastimava-se: “Se eu tivesse menos dez anos de idade eu me tornaria chefe liberal dissidente e comandaria o exercito reformista, porque a reforma Ruy — simplesmente —

(1) Diario de Noticias, num. de 15 de Novembro de 1889.
(2) Carta de Saraiva a B. Bandeira, 24 de Dezembro de 1889, ao pelo destinatario remetida a Ruy Barbosa, em cujo arquivo está.
dará com todos esses cálculos inconfessáveis por terra — e libertará nossa Província...” (1)

Essas expansões definem a ideologia a que se ape­gára Saraiva, à vésperas da queda dos conservadores e na fase imediata — do reajustamento político que lhe não satisfazia o espírito impregnado de convicções recentes.

De resto, reservava-se para um futuro próximo... (2)


(1) Cartas de Saraiva, ms. no Instituto Histórico da Bahia, cit.
(2) “O egolismo do sr. Saraiva e a imprudência do sr. Cel­so puzeram a solução do dilema na mais perigosa das duas al­ternativas, apressando a revolução, e duplicando-lhe as difi­culdades da tarefa”. Ruy, manifesto á Nação, 1892, Finanças e Política da República, p. 376, Rio 1892.
(3) Vd. Afonso Celso. O Visconde de Ouro Preto, p. 53.
(4) Carta cit., A. Rangel, op. cit., p. 382.
(5) Ruy Barbosa, Discurso no Senado em 13 de Outubro de 1890, p. 8, Bahia 1896.
Clemenceau contra Boulanger. Ofereceu a Ruy Barbosa, por intermediio de Dantas, a pasta do Imperio. Foi em vão. Ruy metera-se na sua ideia como um guerreiro na sua armadura. Abria-lhe caminho pelo “Diario de Noticias” desde 7 de Março. Entraria numa combinação ministerial, porem para fazer a federação das provincias; ou continuaria na liça, esgrimindo a sua pêna.

De fáto empenhára-se Ruy demasiadamente no seu combate para descruzar florêtes, embora numa pausa de acomodação e oportunismo


(1) Carta ms. no arq. da Casa de Ruy Barbosa.
(2) Ms. no arq. de Ruy.
esclareceu mais tarde (1). Em missiva de 2 de Maio de 89, ao cons. Dantas, que lhe estranhara as criticas à monarquia — concedeu: "Da republica disto apenas uma linha. Já disselo ex. que só a sua amizade me tem detido" (2). No manifesto de 1892 insistiria: "não considerava chegada a vez da Republica..." (3) Continuava monarquista, mas com a consciência e os músculos de um demolidor — a coroa antepunha a federação. (4).

Ouro Preto passou adiante. Silveira Martins deu-lhe o ministro de estrangeiros: José Francisco Diana. As pastas militares ficaram com o visconde de Maracajú e o barão de Ladario. Loreto, na do Império tranquilizava duplamente, o Paço Isabel, (5) e Saraiva; e, retendo a da Fazenda, que reputava a principal — investiu nas restantes, Justiça e Agricultura, Candido de Oliveira e Lourenço Cavalcanti de Albuquerque.

N'outros tempos seria um gabinete exemplar — de técnicos, de ilustrações, de "expoentes". No momento, era apenas uma cortina... atrás da qual devia operar-se a mágica da transição para o terceiro reina-do. "Rei morto rei posto... Gastão de Orléans vale bem Pedro de Alcântara", foi a fórmula que lhe emprestou Ruy. (6) Em 11 de Junho explorou as iras

---

(1) Nota à margem de um exemplar da Decada Republicana, II, 81, no Casa de Ruy Barbosa (cm. por Americo Lacombe).
(2) Ms. no arq. de Ruy.
(3) Ruy Barbosa, Finanças e Política da República, p. 376.
(4) Ruy, A Queda do Império, Introd. (Rio 1921).
(5) Ouro Preto informa que, depois de aceita pelo Imperador a lista ministerial, esteve no palácio Isabel, de Petrópolis, em visita "a S.S. A.A. a quem, oferecendo as minhas homenagens, comuniquei quem eram os novos ministros". (Cit. de A. Celso, O Visconde de Ouro Preto, p. 390.
(6) Diario de Notícias, 25 de Junho de 1889.
partidarias numa sessão dramática da Câmara — fulminada pelo decreto de dissolução. Ouro Preto esteve á altura do embate; mas aí, visivelmente, o trono tre­meu, assobiado pelas galerias, insultado no recinto. “Parece todavia — registou o príncipe na sua corres­pondência — que a um apelo energico do novo Presidente do conselho os aplausos e os gritos favoraveis á monarquia acabaram por dominar os “vivas á Re­publica” — iniciados pelo padre João Manuel, o mes­mo (ajunta o conde d’Eu) que ha pouco pregára no mêz de Maria, em Petropolis. (1)

Por bem ou por mal se poria ordem no país — imaginava Ouro Preto audaz nas iniciativas, rápido nas soluções, radical nas providencias, dando ao povo a impressão de ser a antítese dos conselheiros preguiçosos, dos estadistas suaves da geração extinta.

Percorreu o Brasil um frémito de reconstrução, um abalo súbito e estranho.

(1) A. Rangel. ibid., p. 382.
DECADENCIA

O conde d'Eu achára indispensável uma viagem ao norte do país. Disséram-lhe que seria comentada como a de S. Paulo, convertendo-se em “via crucis”, tais os dissabores... Teimou. Iria a bordo do “Alagoás”, que zarpou em 12 de Junho — dia imediato à turbulenta sessão da Câmara. Em carta ao pai, explicou o seu pensamento. Envergonhava-se de não conhecer as províncias do norte; o presidente do conselho concordara com a excursão; e não quisera adiar para não dar à mudança de política excessiva importância... (1)


(1) A. Rangel, op. cit., p. 376.
(2) Silva Jardim, Memorias e Viagens, p. 338, Lisboa 1891.
barulho de fúrias sôltas. A “guarda negra” mobili­zou-se ali e acolá. Temiam-se violências graves. Na Bahia — a 15 de Junho — os estudantes tentaram formar um cortêjo — e dissolveram-se corridos pelos desordeiros de cacête e faca. (1) Estava previsto. O “apóstolo” não orou e Sua Alteza viu estabelecimentos públicos, sem esquecer o Seminário, onde, com certeza, a paz dos espíritos era perfeita. Engano! Porque foi rápida a visita escapou de um discurso, com vivas à República, que lhe preparára um seminarista, João Silveira! (2)

Em Pernambuco, no Pará, em Manáos, depois no Ceará, (3) tudo correu bem para o viajante que se dividia entre a retribuição das cortezias e a sua curiosidade pelas paizagens. O Amazonas maravi­lhou-o. Passou em Manáos o 14 de Julho — centen­ário da Revolução revivida em fortes côres, no Rio de Janeiro, pela propaganda e pelo entusiasmo dos rapa­zes. Ali também se formára um club republicano, às vespelas da chegada do principe, e para mimoseá-lo com um manifesto — que o alertasse sobre os nóvos ideais. (4) Regressou, resolvido a dizer alguma cousa. Falou — em 24 de Julho, em Belem, repetindo d’alguma sorte as palavras do Imperador a Saraiva: “A monarquia brasileira não tem qualquer interesse pro­prio ou ambição particular. Se se convencesse de que a nação brasileira deseja dispensar os seus serviços, seria a primeira a não pôr obstaculos á vontade na-

(2) Odorico Bertlou, Memorial de um egresso da cierzeia, p. 54, Rio 1939.
(3) Vd. João Brígido, op. cit., sobre a passagem pelo Ceará.
(4) Artur Cesar Ferreira Reis, História do Amazonas, p. 246, Manãos 1931.
cional e a concorrer para a transformação que mais consentaneia fosse aos interesses do país”.

O discurso era demasiado. Revelava uma inconformidade. Decididamente, não se resignava ao silencioso risonho dos consortes, ao seu fino silencio constitucional. De volta ao Rio em 10 de Setembro — intimamente se julgava recompensado da excursão apezar dos banquêtes, da retórica, de Silva Jardim. “Como resultado — sumariou, em carta para o pai — me restam as lembranças e preciosos conhecimentos, bem como a satisfação da acolhida quasi por toda parte extremamente afetuosa, o que os jornais do Rio consideram o que pudéram…” (1)


(1) Taunay ouviu a Nloac cousa diferente: “Falando sobre a viagem ao norte, contou-me que o conde d’Eu regressara mal impressionado, tendo tido, em toda parte, recebimento meramente oficial, mostrando-se em todas as Provincias má vontade em acolhe-lo”. (D. Pedro II, p. 97).
tins diria que uma vez amigo irrestrito, dos bons, contestára-lhe: aceitava tudo; mas... “o francês, tenha paciencia, não engulo”. (1)


(1) Alberto de Faria, Mauá, p. 448, Rio 1926.
(2) Rebouças, Diario, p. 342. E’ o caso das “laranjas da Sabina”, que inspirou versos engraçados a Artur Azevedo — e estimulou o republicanismo estudantil.
(3) Diario, p. 347.
15 DE NOVEMBRO DE 89

Não se julgava, nas Laranjeiras, a revolução tão próxima.

O Imperador ignorava o que mesmo o ministerio sabia mal, ou por indícios desconexos: o motim, para aqueles dias quentes de Novembro.

Ouro Preto confiava no equilíbrio aparente, cujo eixo era Floriano. A frente do exercito, como seu chefe direito, o ajudante general era a própria imagem da disciplina — embora afetado por sua descença su­til e muda. Pela marinha — respondia Ladario. Vol­tára ao paço Isabel a habitual tranquilidade. 15 de Outubro — bôdas de prata dos condes d’Eu — foi para eles um bonito dia. Casa repleta de visitas, desde as 10 e meia da manhã — regozijou-se o príncipe em carta para o pae; presentes magníficos; uma comissão de vinte e oito senhoras trouxera um admiravel serviço de mesa de prata; a Associação Comercial não falhou, com outro mimo de preço; e a Guarda Nacional — a milícia “orléanista”, dizia Ruy — com uma placa de prata e o dístico, “homenagem de inquebrantável leal­dade”. A noite houve em sua homenagem baile pom­poso no Casino Fluminense. “La plus grande partie de la presse a été ce jour-là d’une amabilité à laquelle nous n’étions guère habitués...” (1)

(1) A. Rangel, op. cit., p. 385.
Aliás a chegada do couraçado chileno puzéra no ambiente uma emoção americanista — gulosamente distendida em júbilos públicos pelo governo, apressado em abafar o debate político com os écos das orquestras. O pensamento era sagaz. Os “auxílios á lavoura” reanimavam as forças econônicas, profundamente abatidas pela abolição. Os conservadores queixosos esqueciam depressa as suas iras ante a expectativa de empréstimos salvadôres — desde que o lêma do Estado era ajudar a agricultura, financiando-lhe os prejuízos. O nervosismo mercantil, que empolgára Buenos Aires, desembarcara já, no porto do Rio, com a sua mentalidade especial — papéis bancários! — as parêlhas do Prata, o luxo dos novos-ricos, a mania de empréstimas grandiosas. O cambio subira — o que traduzia o optimismo inglês pela situação imperial. Chegava-se a um acordo com a Argentina ácerca do territorio de Missões, agora que navios chilenos — em nome d’uma aliança virtual — procuravam, embandeirados, retumbantes de afêições pan-americanas, a monarquia de Pedro II. A arbitragem, aceita pela Argentina, na mesma oportunidade em que Lafayette acorria aos Estados Unidos, para participar da primeira conferência continental de amizade e colaboração, desanuviara o horizonte meridional. A Guarda Nacional — anunciara um grande banquete, em 1.º de Março, às classes armadas, como uma conciliação, o ósculo de paz. Ouro Preto promoveu um baile inexcedível — para a Ilha Fiscal, em 9 de Novembro, quando se inauguraria também o edifício gótico da alfandega, um prêmor de estilo no meio da baía...

Mas o jôgo lhe saiu às avessas. Os chilenos motivaram manifestações desencontradas. Na recepção
da Escola Militar, em 23 de Outubro, o discurso de Benjamin Constant foi uma recapitulação dos desgostos do exercito, entre flores e palmas dos alunos, maliciosos “vivas à Republica... do Chile”. A 26 e 27, recebeu o “professor amado” veemente demonstrações de apoio de cadetes e oficiais. O marechal Deodoro voltará de sua missão ao Mato Grosso incompatível com o gabinete e requestado pela conspiração — que desde a questão de Serra Madureira girava em torno do seu “panache”. Todos sabiam dessa animosidade, mas os ministros fizeram vista grossa às visitas coletivas, que enchiam do ruido de esporas as escadas do marechal, no pequeno sobrado do Campo de Sant’Ana. “E’ questão de tudo ou nada...” “O futuro é seu!” — escrevera-lhe, antes de seguir para Mato Grosso, João Severiano da Fonseca, seu irmão. (1) O capitão Antonio Adolfo Menna Barreto chegara a 12 de Outubro do Rio Grande, para convitá-lo a assumir a direção do movimento armado. Sómente no dia 30 — vencido pelos argumentos, arrastado pela sedução das patentes moças que vibravam de cóleras cívicas — assentiu, submeteu-se, prometeu. A flama passou do pince-nez catedrático de Benjamin para os olhos de aguia de Deodoro. De um lado, era o governo a anunciar os bailes aos chilenos; do outro, os alferes-alunos a prepararem a grande saída — um belo dia, ao som dos clarins, rumo “da terra de promissão”, do “solo da liberdade”.

Tanto em S. Cristovão como no paço Isabel nada constava.

(1) Leoncio Corrêa, A verdade histórica sobre o 15 de Novembro, p. 190.
Em 31 de Outubro o conde d'Eu dizia à marquesa d'Oraison: "La politique est tout à fait au calme pour le moment". Esperava a costumera zoada parlamentar em 20 de Novembro, inauguração das Camaras. Até lá — haveria uma paz com grinaldas, uma trégua decorativa. 9 de Novembro foi uma esplêndida jornada para a monarquia. O príncipe acompanhou o Imperador à cerimônia inaugural do hospital de S. Sebastião, em Niterói. A noite, a Ilha Fiscal resplandecia na sua "iluminação chinêsa" (diria Ruy), a população derramada pelas praias para vêr o prodígio, cinco mil convidados a disputarem as barcas, os escaleres, os rebocadores, e o porto franjado de clarões, como se os pezados navios da esquadra fossem repuxos luminosos num lago de sonho. A impressão causada pelo feroz artigo de Ruy "Crime contra a Pátria" não perturbára o festim. Ignorou-se a visita que Benjamin Constant fez então ao escritório do jornalista — acertando o encontro com Deodoro, que ia precipitar os acontecimentos. Não transpirou, nessa mesma noite, o que aconteceu no Club Militar, todos a confiarem a Benjamin a solução desesperada, imediata. Na ilha dançou-se até o alvorecer... "Sobre um vulcão". A princesa e o marido estavam contentes. O imperador e a imperatriz denotavam vivacidade e saúde. Ouro Preto, ufano, cortejado, gozava aquela portentosa demonstração de prestígio social, de normalidade política e bom gosto.

No dia 11 — em que Quintino e Benjamin ajustavam os nomes do ministério revolucionário — o barão do Rio Apa tranquilizava o presidente do Conselho: "Creia v. ex. que todos os corpos do exercito são disciplinados e que com eles o governo pode sempre con-

Ouro Preto ouviu o Maracajú. E Deodoro? — “Nada me consta e suponho que não se envolverá em disturbios, até porque está enfermo”. (4)

Na manhã de 14 — os condes d’Eu foram ao Arsenal esperar o Imperador que descêra de Petropolis para assistir ao concurso de inglês, no Pedro II. Não desconfiavam dos rumores circulantes. A’ tarde o Imperador regressou — e o paço Isabel recaiu no socêgo habitual. Não lhe chegavam os boatos, do que se cochichava na rua do Ouvidor, do que se propalava nos quarteis — num frenesi crescente. (5) 15 de No-

---

(1) Afonso Celso, Visconde de Ouro Preto, p. 289.
(2) Carta de 11 de Novembro de 89, A. Rangel, op. cit., p. 388.
(3) A. Celso, op. cit., p. 296.
(4) A. Celso, op. cit., loc. cit.
(5) Escreveu a princesa, sob o título “Minhas conversas a bordo do Parnafa”: — “Com o comandante do Parnafa, Palmeira: — Falava-se das questões militares. Veio a falar-se de suas diferentes fases, do momento em que se quiz obrigar o Exército a ir pegar os pretos fugidos em S. Paulo.

Disse em resumo isto: o Exército deve obedecer, mas também quem manda deve igualmente lembrar-se que manda a pessoas a quem deve certas considerações.

Falando-se dos acontecimentos que deram logar à crise e das acusações que se nos faziam de intervenção, dissemos que
vembro seria um dia como os outros. O calor chegaria. Um sol glorioso convidava à equitação, aos longos passeios que o conde d’Eu gostava de fazer com os filhos, até o Flamengo, defronte dum mar chapeado de prata, metálico e imóvel. Provavelmente não lêra o “Diário de Noticias”. O artigo de Ruy era sereno: “Boas Vindas”, endereçava-se a Saraiva, lembrando-lhe as responsabilidades liberais. De súbito... A notícia estourou como uma granada. A revolução rolava pelas ruas; a revolução desfilava; a revolução vencia.

nunca nos metíamos nos negócios do Estado, e que até ignorávamos completamente que tivessem embarcado ou devesses embarcar corpos do exército.

Escrevo tudo isto, porque é raro relatar-se exatamente o que se ouve.

Soube em viagem que no dia 10 embarcara um batalhão, no dia seguinte à noite do baile da Ilha Fiscal, o que dera ocasião a que se dissesse que enquanto uns se divertiam gemiam as famílias dos infelizes soldados.

Soube que muito poucas pessoas do exército e da armada foram convidadas para o baile. Que o Candido de Oliveira mostrara-se áspero, em certas ordens como ministro da guerra.

Que o chefe de polícia Basson em conferência de ministros que precedeu ao baile dissera que os militares preparavam uma grande reunião para essa noite. Na conferência seguinte os colegas perguntando o que havia, o C. d’Oliveira respondeu não ter havido nada de importância.

Na noite de 14 ás 9 horas foram (creio que o Basson mesmo) avisar o Ouro Preto de que o regimento tal se rebelaria. O Ouro Preto começou por não dar grande importância a tal informação tanto que só a 1 hora da noite, depois de outras informações, é que fôra para a secretaria da justiça.

A senhora do Rio Apa no dia 14 à noite fôra à casa d’Amandinha. O Doria voltara de Petropolis muito endesluxado e se achava em cima. Amandinha recebeu a senhora em baixo. Esta lhe disse, que as cousas não pareciam boas e que o marido devia vir também à casa dela. Chegando este só falou com Amandinha com meias palavras e foram-se. Mais tarde o Doria exprestando ao Rio Apa de não tê-lo avisado, este respondeu que pensava que como ministro deveria estar ao fato de tudo. Este no dia 15, a sua brigada tendo bandeado, parecia ir colocar-se ao lado dos ministros, foi demitido pelos revoltosos e logo depois fez a ordem do dia em que declarara o dia 15 de Nov. o mais glorioso! Expliquem tudo isto.” (Diário da princesa, ms. adiante aludido).
**Princesa Isabel**

--

A princesa Isabel escreveu uma intensa página de memórias sobre os sucessos de 15 de Novembro. Poz-lhe uma epigrafe comovida: “Quando os primeiros dias de angustia estão passados, e meu espírito e coração acabrunhados pela dôr pôdem exprimir-se a não ser por lágrimas, deixai-me filhinhos que lhes conte como se deu a maior infelicidade de nossa vida!”

Que seja de sua pêna, portanto, o histórico que vamos lêr. Mais do que uma narração, é um depoimento. O seu testemunho — resumido, para os filhos, que não tinham idade para bem entender aquilo — revela-a toda: na sua mágoa, na sua reflexão, nos seus impulsos. Indica uma surpresa confusa, uma reação embebida em perplexidade e um protesto agitado — de mulher e rainha. Então, as camelias da Abolição, a rosa de ouro, as juras de Patrocínio? Porque não lhe tinham dito nada?

“Eram 10 da manhã do dia 15 de Novembro de 1889 (começa o escrito) — quando à casa chegaram o visconde da Penha e o barão de Invinheima, declarando-nos que diziam parte do Exército insurgido, e na Lapa achar-se um batalhão ao qual se tinham reunido os estudantes da Escola Militar armados. Pouco depois chegaram o Tosta, Mariquinhas e Eugeninha, pouco depois o White. Foram então chegando sucessivamente o Ismael Galvão, Miguel Lisbôa, Pandiá Calogeras e senhora, Lassance, major Duarte, barão do Cattete, Carlos de Araujo, Drs. Rebouças e Araujo Góes. — As notícias que chegavam eram tais que a nós pareciam exageradas. O Miguel Lisbôa ofereceu-se então para ir ao próprio Campo d’Aclamação saber
do que havia. Daí voltou dizendo que o ministério es-
va sitiado no Quartel e Ladario dado como morto.
Ligamos o telefone com o Arsenal de Marinha e Guer-
ra que responderam nada saber.

“Não quiz sair logo do Paço Isabel; temi que
talvez não sendo as cousas como se diziam, não vies-
sem mais tarde acusar-me de medo, do que aliás nun-
ca dei provas.

“Pouco depois vieram notícias de que tudo estava
apaziguado, nada mais havia a receiar, mas todo o
Exército coligado ter imposto, e alcançado, a retirada
do ministério. Gaston exclamou: a Monarquia está
acabada no Brasil! (1) Ainda iludida, eu julguei que
tal exclamação era pessimismo. Também nos infor-
maram que o Deodoro tinha a seu lado o Bocayuva
e o Benjamin Constant e que declarará um Governo
Provisório. O Rebouças chegou à casa e veiu também
da parte do Taunay com o plano de papae se consen-
vavse em Petropolis, e aí estabelecesse o governo in-
ternando-se se fosse necessário.

“Neste interim ninguém sabia como comunicar
com o Papae, temendo-se uma traição do telegrafo
central no Campo provavelmente em mão dos republi-
canos; com efeito, pouco depois o Capanema declarava
que entregára o telegrafo a estes. Os meninos, fize-
mo-los partir antes do recado do Capanema para bor-
do do "Riachuelo", emquanto esperavam a saída da
barca das 4 para Petropolis. Era o meio de informar

(1) Ramiz Galvão recordou (Revista do Instituto Histó-
surpresa de certo, mas sem um gesto de revolta, sem a menor
tentativa de reação. E ele era entretanto um bravo mare-
chal...”
Papai do que havia e também pôr os meninos fóra do barulho.

“A meio dia e meio recebemos telegrama de Mot- 
tta Maia, dizendo que Papai partira de Petropolis e 
que vinha pelo caminho de ferro do norte. Resolvêmo- 
nos a ir ter com ele em S. Francisco Xavier, tomando 
uma lancha que nos arranjou o barão de Cattete. Par-
timos com os Tostas. De Botafogo nos dirigimos ao 
Cajú, quando em caminho Gaston avistou em frente á 
Mizericordia os carros de Papai. Dirigimo-nos ao caés 
Pharoux e aí soubemos que, com efeito, ele já se achava 
no Paço da Cidade. Desembarcamos, e com ele e 
Mamãe ali ficamos.” (1)

Para a princesa, passará o ensejo da resistência 
com a descida do Imperador. No mesmo papel notou: 
“Opinião de Papai e nossas: Se soubesse exatamente 
como as cousas se achavam, teria ficado em Petropolis 
de onde depois ter-me-ia internado mais e mais se
fôsse necessário. — Papai diz, provavelmente para não 
aumentar a culpa, que o Ouro Preto não o chamou ao 
Rio, mas que pensou com sua presença tudo serenar, 
e portanto não duvidará em descer para o fóco, onde 
estaria mais perto dos acontecimentos e mais depréssa

(1) Narração dos acontecimentos de 15 de Novembro, no-
tas redigidas por S. A. I. a Senhora D. Isabel condesa d’Eu, a bordo do “Alagóas”, e mais tarde em Cannes, doc. n. 9.337 do castelo d’Eu, cópia no Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro. — N’outro logar a princesa diz: “Papai incomunicável, assim como o Ministério sitiado, mandei pedir ao Dantas que me dis-
sesse o que pensava. Veu logo ter comigo, e sem encarregá-lo de missão alguma política, pois nada devia fazer a esse res- 
peto, pedi-lhe que visse o que se deveria empreender, e nesse 
intuito saiu de minha casa. — Quando penso agora que ele 
me disse: V. A. não receie nada, peço-lhe que tenha toda con-
flança em mim, eu não quero republica, eu não admito Re-
pública”. 
poderia providenciar". (1) Continúa Isabel: "Com outras medidas se teria evitado o mal? Não sei. Gaston também foi de opinião de conservarmo-nos em Petropolis, mas não teve meio de comunicar com Papai, e quanto a mim, que sempre vejo tudo pelo melhor, estava longe de pensar que sucederia o que sucedeu, e portanto atuou muito no meu espírito a ideia de não fazermos um papel que mais tarde tornasse menos fácil nossa posição, podendo-se-nos acusar de pusilanimidade. Como o Ministerio, e especialmente os ministros da Guerra, da Marinha e da Justiça, e o Presidente do Conselho por estes, não sabiam nada! Imprevidência! e mais imprudência! descuido ou o que?! Uma vez que a força armada toda estava ao lado dos insurgentes, todos nós, nem ninguém poderia fazer senão o que fizemos".

O diário prossegue:

"Apareceu neste dia alguma guarda e um piquete que ainda veio por-se às ordens do Papai.

"Papai mandou pelo Miranda Reis chamar o Ou­ro Preto, que declarou de maneira alguma poder con­tinuar com o ministério, dando ainda, como razão, alguma deslealdade da parte de colégas.

"Por volta de seis horas chegaram Amandinha e o Dória, Pedro Augusto, a baroneza de Suruhy e outras pessoas.

"O Miranda Reis, Olegario, Silva Costa e Penha tinham passado todo o dia acompanhando o Impera­dor. Estiveram também o conde e condessa de Cara-
pebús, condesa de Baependy, D. Maria Candida, Pandiá e senhora, Marianinha e Eugeninha e talvez outras pessoas de que não me lembro.

"A' noite compareceram o Taunay, Tomaz Coelho, Soares Brandão e os conselheiros d’Estado à exceção de Sinimbú, Nunes Gonçalves e do Corrêa, Bom Conselho e Olegario que se retiraram antes da sessão. Soube-se que o Ouro Preto havia indicado a Papai o Silveira Martins para compôr o ministério. (1) (N’outro logar: “Diz papai também que foi ele quem se lembrou do Silveira Martins para suceder ao Ouro Preto. Em todo caso, como é que o Ouro não o dissuadiu disso?”) Mas este ainda devia chegar do Rio Grande, e demais era inimigo figadal do Deodoro. Reunidos os conselheiros d’Estado deram como opinião a nomeação urgente para Presidente do Conselho de alguém que estivesse imediatamente à mão e não fosse inimigo do Deodoro e com ele pudessse se entender. Papai mandou chamar o Saraiva, que tendo já vindo se achava novamente em Santa Tereza. O Paranaguá para lá parte imediatamente e não achando condução sóbe a pé. Chega o Saraiva, aceita e segundo o alvitre do Andrade Figueira manda um emissário (Trompowski, genro do Andrade Figueira) entender-se com o Deodoro para ver se o traz a bom caminho. Leva uma carta cujos termos do conteúdo ignoro. Às 2 horas da manhã Trompowski volta declarando que não havia meio de nada arranjar e que o Deodoro declarou-lhe considerar-se irrevogável — Presidente da República”.

Esboroa-se o Imperio — entre os primeiros alarmas daquele dia tumultuoso e as altas horas em que um mensageiro procurava, com uma carta, desmanchar o irremediável.

Não conta a princesa a sua ação — algo autoritário — nas horas de ansiedade que acabavam de escoarse, com o Imperador abatido a uma cadeira, o "pince-nez" trémulo e revistas estrangeiras abertas, a imperatriz a enxugar uma lágrima persistente, o conde d’Eu arquitetando e desprezando planos inexequíveis, e velhos criados chorando pelos corredores onde — ha meio seculo — o reinado começara com desvarios juvenis.

Devia-se tentar ou arriscar alguma cousa. A destituição de Ouro Preto era uma crise. O Conselho de Estado podera opinar. Seria um arrimo, uma objeção, uma saida. O barão de Loreto escreveu aos dezesete conselheiros a carta de convite: "S. A. a Princesa Imperial me encarrega de rogar a V. ex. queira com a maior brevidade comparecer ao Imperial paço da cidade onde se acha S. M. o Imperador". (1) Não tinha qualidade para convocá-los: mas o seu nome produziria o efeito duplice, de frizar o colapso constitucional e recordar que, atras do trono abalado, havia a herdeira. A reunião do Conselho fez-se a rógos de Isabel. O visconde de Cruzeiro confirmou a Taunay, mezes depois: o Imperador objetara que já se tinha chamado Silveira Martins. "Só concordou com o pedido da Princesa Imperial. Chamando um criado, disse-lhe: "Vá acender a sala do despacho" (2). Acendia-se a ultima lâmpada do regimen... Foi depois que o Im-

(1) A. Rangel, op. cit., p. 399.
(2) V. de Taunay, D. Pedro II, p. 100. Afi é dada a Cruzeiro a iniciativa da convocação dos conselheiros de Estado para a sua casa de Rio Comprido, donde seguiram para o Pago.
perador disse a Saraiva: “O Conselho de Estado pleno acaba de aconselhar-me a organização de novo ministério e mandei chamá-lo para encarregá-lo dessa tarefa. Conhece a confiança que me merece, e pois dou-lhe carta branca, e farei tudo que o seu patriotismo me aconselhar” (1) Ela, debatia-se entre as suas emoções — que a enfraqueciam — e a sua indignação — que a excitava. É outra observação do diário do visconde de Taunay: “O conde de Carapebús me disse que ouvira a resposta da Princesa, quando o... lhe propoz fosse pedir refugio num dos vasos de guerra estrangeiros ancorados no porto. “Não deixo Papai, nem que me varem de balas, como fizeram ao Ladario”. (2)

Jaceguay acrescentou: “a Princesa Imperial, ao passar pela mesa de Sèvres, em que assinou, no dia 13 de Maio de 1888, às 2 horas da tarde, o decreto da abolição, exclamou: “Se nos expulsam, a mim e a minha família, pelo que assinei ali, repostas as cousas como dantes, hoje eu tornaria a escrever o meu nome sem vacilação”. (3)

(1) Carta de Saraiva, 18 de Novembro, cf. Afonso Celso, O Visconde de Ouro Preto, p. 158.
(2) D. Pedro II, p. 105.
(3) V. de Taunay, op. cit., p. 120. É do mesmo autor este comentário: ... “Um grande proprietário me disse em uma explosão de triunfal alegria: Tudo foi muito bem. A princesa chorou a valer: — Sim, é verdade, a princesa D. Isabel... chorou, chorou muito, chorou as lágrimas mais amargas do coração humano — ela de chôfre precipitada das alturas da felicidade à mais cruel desgraça — mas também essa ilustre senhora, com os olhos aljofrados de pranto, teve, nas horas de maior angústia, um movimento sublime, um rasgo digno da neta de Maria Tereza.

Foi quando, ao passar pela ultima sala do paço imperial, bateu com energia e pulso de homem, na mesa em que assinará a luminosa lei de 13 de maio e exclamou: “Se tudo quanto acontece provem do decreto que aqui assinei, não me arrepender um só momento. Ainda hoje o assinaria!” (Império e República, p. 32). Conteje-se esta com a frase repetida pelo barão de Jaceguay.
Só mais tarde os detalhes se esclareceram. Por exemplo: o grito de Cesar Zama á janela da Camara — de viva o Imperador, (1) o desfile das forças pela rua do Ouvidor, a proclamação da Republica no paço municipal, ás 3 horas, por... José do Patrocinio. Sim, pelo esteio do Terceiro Reinado na capoeiragem da "Guarda Negra", pelo tribuno que mandava os negros jurarem: "Pelo sangue de minhas veias, pela felicidade dos meus filhos, pela honra de minha mãe e a pureza de minhas irmãs, e, sobretudo, por este Cristo, que tem seculos, juro defender o trôno de Isabel a Redentora". Mas esses ruidos se confundiam no estrondo do edificio a desabar.

A princesa escreve: "No dia 16 de manhã ainda entravam e saíam pessoas do Palacio, mas os guardas aumentam, e não havia mais meio de se reunirem grupos à roda do Paço. Constantemente ouviam-se correiras de cavalaria em torno para espalhar a gente. Pelas 10 horas já ninguem podia penetrar, nem mesmo senhoras.

"Vimos por vezes, ainda que pouco chegassemos às janelas, alguns conhecidos que de longe nos cumprimentavam. Que horrivel dia! Meu Deus! Vários alvitres foram levantados. Ninguem socegava. Ás 2

(1) Afonso Celso, Oito anos de Parlamento, p. 164.
horas finalmente chegou a tal comissão do Governo Provisório que anunciavam desde a véspera, com uma mensagem a Papai exigindo sua retirada para fora do país.

“Compunha-se do major Solon e outros oficiais subalternos. Por sua atitude respeitosa pareciam ir cumprir uma mensagem ordinária. O major Solon mostrava-se tão perturbado que ao entregar o papel a Papai deu-lhe o tratamento de Vossa Excelência, Vossa Alteza e finalmente Vossa Majestade. Entregando-o a Papai o major Solon disse: “Venho da parte do Governo Provisório entregar mui respeitosamente a V. M. esta mensagem”.

— Não tem V. M. uma resposta a dar? disse ele.

— Por ora não, respondeu Papai.

— Então posso retirar-me? disse Solon.

— Sim, respondeu Papai.

“Só às pessoas que se achavam no Paço Papai declarou que se retirava, e que se não fosse pelo país, para ele pessoalmente era um despachamento. — Papai sempre calmo e digno. — Dizer o que se passou em nossos corações, não é possível! A ideia de deixar os amigos, o país, tanta cousa que amo, e que me lembra mil felicidades de que gozei, fez-me romper em soluços! Nem por um momento porém desejei uma menor felicidade para minha Pátria, mas o golpe foi duro”.

A resposta escrita do Imperador exalava política, traduzia renúncia, pulsava de sentimentos mansos. “Cedendo ao império das circunstâncias”, deixava a patria “estremecida” a que deu “amôr e dedicação du-

(1) Notas ms. clt.
rante quasi meio seculo” de “chefe de Estado”. A princesa quiz ser simples — e muito feminina:

“E’ com o coração partido de dôr que me afasto de meus amigos, de todos os brasileiros e do país que tanto amei e amo, para cuja felicidade esforcei-me por contribuir, e pela qual continuarei a fazer os mais ardentes votos. — Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1889. Isabel, Condessa d’Eu”.

Paulino vingou-se no Senado — da violência de 13 de Maio.

Nessa manhã de 16 lá se reuniu a última sessão preparatória da Cámara Vitalícia.

O visconde de Lima Duarte esboçou um protesto — ou um comentário — que a induzisse a uma atitude qualquer.

Esborrando-se o regime — que fariam os seus Padres — conscritos? Num silêncio de curiosidade o Senado viveu o mais aflito minuto de sua história. Paulino endireitou na cadeira presidencial o busto séco, dominou, com o olhar impassível, o recinto, onde se espalhavam as fisionomias assustadas, de tantos que, naquele dia frenético, queriam que se calasse por não retardar “senhora de tão alta jerarquia” — e declarou:

— “O Senado está em sessões preparatórias que se abrem com qualquer número, ainda que insuficiente para deliberar. Mantendo hoje, como sempre, a estricta legalidade constitucional e observando o regime, como me cumpre, não posso consentir debate que não seja restricto à constituição desta Camara”.

E, levantando-se, convidou os presentes para nova reunião... no dia seguinte.

No dia seguinte a família imperial viajava em caminho do exílio.
E' a princesa quem informa: "A' noite fômos descançar; (1) algumas pessoas tiveram licença de sair para os arranjos necessários. O Lassance tinha de ir falar com Gaston, e depois de uma hora da noite bateu á porta. Pensando que só era ele e não imaginando dever partir tão cêdo, nem esperando por mais essa picardia, deitei-me de novo, quando Gaston voltou, dizendo que me levantasse, que o Mallet e o Simeão estavam aí, pedindo, da parte do Governo Provisorio, que Papai partisse antes do dia, o povo parecendo querer fazer alguma manifestação, e os rapazes das Escolas já com metralhadoras para atirarem sobre quem quisesse resistir".

(1) A W. de S. Ramiz Wright devemos outros informes (Jornal do Comercio, 17 de Março de 1940):
"Ainda no dia 15 de Novembro, á noite, recebia Ramiz Galvão, já em Petropolis, o seguinte telegrama do Conde d'Eu:
"Palacio Imperial — 16-11-1889.
Barão Ramiz Galvão.
Muito estimamos telegramma da chegada.
Conservamo-nos todos no Palacio da Cidade.
"Pelo 1.º trem manhã vão para o serviço dos pequenos, Eduardo, Clara e Emília. Multas saudades. — (Ass.) Gastão".
No dia imediato, mais os seguintes telegrammas pela ordem de expedição:
"Palacio Imperial — 16-11-1889.
Barão de Ramiz.
Queira mandar dizer como passaram á noite e como estão todos. São seis horas da manhã, não me consta novidade nas saudes. Saudades. (Ass.). Gastão".
"Palacio Imperial — 16-11-1889.
Barão Ramiz Galvão.
Agradecemos muito telegramma. Saudes boas. (Ass.) Gastão.
A' noite desse dia foi expedido para Petropolis o último telegramma seguinte:
"Rio — 16-11-1889.
Barão de Ramiz.
Queira vir amanhã de manhã com os meninos para este Paço da Cidade com toda bagagem promptos para seguir para Europa. Clara e Emília não devem vir. Recado enviado pela Carapebus fica prejudicado. Queira...
Esse telegramma traz a seguinte "nota" do chefe da Estação do telegrapho: "A trovoada não me deixou receber o resto. Logo que possa concluir, mandarei o resto".
O papel omite um rápido incidente. Foi quando o coronel Mallet informou que estava sendo lavrado o decreto “que concede a Sua Majestade o Imperador cinco mil contos de réis para as suas despesas”. "A princesa, que aparecera tambem ao lado do esposo, interrompeu prontamente a Mallet:

"— Nós não fazemos questão de dinheiro. O que me custa é deixar a pátria, onde fui creada e tenho as minhas afeições. E' isto o que mais lamento perder; não o trôno, nem ambições, que não tenho”.

Ao aviso de que o embarque devia ser quanto antes, agitou-se numa angustia que impressionou o emis-sário. “Como?” interrompeu vivamente a princesa, “embarcar sem meus filhos, que ainda estão em Petrópolis?” E a voz quebrou-se em pranto: “Não sigo sem meus filhos”. Garantiu Mallet, “em nome do governo e por sua honra pessoal, que a família imperial não deixaria o porto sem que todos os princeses estivessem a bordo.” (1)

Os preparativos da viagem foram febrís, os criados atirando às malas os objetos mais necessários, o conde d’Eu muito calmo, a princesa em lagrimas, atenta aos ruidos de rua, preocupada com a saúde dos pais, o coração apunhalado pela incerteza, quanto aos filhos — e tão distraída, ao guardar as suas joias, que deixou numa gavêta de movel o colar de perolas, de subido valor... (2)

As suas reminiscencias sóbrias e breves constrastam com esse sobresalto:

“Acordei então papai e mamãe e, com eles, Pedro, Augusto, Josefinh, o Aljezur, Tamandaré e Motta Maia, embarcámos-nos dizendo-se que íamos para o Alagôas”.

(1) Tobias Monteiro, op. cit., p. 272.
(2) Docs. cm. pela familia do Dr. José Calmon Nogueira da Gama.
“Despediram-se de nós no cáes Pharaoux Miranda Reis, Penha, Marianinha, Pandiá e senhora.
“Papai quiz saber do motivo que fazia precipitar sua partida, declarando que só consentia nisso para evitar conflito inútil.
“Ao embarcar-nos disse ao Mallet que se eles tivessem qualquer lealdade não deixariam de declarar isto; o mesmo já Papai dissera antes e tornou a repeti-lo, e chegando já ao cáes, depois de algumas palavras trocadas, disse: Os senhores são uns doidos. Foi a única frase um pouco dura, mas bem merecida, que Papai lhes disse
“Ao pôr o pé no vapôr foi que soubemos que em vez do “Alagôas” levavam-nos para o “Paraíba”.
“Em tudo notámos receio e atrapalhação
“Os meninos, que na vespera mandamos chamar de Petropolis, chegaram, graças a Deus, com o Doutor, Mr. Stoll, o Rebouças e o Welserscheim (ministro austriaco)”. (1)

A princesa não esqueceu mais um rápido diálogo que sustentou a bordo da “Parnaíba”.
Registou, no seu canhenho: “Com um oficialzinho da fazenda ainda parado no porto (o navio):
— V. A. compreende que esta transformação era necessária.
— Pensava que se daria, mas por outro modo: a nação iria elegendo cada vez maior numero de depu-

(1) O diário da princesa continua: “Com os outros diplomatas que stavam no Rio foram de uma grande má fe; no sabado já os tinham impedido de vir nos ver no Paço da Cidade, e no domingo depois de os fazerem subir para o salão do Arsenal com promessa de haver a bordo despedir-se de nós, na hora de embarcarem Mariquinhas e Amandinha, lhes foi declarado que não podiam mais ir porque não teriam condução para a volta. Entretanto o Parnalba tinha levado ordem de voltar da Ilha Grande! Viéram a bordo do Parnaíba Maria Eufrasia e Sebastião Lage. Domitilla que também velou só nos pôde ver de longe”.
tados republicanos e estes tendo a maioria nos retiraríamos.

— Assim nunca podia ser feito, porque o poder é o poder.

— Quanto a ser a expressão da vontade da nação, não. Estou convencida de que se cada um votasse livremente a maioria por meu Pai seria incontestável. Agora tudo foi feito pelo exercito, armada e por conseguinte, pela força. Pôde-se mesmo dizer tudo foi feito por alguns oficiais.

— Mas ver-se-á isto por meio da Constituinte proximamente.

— Não disse o senhor que o poder é o poder?"!(1)

A calma do conde d’Eu — ligada a uma visão lúcida dos acontecimentos — deixára-lhe escrever alguns papeis de despedidas e de instruções. Não olvidava os seus vínculos com o exercito. Precisava exonerar-se e, afinal, partir com as devidas licenças. Podia ser ingênuo; mas era regulamentar. Dirigiu-se a Benjamin Constant — o ministro da guerra: "Ilm.º e Exm.º Sr. Rogo a V. Ex. me conceda exoneração do cargo de comandante geral de Artilharia, que exerço desde o dia 19 de Novembro de 1865, e licença para retirar-me do país. Diz-me a consciencia que sempre servi à Nação Brasileira, na medida de minha força e inteligencia, e procurei guardar justiça para com os meus comandados. Dela me despeço saudosamente, assim como de todos os meus camaradas do Exercito Brasileiro. Se não fosse as circunstancias que bem contra a minha vontade me obrigam a sair do país, e que não são desconhecidas de V. Ex. estaria pronto a continuar a servir debaixo de qualquer fórma de governo à Nação,

(1) Diário cit. A princesa diz mais: "O rapazinho falava respeitosamente e parecia bem intencionado e comovido da nossa dôr".
que por tantos anos me acolheu no seu seio, cumu-
lando-me de honras e enchendo-me de imorredouras
saudades e cuja prosperidade e gloria serão sempre um
dos meus mais ardentes anhélos. Deus guarde a V. 
Ex. Gastão d’Orléans, “marechal do Exercito Brasilei-
ro”. Com a pena vibrando da emoção dessa mensagem
traçou um manifesto “aos Brasileiros” — datado do
mesmo dia 17, porem da “Parnaíba”, no ancoradouro
da ilha Grande. “Com a mais profunda saudade e in-
tenso pezar afasto-me deste país... Nestes sentimen-
tos acompanham-me minha mui amada esposa e nossos
ternos filhinhos, que debulhados em lágrimas comnos-
co empreendem hoje a viagem do exilio. Praza a Deus
que, mesmo de longe, ainda me seja dado ser em algu-
ma cousa útil aos Brasileiros e ao Brasil”.

Do ministro d’Austria temos impressões comple-
mentares. Representava um primo de Sua Majestade
que não pudéra ser estimado, siquér conhecido na sua
frieza rácica, feita de pontualidade e dever, tão seme-
lhante afinal ao temperamento de D. Pedro II. Mas
não importava: este era um Habsburgo e o zêlo anti-
go, do bom barão Daiser, repontou na derradeira soli-
citude do honesto Welserheim. Telegraphou, nesse mes-
so 17 de Novembro, para a sua córte: “Imperador
virilmente disposto e fisicamente bem.” Em oficio, a
seguir, descreveu-o: “Elevada dignidade e perfeito do-
minoio sobre si mesmo indicavam-se no porte de S. M.
durante a minha estada a bordo. Nenhuma palavra de
queixa ou censura...” Ao diplomata parecêra igual-
mente que o movimento se destinava a derrubar o mi-
nistério, não a corôa. Não notára a participação do
povo. A princesa — no tombadilho do navio — falou-
lhe, quasi súplice: “Ne pensez pas trop mal de mon
pays, ce n’est que dans un accès de folie qu’ils agis-
sent:”(1) De resto o agente de Francisco José não se inteirará dos pormenores e mostrava-se compungido. A princesa coordena as suas lembranças:” O “Alagôas” onde embarcou a comitiva que se achava fora, em arranjos meus e deles, partiu a 1½. Estiveram a bordo do “Alagoas” algumas pessoas que procuravam vérnos: Carapebús (que entrará às escondidas com a condessa no Paço no dia 16 e assim saíram encarregados por nós de velar pelos meninos caso fosse necessário) Marinho, Yeati, Lopo Diniz e filho, Mamoré e Beau-repaire Rohan. Quanto ao “Parnaíba”, depois de muitos recados desencontrados saiu comnoso barra fora às 10½ e dirigiu-se à ilha Grande, onde então passaríamos para o “Alagôas”. Às 8 da noite, com efeito, apesar da escuridão que era muiita, e do mar agitado, passaram-nos para bordo do “Alagôas”, onde encontramos a nossa comitiva bem sobresaltada, com a difícil trasladação a tais horas de um navio para outro; e na verdade perigo havia, sobretudo para Papai e Mãe, e para as crianças.

“À meia noite partiu da Ilha Grande o “Alagôas” com direcção á Europa, passando defronte do Rio de Janeiro no dia 18 às 6½ da manhã”.

XXXIII

UM INVERNO, NO EXÍLIO

Essa viagem foi dolorosa e extensa.
A dôr não se lhes limitou ao cataclisma político. A imperatriz sofria, cardíaca, muito débil; o Imperador assustava, com a sua resignação de quem nada mais quér da vida; o conde d'Eu — com o seu pródigo espírito rácico — arrolava as dívidas e pensava no futuro; e como se não bastasse a desolação da família naquele quebranto de nervos esgotados, de vigílias tristes, o meigo D. Pedro Augusto endoidecia, proferindo disparates num tom cavernoso. Exaltado, propenso ele também a um indefinível delírio, o fiel Rebouças é um pouco de tudo a bordo: interlocutor de D. Pedro II, com Loreto e Muritiba, que o acompanham; conselheiro, aí dos meninos, cortezão da desbaratada dinastia. Recolhendo-se ao camarote, ante as fôlhas brancas do seu diário, é um “reporter”.

Escreve, a 18 de Novembro: “10 hs (noite). Em todas estas angustias o Imperador lembra Socrates; sua filha a Redentora excéde a toda a imaginação em coragem e amôr ao Brasil, não me permitindo expansão alguma contra os monstros de traição e ingratidão, autores de todos esses atentados. Ontem, na tristíssima baldeação do “Parnaíba” para o “Alagôas” carregou a Imperatriz, lembrando o episódio de Virgílio, quando Enéas carrega o pae Anquises na saída de Troia. A Imperatriz não pôde conter os gemidos das
dóres reumaticas e dilacera-nos o coração; o Imperador já não pôde auxiliá-la; é a filha heroica, que nos dá animo a todos”.

Notava ela, por sua vez, nesse dia: “O Riachuelo” veiu ter conosco, e até agora nos segue obrigando-nos muitas vezes a parar e retardar a marcha, e fazendo um papel bastante ridiculo e tólo: Guardar quem eles devem bem saber nada devem empreender agora, pois o resultado seria conflito e sangue.

“O Riachuelo achou vir guardando-nos, entretanto posta-se do lado do mar, deixando-nos livres de dirigir-nos para qualquer provincia sem que ele nos possa impedir, pois a sua marcha é só de pouco mais de metade da nossa, acrescentando-se ainda que nem se saberiam haver sós, pois levam todo o tempo a pedir-nos rumo!”(1).

Rebouças registou, em 20 de Novembro: “1 h. Dou a primeira lição de algebra ao primogenito da Redentora”. Em 21: “Conversação literária; o Imperador recita um soneto...” Lagrimas dilúem-se em frases. D. Pedro Augusto fôra por prudencia fechado num camarote. Tinha visões de pavôr e grandêza; ora se julgava a morrer, apertado por tenazes, ora feito imperador. Pobre môço! Recobraria a razão em transes de lucidez, para perdê-la mais tarde, suavemente, de modo a ficar o resto dos seus dias lembrando S. Cristovão, infantil e cerimonioso, a barba loira de arquiduque cada vez mais parecida com a do avô... As emoções abrandam-se com a aproximação do outro continente. D. Pedro II não esconde um certo alívio, de quem alijasse um fardo; a imperatriz já dizia — que

(1) No diário da princesa ha esta observação: “Tudo isto foi escrito antes do “Riachuelo” largar-nos a 22 de Novembro de 1889 e copiado meses mais tarde em Cannes, assim como o que se segue escrito em diferentes datas anotadas...”
podia ser peor e, de fato, foram respeitosos; a princesa se entretem com os filhos, agora sua esperança, seu tesouro e sua distração. No dia 23 compõe um trecho sentimental: “23 Novembro 1889. On ne peut être trop heureux en ce monde! Mon vrai beau temps est passé! Que le Bon Dieu me laisse au moins tous ceux que j’aime! La patrie et mes meilleurs affectons s’éloigne de plus en plus! Que le Bon Dieu la protège! Le souvenir des heures heureuses me soutient et m’accommode!” (1) A renuncia deslisa por essas pautas de exercício que lembram os ditados clássicos da Barral, o princípio do seu romance... Uma semana no oceano apaziguára-lhe o espírito; e a ideia de que era indispensável a outras vidas, filha e mãe a quem o dever impunha novas fórmas de sacrifício e resistência — lhe restituiu a antiga serenidade. Ha um “resumo” curioso, naquelas páginas amargas: “Grande incúria, muita falta de cuidado sobretudo por parte dos ministros da guerra e justiça personificados no C. d’Oliv. e Ouro Preto, Exercito ou antes oficiais muito minados pelas ideas republicanas e sabendo proceder com muita discreção, tolice do Deodoro que estou convencida foi mais longe do que queria, esperteza do Bocayuva e Benjamin Constant que souberam aproveitar a ocasião, verdadeira rateieira para o ministério e para nós, e finalmente força maior que decidiu tudo”. (2) Sacudia, no patamar do seu destino novo, as sandálias; fez-se razoável; e deixou que o tempo exercesse sobre os seus nervos deprimidos uma ação benevola.

(1) Diário da princesa, cit.

(2) Ha uma nota nessa página do diário: “corda esticada demais pelo C. de Oliv.” A epígrafe “Resumo” dá-nos a ideia d’um julgamento. A princesa resumiu essas poucas linhas o “processo” de 15 de Novembro...
O conde d’Eu esforçava-se por substituir o Ramiz — a quem, em 25 de Novembro, escreveu melancolicamente:

“Ignoramos inteiramente que rumo vão seguir as cousas do Brasil; pois nada sabemos do que ali se passou depois do dia 17.

“Pode fazer ideia quanto estamos ansiosos por notícias e saudosos e quanto vai correndo triste esta viagem do exílio.

“As saúdes, graças a Deus, não têm sofrido.

“Seus discípulos escrevem-lhe a inclusa carta pedindo-lhe para ajudar o Lassance a separar e fazer expedir os objectos que elas desejariam receber na Europa, já que infelizmente não ha probabilidade de poder tornar brevemente a gozar d’elas no Rio de Janeiro.

“Rogo também queira fazer o favor de separar e indicar ao Lassance os livros que mais uteis julgar à continuação dos estudos dos meninos, pelo plano até hoje seguido, para que elle nol-os envie com muitos outros objectos que lhe pedi. Aqui a bordo, temo-nos visto, como sabe, sem livro absolutamente nenhum ao alcance dos meninos, (nem meus livros de reza eu trouxe) de modo que para não ficarmos inteiramente ociosos temos estado a estudar com o criado Edward uma grammatica ingleza-portugueza (pois nem livros alle-mães temos)”.

A carta do príncipe D. Pedro exalava uma mágoa paciente, uma resignação polida, que lhe definia o temperamento suave — em oposição ao gênio irrequieto do mano Luiz:

“Meu querido Doutor. Estamos com muitas saudades do Brasil, e do Doutor e do Bejo, e desejamos muito tornar a vê-los. Graças a Deus a viagem tem sido bôa, mas triste e saudosa. Todos temos enjoado
um pouco... Papai manda ao Senhor Lassance uma relação dos objetos que desejamos que ele nos mande... Na mesma ocasião queira enviar-nos todos os nossos livros de reza se já não o fez. Estamos certos que o Doutor nos desculpará essas massadas. Bem desejariamos poder tornar a ver todos nossos objetos no Brasil e não ter de mandá-los vir para a Europa”.

“Seu discípulo afeiçoado — Pedro”. (1)

“No dia 30 de madrugada (prossegue o diário) chegamos a S. Vicente do Cabo Verde, e no dia 1.º partimos com a nossa bandeira arvorada!

“Saúdes bôas até o dia 1.º. Mamãe nesse dia sentiu-se resfriada e no dia 2 ficou no quarto. No dia 2 ao jantar bebemos á saúde de Papai. Ele respondeu às nossas saúdes brindando: á prosperidade do Brasil. (2) Todos cordialmente tomaram parte no nosso regozijo, e o comandante e gente de bordo mostraram-se especialmente dispostos a nos testemunhar sua simpatia por todos os modos possíveis. O tenente Magalhães Castro de farda conservou-se todo o dia, e veiu nos saudar pelo aniversário. Todos os da comitiva escreveram pensamentos que assinados viemos entregar a Papai. Foi grande a minha comoção quando de manhã vim abraçar Papai! Já no dia 1.º meu coração sobressaltava-se ao ver içar ao saír de S. Vicente a nossa bandeira ainda não hasteada neste vapôr desde a partida. (3) Não pude deixar de bater palmas e tive um

(1) W. de S. Ramiz Wright, Jornal do Comércio, 17 de Março de 1940.


(3) Oliveira Lima, Memórias, p. 58, diz que o “Alagoás” entrou o Tejo com a bandeira de listas verdes e amarelas (a do club de Lopes Trovão, bandeira da República até a definitiva, decretada em 19 de Novembro), “que as autoridades do porto declinaram reconhecer”. A dificuldade oposta pelas autoridades portuguesas foi em S. Vicente.
momento de grande jubilo. Parecia-me a esperança! Lembrei-me de tantos momentos de verdadeira felicidade! Desde este dia Pedro Augusto voltou a seu estado natural; já a bordo do “Parnaíba” mostrará-se receiosos de tudo e de todos os que não eram da comitiva, vendo ciladas, assassinatos e venenos por toda parte. Tivemos sérios receios pelo seu juízo sobretudo a bordo do Alagoas. — 4 de Dezembro de 1889”.

O pico de Tenerife apareceu no dia seguinte. (1) A viagem ultimou-se em mar placido. Amanheceram á barra do Tejo em 7 de Dezembro. Um acolhimento amável, mesmo caloroso, lhes deu ali a sensação de que a pátria continuava — em Portugal. O Imperador não queria que se falasse na revolução. Nada de remexer emoções indiscretas! Procurava encobrir os fáto — na sua realidade viva. Fingia não perceber que desembarcára sem vinte. Notou, isto sim, a frieza do jó- ven rei D. Carlos, (2) cuja coroação, no mês seguinte, seria empanada com a presença dos parentes exilados — precioso cartaz para os democratas portugueses! — e os atritos produzidos entre amigos e adversários da causa monárquica. O barão de Penedo, Eduardo Prado, Ramalho Ortigão lá estavam, para os primeiros

(1) Do diário da princesa: “Avistamos hontem Tenerife, primeiro o pico sobre as nuvens e a parte baixa da ilha por baixo delas, depois a ilha de mais perto, mas já o pico nas nuvens. Mar inteiramente manso, quando na véspera não pudera levantar-me. 6 de Dezembro de 1889”.


(2) Oliveira Lima, Memórias, p. 56.

O ministro austriaco em Lisboa segredou, em 7 de Janeiro de 1890, para o seu governo: “Segundo confidencias feitas pelo Rei a S.A. o Arquiduque, espera S.M. que o Imperador não demore muito a sua residência aqui, pois ele com as suas atitudes democráticas, assim como pela preferência que tem de se entreter com pessoas favoráveis à forma republicana de governo como aconteceu a ultima vez que esteve aqui, só pôde trazer complicações”. (1)

Mas não era só a burgueza simplicidade do destro­nado. Recusára, de S. Vicente, o subsidio de 5 mil contos que lhe oferecera o Governo Provisorio. A rejeição do dinheiro junta ao manifesto, às declarações combativas do visconde de Ouro Preto, estalou no Rio de Janeiro como uma contra-marcha, no sentido da restauração. Ruy Barbosa achou-lhe o dístico: sebastianismo. Usou uma frase caustica: “A ideia de restauração é sebastianismo ou ignorancia de especuladores ou tolos” (2). Rebouças e Eduardo Prado mane-


(2) Telegrama de 18 de Dezembro de 89 a Latino Coelho, redação do “Seculo”, cf. Ouro Preto, Advento da ditadura militar. Latino Coelho viu na proclamação da Republica brasileira o enséjo da revolução portuguesa e escreveu a Ruy Barbosa em 23 de Fevereiro de 1890, recomendando-lhe muito o Dr. Jacinto Dutra que lhe exporia um megoclo de alta importância. No arquivo de Ruy está a carta de Latino e a de Jacinto Dutra. E nada menos do que um pedido de empréstimo confidencial de mil contos (1.000:000$) fortes... para tentarem...
jaram a pêna — dos debates vivos. Eça de Queiroz perguntou, num lampejo de ironia, pela opinião de... Machado de Assis. O Imperador exigia moderação. E Gaston d’Orléans, em carta para o duque de Nemours, em 7 de Janeiro: “Pour ce qui est de la situation financière, elle est en ce moment réduite à zéro...” (1)

Não exagerava. “Quanto ao conde d’Eu, os seus bens particulares no Rio de Janeiro eram então avaliados em 554 contos, mas as suas dívidas no Banco do Brasil subiam a 559 contos”. Os “cortiços”, a usura, a agiotagem de que se lhe fizera carga na imprensa e na tribuna? Ao contrário, o visconde de Taunay só lhe encontrou o débito: “Tomei o compromisso de falar ao Dantas sobre os juros que paga o conde d’Eu, capitalizados de três em três meses sobre o total de 580 e tantos contos, conforme a conta que me mostrou o mesmo Dantas” (2). Alberto Rangel revela: “E tais foram as conjunturas do Príncipe, que se viu obrigado nessa ocasião a receber a pensão de oito mil francos mensais, servida pela duque de Nemours.” (3).

A excursão por Espanha afastava-o das festas portuguesas da coroação, a que não poderia assistir com o indispensável bom humor; e os tios Montpensier sempre o acolheriam excelentemente. (4).

A princesa despediu-se dos pais sem prevêr que a vida lhes estivesse por um fio.

A República em Portugal. Seriam pagos depois da implantação desse regime, em condições estipuladas. (Ms. inéd.) Não se conhece a resposta do ministro da fazenda a tal “démarche”.

(1) A. Rangel, op. cit., p. 410.
(2) 20 de Julho de 1890, Taunay, D. Pedro II, p. 106.
(3) Gastão de Orléans, p. 411.

Em 28 de Dezembro — no mesmo dia em que era ungido D. Carlos em Lisbôa — recebeu a princesa um telegrama avisando que a Imperatriz acabava de falecer no Porto.

Precipitou-se, com o marido e os filhos, para a estação ferro-viária. Chegou a tempo de assistir às

(1) W. de S. Ramiz Wright, Jornal do Comércio, 17 de Março de 1940.
exequias solênes (1) amparando no seu braço o Imperador muito sereno mas débil de pernas, pálido de morte e fazendo receiar também pelos velhos achaques. Ela, devia continuar forte, aprumada, severa nas suas expansões de dôr imensa. Acompanhou ao fundo da galeria de S. Vicente de Fóra, necropole dos Braganças, aquele ataúde de mogno e chumbo, que lá ficou, com a bandeira do Brasil e uma coroa doirada, entre desbotados esquifes de veludo encarnado. Repousará. Havia logar ali para outros reis.

O Imperador ansiava pelo prosseguimento da viagem, para o sul da França onde não seria reconhecido, para longe do barulho das opiniões, do fragôr da política, de tudo. Cannes foi um refúgio providencial.

(1) D'A Provincla, do Porto, 30 de Dezembro: “S. S. Altezas os condes d'Eu chegaram ás 12 e um quarto (da vespereira), sendo esperados na gare pelas personalidades mais em evidência que se achavam no Porto. A porta do hotel eram recebidos pelos condes de Aljezur e Motta Mala, quem S. S. A. A. abraçaram banhados em lagrimas. O encontro do Imperador com sua filha e genro foi uma cena devéras lancinante e comovadora... A visita á sala mortuária teve a Princesa Isabel uma sincope, ao lado do esquife. O Imperador está abatidíssimo, apezar da sua aparente serenidade de animo”.

(Motta Mala, op. cit., p. 295).
A MORTE DO IMPERADOR

Em Cannes havia a serenidade de um retiro, um socêgo claustral nos passeios sob as arvores, vendo-se, muito azul, o mar adormecido ali junto e — na sociedade internacional do hotel Beauséjour — um convite ao esquecimento e às idéas tolerantes.

Podia ser uma página de diário a carta que escreveu a D. Isabel Carvalho de Morais — em 19 de Março — o sol entrando-lhe a jórros pela janela aberta para uma paizagem verde e fluida, em cujos relvôs se recompunham as linhas de uma terra conhecida... de sua terra distante, e quasi aquilo...

"Minha querida Isabelinha. Muito lhe agradecemos todos a expressão de seus sentimentos. Quantas dôres! quantas angustias, por que passamos em tão pouco tempo! Que Deus tenha piedade de nós e do nosso querido país! Felizmente as saúdes são bôas e o clima de Cannes de uma doçura incrivel. Não parece um inverno europeu, e as palmeiras e plantas tropicais que vejo por toda parte ao ar livre, o mar e as belas vistas me lembram tanto o Brasil! Ha mais tempo tinha querido responder-lhe e agradecer-lhe sua tão bôa carta, mas não me foi possivel. As tristezas acabrunhavam-me. Estou tão pouco acostumada a elas! Depois, arranjos de toda sorte tomavam-me o tempo..." (1)

(1) Doc. in Revista do Brasil, n.º 24, Junho de 1940.
Reparava na natureza; reatava a correspondência com as amigas; achava devagar outro sabôr à vida — perto de uma praia estrangeira onde os ruidos do mundo se dissolviam na confusão e na futilidade de tantas almas exóticas, que enxugavam ao sol, em férias...

O Imperador, porém, enfermou de novo, em Abril. Juntava-se, à preocupação pela sua saúde, a tristeza, pela escassez de recursos, que sobretudo afligia o espírito metódico do conde d’Eu. O sogro nunca, devé-ras, se importára com dinheiro. Educára-se, fizéra-se homem, envelhecerá indiferente a essa ordem de problemas. Dizia-se que jamais tivéra consigo uma moéda, pois se acompanhava de um camarista, que lhe levava a bolsa. No exílio continuou insensível á sua penuria, lembrando-se dela apenas quando lhe falavam, que era necessário moderar os gastos e recorrer a algum empréstimo. Então se abatia, num pezar comovido, deixava que Motta Maia e o príncipe discutissem a situação, as soluções possíveis, e acariciava a hipótese de meter-se num convento da Italia, onde agazalhase a viuvez póbre, o seu profundo instinto de silêncio. Gaston de Orléans insurgia-se contra essa imobilidade.

Em 20 de Fevereiro de 1890 descrevia em carta a Ramiz Galvão:

“Os rendimentos dos poucos bens que posso no Brasil são muito inferiores aos juros de minha considerável divida, e nada posso portanto d’elles distrahir.

“Para Europa nunca mandei sino o que foi consumido pelas despesas das nossas viagens, e tive mesmo de sacrificar em grande parte, para ocorrer às despesas inherentes á nossa posição no Brasil, a pequena herança que me coubera por sucessão de minha Mãe.

“Aqui vivemos parcamente com o que meu Pae pode dar-nos; e fomos forçados, bem a pesar nosso, a
tomar morada separada da do Imperador para não con-
tinuar a aumentar as despesas que elle faz no hotel, e, 
portanto, seus compromissos para com seus credores, 
único recurso de que elle presentemente vive.” (1)

Esgotada a quantia emprestada no Porto pelo vis-
conde de Alvares Machado, precisavam apelar para ou-
tros auxílios — enquanto não se concluísse, no Rio, 
o moroso processo da liquidação dos bens imperiais. 
Rothschild atenderia com certeza. Escreveu a Nioac, 
em Paris. Mas a princesa impediu o negocio — porque 
teria de fazer-se com os bons ofícios do representante 
da Republica. Foi o que o conde d’Eu participou a 
Motta Maia (Cannes, 23 de Junho de 1890): “A Prin-
cesa me dissera, é verdade, que se lhe falára no nome 
do barão de Itajubá, para ajudar a conseguir o em-
prestimo projetado, mas que ela repelira a idéa de 
recorrer para assunto dessa ordem á pessoa que re-
presenta em Paris o atual Governo Provisório do Bra-
sil, porque entende que ha certas normas de conduta 
inherentes á propria dignidade que não se infringe im-
punemente”. E, concordando: “Sabe que foi sempre
minha opinião que, antes de recorrer-se á praça de 
Paris, se procurasse apelar mais uma vez para o cava-
lheirismo do visconde Alves Machado”. (1) O hote
era muito caro. O Imperador esquecia-se continuam-
te do preço das rosas — mandando enfeitar todos os 
dias a mesa da filha. Queria que as suas camélias 
vicejassem sempre — agora que das rosas do belo pe-
riodo vivido restava sómente a de ouro, da Igreja…

(1) W. de S. Ramiz Wright, art. cit. Nesta carta, ainda:
“Se, como é de esperar, cedo ou tarde, os poderes publicos bra-
sileiros, fazendo justiça á Familia Imperial e especialmente á 
Princesa que trez vezes regue o imperio, nos tirárem d’esta si-
tuação afflictiva, não me recusaria a auxilia-lo na medida que 
permitirem nossas posses e o faria com prazer”.

Ligavam-se mais, na consternação daqueles dias de luto e saudade; ou então, os olhos enxutos, quando as esperanças renasciam com os brasileiros que chegavam, propalando, com calôr, que em breve seriam chamados, tais as desordens da Pátria. Isabel acreditava; o príncipe conservava-se retraído, entretido com os estudos dos filhos, a quem acompanhava, pela manhã e à tarde, ao colégio Stanislas (1); D. Pedro II pensava em Petropolis e nos livros.

A Tomaz Ribeiro segredara — em 18 de Julho de 90: "Vou ocupando meu tempo como sabe e tenho na forja algumas traduções em verso, por exemplo, e não para este, dos Contos — porque não o confessarei no sigilo das Musas? — de Lafontaine. Decerto conhecedores e creio que não deviam embaraçar a entrada na Academia francêsa ao autor das fábulas. Emfim, o tempo nunca me aborrece e vou agora aproveitá-lo com muito prazer em Baden-Baden de que conservo mui agradáveis recordações. Peço-lhe que entregue esta carta à viuva do nosso Camillo. E mande-me sempre bons petiscos literários" (2).

De resto, não podiam permanecer indefinidamente à beira do Mediterrâneo, entre "turistes" que recobravam as cores num sol brando. Paris seria um balsamo e um derivativo.

Os condes d'Eu partiram antes, para arranjar os cômodos precisos.

Com um sentido meticuloso de dona de casa, econômica e avisada, saiu a princesa a procurar uma residência, que lhes servisse. Neste bilhete, para o médico, mostrava-se cautelosa e exausta.

(1) Carta de D. Pedro a Ramiz, 18 de Fevereiro de 1890, W. de S. Ramiz, art. cit.

(2) Ms., inéd., do arq. de Tomaz Ribeiro, cm. pelo seu ilustre neto, Tomáz Ribeiro Colaço.
“Sr. Motta Maia. E’ da mesa da sala de jantar que lhe escrevo. Levamos todo o dia a correr séca e méca. Tomamos todas as informações, não deixamos nada por indagar, e por ora só encontramos dous apartamentos que poderão servir para Papai, no 1.º andar. Quanto a nós, impossível achar qualquer cousa senão Vila. Ha uma que nos conviria, que não está longe do apartamento em Passy. Em Auteuil não ha nada que sirva. A solução mais razonável para tanta complicação e dificuldade é mesmo Versalhes, a não se querer meter Papai em apartamentos no centro de Paris, o que é menos conveniente” (1). Propunha o hotel dos Réserveiros, ao pé do palacio de Luiz XIV. O Imperador aquiesceu: iria na primavera. Mas preferia a capital, com as instituições científicas, poetas, filósofos e sábios que o procuravam, que o lisonjeavam, que lhe conversavam hebraico como Renan, ou de febre amarela, como Pasteur.

O inverno foi que o repeliu de Paris.

Em 14 de Janeiro — faleceu a condessa de Barral. Voltou a Cannes mais fatigado, mais predisposto a uma revisão sentimental do seu largo passado, pronto para redigir um testamento politico. Saiu-lhe, breve, um tanto confuso, a “Fé de Oficio”, que mandou ao visconde de Taunay.

Os condes d’Eu alongaram a sua viagem à Italia.

Leão XIII pediu ao principe que lhe dissesse alguma cousa sobre o futuro do Brasil (2). O episcopado aderira francamente à Republica; e, para o decreto da “separação”, Ruy Barbosa ouvira D. Antonio de Macedo Costa. (3) Este visitára o Papa em 1890: o “dis-

---

(1) Motta Maia, op. cit., p. 310.
(2) A. Rangel, op. cit., p. 411.
(3) Vd. no arq. de Ruy, carta de D. Antonio, de 27 de Novembro de 1889: “nossa conferencia de ontem fique por ora em toda reserva”. (Casa de Ruy Barbosa).
creto e prudente influxo do Vaticano” lográra “evitar a inoportuna criação de um partido católico”. Nomeado arcebispo do Rio de Janeiro D. João Esberard, “monarquista conhecido, Leão XIII não condescendeu em anular a preconização feita, o que fôra uma exau­ toração pessoal do prelado, mas o chamou a Roma antes que ele tomasse posse da sua nova diocese, e o advertiu dos deveres especiais de um arcebispo, que ia residir na capital da República, lado a lado com o go­ verno”. (1) Esse Pontífice previdente não aguentava os trônos como seus antecessores, aprisionados na tra­ dição: queria uma liberal e pacífica tolerância, de amor aos homens. E proscrevia a violência!

D. Pedro II fechára-se numa recordação calma dos tempos idos. Meteu-se, em Maio, naquele ilustre hotel des Réservoirs sem muita atenção pelos pródigos luxos do antepassado que construira aquilo.

Conta Pierre de Nolhac que acompanhou uma vez, em excursão pelo castelo, o miliardário Carnegie — que atravessou sem emoção, sem surpresa, sem palavras os salões famosos e as galerias históricas. Desceu com enfado para os jardins, e, de repente, lá fora, numa súbita explosão de deslumbramento, pôz-se a bradar: “Ah, os pássaros! Ha pássaros também!” (2) Gostava — bom americano — de árvores, frescura d’água e barulho d’azas, na paz dos parques lineares... Mas se cansava, fraco de pernas, a diabetis exacerbada por sua vida errante — e receitaram-lhe as caldas de Vichy. Adoe­ ceu gravemente nessa cidade, de um calo que se lhe complicou em gangrena. Doentes como ele dificilmen­ te se salvavam de lesões semelhantes. Salvou-se —

(1) Magalhães de Azeredo, O Vaticano e o Brasil, p. 103, Rio 1922.

(2) Pierre de Nolhac, La Resurrection de Versailles, p. 171, Paris 1937.
ávido de leituras eruditas e notícias do Brasil, onde a crise politica raiava em catastrofe.


(1) Tobias Monteiro, op. cit., ps. 359 e 362.
receie V. ex. por esse lado". (1) Continuava o homem de 1880, o apostolo da eleição direta, o místico da "representação". Avisára a Ruy Barbosa (em telegrama de 10 de Junho de 1890): "... seu tino politico lhe mostrará que nosso Estado vae ter na primeira eleição da Republica menos liberdade do que em tempo algum do regimen monárquico" (2). Prégava no deserto. Recolheu-se por isso ao seu engenho de Pojuca e deixou-se olvidar — dos "nôvos" que não lhe compreendiam a autoridade séca e esquila.

O desgosto da princesa, que lhe desviára a atenção desse panorama de surpresas, já lhe deixava agora entrever possibilidades, calcular acontecimentos eventuais, talvez iminentes. Dissipára-se a confusão inicial. As figuras adquiriam nitidez, os fátos tinham lógica. Distinguia as forças e — propelindo-as — as ideias, que se mediam. Liberais e autoritários, não mais monárquicos e republicanos. Se podesse acompanhar, na penumbra em que a distancia embrulhava tudo isso, uma atitude sintomática, como os navarrêses acompanhavam o penacho branco de Enrique IV — não perderia mais de vista Ruy Barbosa. No horizonte sombrio avultava o perfil marcial de Saldanha da Gama. Mas não concebia a revolução — como um beneficio ou uma desforra. Esta probabilidade a inquiétava. Encha-se de intimo pavôr. Contrariava os seus sentimentos conhecidos, esse caracter feminino entrançado de religião e orgulho que se lhe aguçára com o infortunio, a vaidade de sua obra de paz — que exatamente era o consôlo do seu exilio.

Junto dela, o pae simbolizava o perdão. Mas Isabel não esquecia. Nunca soube esquecer. A decepção

(1) Almirante Custodio José de Melo, O Governo Provisorio e a Revolução de 1893, I, 182, S. Paulo 1938.

(2) Doc. in arq. da Casa de Ruy Barbosa.
fôra muito brusca, para que o lenitivo da religião lha apagasse, no espírito lançado por tanta lembrança dolorosa. Quando do Rio lhe mandaram os seus móveis mais prezados, foi com indignação que viu a mesa de Boulle, do Paço da Cidade, sobre a qual assinara a lei de 13 de Maio, a mesa em que batêra, em 15 de Novembro, dizendo que faria de novo, se tivesse de recomeçar, a abolição — com gavetas arrombadas, bronzes torcidos... Gritou: ladrões! Mas o Imperador, com sua-vidade, a dissuadiu: — Não, minha filha, não foram ladrões... Pensavam que nessas gavetas havia cartas de pedidos, que me dirigiam; e as revistaram. Enganavam-se! Não guardava tais cartas. (1) — Isabel olhou-o admirada, quasi convencida, sobretudo dominada pelo clarão de indulgência que lhe aluminava a face lívida, as barbas de neve, o seu aspecto decrepito e humilde de rei expatriado. E dissolveu em lágrimas o seu protesto.


(1) Cf. Paulo José Pires Brandão, a quem devemos esta e outras informações sobre esse período da história do Imperador.
aborrecimento, e dirigindo-se a dous ou tres dos presentes, disse-lhes: Estamos no meio dos conspiradores da Servia!” — (1). O movimento produzir-se-ia — diferente e terrível... Não o veria o Imperador!

Teimou em permanecer em Paris, naquele final de Novembro, muito frio, o mais impróprio para um organismo frágil. Prostrou-o, no seu leito do hotel Bedford, uma pneumônia incurável: no dia 4 de Dezembro os medicos o desenganaram; ás 10 da noite de 5 de Dezembro recebeu uma visita derradeira, reclamada pela filha que, ao seu lado, reproduzia os cuidados da imperatriz, quando parecia morrer — em 1888 — na sua longa enfermidade de Milão. Foi o abade Le Ré-bours, da Madalena: levava-lhe a Extrema Unção. O Imperador “recebeu-a com vizivel humildade” (2). A meia noite, os seus olhos sem luz já não conheciam ninguem. Expirou — sem um gemido, um movimento, uma palavra — meia hora depois. A princesa poz-lhe nas mãos imóveis um crucifixo. E levantou-se, trémula, o rosto molhado de pranto, sem forças para comunicar ás pessoas que se acercavam o remate daquela grande vida. O destino fôra-lhe implacável. Acabára ali, no 1.º andar de um hotel de segunda ordem, em meio a uma cidade demasiadamente ruidosa para atentar nisto, uma carreira começada cincoenta e um anos antes, entre as galas do Brasil que depositára nas suas mãos infantís — naquelas mesmas que, arroxeadas pela morte, sustinham o crucifixo — as suas esperanças e a sua sorte... Os circumstantes, um após outro, oscularam a dextra da princesa Isabel: segundo o estilo das casas reinantes, era a maneira de reconhecê-la chefe da dinastia. De cada beijo ficava uma lágrima.

Foi uma homenagem silenciosa, mais de comiseração que de política. Ali, devéras, havia somente a filha — ao pé d’um leito pobre onde jazia o seu pae e o seu rei. Se o pensamento lhe voava para alem do mar, à procura dos sítios amados, que não reveria mais, a rigidez de sua fisionomia, imobilizada pelo sofrimento, traía apenas consternação e perplexidade. O exílio parecia-lhe subitamente vazio; a Europa — glacial; e o seu devêr, misturado á sua saudade, pezado como uma cruz. Que faria agora? Ou antes: que fariam?...
O governo francês deu aos funerais de D. Pedro II a majestade de um enterro de chefe de Estado. Era menos pela coroa do que pelo filósofo: honrava o amigo de Victor Hugo. Após essas exequias suntuosas seguiu o ataúde para o seu logar, junto da Imperatriz, na cripta dos Braganças em Lisboa. Aguardaria naquele columbário húmido, onde as velhas urnas imitavam um conselho de família, apertadas e esquecidas como num pó de arquivo — que se cumprisse o sonho de sua agonia e pudesse voltar, para o descanso definitivo, à terra natal. Aliás o conde de Motta Maia puzera-lhe a cabeça sobre um travesseiro cheio dessa terra brasileira. Fora-lhe, na hora do trespasse, a repatriação simbólica. Pedro e Tereza dormiam o sono justo ao lado dos reis de seu sangue num calado corredor de mosteiro português: iniciava-se o ano de 1892 e a princesa — refeita do seu abatimento — tinha de corresponder-se com os corregidórios que lhe chamavam Imperatriz e pintavam com cores sinistras a situação nacional.

A subida de Floriano ao governo definirá a luta, que se dissimulará em fórmulas indecisas no período anterior.

Tombára, com Deodoro e Lucena, uma política de oportunismo; Floriano trouxe á tona a República retinta, o entusiasmo jacobino, a vontade de pelejar pelos
principios, morrer e matar por eles. Derrubando os governadôres estaduais, favoráveis a Deodoro, o presidente-marechal cometêra uma ilegalidade, que, paradoxalmente, nutria e sustentou o “legalismo” que tinha de ser a sua missão. Ao impulso de sua mão autoritária a máquina política revirou nos eixos bambos: e aboleceu-se em cada Estado um governo freneticamente “florianista”. Os que lhe aconselharam o atentado à Constituição — as autoridades depostas haviam sido eleitas! — discerniam uma realidade: a posse do poder. Ele antevira a crise de 1893. O almirante Custódio de Mello, seu ministro da marinha, exigira o desmonte dos governos locais: um ano mais tarde rebelaria a armada, e os encontraria pela frente — a essas criaturas do presidente taciturno. A República poderia esfrangalhar-se sob o punho dum general estouvido: Floriano conserva-la-ia. A sua paciência era fria, a sua displicencia manhosa, a sua energia — incalculável. Guindado á boléa do carro da nação — mantinha-se, nem que lhe atirasse as rodas sobre um lago de sangue. Cezar Zama lembrou-lhe uma vez: “V. ex. já me disse: às vezes vacilo em deliberar; mas sou pronto e energico na execução”. (1) Iludiram-se, quantos duvidam dessas qualidades esbatidas numa serenidade enigmática, de cabôclo. A guerra civil — rebentava!

O estopim situava-se no Rio Grande do Sul.

O duelo doutrinário entre Castilho e Silveira Martins não se decidiria a golpes eleitorais: soára o instante das lanças gaúchas. Mas, ao bater dos tambôres nos pampas, écos múltiplos lhes responderam no centro, ao oeste, no norte. Os descontentamentos mostrar-se-iam, estimulados e provocados; atitudes, até aí

(1) Carta de Zama a Floriano, Floriano, II, 272, Rio 1939.
indefinidas, se esclareceriam; brigariam as forças por ora equilibradas ou neutras; e três soluções se apresentavam à confusão brasileira: a República apezar de tudo; a restauração, ou a desagregação.

A princesa Isabel não se beneficiaria com a carnagem prevista; e — mal lhe presentiu a conjura — correu a desaprovar, a advertir, a suplicar: ensarilhassem armas, antes que o conflito mergulhasse o país na anarquia e na miséria!

Escreveu a João Alfredo, que lha mostraria aos monarquistas — uma carta muito clara e muito simples:

"4 de Dezembro de 1892. Boulogne-sur-mer. — Sr. João Alfredo. — De maneira coletiva respondo á mensagem coletiva que o senhor e seus companheiros me enviaram por intermédio do barão de Muritiba.

"Não quero porém deixar de também confidencialmente responder á sua carta confidencial que pelo mesmo canal chegou-me ás mãos. Tanto mais facilmente o faço que suas ideias quadram em tudo com as minhas. Quanto preferível seria que a persuasão moral só para lá nos fizesse voltar! Quanto mais firme tudo ficaria! Lamento sempre as circunstâncias que armam irmãos contra irmãos. De forma alguma desejo animar semelhante guerra, e tanto mais que não vejo nela base segura, e nem êxito muito provável. Dôe-me o coração pensar que talvez só leve a fazer ainda maior número de infelizes. Além disso pelo que constou-me são empregados subterfúgios para obter dos vizinhos garantias que repugnam à lealdade. Quando a política deixará de empregar meios que diminuem a grandeza moral dos pôlos e das pessoas! E assim que tudo se perde e que nós nos perdemos. O senhor porem conhece meus sentimentos de católica e brasileira. Não duvidará pois que uma vez que a nação se pronunciar
por convicção geral pela monarquia para lá voltemos. Não posso porém deixar de dizer que os meios atualmente empregados me parecem dolorosos, sem êxito certo, e por conseguinte tornando mais difícil qualquer melhor tentativa mais tarde quando os espíritos mais amadurecidos e convencidos estiverem e assim mais aptos a conservar o que tivessem feito. Deixe-me abrir-lhe assim meu coração, confidencialmente, ao senhor que em circunstâncias gloriosas e dolorosas foi sempre o mesmo para nós. — Isabel. ” (1)

Pela primeira vez — subscrevia-se como Imperatriz: Isabel. Isabel a pacífica — em meio àquele torvelinho de fatos trágicos que quizera desviar, suspender, desarmar. Não pôde. O próprio Silveira Martins fora vencido no seu lancingante apelo aos partidários, para que renunciassem á violência. “As revoluções são hoje fatais como a conclusão de um “silogismo” — ponderou Pedro Lessa. As cochilhas rio-grandenses ensanguentaram-se; Floriano aguentou o “castilhismo”; repeliu, no Rio, os que pretendiam abreviar-lhe o prazo presidencial, com a alegação de que não devia ir além do quartênio começado por Deodoro; e na manhã em que Custódio levantou a marinha, desmascarou-se, no seu heroísmo estoico. O “ma-rechal de ferro” apareceu aí: expedito na resistência, inexorável na réplica, inalterável na perseverança de gladiador sem nervos.

“O País”, mal reboaram os primeiros tiros, qualificou a revolta de “restauradôra”. Os amigos de Silveira Martins já se tinham definido, no Rio Grande: “Nossos adversários, com o designio perfido de tornar antipática á opinião a revolução rio-grandense, apontam-nos ao país, como restauradores de monarquia!

(1) Ms. no arq. de João Alfredo, inéd.
E' uma monstruosa calunia!" Foi em vão. Os oficiais
da armada passaram a "sebastianistas". Custódio e
Saldanha tiveram o apelido de "reacionários", "retró-
grados". Floriano transfigurou-se em salvador do
regimen.

Seria "restauradôra" a revolução?

Custódio de Melo conservava-se republicano (1)
— embora alheio ao 15 de Novembro, que o surpreen-
dêra ausente da Pátria (como Saldanha) e duas vezes
desiludido, com Deodoro, que dissolvêra o Congresso,
e Floriano, que lho restabelecera. A marinha também
não podia dizer-se "restauradora": fazia a reação em
nome das idéias defendidas pelos dois almirantes. Mas
—não se tivesse duvida! — Saldanha estava muito mais
perto da monarquia do que Custódio da República.

O comandante da escola naval vinha da velha aris-
tocracia ajustada e polida na sua profissão do mar.
Oficial dos mais destacados do Império — como Ta-
mandaré, ligara o espírito monárquico ao sentimento
nautico, para conceber a armada como uma força de
união nacional e um elemento de cultura. Não com-
preendêra a federação; descobrira no choque das fac-
ções, que dividiam o exercito, um individualismo iné-
dito; e vogára facilmente no enxurro da opinião bur-
guêza, muito alarmada com o fracasso do "ensilha-
mento", a ruina cambial, a desordem interna, a san-
gueira no sul. De resto, Saldanha fôra infenso a Cus-
tódia. Em 23 de Novembro — ao cair Deodoro —
chegaram a defrontar-se, este com os navios poderosos,

(1) "Muito ligado à pequena corte do Palácio Isabel (Cus-
tódio) ao passo que Saldanha era o preferido em S. Cristo-
vão, seria ele o Almirante do 3.º Reinado". (Souza e Silva,
O Almirante Saldanha e a Revolta da Armada, p. 56, Rio 1939).
aquele com — os contingentes que pôde prevenir. A digna renuncia do Generalíssimo poupou-lhes o conflito; mas continuaram afastados. Em 6 de Setembro de 93, Custódio insurgiu-se sózinho. Permitiu Florianó que Saldanha continuasse neutral (1) na ilha de Villegagnon, com os guarda-marinhas e os aspirantes, respeitado e ameaçador na sua independência absurda. Um inglês surpreendeu-se: “Já vi uma revolução no Peru, outra em Venezuela, mas nunca vi uma fortaleza neutra como no Rio de Janeiro”. (2) Parecia espantoso: e era hábil. A imobilidade de Saldanha privava Custódio de um impulso talvez decisivo, a resistência legalista a organizar-se às prédias; e quando se juntassem, já seria tarde — e inútilmente. O raciocínio de Luiz Felipe de Saldanha da Gama foi retílineo — como o seu brio de cavaleiro do mar: não se rebelára; interviria para precipitar o apaziguamento; mas só se meteria no fogo para realizar um programa. Os detalhes — ficavam para depois. Restauração? Não o disse nunca. Antes, “Mello perguntou a Alexandrino se Saldanha tinha propositos de restauração monárquica, ao que Alexandrino respondeu: “Sal-


(2) Henriquê Boiteux, Jornal do Comércio, 7 de Janeiro de 1940.
danha não pensa nisso”. (1) Pensava “salvaguardar... o país dos efeitos e consequências da Revolta” — como responderia, sóbriamente, ao Governo que o interpelara com segura, em 6 de Setembro. “Alem disto, nada mais”. 

A’ beira do combate, a sua alma estorce-se em ânsias compreensíveis. A tática dos braços cruzados irrita-o. Em 4 de Novembro escrevera a Silveira Martins: “Opôsto por instinto a toda revolta e por principio a toda imiscuição militar na política...” Mas, em 5 de Dezembro, explôde: Afinal vou entrar tambem na luta, que já animava e sustentava de espírito. (2) — Rompeu, declarou-se, desembainhou a espada em 7 de Dezembro com o seu manifesto que é igualmente uma confissão. Saldanha retrata-se nesse papel bravio: “sem prévios conchavos”, “jámais entrei em conluio de qualquer espécie”, fazia a guerra ao “militarismo agravado pela contubernia do sectarismo e do mais infrene jacobinismo”. Não negava — embora fosse estratégica a negação — a sua fidelidade ao passado. “A lógica, assim como a justiça dos fatos, autorizaria que se pro-

(1) Souza e Silva, op. cit., p. 158. “Dous dias antes de explodir o movimento foi ele (Custodio) abordado sucessivamente por dois chefes monarquistas de prestigio — que lhe vinham oferecer cooperação. Melo declarou-lhes que “em caso algum trabalharia pela restauração da Monarquia e que seu intuito era promover a pacificação do país”. Só nessas condições aceitaria o auxílio que lhe quisessem prestar — no que concordaram. Perguntou-lhes Melo o que pensava Saldanha; responderam-lhe ambos “que o ignoravam”... — Prova isso não só que Saldanha nenhum entendimento tinha com o elemento monarquista e nem conspirava ou nutria propósitos para uma restauração monárquica como que nenhuma combinação ou compromisso existia entre ele e Mello...” (Souza e Silva, ibid., p. 161). Uma vez allá Saldanha respondeu, a um oficial que, gracejando, lhe dissera que o seu proposto era a restauração. — Está enganado. Não foi a política; foi o desespero de ver a nossa farda enlameada. (Dunshee de Abranches, A Revolta da Armada e a Revolução Rio-grandense, I, 6, Rio 1914).

curasse à força das armas repôr o governo do Brasil onde estava a 15 de Novembro, quando num momento de surpresa e estupefação nacional ele foi conquistado por uma sedição militar, de que o atual governo não é senão uma continuação”. A linguagem estala-lhe aí franca e agressiva. Continúa: “O respeito porém que se deve à vontade nacional livremente manifestada, aconselha que ela mesma escolha solenemente e sob sua responsabilidade a fórma de instituições sob que deseja envolver os seus gloriosos destinos. Ofereço minha vida, com a dos meus companheiros de luta, em holocausto no altar da Pátria”. A sua — insistia, era “a causa nacional”: “tem por si o apoio de todas as classes conservadoras da sociedade brasileira...” — contra “o militarismo de 89”. Em resumo: conservador de educação e índole, inconformado, em face da transformação consumada, o seu designio era regenerá-la ouvindo a nação — possivelmente mediante um plebiscito que lhe apurasse a vontade, aquela duvidosa vontade de todas as eleições pretéritas, de todos os pronunciamentos computados nas tabelas do sufrágio... A mística da “consulta à nação” foi, por sinal, a fórmula gasparista. “Eu sirvo a patria, quero viver livre. A fórma parlamentar, monarquia ou republica, me garante a liberdade, contento-me com qualquer delas” (1). Ruy Barbosa pensava do mesmo modo. Acima dos estilos ou dos rótulos — o contexto liberal! E o império da maioria. Floriano exultou: o “sebastianista” descobri-se! Os seus adversários regozijaram-se: ia em fim ferir-se a luta ideológica! Na Europa, estranha

(1) Carta de Silveira Martins á esposa, José Julio da Silveira Martins, op. cit., p. 380. E Saldanha, em carta ao tribuno, de 4 de Novembro: “... Nunca me moveria senão diante de uma manifestação seria e vasta do país...”
aos acontecimentos do Brasil, uma senhora havia que rezava sem cessar pela extinção dos odios, pela terminação do morticinio. Era a princesa Isabel.


(1) Ruy Barbosa, carta de 19 de Setembro de 1893, Moedade e Exílio, edição de Américo Jacobina, p. 192, S. Paulo 1934.
(2) José Julio, op. cit., p. 389.
(3) Salvador de Mendonça, ministro em Washington, fora aviso das esperanças “restauradoras” Em of. de 3 de Outubro de 93, o ministro americano no Rio comunicava a seu governo a proposta brasileira para a compra de dois navios de guerra: Floriano mandara dizer que tinha provas evidentes da intenção
centraram no Rio cinco belonaves. (1) Apoiado a essa aliança — o marechal podia responder, a quem lhe conversasse de desembarque de maruja estrangeira: Receberia á bala! "Um "monróismo" tácito ajudou a Republica, nesse desfecho em que aparece a figura cavalheirêscia de Augusto de Castilho, o chefe da flotilha portuguesa. Para a intuição popular — nestas cousas aguda e infalivel — jogava-se um duelo final entre coroa e Republica. A bordo da "Mindello" representava Castilho a tradição lusa. Defronte, com os canhões rutilando, simbolizava a America a divisão dos cruzadôres — cuja presença antecipava o exito da esquadra do almirante Gonçalves, adquirida nos Estados Unidos e no Prata e esperada em Março. A iminencia dum encontro, que lhe provaria afinal a falta de muniçoes, a paralisia dos seus grandes barcos avariados, Saldanha preferiu desistir, por a salvo a sua gente, e, seguro disto, recomeçar adiante uma aventura em que acabasse tambem a vida. Castilho deu-lhe asilo. Intimado para entregar os oficiais que recolhêra, negou; e com uma inflexivel firmeza, contemplado pela populacao que corrêra ás praias para vê-lo sair a barra, lá se foi, com os dous navios, lentamente, honrando a palavra — que empenhara aos refugiados — e esse espirito naval, que a desgraça e a fadiga não tinham abatido, e lampejava, persistente, na melancolia dum grupo de emigrados. — Viva a Republica! — rugiram, pelas ruas, os estudantes, os jovens heróis do batalhão Tiradentes, os tenentes que acabavam de de-

monárquica dos revolucionários... (Ms. no National Arquivos, Washington).

Em 10 de Outubro tambem de 1893 telegrafou o diplomata para o State Department: "It is rumored that an attempt will be made to restore Monarchy". (Doc. no mesmo arquivo dos Estados Unidos).

(1) Hello Lobo, Um Vamo da Republica, ps. 164-5, São Paulo 1937.
fendê-la. Floriano assegurou-lhes que o triunfo era total. Consolidára-se o regimen. Vencêra, varrendo os inimigos, esmagando-os. Dêra com eles nas zonas frias do exílio. O marechal encarnava a Pátria abraçada á ortodoxia republicana, nevrosada de tumultos purificadores. Custodio alegára a necessidade de sangue, para que os campos se definissem, sem os adesis-tas cínicos; cumprira-se a sua vontade, resultára o seu pronóstico. O sangue “entra nas prescrições da medicina política” — dizia Napoleão a Metternich... E os “restauradores?”

Custodio afirma que deles não recebeu nenhum subsídio, siquer resposta ás cartas que lhes escreveu do “Aquidaban” (1). Emigrou Saldanha levando por unica fortuna 300 libras (2); e no Uruguai, em Março de 95, ainda lamentava: “os prometidos recursos do Rio ainda não vieram”. (3). “Condêno as conspirações”, proclamára Ouro Preto — achando que a decomposição, ou o aniquilamento, viria do uso, do abuso do regimen... (4). Era leal: “não sei, não posso, nem devo combater senão á face descoberta”; mas se enganava redondamente, se imaginava que excesso de poder é abdicação, renuncia, falencia. De fáto, aplicava á orDEM nova o raciocínio displicente dos inimigos da antiga, quando queriam que o Imperador, um belo dia, fizesse as malas, empacotasse a corôa, e, tomando o chapéo, se despedisse do país, entregando-o á “reger-neração”. Tal na República... de Platão, que aconselhára: como o doente vae bater á porta do médico,

(1) Almirante Custodio José de Mello, O Governo Provisorio e a Revolução de 1803, II, 302, S. Paulo 1938.
(2) Dunshee de Abranches, A Revolta da Armada, I, 29.
(3) Carta a Silveira Martins, José Júlio, op. cit., p. 385.
(4) Afonso Celso, O Imperador no Exílio, prefacio, p. LXXXIV (1.ª ed.).
os que precisam ser governados procurarão a quem os dirija, e não estes, a eles... Mas — Portugal? O rei D. Carlos — interrompidas as relações diplomáticas em consequência do abrigo a Saldanha — se limitará a recomendar aos ministros que lhe participavam o acontecido: "O que está feito, está feito. Deus permita agora que os navios cheguem sem qualquer novo incidente. É preciso tratar bem os refugiados quando aqui desembarcarem, como emigrados políticos que são: mas nunca perca o governo de vista que podere­mos estar de mal com todo o mundo, menos com o Brasil e a Inglaterra". (1) E o conselheiro Hintze Ribeiro mandou proibir que das corvêtas desembarcas­sem em Buenos Aires os oficiais brasileiros. Teriam de ser conduzidos para território português!

(1) João Franco, _Cartas do-rei D. Carlos I_, p. 41, Lis­boa 1924.
Em 15 de Novembro de 1894 a vida recomeçou — na política brasileira.

Iludiu-se Ruy na Inglaterra, tomando Prudente de Morais por instrumento do florianismo, reinstalado no Itamaraty após a substituição do “idolo”. O salvador da República nunca poderia ser o condestavel daquela casaca austéra, de Piracicaba. Prudente — militarista para os emigrados — era, para os tenentes de Floriano, um civilista soturno: daí, mais cedo ou mais tarde, o conflito que se resolveria com um vasto equivoco e um sacrifício isolado. Este, foi o assassinato do marechal Bittencourt; aquele, a guerra de Canudos.

Voltára Saldanha: mas para o seu fim romântico em Campo Osorio, concluindo, numa guerrilha extemporânea, a tarefa sem futuro que fizera compromisso de honra, resgate de tantos erros e solução individual.

vítória — rugiram os intransigentes. Mas a anistia era uma bela bandeira de governo e á sua sombra a ordem se congraçou com a lei. Os velhos monarquistas não perderam a ocasião. Arregimentaram-se — congregando forças eleitorais, primeiro em São Paulo, resolvidos a combater o partido dominante, depois no Rio, onde João Alfredo, Ouro Preto, Lafayette, Ferreira Viana, Andrade Figueira formavam o "estado maior" d'um exercito abstráto. Sem soldados; sem planos de campanha fora da demolição teórica, esses irreductíveis se juntavam mais para recordar que para lutar. O seu comando tornára-se coletivo: a literatura de Eduardo Prado e do visconde de Taunay, o sarcasmo de Lafayette e Figueira, a arrogancia de Ouro Preto, o angelismo de Viana, mais distante o trovão verbal de Gaspar — obstinado em reavivar, pelo voto, como Saraiva em 1890, a flama parlamentar... Conta Pires Brandão que de uma feita Eduardo Prado visitára, na redação da "Cidade do Rio", José do Patrocínio, que, decadente e agitado, inventava agora um aerostato. O jornalista levou-o á sala onde, no assoalho, com um traço de giz, esboçára a maravilha. E foi dizendo: — Filho, larga essa idéa de monarquia. O Brasil precisa dos teus serviços. — Prado olhou com atenção o risco de giz, sorriu-lhe e despediu-se: A monarquia é o meu balão... (1) Como o de Patrocínio — não subiria!

Deles, talvez, apenas Figueira — que se arruinára em 93 — teimasse em renovar a ação, que — no terreno da violencia — não seduzia os estadistas aposentados, os caracteres forjados no socêgo do foro, no inocente ardôr dos discursos. Prado e Afonso Arinos partiam

(1) Paulo José Pires Brandão, Vultos do meu caminho, p. 84.
do presuposto de que a Constituição admitia o franco debate. Arrimados a essa proteção, já que não a pudéram derrubar dois anos antes — saíram com o “Comércio de S. Paulo”, e logo mostraram o jogo promovendo “a primeira manifestação pública do novo partido”, um banquete em 15 de Outubro, aniversário de D. Pedro de Orléans e Bragança, “herdeiro presuntivo”. (1)

A festa em homenagem ao filho arredava intencionalmente a princesa Isabel do cenário político. Revelava o consenso, de que — nesses tempos difíceis — jamais poderia apresentar-se, numa paródia das pretensões ousadas, nova duquesa de Berry numa Vendéa bem guardada, a sensata senhora que não conspirará, que não pleiteava, que emudecêra. Antes o rapaz! Indigitaram-no, déram-lhe o verniz do “legitimismo”, antecipando a “sucessão”, em forma a apagar dos espíritos a impopularidade — do terceiro reinado, com o “francês”. Ao Diretório paulista, encabeçado por João Mendes, correspondeu em 2 de Janeiro seguinte o do Rio de Janeiro, com aqueles conselheiros, e mais Joaquim Nabuco, Carlos de Laet, Afonso Celso. Deitaram manifesto no dia 12; e logo circulou o “Libertador”. (2) Na atmosfera saturada de paixões extremas — tal campanha suscitaria reações desatinadas, que, de fato, foram do empastelamento dos prélos à imolação e á garruchada.

A polícia de Campos Salles varejou o Centro monárquico em São Paulo. Eduardo Prado recorreu a Ruy Barbosa — numa carta patética. “Como os re-

(1) Affonso Celso, Viciente de Ouro Preto, p. 101.
(2) Com os cons. Candido de Oliveira, Laet, general Cunha Mattos, Luiz Bezamet, Basset, Afonso Celso e outros, op. cit., p. 103. Subscriveram o manifesto: Ouro Preto, João Alfredo, Figueira, Lafayette e Carlos Afonso de Assis Figueiredo, “diretores do Centro monárquista nesta Capital”.

A PRINCESA ISABEL 309
publicanos do tempo de Luiz Felipe tinham ao realista Berryer por advogado, e como os judeus de Roma tinham no Sacro Colégio um Cardeal seu protetor, nós queremos que o republicano Ruy Barbosa tome em mãos a causa do nosso direito". (1) Morreu dias depois — o sibarita da fazenda "Fundão", modelo do Jacinto, de Eça, grão-senhôr rural que fugira aos deleites da riqueza em Paris para embraçar o escudo de Don Quixote — pessimista e imaterial na sua jornada...

O Supremo Tribunal não mandou reabrir o Centro — por faltar-lhe o devido registro. Depois, as arruáças do Rio se quêbraram diante dos três jornais "sebastianistas" cuja alma era o coronel Gentil de Castro. Os "jacobinos" voltaram-se contra Prudente. A guerra de Canudos fermentou uma lenda pueril: que acolá, no sertão bahiâno sem água, sem civilização, sem contactos com a cultura externa, o guião do "saudosismo" se exibira no punho de... António Conselheiro. Estranho e funesto engodo! O fanático era um pobre sujeito que pastoreava jagunços parvos num trêcho remóto de "caatinga" onde os viajantes e as ideias não iam nunca; e Canudos um arraial de rezadôres, necessário mais de um capuchinho, que os esclarecesse, que de um pelotão, que os metralhasse. A rua do Ouvidor deu-lhe, porém, uma ressonancia monstruosa. A inquietação popular moldou-lhe o "simile" histórico. E — com Victor Hugo fresco na memória — os môcos de colête vermelho juraram, que era aquilo a Vendéa, exatamente a Vendéa com os seus escopeteiros tôrvos, a sua guerrilha mística e os seus "padres". O Conselheiro reincarnava o "saldanhismo"... O que hoje parece incrível, naquelas horas quentes se afigurou

(1) Ruy, discurso de 21 de Dezembro de 1921, Novos Discursos e Conferências (coligidos por Homero Pires), p. 440, S. Paulo 1933.

Esse último crime — em 5 de Novembro de 97 — serenou, como por milagre, a procéla intermitente. 

O exercito comoveu-se, uniu-se, desfilou em continência diante daquele martírio — oferenda da honra militar à paz nacional. Prudente de Morais diria dos jacobinos como Mirabeau: "não lhes adotei o romance, nem a metafísica, nem os crimes inúteis". Reprimiu, processou, acusou — revestido de uma energia possante. Foi nas compensações dessa reviravolta que a normalidade política entorpeceu o irrequiétio espírito das ruas cariocas. Em 8 de Março de 98 um telegrama da ilha da Madeira noticiava — com brutal laconismo — a morte de André Rebouças. Suicidára-se — calcêta de sua saudade, escravo — o impenitente abolicionista.

(1) Artigo n'O Estado de S. Paulo, 14 de Março de 1897, Canudos (Diário de uma expedição), p. 167, Rio 1939.
do coração que se lhe rebentou no desterro voluntário e no desengano... Outros olhos agora, d'uma geração que tinha préssia, discutia o progresso e pedia ordem, para o seu trabalho entusiasta — leram, sem compreender bem a complexidade daquele caso, o telegrama de Funchal. A República aquiétara-se, financeira e equilibrada. Silvio Roméro esbravejara: "O povo brasileiro tem feito contra essa política apenas a guerra do tédio..." Reduzia-se a uma tranquilidade de recuperação, esgotando-se com o seculo — em 99 — as infaustas trepidações d'uma insurreição platônica. O seculo XX era como uma curva da estrada, que esconde o trajeto vencido e alarga para diante as perspectivas alagadas de luz...
O ciclo das conspirações anti-republicanas encerrou-se talvez em 1900.

O conselheiro Domingos de Andrade Figueira absorveu, nessa fase de inquietação esporádica, a atenção um tanto assombrada do país: em primeiro logar, porque não havia propriamente um “movimento” — ligado à oposição rude que se fazia a Campos Salles; em seguida — porque não se descobria, atrás da sobreca­saca do velho advogado, a sua legião pronta para o combate. Nesse caso — destaca-se um homem que luta, resiste, teima e ironiza, agigantando-se, na sua rebelião solitária, como se o martírio — ou o exemplo — lhe completasse o programa de ação. Não levou a sé­rio a conjura descoberta; Ferreira Viana deu-lhe o título, num panfleto amargo, de “conspiração policial”. As suas cartas a Campos Salles, escritas na prisão, foram ferózes: repisavam a “brincadeira do tal processo de conspiração”, que envolvera o major Pimentel, o Dr. Francisco de Góes, alguns sargentos... (1) O peor fora a prisão.

“Descoberta, ele é chamado à policia. Néga-se. Cercam-lhe a casa e arrastam-no á Chefatura, onde arrogantemente, com as vestes rôtas, sem chapéo, declara: Trouxeram-me o corpo e não a alma. Não depo-

(1) Cf. O Império, S. Paulo, 14 de Julho de 1900.
nho, porque não posso, não devo e não quero!” (1) Escusada violência — deu relêvo ao drama, d’outro modo “risível” (como Alcindo Guanabara o classificou) (2), dilatou-lhe os reflexos no espanto público, comoveu e provocou. Não se contem Ruy Barbosa que não escreva a Andrade Figueira — seu desaféto de outr’ora: “Nova Friburgo, 12 de Março de 1900... Só agora chega aqui a mala do dia. E o que, em presença da cena inaudita passada hontem na casa de v. ex. senti, e estou a sentir, de indignação, horror e nôjo, só no artigo de amanhã para depois terei ocasião de exprimir, querendo Deus, porque estou doente, e por isso lhe escrevo por mão alheia: a de minha filha. Mas, numa coisa sou obrigado a apressar-me, da primeira vez na minha vida que lhe escrevo: em procurar este meio pessoal de comunicar-lhe a minha simpatia. V. ex. é advogado, jurisconsulto dos mais sabios: não carece de patrono. Mas, se, na sua causa, que é a da lei e da civilização da nossa terra, precisar de um auxiliar, de um servo, de uma coisa qualquer, que mereça a honra de estar a seu lado, dê-me as suas ordens” (3).

Este conforto era tambem um certificado.

O regimen não pereceria, sacudido pelos braços magros daquele Samsão decrepito.

Agradecendo a Ferreira Viana o folheto, definia-se Figueira: “E’ uma clava que Hercules jogou sobre esse processo de conspiração, que seria ridículo se não fosse odioso e que o atirou ao nada, donde nunca devera ter saído”. E traçava o seu itinerário: “À semeilhança do “batalhão sagrado” formado por Pelopidas

---

(1) Paulo José Pires Brandão, Vultos do meu caminho, p. 18, S. Paulo 1935.
(2) A Presidencial Campos Salles, Politica e Finanças, p. 130, Rio 1902.
(2) Ruy, Cartas Politicas e Literárias, p. 370, Bahia 1919.
e Epaminondas dentre trezentos jovens tebanos para a defesa da independência da pátria e da liberdade da Grecia ameaçadas, constituíamo-nos centro das aspirações da mocidade brasileira, desgostada com as baixezares do presente e ávida de um melhor futuro para si e para a pátria! Empunhemos a pena...” (1) Afrontou o júri com a mesma insolência. “Senhores jurados. Não venho defender-me, venho acusar. Conspirei, conspiro e hei de conspirar, e quem não conspirará vendo a sua pátria em frangalhos como velo a minha?” Ouro Preto e Ferreira Viana sentaram-se ao seu lado, no banco dos réos. Foi absolvido por unanimidade. Saía coruscante de frases daquela provação — inconsequente. Os estadistas do passado conjugados pelo mesmo debate — de fato tinham mudado. Em 1892 eram derrotistas; em 93 sibilinos, ameaçando, como Lamartine a Guizot, com “la révolution du mépris”; mas em 1900 optimistas, dum claro e remoçado optimismo, propunham reformas, falavam da juventude e viajavam cenas da pequena política estadual acotovelando a descrença, espantando o desanimo que ia pelas almas republicanas. O seu monarquismo perdéra a atualidade e dispersara-se em generalidades. Pediam parlamentarismo, unidade nacional, representação; e uma tribuna. Ficaram aí. A exemplo de Chateaubriand, ao caír com os Bourbons que combatêra no trono e cortejava na desgraça. “Nous ne lui devions que notre fidélité, elle l’a”. Ruy franqueou-lhes uma secção n’A Imprensa. Anotou, á margem da “Decada Republicana”, no trecho em que lhe imputavam o republicanism do “Diario de Noticias” em 89. Então déra uma coluna aos republicanos, como

(1) Carta de 21 de Maio de 1900, Pires Brandão. op. cit., p. 21.
fazia agora com os monarquistas. (1) A seu ver, a República não podia ser menos tolerante do que o Império. Os anciãos, pelo menos, vibravam! Euclides da Cunha confidenciou a Coelho Neto: "De mim penso que uns restos de mocidade nacional estão nas mãos de meia duzia de sexagenários dos bons tempos de outrora. Entre esses desfibrados e jovens imbecis, tenho às vezes vontade de perguntar a um Andrade Figueira, a um Lafayette e a um Ouro Preto se já fizeram vinte anos." (2)

* *

Havia uma compensação para aquele exílio: o conde d'Eu repatriará-se. Um quarto de século vivera a sua aventura tropical; cumpria agora a princesa provar, por um prazo equivalente, o seu clima europeu. Os Orléans eram excelentes pessoas; porém o isolamento do conde de Paris em Stowe House, a velhice de Nemours, a doença da princesa Margarida — Czartoryska —, os revézes políticos lhes punham n'alma uma tristezã invencível. A admirável geração que vira 1848 extinguiu-se.

Às portas de Paris, na sua "vila" de Boulogne-sur-Seine, Isabel e Gaston tinham sempre a companhia do duque octogenário. Aparentava uma resistência perfeita; e continuava a dar aos gestos calmos a dignidade elegante d'um general do "ancien régime". Mas a morte da filha, em 24 de Outubro de 1893, prostrou-o, para nunca mais recuperar a sua severa energia. Ou-

---

(1) Exemplar na Casa de Ruy Barbosa, cm. por America Lacombe, devotado diretor do estabelecimento.
(2) Carta de 10 de Março de 1905, Francisco Venancio Filho, Euclides da Cunha a seus amigos, p. 154, S. Paulo 1938.
tros lutos concorreram para o seu crescente abatimento: a sobrinha Amelia de Saxe, filha da princesa Clementina; em junho o genro, príncipe Ladisláo Czartoryski; afinal, na paz do seu retiro, o chefe da família.

Reuniram-se os Orléans à cabeceira do conde de Paris. Nemours achou-se lá com os filhos, o conde d’Eu e o duque d’Alençon, e o príncipe Emanuel d’Orléans, filho deste, representando as três gerações que deviam testemunhar a sucessão da corôa numa ante-câmara funebre. (1)

“O conde de Paris teve, como chefe da casa de França, e portanto pretendente à corôa de França, o defeito de não possuir senão virtudes”. Nesse necrológiro de Eça de Queiroz ha o consenso da Europa: dir-se-ia que a raça de Enrique IV, não devendo reverdercer em soldados rios — pois seria anacrônico — renovava-se em flôres de santidade. Corria-lhe o dever do exemplo, uma especie de profissão de virtude, de larga lição moral que substituisse os programas políticos, já sem éco. Os varões do sangue de Luiz Felipe morriam admiravelmente.

A "MOCIDADE TEMERARIA"

Em 1896 o clarão d’uma alegria real consolou a decrepitude do duque de Nemours, já impossibilitado de viajar, de associar-se á festa dos netos: o casamento de Vendôme — o joven Emmanuel d’Orléans — com Henriqueça da Belgica, em Bruxellas. Foi em Fevereiro. Em Abril uma febre perniciosa prendeu-o ao leito; em junho não mais esperava levantar-se. Conseguiu sempre pôr-se de pé; e quiz recolher-se a Versalhes, ao hotel des Réservoirs, onde ocupou os apsosentos em que estivéra D. Pedro II. (1)

Para a condessa d’Eu a enfermidade do sogro nesse logar repleto de recordações do pae era uma reprodução — de dores e saudades que o tempo não consumira. Expirou a uma da manhã de 26 de Junho, cercado dos parentes, o bispo de Versalhes ajoelhado, concordando todos com a sentença do prelado: “C’est la fin d’un juste”. D. Pedro II morrerá assim. A cerimonia do sepultamento realizou-se em Dreux, em 1.º de Julho. Abriram o cortêjo o duque de Chartres, representando o duque d’Orléans que, em Marienbad, comunicará o falecimento do tio-avô às cortes europeias; o conde, a condessa d’Eu e os tres filhos; d’Alençon e Vendôme; os principes de Joinville, o duque de Penthièvre, o conde de Bourbonlon em nome de Ferdinan-

(1) R. Bazin, op. cit., p. 556.
do da Bulgária. Em Dreux reluziam os principais escudos de França. Havia também delegações patrióticas. Velhos oficiais das campanhas d’África, à roda do duque d’Aumale. Sobreviventes d’um passado tormentoso; expoentes d’uma política pertinaz. Quando a lousa sepulcral lhe selou — naquela cripta realenga — o sarcofago de marmore, foi como se um livro se tivesse fechado, com as páginas brancas esmagadas por uma capa de pedra: o livro do século XIX.

Em 4 de Maio do ano seguinte, um acontecimento terrível novamente enlutou os Orléans: o incêndio do Bazar da Caridade, em que se experimentava um cinematografo. A maravilhosa máquina ardeu, e, com ela, as bambinolas dum quiósque, os sarrafos d’um pavilhão, logo as construções de madeira, o Bazar todo. A duqueza d’Alençon, sitiada pelas chamas na sua barraca, quis que salvasssem primeiro as crianças; e, desaparecendo na fumaça e no fogo, ainda respondeu à angustia dum religiosa que lhe estendia os braços em desespero: “Dans quelques instants nous verrons Dieu: le ciel!” (1)

O duque viuvo desejou meter-se num convento.

Nesse mesmo ano de 1897 o conde d’Eu resolveu fazer a volta ao mundo: numa prolixa viagem do plano “Cook” — encetada em Outubro — “completaria a educação para o resto dos seus dias”. (2) Isabel — em 6 de Dezembro — escreveu a seus amigos do Brasil: “Vamos bem, apesar da tristeza que nos causa o estado do nosso infeliz País”. (3)

(1) D’Ysné, Duc d’Alençon, p. 165.
(3) Carta ms. no arq. de J. Alfrêdo.
O Príncipe — após a morte do pai — puzera em boa ordem os seus negócios. Apuradas “as sucessões de D. Tereza Cristina, de D. Pedro II e do duque de Nemours”, comprou a sua deliciosa casa de Boulogne-sur-Seine.

Dos havêres do Brasil recebera pouco. Uma pedreira que lhe custará 200 contos, pudera vender por 600, pagando logo as dívidas, 500 contos ao Banco do Brasil, 30 ao Banco Nacional e 24 da Mordomia; na Europa, viu apenas 46 contos. Ficavam-lhe mais a casa de Petropolis, alugada por 8 contos anuais, uma à rua do Marquês de Abrantes, por 6 contos, outra à rua de S. Pedro, por 2400$. Fôra tudo. (1) Em 1905 completou um antigo ideal, adquirindo o castelo d’Eu, tempos antes danificado por um grande incêndio. Era a propriedade do seu nome, um ambiente para o seu inverno, com a vantagem de poder juntar aí as suas coleções, os papeis de D. Pedro II, as suas têlas, as reliquias brasileiras que lhes lembrassem — à princesa e a ele — o Paço Isabel, as modestas galerias de S. Cristovão e o seu lar na serra. Entretanto no castelo d’Eu, foi como uma “restauração”, (e uma reconstrução...), à sua moda, do seu espírito de Orléans, do seu orgulho rácico: exilado na infância, confinado mais tarde em terra estranha, pelo menos teria, para os últimos dias, o abrigo do seu palácio-patronímico, por sinal um dos mais notáveis de França.

A princesa regozijára-se (escrevendo a João Alfredo, em 27 de Junho de 1905): “Terá certamente sabido que Petropolis é todo nosso, que os sobrinhos acabaram-se por ter juízo. Esta solução deu-me muito prazer.” (2)

(1) João Brigido, O Conde d’Eu, p. 29.
(2) M. no arq. citado.
A “vila” de Boulogne-sur-Seine foi, por cinco lustros, a mais brasileira casa de Paris.

Acessível a quantos vinham da Pátria, constituiu um campo neutro para as opiniões e as lembranças da terra comum: e pôde dizer-se que os cartões que lá deixavam os ricos patrícios em trânsito constavam dos seus hábitos de viagem como a visita à Torre Eiffel ou o desfile obrigatório, pelos Invalidos. A princesa recebia com simplicidade e o conde d’Eu sempre comovido, a perguntar por muitos personagens do seu tempo e achando jeito de falar em “Perribebúe”.

Em 13 de Julho de 1901 — tiveram uma surpresa patriótica.

Perto da “vila”, num estrondo de queda, sobre os castanheiros do parque de Edmond de Rothschild, abater-se a aeronave em que Santos-Dumont disputava o premio Deutsh. Prodigiosamente, o rapaz salvou-se agarrado a uma alta rama de árvore. A princesa mandou-lhe o almôço — para que o comesse mesmo no seu galho de castanheiro — e o convite, para que a fosse ver. Santos-Dumont substituiu a gravata encarnada por um lenço de sêda — nada de símbolos jacobinos! — e apresentou-se à condessa d’Eu, que o animou:

— Suas evoluções aéreas fazem-me recordar o vôo dos nossos grandes pássaros do Brasil. Oxalá possa o senhor tirar do seu propulsor o partido que aqueles tiraram das próprias azas e triunfar, para glória da nossa querida pátria.

Deu-lhe depois uma medalha de São Benedito “que protege contra acidentes”.

O “pae da aviação” suspendeu-a a uma pulseira de que não se separou mais. (1)

Distribuiria outróra condecorações...

As medalhas devotas amparavam, confortavam, secavam muita lágrima furtiva.
Só não faziam esquecer.
No ano anterior escrevera uma carta que era quasi um enigma:

“8 de Abril de 1904. Meu prezado Conselheiro Sr. João Alfredo. — A Baronêsa de São Joaquim é de toda minha confiança. Ela lhe falará. Desejaria muito e muito que viesse ver-me logo que lhe for possível, a menos que objeto de maior importância ainda, o retenha lá. Desejaria também que estivesse convencido de que não faço absolutamente questão de minha pessoa. Outro mais moço poderá estar mais no caso de ser útil, e se não soltei as rédeas já é porque a mocidade pôde ser temerária. Lá vão o que devam fazer convencidos de que ninguém de minha família poró obstaculo ao que fôr para o bem do país. Creia sempre em toda minha amizade e toda minha confiança. Isabel condessa d’Eu.” (1)

Tratava-se do “pretendente”.

“Outro mais moço”, “a mocidade temerária” — era por certo o segundo filho.

Os seus rapazes, concluídos os estudos, tinham iniciado no exercito austriaco — como o duque de Vendôme — a carreira das armas. D. Pedro e D. Luiz chegaram ao posto de capitão. Este não iludira o preceptor, quando, enfezado, lhe batia o pé. Emquanto o mais velho ambicionava uma vida harmoniosa de viagens,

Senhor Santos-Dumont. Envio-lhe uma medalha do São Bento, que protege contra acidentes. Aceite-a e use-a na corrente do seu relógio, na sua carteira ou no seu pescoço. Ofereço-lha pensando na sua boa mãe e pedindo a Deus que lhe socorra sempre e lhe ajude a trabalhar para a glória da nossa pátria. Isabel, condessa d’Eu’’.

(1) Ms. no arq. de João Alfredo.
de tranquilidade intima, de renuncia ás atitudes teatrais — o outro ardia em sonhos de aventura e luta. Tomaria o logar do irmão, se lho désse; substituiria a mãe, resolvida de muito a “soltar as rédeas”; daria que falar de si.


(1) Louis d’Orléans, Dans les Alpes (1896-1898), Paris 1900.
(2) Louis d’Orléans et Bragance, Tour d’Afrique, Paris 1902.
Em 1904, ia ser oficial em Presburgo. 
A princesa insistiu, ainda misteriosa:
"Meu prezado Conselheiro Sr. João Alfredo,
"A Condessa Monteiro de Barros lhe dirá toda a vontade que tenho de vê-lo e conversar com o senhor. Venha o mais breve possível. Sinto muito que sua viagem tivesse sido adiada. Terei tanto prazer em torná-lo a ver! Creia em toda minha amizade. Isabel condessa d'Eu. — Depois d’escrita esta conversei com o S. e acrescento: venha se sua presença não fôr útil lá”. (1)
O Conselheiro empreendeu a viagem.

Não transpirou a combinação acertada, as impressões trocadas naquele socegado recanto de Boulognesur-Seine.

Em 1906, porém, um frémito de irritação política quebrava o gêlo d’uma alma repousada, aquecia-a num instante de vibração intempestiva.

"16 de Agosto de 1906. Meu prezado Conselheiro. Como sempre venho abrir-lhe meu coração em momentos angustiados. Vi nos jornais a proposta da trasladação dos restos dos meus queridos pais! A ideia é de justiça, mas falta-lhe tacto; façam a restauração que para lá com certeza irão. Uma lei de levantar banimento não poderia ser aproveitada por mim pessoalmente nas circunstâncias atuais e durante minha vida não me poderia resignar a deixar ir para longe de mim os restos daqueles que tanto amei e amo e perto dos quais ainda posso ir rezar! E’ um grande constrangimento para mim a ideia pois teria de responder negativamente. Creio bem lembrar-me de que já falei-lhe nisso aqui (em Paris) e que o senhor mesmo foi de opinião que tal consentimento não poderia eu dar sem restauração. Esta carta é para o senhor só, mas dela se poderá apro-

(1) Ms. no arq. citado.
veitar caso o julgure necessário. Sabe bem toda a confiança que tenho no senhor, e também quanto sou sua amiga muito de coração — Isabel condessa d'Eu.” (1)

Afonso Arinos de lá escreveu a Martim Francisco — em 26 de Janeiro de 1906: “Estou certo de que os principes aprovam com fervor o programa de disputar eleições. Aqui, no dia da eleição do Falières, um deputado monarquista (ha nas duas Camaras cerca de 80) telegrafou ao duque de Orléans do proprio palacio de Versalhes…” E interrogava, estouvido: “Porque razão os monarquistas daí não deixam de parte o platonismo e entram em ação pacifica como a campanha eleitoral ou violenta, quando for oportuno?” (2) Esta ideia de ação a todo preço, de oportunismo e “golpe” — não mais da “majestosa reserva e pasmaceira” — empolgou em Boulogne-sur-Seine “a mocidade temeraria”.


---

(1) Ms. no arq. citado.
(2) Martim Francisco, Contribuindo, p. 24, S. Paulo 1921
(3) Ms. no arq. J. Alfredo.
ca-ra-lhe este compromisso: não se excederia, em infan-
tilidades; ouviria o diretório monárquico; teria juízo. Temia-lhe exatamente as alternativas de paixão e me-
lancolia... Em 4 de Maio de 1909 pediu ela a João Al-
fredo "obter de seus colegas alguma cousa que acalme o Luiz e ao mesmo tempo não o deixe caír em desani-
mo. Ele está cheio de bôa vontade para trabalhar por nossa causa". (1) Mas a viagem foi infrutífera: melhor, produziu um belo livro, "Sous la croix du Sud". O go-
verno obstou-lhe ao desembarque. No escritório de Ouro Preto — informa João Alfredo (2) — chegára-se á conclusão de que um pedido de "habeas corpus" seria denegado.

O presidente Penna tivera de ouvir Ruy Barbosa, cuja resposta foi cabal: dependia de lei a relevação do banimento. "Se hoje não ha mais risco algum (e me parece que não haverá) em acabar com semelhante ex-
ceção, á representação nacional compete decidi-lo." Porque a Constituição proibia o banimento "judicial", e aquele fora "político". (3) Na limpeze desse comen-
tário falava a exegése histórica: primeiro, o ato do Con-
gresso que o revogasse! A imprensa discutiu nervosa-
mente o incidente — enquanto o moço, de bordo, in-
vestido por uma onda de amigos, contemplava comovi-
damente a terra natal. As manifestações fizéram-se ali, num desfile de gente de outr'ora, de veteranos do Para-
guai, de titulares do Imperio arrimados a suas benga-
las, mais numa despedida do que num acolhimento. Aquele ardente rapaz, tão confiante em si — chegára-
lhes demasiadamente tarde. O barco seguiu viagem,

(1) Ms. no arq. citado. A princesa telegrafou-lhe, 15 de Maio de 1907: De Boulogne-sur-Seine. Feliz e muito agrade-
cida por telegrama agradeço do fundo d'Alma recepção feita a meu filho, Isabel." No mesmo arq.

(2) Ms. no arq. J. Alfredo.

(3) Maio de 1907, Ruy, Cartas Políticas e Literárias, p. 85.
com o “pretendente” disposto a tentar algum dia a sorte, revelar-se uma vez, agitar-se pelo menos, numa ação direta. Limitou-se a um manifesto — e á correspondência de poucos, na obsessão de sua quiméra, desvanecida muito cedo.

As letras foram-lhe mais propicias que a politica.

O escrítôr devia vencer o principe.

Herdára do pae a má estrela — e da mãe o condão de uma ascendençia mistica, que se reduziu a um epíteto. Ariel, a correr mundos... Não é de admirar que preferisse emfim — a uma cadeira de deputado como Luiz Napoléon — uma poltrona académica como os duques de Richelieu.

Assim o percebêra Euclides da Cunha — e avisára a Escobar — republicano como ele, da velha guarda: “Um contraste: depois de receber a tua carta, irei responder outra — do príncipe D. Luiz de Bragança!... Recebi-a ha dias. Tem oito páginas massiças, escritas num português impeccável e surpreendente. Não preciso dizer-te que ela não me fére a integridade republicana. D. Luiz é sobretudo escrítôr. Escreveu ao adversario político — ele mesmo o observa — obedecendo apenas às afinidades de temperamento. De qualquer modo é um compatriota que estuda as nossas coisas e que ama o Brasil. E como, ao mesmo tempo, parece-me ter lucidez bastante para compreender que a missão de sua dinástia está completamente acabada, irei responder-lhe desafogadamente”. (1)

Apenas o seu estilo francês mascarava uma inquietação irremediavel. “Naturalmente preferiria agir a falar — comunicou, em 1913, a Martim Francisco; a nossa atmosféra está saturada de palavras. Mesmo os admiraveis discursos de Ruy já não produzem a menor

(1) Carta de 10 de Abril de 1908, Venancio Filho, op. cit., p. 207.
impressão.Precisamos de atos, mas quais? A conclusão do meu manifesto não é um méro hiperbole. Se for para o bem do Brasil, estou pronto a arriscar a péle na primeira ocasião que se apresentar; mas onde encontrar essa ocasião? A distancia e o "terror das responsabilidades" são obstaculos quasi insuperaveis. Em fim, quando precisarem de mim, bastará um simples telegrama. Não imagina quanto me custa ficar aqui, de braços cruzados, quando penso que um punhado de homens decididos bastaria para arrancar a Pátria das garras dos aventureiros que a exploram." E n'outra corrente de ideias: "Ainda não sei qual será a sua atitude na questão de candidaturas. Quanto a mim, julgo ambos os candidatos "indesejaveis"; mas a ter de optar, optaria pelo Ruy, cujos partidarios representam o elemento mais são e de maior prestigio no país. Parece-me mesmo que poderíamos aproveitar o momento para um acordo com os proceres desse grupo, afim de conseguirmos um esforço comum pela restauração, logo após as eleições presidenciais". (1) Nem platonismo, nem acomodação. Oscilava nele o calculo, entre o caudillo e o politico; com vontade de saltar de sabre em punho n'alguma praia do Brasil, como um paladino, e todavia inclinado para um acordo, que lhe poupasse a alucinacao. Procurava pescar, nas turvas aguas da crise brasileira. Ruy, inventivando as "salvações", ou intervenções violentas nos Estados, desse periodo de desordens em serie, escrevêra ao senador José Marcelino: "Se um novo Monck se propuzesse a restabelecer entre nós a monarquia, como andam tão alvoroados em crêr os fiéis desse regimen, com esse presente, que de antemão e de mão beijada lhe fazemos, estaria aberta

(1) Martim Francisco, Contribuindo, ps. 20-1 (Carta de 11 de Setembro de 1913). Fala do príncipe em Montreux, Rodrigo Octavio, Minhas Memórias dos Outros, ultima série, 302.
a estrada, para, pelo desmonte da autonomia dos grandes Estados, se ir ter à centralização e ao trono". (1)

Martim Francisco elegeu-se deputado em 1910.

Para combater, trançar, confundir? Parece que menos: para sorrir... — Opôr-me-ei com todas as forças ao seu reconhecimento. Constituiria sancção de verdadeiro escândalo eleitoral! — gritou-lhe um colega, seu adversário.

E o Andrada, muito sério:
— Quão diverso o proceder do Sr. seu ilustre Pai! Néga-se o meu inimigo ao ato generoso com que o seu digno Progenitor o beneficiou: o reconhecimento!

A sua dialética fora a "blague", a sua clava — o humorismo, e de resposta ao partido oficial tinha sempre pronta, como um petardo num ramalhete — a sua pilhéria.

— A República tudo perdeu, menos a honra!

Os assistentes assombraram-se, com esta declaração. Mas acrescentou — feroz:
— Ninguem perde o que nunca teve!

Estrugiu a gargalhada. (2)

O "saudosismo" bifurcava-se — nas lamúrias de vários Jeremias e no riso de alguns sarcasmas. Refugiava-se em anedótas. Deslisava em ditos de espírito. E perdia-se no nada.

D. Luiz desambainhou a espada: mas n’outros climas de pelêja e sacrifício.

A guerra européia entreteve-o, desviou-o de sua obsessão partidária, cobrou-lhe com avareza o seu débito de Orléans e os seus compromissos de descendente de Enrique IV.

(1) Carta de 11 de Agosto de 1910, Cartas pol. e liter., p. 194.

(2) Afonso Taunay, Martim Francisco III, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, XXXI, 13 (1936).

Para a princesa Isabel era o fim de sua delicada missão de mãe. Encarava agora com mais serenidade o último dever de filha: a repatriação dos restos mortais que em S. Vicente de Fóra aguardavam, num logar de empréstimo, essa justiça tardia.

Puzera-se a pensar na morte.

Fez testamento em Boulogne-sur-Seine, a 10 de Janeiro de 1910. Sem deixar cair da pena uma palavra

(1) São filhos do príncipe D. Pedro e da princesa Eliza-
beth: D. Isabel (13 de Agosto de 1911), atual condessa de Pa-
ris; D. Pedro Gastão (19 de Fevereiro de 1913); D. Maria Fran-
cisca (8 de Setembro de 1914), nascidos no castelo d'Eu; D. João (15 de Outubro de 1916) e D. Tereza Maria (18 de Junho de 1919), nascidos em Boulogne-sur-Seine.

(2) Teve três filhos: D. Pedro Henrique (13 de Setembro de 1909); D. Luiz Gastão, falecido aos dez anos de idade (1911-1931); D. Maria Pia (4 de Março de 1913), nascida, como seu irmão mais velho, em Boulogne-sur-Seine.
política, um sentimento estranho à contrição de sua alma cristã desapegando-se das vaidades humanas. “Eu, abaixo assinada, Isabel, condessa d’Eu, tendo resolvido fazer o meu testamento, faço-o pelo modo seguinte. Quero morrer na Religião Católica, Apostólica, Romana, no Amor de Deus e no dos meus e de minha Pátria”. (1)

Renunciára, nas mãos de D. Luiz, (2) a sua reivindicação esmaecida no desinteresse e na paciência da velhice muito preenchida com as obras pias.

Insinuára-se em tempo uma mediação do-rei D. Carlos, convidado para visitar o Brasil — quanto à revogação do exílio.

Opuzéra-se, numa desaprovação incisiva: Não! Fora humilhante e inutil. (3)

Pobre rei — não faria a sua bonita viagem! Chamára ao poder João Franco “já um pouco tarde”, como escreveu Ramalho: à semelhança de Ouro Preto no ultimo ato do espetáculo imperial. Aquele reinado, que coincidira com o destronamento de D. Pedro II, enlaçado de guirlandas quando humildemente se depunha em S. Vicente o corpo da Imperatriz Tereza Cristina — acabou numa tragédia sem par. Arcabuzados na via pública D. Carlos e o príncipe real — com eles praticamente se extinguiu a monarquia: entre o regicídio e a revolução de 5 de Outubro a república se impôz, e dominou. Isabel assustou-se — compungida. Os Orléans choravam a desdita da rainha Amelia e do seu filho;


(2) João Alfredo “me disse um dia que continuava a considerar D. Pedro o legítimo sucessor da Princesa Imperial por não haver sido feita sua renúncia perante a representação nacional...”; Oliveira Lima, Memórias, p. 86.

(3) Ms. no arq. de J. Alfredo.
mas a princesa temia por outra coroa. A coroa de madeira doirada que na cripta de S. Vicente guardava os despójos amados. E de 14 de Outubro de 1910 esta carta para o seu contidente:

“Meu prezado Conselheiro. — Estamos tão longe que é necessário prevêr as cousas muito de antemão. A triste revolução de Portugal nos fez revivêr Novembro de 89 e ao mesmo tempo dá-me a pensar, anciosa, sobre os queridos restos mortais de meus queridos Pais. Ficam eles em Lisboa á mercê de quem?! Não julgo uma contra-revolução provável, pelo menos tão cêdo. No estado atual das cousas não será mais acertado irmos visitá-los em Lisboa, sobretudo não sabendo de quem vão depender. O senhor sabe que até agora julguei durante minha vida não me ser possivel separar-me de tumulos tão caros deixando-os á mercê da republica. Aliás tenho mais confiança na maneira de proceder da republica do Brasil do que na de Portugal. Eis o que pensei: esperar um pouco e vêr no que dão os acontecimentos. Mas tudo pôde precipitar-se e o que deva eu fazer?! Por isso peço-lhe seu conselho e que se entenda bem reservadamente com os Chefes a respeito. Chegará a ocasião de eu aceder á ideia que lá formularam?! N’esse caso julgo talvez necessario um pedido formal (custar-me-ia tomar uma decisão a não ser assim) e regularizar-se bem a maneira por que a trasladação tivesse de ser feita. Com quem nos entenderiamos para rehaver nossos caros defuntos?! O senhor avaliará bem minhas preocupações. Peço-lhe que como sempre me ajude a tomar a decisão mais ajuizada, e como sempre creia em toda minha confiança e amizade. — Isabel, Condessa d’Eu”.

O apelo do Diretório Monárquico foi redigido com eloquencia; respondeu-lhe — em 8 de Agosto de 1911 — que consentia fossem os ataúdes imperiais para a
Catedral, se a igreja de Petropolis ainda não os comportasse. (1)

Mas a João Alfredo, que aceitara a direção do Banco do Brasil, replicara com 'firmêza': Não se doêsse das censuras. "Estou convencida de que se esse cargo viér a trazer-lhe compromissos contrários às suas convicções retirar-se-á. Por enquanto muita abnegação e paciência."

Soubesse também: os netos enchiam-lhe de encantos a sua paz sem ambições. "Os avós têm um amor especial pelos queridos netinhos". (2)

Continuava igual a si mesma, atenta às cousas de sua saudade, vigilante apezar de abdicatária — e entregue toda àquela geração que despontava. O tempo, que parecia não correr, nas remotas galerias do seu castelo, ia devagar, um após outro, derrubando os generais de sua causa, os advogados do seu privilégio. Os "chefes", como lhes chamava — estado maior sem exercito, cujo capitão jóven, D. Luiz, não podia fazer-se bem compreendido deles — desapareciam do cenário em que já eram sombras ou reliquias. Tinham realizado, no ostracismo, a política inofensiva da abstenção, a severa conspiração do silencio e morriam aureolados de lendas. Sobreviviam na dextreza de sua ironia. Ficára-lhes o exemplo. Crearam um tipo, de velhice descontente, a cuja passagem, na rua do Ouvidor, os transeúntes abriam alas com respeito. Ouro Preto, com as alvas suíças de estadista da época vitoriana; Lafayette com o sarcasmo engatilhado no sorriso leve; Figueira de

(1) Ms. no arq. cit.

(2) Carta de 8 de Agosto de 1911: "Estou à espera do terceiro neto filho do Pedro. Junto envio-lhe uma fotografia minha com meus netos do Luiz. Pedro Henrique cada vez se desenvolve mais e é criança inteligentíssima. Os avós têm um amor especial pelos queridos netinhos". (Ms. no mesmo arq.)
calças brancas, o “frack” poído nas mangas, simbolicamente a sua capa de Antisthenes — imponente na sua invalidez, temível na sua altivez agreste... João Alfredo confessou uma vez: — Se não fosse a família, o meu sonho seria acabar frade mendicante. (1) Esses jurisconsultos transitavam para o tumulo com um passo soberbo — como se seguissem para o parlamento, a defender o seu programa. Este — era a sua coerência. Quando faleceu o visconde de Ouro Preto, Ruy Barbosa escreveu uma carta vibrante ao filho: honrava-lhe os funerais a “veneração de todos os brasileiros”. (2) Bastar-lhes esse prestigio — e esse prémio. Os ruídos da crise nacional abafavam outras vózes, perdidas numa agitação crescente.

1914 raiara esperançoso — para o Brasil e para o mundo. Foi entretanto o ano da hecatombe.

De Agosto de 14 a Novembro de 18 um pensamento só dominou os Orléans e — no castelo d’Eu — a família exilada: a vitória francesa. Preteriu todos os interesses. Sobrepôz-se às conveniências pessoais. Foi uma forma de pagamento: Isabel e os filhos retribuíram lealmente ao país que os hospedava a graça e a ternura do agazalho. Agora, os campos de batalha chamavam a juventude; e atrás das linhas de fogo havia ocupaçao e logar para os marechais invalidos e as damas caritativas.

(2) Carta de 24 de Fevereiro de 1912, Cartas Pol. e Lit., p. 238.
EPILOGO

D. Luiz e D. Antonio alistaram-se no exercito inglês. O conde d’Eu enfiou no braço a insignia da Cruz Vermelha. A invasão estrugia, como um oceano que tivesse rebentado os diques belgas, e levando no seu ímpeto as defesas, as fortalezas, os exercitos, só devesse quebrar-se de encontro às arestas de Notre Dame, nos cais de Paris. Mas, entre 6 e 12 de Setembro, a batalha da Marne a desviou do seu rumo. De novo, naquela planicie histórica, os destinos do mundo se jogaram com fúria: venceu Joffre. Os primeiros feridos chegaram a Abbeville no dia 8. A guerra aproximára-se do castelo d’Eu. O velho castelão empunhou uma baioneta de guarda-cívico; e apresentou-se, para a sua ronda noturna, como um soldado de 70 que ainda podia abrir fogo sobre o inimigo. (1) Não foi preciso. A vitória da Marne assegurára-se, em 10 de Setembro, com o exito do 6.º exercito, em l’Ourcq. (2) Seguiu-se a “corrida para o mar”. Depois, os beligerantes se recolheram às trincheiras e a “usura” da terra, a dissimulação no sub-solo, o canhoneio cégo não lhes permitiram mais as belas manobras do tempo em que os

(1) A. Rangel, op. cit., p. 314.
dragões de capacetes reluzentes se misturavam com as infantarias de penachos vermelhos, dos quadros românticos... D. Luiz d'Orléans e Bragança conheceu esses contrastes desde 23 de Agosto de 1914 a 15 de Junho de 15.

Ainda em Junho de 14 D. Luiz não acreditava na guerra.

Acariciou então um sonho — encorajado por seus confiáveis do Rio de Janeiro. Vagára-se na Academia Brasileira, por morte do almirante Jaceguay, a cadeira de Casimiro de Abreu. Candidatou-se. A Ruy Barbosa, presidente da Academia, escreveu com veemência: “Habituado a considerá-lo como o campeão infafligável das liberdades públicas no nosso país, espero que V. Ex. não negará a um exilado o favor e a honra que ele solicita” (1). A missiva foi transmitida ao destinatário por Rodrigo Octávio (cujas conferências na Sorbonne, em 1913, o príncipe ouvira com interesse) (2). Não lha respondeu Ruy. Goulart de Andrade venceu o

(1) Ms. no arq. Ruy Barbosa.

(2) Devemos ao ministro Rodrigo Octávio a comunicação das duas cartas que, por igual motivo, lhe escreveu D. Luiz: “Boulogne-sur-Selne, 12 de Julho de 1914.— Prezado Dr. Rodrigo Octávio. — Como o Snr. sabe, sou candidato à cadeira de Casimiro de Abreu, vaga na Academia de letras pela infausta morte do nosso glorioso Jaceguay. — Creia o Snr. que muito hesitei antes de enviar a minha carta de apresentação. Se por fim julguei conveniente ceder às instâncias dos meus amigos, não foi por muito presumir do valor de minha obscura obra, nem da minha posse do nosso belo idioma, mas para manifestar o meu desejo de trabalhar com os mais ilustres representantes da nossa cultura pelo brilho das nossas letras e pelo progresso intelectual do nosso caro Brasil. — Impossibilitado infelizmente pelas contingências políticas de fazer-lhe, como eu quizera, a minha visita de apresentação, sirvome deste meio para cumprir tão grato dever e solicitar a honra do seu voto no meu nome. — Não ignoro as suas convicções republicanas, mas conhecendo também a sua imparcialidade e a sua mente generosa, bem sei que essas convicções jamais influirão no seu espírito, para o julgamento do valor literário dum candidato. — Aproveito o ensejo para testemunhar ao ilustre jurisconsulto, cujas luminosas conferências ficaram gravadas na minha memória, os meus protestos de elevado
prélio acadêmico. (1) Um poeta, aos 34 anos de idade, ficava bem — na poltrona de Casimiro, o vate nostálgico: recebeu-o Alberto de Oliveira. No ano seguinte voltou o “exilado” a corresponder-se com o seu notável patricio.

Em 9 de Junho de 1915... “Escrevo estas linhas no Quartel General do 1.º Exercito Britânico, ao som grandioso dos 1.800 canhões que, á nossa direita, os francêsos concentraram ao norte de Arras. Hoje mesmo foi-me dado percorrer o campo de batalha dos recentes combates de Casency e Albain St Nazaire. Visão sublime e no mesmo tempo horrorosa! Se por um lado meu atavismo militar me predispõe a compartilhar as emoções guerreiras do ambiente em que vivo, a minha razão não me ilude sobre a barbara inutilidade de tantas carnificinas. Vottando da minha expedição e deparando nos jornais recebidos, com o vulto de V. ex., surgiu-me na memoria, com particular intensidade, o brilhante papel eempenhado na conferencia da Haia, pelo nosso inclito representante. Reunião ilusória, dirão alguns. Que os acontecimentos não tardaram a ridicularizar! Tentativa sublime, direi eu que, teria poupado a vida a milhões de seres humanos, se os algôzes da Europa já não estivessem decididos a en-

apreço e sincera simpatia intelectual. — Crela-me sempre seu patricio e admirador — Luiz de Orléans e Bragança”.

“Urlacq, 5 de Julho de 1915. — Prezado Dr. Rodrigo Octavio. Alem dos predicados inegaveis do meu concorrente considerações de ordem meramente politica tornaram impossivel a minha vitória na ultima eleição da Academia de Letras. Não quero porém deixar de lhe agradecer a grande honra que o Snr. me fez dando-me nessa ocasião o seu valioso voto. Se o numero dos meus partidarios foi reduzido, posso pelo menos, creio, orgulhar-me com o valor representativo que lhes compete no esêlo intelectual da nossa Pátria. Aceite as mais cordiais saudações do amigo grato e sincero admirador — Luiz de Orléans e Bragança”.

(1) A eleição foi em 22 de Maio de 1915. Goulart teve vinte votos e o príncipe nove. (Atas da Academia, ms. no arq. desta).
frentar todas as calamidades para a satisfação do seu orgulho nacional..." (1)

Esta linguagem sensibilizou o tenaz adversário das "soluções de força", da "nova barbárie". Indiferente ao sebastianismo, indigitá-r-o ao regime como um sintoma; desdenhando as conspiratas, permanecê r-a fiel ao seu liberalismo; superior às superstições políticas açára, acima dos seus equivocos, o culto do espírito e do Direito. Dispuizé-r-se aliás a sua grande campanha em prol dos Aliados. Viu em D. Luiz — que o evocava e o aplaudia em meio das chamas do imenso incendio — um indice da geração consumida pela guerra; talvez até lhe presentisse o fim próximo, devorado pelas enfermidades contraídas na lama das trincheiras e no envenenado ar do "front" bafejado pelas emanações tóxicas; e foi copioso na réplica. (2)

"Rio de Janeiro, 19 de Julho de 1915. Alteza: Lendo a preciosa carta, com que sua benevolência me honrou a 9 do mez passado, e que acabo de receber, senti muito viva impressão da falta, grave, gravíssima, em que estou para com V. A., não lhe tendo respondido até hoje aos seus obsequios anteriores, já quando se apresentou candidato á Academia Brasileira, já quando, em data mais antiga, me distinguiu, oferecendo-me um exemplar do seu admirável livro Sous la Croix du Sud, tirado em linguagem portugueza.

"Acceite V. A. esta confissão do meu remorso e do meu acanhamento como expiação da culpa, que ouso esperar me relevará, á conta das circunstancias de uma vida sempre accidentada e sobrecarregada em excesso mesmo para um organismo novo, quanto mais para o de um homem já bem entrado em annos como eu.

(1) Ms. no arq. Ruy Barbosa.
(2) Ms. no arq. Ruy Barbosa.
“Muito antes de o conhecer pela sua ultima obra, já eu começara a lhe apreciar o talento, lendo, ha quinze annos, a sua brochura **Dans les Alpes**, onde as qualidades do escriptor não estão abaixo dos quadros, que descreve, e dos riscos a que se expoz na perigosa excursão. Mas isso era apenas uma distração em confronto do registro das suas viagens e observações **Debaixo do Cruzeiro do Sul**. Ahi os dotes do observador fino e do philosopho politico, juntos á sobriedade e á transparencia de um estylo habil no aproveitar os recursos do idioma crystalino em que se exerce, fazem desse volume um bello escripto e um formoso manual de idéas sãs e investigações uteis.

“Desde que o li, foi V. A. o meu candidato á Academia Brasileira, que a sua entrada, a meu ver, honraria e prestigiaria.

“Escripta do Quartel General do Primeiro Exercito Britannico, a carta de V. A. vem repassada no ambiente de heroismo sublime e grandesa moral, que ahi se respira. Como me lisongeia que, entre taes emoções, pudesse V. A. ter um pensamento de generosidade para com o humilde compatricio, a quem se dirigia! Creia V. A. que, se alguma coisa ainda me eleva o animo esmorecido com as miserias de nossa politica interna, é o espectaculo dessa lucta de gigantes, dessas maravilhas de abnegacão e energia moral, esse patriotismo de Titães, que parece terem acabado, realmente, de roubar o fogo do céu, para alimentar o da liberdade humana, ameaçada pelas potencias tenebrosas da mais terrível das barbarias.

“Esse quadro espantoso me levanta o animo da nossa prostração nacional, dando-me o orgulho de pertencer á especie dessas creaturas de Deus, que elle ergeu acima das outras, e, todavia, andam tão decaídas noutras regiões da superficie do nosso planeta.
“Bem feliz é V. A. em poder sentir bem junto do seu esses corações, onde rutila inextinguível a scintelha divina do sacrifício pelo dever, em ter o gosto de aquecer a sua alma ao contacto dessa raça, a que todo o mundo contemporaneo deve as suas constituições livres, e em associar, com a sua presença, uma porção moral da nossa patria á defesa desses interesses eternos, desses direitos sagrados, com os quais prende também directamente o futuro do Brasil.

Não sei se as conveniencias autorisam estas expansões. Mas creio que V. A. m'as perdoará, considerando que se devem à influencia da sua carta, dos nobres sentimentos que nella vibram. Depois, ha, no terreno superior da philosophia e do christianismo, uma comunhão, em que todos nos podemos reunir, por mais que os accidentes e contingencias dos factos e situações individuais nos separem uns dos outros nesta rapida passagem da vida.

“Retribuindo sinceramente a V. A. os sentimentos da affeição que tão generosamente me dispensa, peço-lhe acreditar que sou de V. A. 

verdadeiro admirador e amigo
Ruy Barbosa.”.

* * *

Duas comunicações ainda recebeu João Alfredo do castelo d'Eu.

Em 22 de Novembro de 1917, um telegrama, que era quasi uma conciliação.

“Veuillez publier en portugais c'est avec satisfaction et émotion que je suis mon cher Brésil dans cette guerre pour le droit et la liberté, priant Dieu de le proteger. Isabelle, comtesse d'Eu.”
Em 14 de Novembro de 1918, outro todo alívio e jubilo:

"Veuillez publier nous nous associons de coeur à la joie que le Brésil (éprouve) de la conclusion glorieuse de la guerre dans laquelle il a apporté son concours à la bonne cause. Comte et Comtesse d'Eu." (1)

A guerra, porém, não terminara completamente para ela. Persistia, nas suas consequências. Logo em 29 de Novembro — uma notícia terrível a feriu em cheio. D. Antonio, capitão dos Royal Canadian Dragoons, agora oficial da aviação, entre os mais peritos de sua arma, atravessara ainda uma vez a Mancha no seu aparêlho e fora cair em Edmonton, perto de Londres, onde morreu. Poupado à metralha, com a "Military Cross" em Junho de 17, bravo, frio, exemplar, acabara estouuvadamente, num acidente, em plena paz!
Pôde-se dizer que desde então a princesa Isabel não teve mais saúde.

O coração enfraqueceu-se-lhe, agoniado em seguida pela longa doença de D. Luiz que não recobrara o vigor antigo.

A humidade das trincheiras inutilizara-o. "Os pantanos gelados do Yser feriram-no de morte. O ministro da guerra de França André Lefebvre reconheceu que o príncipe morria de molestia contraída na linha de batalha. O Rei dos Belgas condecorou-o com a Medalha Militar do Yser." (2) Imaginara um campeão da monarquia brandindo-lhe a bandeira sobre um mar de baionétas: e de fato, provára a guerra com os seus horrores meúdos. Aspirando a uma ação destacada e pessoal, embaraçara-se nas complicações d'um

(1) Arq. J. Alfredo.
(2) Luis da Camara Cascudo, O Conde d'Eu, p. 146.
reumatismo incurável. O pensamento fugia-lhe para as questões transcendentes e para o seu país; mas era como uma larga aza de moinho a palpitar no vazio. Achava que o problema operário se antepunha às místicas do passado. Abraçava-se às ideias de Leão XIII, do conde de Mun. Cumprimentava uma vez Martim Francisco — desdenhando já a inércia ideológica dos "chefes": "Vejo com grande prazer que há ao menos um monarquista que dá toda a sua atenção às questões operarias, que hoje em dia têm uma importância capital". Depois — em Março de 18 — fremente de animação política, impava de esperanças: "A minha saúde continua felizmente a melhor. Caminho todos os dias dois a três quilómetros ainda com duas bengalas (em casa só me sirvo d'uma)". Em 27 de Setembro de 1919: "A hemeopatia me tem feito tanto bem que ontem montei a cavallo — pela primeira vez desde quatro anos". E de bom humor: "No que respeita ao Brasil, passamos em Paris, antes de vir para cá, algumas semanas de perfeita união sagrada. Meu pae encontrou-se num hospital com o dr. Epitacio que muito amavelmente o cumprimentou; o ministro do Brasil e o chefe da nossa missão militar presenceraom o batisado da ultima filha do meu irmão Pedro; eu mesmo tive conversas muito interessantes com o general Aché e o nosso atual ministro da Guerra. Só na nossa terra, pelo que li nos jornais relativos á minha pretendida viagem, continuamos a ser considerados como lobis-homens. E' verdadeiramente tempo que isso cesse". (1)

Cessava. Mas não se aproveitaria dessa revisão. Vivêra a enganar-se, com um optimismo tenaz e benevolo. Em 11 de Fevereiro sorria mais uma vez nas

(1) Martim Francisco, Contribuindo, p. 16.
suas cartas asperamente francas: "E' incrível o terror que ainda inspiramos àquela gente, nesta época de democracia e tronos derribados". (1) Faleceu em Can­nes, no dia 26 do mes seguinte. Ao lado do mano An­tonio — o mártir do ar — aumentou, na capela de Dreux, a coleção de lápides ilustres — sob as quais dormem soldados de França.

Em 3 de Maio desse mesmo ano de 1920 o pre­sidente Epitacio Pessôa, na sua Mensagem, propôz ao Congresso a extinção da lei do banimento da família que reinára no Brasil e a condigna repatriação dos des­pojos mortais de D. Pedro II e da Imperatriz.

Desaparecera, com o “pretendente”, a ultima ob­jeção a essa medida de justiça nacional.

D. Luiz enrolára-se na flâmula arrancada ao barco que déra afinal á costa, por falta de braços que aguen­tassem com ele na calmaria e na solidão. Lafayette e João Alfredo, desaparecidos, aquele em 1917, este em 1919, já não podiam levar ás redações os sóbrios “co­munica-dos” d'um Diretório dissolvido na morte. A volta dos esquifes de S. Vicente de Fóra significava a segurança do regímen. Não tremeu ante aquelas cin­zas, como Luiz Felipe no retôrno de Napoleão, entre as alas dos seus veteranos de fisionomias condecoradas de cicatrizes: foi compreensivel e sensato. Deu a Repu­blica a esse ato de patriotismo um sentido de solidarie­dade com o passado que era definição nacionalista e desafôgo espiritual.

Ninguem com a autoridade de Ruy Barbosa para exprimi-lo: “Ultimo dos sobreviventes do Governo Provisorio que assinaram a destronização da Mo­narquia e a expatriação da Familia Imperial, agra-

(1) Martim Francisco, op. cit., p. 18.
deço á Providencia o ensejo, que me depara, a mim, o derradeiro deles no merecimento e na sobrevivência, para dar o testemunho dos sentimentos, que nesse ato nos animávam a nós todos." Era "um mandato de além tumulo, para dizer da verdade autêntica e solenemente." "Os que fizeram a Republica federativa não têm reivindicações contra as cinzas do velho Imperador, cujas virtudes eram muito maiores do que os seus defeitos". (1) Criticas malevolas induziram-no a desistir da oração que devia proferir á chegada do couraçado “S. Paulo” com os dous sarcófagos.

Mas a unção e a imponencia do desembarque, a emoção pública do acompanhamento, as efusões cívicas da acolhida dispensada às urnas restituídas á Patrícia proclamaram a opinião e a intima generosidade do país.

A princesa Isabel não se abalançou á viagem, agora que se lhe abria, de par em par, o acesso do Brasil. O conde d'Eu e D. Pedro de Orléans e Bragança vieram revê-lo, modestos nas palavras e de coração simples, como quem palmilha de novo o caminho da juventude bordado de arvores conhecidas, amêno e silvestre... Ela — ficou, para não mais se separar dos filhos que dormiam entre os marmores reais de Dreux.

Debeilitára-se muito. O coração cançava-lhe — e ansiando, sofrendo, sombra de si mesma, mantinha a custo a cabeça alta, conservava o ar majestoso que fôra tão seu, o perfil bourbónico acentuado com a idade, vagamente imperial sob um chapéu burguês de “mãe francêsa" — um redondo chapéu de luto — com que aparecia no Sacré Coeur, pontual e fugidia como cem outras velhas damas convocadas por uma dôr contem-

plativa. Aos que lhe lembravam a alegria discreta do seu regresso, num dia de sentimentalismo filial, para tectear, com as mãos trémulas, as roseiras de Petropolis — sorria e prometia, sem esperança. “Elle souhaitait ardemment de révoir sa patrie et de révivre pendant quelques semaines de doux et lointaines souvenirs” — testemunhou o arcebispo de Rouen. (1) Nunca mais!

A sua missão findára-se e percebêra que a hora do descanso não podia estar longe.

Chamou o bom cura da cidadezinha d’Eu. “Jamais je ne m’étais sentie si faible. Préparez-moi à mourir. J’aurais aimé demeurer quelque temps encore au milieu des miens; mais je ne demande rien. Le Bon Dieu sait mieux que nous ce qu’il nous faut”. (2) Na sua raça morria-se cedo. Fizéra entretanto 74 anos. Os olhos fecharam-se-lhe devagar, suavemente, escondendo primeiro os objetos próximos, depois os distantes, bem remotos, do outro lado do mar, onde as paizagens de sua felicidade recobravam as vivas côres do passado...

Amandinha Dória recolhêra-se ao Rio. A idade condenára-a a separar-se por sua vez da amiga de infância. Correspondim-se com uma ternura alvoroçada, de almas irmãs, e uma constância de espíritos que se completam. Dir-se-ia que Isabel a enviára para ver por ela — bem dizendo a Deus, que lhe conservará uma vis- ta! — os bambuais da Quinta, ao lado do jardim de crianças, as palmeiras da serra, as suas flores... Em 14 de Novembro de 1921 chegou-lhe um telegrama de Paris, passado ás 9,5. “Baronêza de Loreto. Imérsio na maior dôr comunico queridissima Princesa falecida

(1) Discours prononcé par Mgr. de la Villierabel archevêque de Rouen aux obsèques de S. A. I. et R. Madame la Comtesse d’Eu en l’église Notre Dame d’Eu le 18 Novembre 1921.

(2) Discours etc., cit.
de fraqueza cardíaca agravada por congestão pulmonar.

Rezem por nós, Conde d’Eu.” (1)

Na cripta dos Orléans em Dreux foi novamente culpado o escudo do Brasil imperial.

É um monumento severo e frio, de pedra alvina, a abobada donde pende um lampadário. Ao encontro do muro resplandece um retabulo — dois anjos roarem uma santa — alusivo à espécie mística da pedra realêza. As armas de D. Pedro II e de Luiz Fínger põem nesse túmulo uma delicada nota heráldica. Petuam, associadas, um exílio — e sua história antiga de política, amor e caridade. São poucos os estrangeiros que lá se demoram, a meditar um instante junto ao marmore imaculado que tem um nome familiar em sua memória. Para estes não é a Princesa, aparecida com todas as Casas da Europa, que três vezes governou o Brasil... É ainda — a Redentora. Assim, não olham a Rainha. Inclinam-se ante a glória beata da Mulhér.

Rio de Janeiro, Julho de 1939 - Julho de 1940.

(1) Jornal do Comércio, 15 de Novembro de 1921.
A princesa imperial em 1864
Estatueta de prata de Isabel imperatriz n'uma apoteose da Lei Aurea (Oferecida à princesa por uma Sociedade Hípica. Museu Mariano Procopio. Juiz de Fóra).
a gerações. Os condes d'Eu, D. Luiz, a princesa D. Maria Pia e seus filhos, 1914. (Fotografia em álbum da baronesa de Loreto, M.H.N.)